



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

**JANE KELLY DANTAS BARBOSA**

**TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA, TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E  
MARCADORES INTERSECCIONAIS: UM ESTUDO COM JOVENS  
TRABALHADORES**

Belo Horizonte  
2022

Jane Kelly Dantas Barbosa

TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA, TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E  
MARCADORES INTERSECCIONAIS: UM ESTUDO COM JOVENS  
TRABALHADORES

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais, Trabalho e Pessoas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kely César Martins de Paiva

Belo Horizonte  
2022

### Ficha Catalográfica

B238t  
2022  
Barbosa, Jane Kelly Dantas.  
Transição para a vida adulta, trajetória profissional e marcadores  
interseccionais [manuscrito]: um estudo com jovens trabalhadores /  
Jane Kelly Dantas Barbosa. – 2022.  
241 f., il.

Orientadora: Kely César Martins de Paiva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.  
Inclui bibliografia ( f. 214-226) e apêndices.

1. Trabalhadores – estudantes – Teses. 2. Jovens – Teses. 3.  
Trabalho – Teses. I. Paiva, Kely Cesar Martins de, 1970-. II.  
Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211  
Biblioteca da FACE/UFMG. – LVR/045/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

#### ATA DE DEFESA DE TESE

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **JANE KELLY DANTAS BARBOSA**, REGISTRO Nº 288/2022. No dia 12 de abril de 2022, às 9:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 16 de março de 2022, para julgar o trabalho final intitulado "**TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA, TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E MARCADORES INTERSECCIONAIS: UM ESTUDO COM JOVENS TRABALHADORES.**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutora em Administração**, linha de pesquisa: **Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kely César Martins de Paiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO

REPROVAÇÃO

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de abril de 2022.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kely César Martins de Paiva  
ORIENTADORA - CEPEAD/UFMG

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana Ventola Marra  
UFV - Campus de Florestal

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Milka Alves Correia Barbosa  
FEAC/UFAL

Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira  
Centro Universitário Unihorizontes

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal  
PROPAD/UFPE



Documento assinado eletronicamente por **Kely Cesar Martins de Paiva, Professora do Magistério Superior**, em 12/04/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Rodrigues Pereira, Usuário Externo**, em 12/04/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Henrique Helal, Usuário Externo**, em 12/04/2022, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milka Alves Correia Barbosa, Usuário Externo**, em 12/04/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Ventola Marra, Usuária Externa**, em 12/04/2022, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1314458** e o código CRC **F9B0F913**.

## AGRADECIMENTOS

Julgo muito importante iniciar meus agradecimentos, citando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que me concedeu bolsa durante a realização do mestrado; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa para a realização do doutorado. Em um momento de restrições de recursos para a Educação, como o atual, me sinto privilegiada por ser bolsista e, caso não fosse, provavelmente não estaria finalizando o meu doutorado. Os agradecimentos se estendem à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que me propiciaram diferentes tipos de auxílios durante minha graduação e pós-graduação. Além disso, são instituições públicas de ensino de destacada qualidade, onde pude me formar como aluna, como professora e como pessoa. Que todas as iniciativas que tornem a educação pública acessível e façam dela um instrumento de transformação social sejam reconhecidas e incentivadas!

Dito isso, sigo, emocionada, escrevendo os agradecimentos desta tese, que foi atravessada por questões pessoais durante o período pandêmico. No momento em que os escrevo, a pandemia ainda tira vidas e uma guerra está em andamento. Meus intervalos de descanso durante a realização desta pesquisa ficaram marcados pela quantidade e intensidade de notícias tristes com as quais me deparei. Contudo encontrei uma rede de apoio incrível que foi indispensável nessa jornada e que me possibilitou seguir com mais leveza.

Agradeço a Deus pela força, por olhar por mim, por ouvir minhas orações e por providenciar pessoas tão especiais na minha vida. A maior delas é minha mainha, que é meu exemplo de mulher, que se doa em todos os papéis que desempenha, e são muitos. Faltam-me palavras para expressar o amor e a admiração que tenho. Gostaria que em cada diploma que eu recebesse na vida, o nome dela viesse junto ao meu, pois são conquistas possíveis por causa dela e dedicadas a ela, sempre! “Obrigada, mainha!”

Agradeço, também, aos meus familiares: pai, irmãs, cunhados e, especialmente, aos meus sobrinhos Ana Clara e Davi que, muitas vezes, me viram à frente do computador e, também, muitas vezes, me tiraram dali para me fazer rir e até chorar.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Igor, que me acompanha desde antes da pós-graduação. Ele é unanimidade, não tem como não gostar. Uma pessoa carinhosa, generosa, íntegra, prestativa, linda e que, como se não bastasse tudo isso, ainda cozinha extremamente bem. Na reta final da escrita desta tese, mais ainda do que em outros momentos, ele me ofereceu apoio incondicional, além de broa de fubá, risotos, batatas e por aí vai... O mundo,

definitivamente, é melhor com ele, e nossa relação é uma escolha diária que me faz muito feliz e realizada.

Assim que eu terminei a primeira versão desta tese, a primeira pessoa em quem eu pensei foi minha amiga, Ana Flávia. Com ela eu compartilho todas as minhas felicidades, conquistas, frustrações, dúvidas, fofocas e, também, toda a minha vida acadêmica. Estamos juntas, desde a graduação, e tivemos o presente de cursar o doutorado na mesma turma. Ela e Jussara Jéssica são um grande orgulho para mim. Mulheres incríveis, de trajetórias incríveis, e que fizeram/ fazem muita diferença na minha trajetória. Rir até do desespero, com vocês, é um privilégio... Sorte a minha!

Eu quero destacar a importância de um (a) orientador (a) na trajetória de um pós-graduando. E eu tive, de fato, uma orientadora. Agradeço à Kely Paiva, que carinhosamente chamo de profa, pela generosidade, paciência, bom humor, empatia e cuidado. Foram mais de seis anos juntas e, como ela sempre diz, orientadores são “eternos”. No meu caso, as marcas que ficaram foram as mais positivas possíveis e vou carregá-las com muito orgulho e gratidão. Dentre risadas, choros, cafés, empadas, doces de leite e chocolates, pude me sentir à vontade para ser quem sou e recebi apoio e direcionamento para me tornar quem almejo ser. “Que eu seja uma professora tão inspiradora quanto você, Kely!”

Agradeço aos meus amigos do doutorado pelas trocas e, em especial, aos membros do subgrupo “Esquerda festiva sem iPhone”, que me permitiram trocas em churrascos e em encontros tão agradáveis, que já fazem falta. Agradeço aos amigos, Samara e Silas, com quem a parceria ao longo dos anos da pós-graduação foi muito mais que acadêmica. Agradeço à Letícia, minha siamesa, que está sempre comigo, independentemente da distância e dos rumos que a vida tome. E agradeço a outra Letícia tão importante para mim, a minha psicóloga, Letícia Faleiro, que me acompanhou em todo o processo da pós-graduação.

Agradeço aos jovens entrevistados na pesquisa, que me receberam virtualmente com muito carinho e compartilharam comigo suas percepções sobre os temas aqui tratados, mas que também me permitiram realizar trocas valiosas não só para a pesquisa, como também para a minha vida. Os agradecimentos seguem com votos de que os seus objetivos e projetos sejam alcançados.

Agradeço à representante discente, Paula Fernandes, sempre muito acessível e sensível às demandas dos alunos, que representou tão bem nossos interesses. Aproveito para agradecer à equipe da secretaria do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

(CEPEAD/UFMG), especialmente à Érika, à Luciana e à Marina, pela disponibilidade e atenção.

Agradeço aos professores da minha banca de qualificação de projeto de tese: Adriana Ventola, Diogo Helal, Sidinei Rocha de Oliveira (*in memoriam*) e José Ricardo Mendonça, que com a leitura atenciosa, o cuidado e a disponibilidade fizeram parte da construção da minha pesquisa. Destaco uma singela homenagem ao professor Sidinei Rocha de Oliveira, que partiu tão prematuramente, mas que certamente deixou grandes contribuições não só para minha tese, mas, sobretudo, na área de Gestão de Pessoas.

Agradeço também aos professores da banca de defesa de tese: Adriana Ventola, Diogo Helal, José Ricardo Mendonça e Milka Barbosa pelas contribuições certamente precisas e preciosas.

Por fim, agradeço à Sandra Almada, revisora deste texto, profissional compreensiva, flexível e doce, que, diante da identificação e cumplicidade que estabelecemos, parece que eu até mesmo já conhecia.



*“Nós vivemos a temer o futuro, mas é o passado quem nos atropela e mata”.*

Mário Quintana

## RESUMO

As juventudes envolvem características, aspirações e particularidades que tendem a ser relegadas diante de vieses adultocêntricos e de discursos e abordagens estereotipadas e reducionistas. Especialmente na sociedade brasileira, marcada por um legado histórico e cultural de perpetuação de desigualdades, as experiências dos jovens adquirem relevância ao permitirem refletir sobre as oportunidades e possibilidades que se descortinam para as diferentes juventudes. Considerando as mudanças que envolvem a transição para a vida adulta em sua multidimensionalidade e as trajetórias profissionais na sociedade contemporânea, esta tese tem como objetivo analisar como a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem podem ser influenciadas por marcadores interseccionais. Parte-se do pressuposto de que é necessário refletir sobre os jovens brasileiros e seus marcadores sociais de diferença, escapando de generalizações em termos de tipologias geracionais e de carreira que reproduzem modelos pensados em países predominantemente norte-americanos. Assim, faz-se relevante uma maior compreensão sobre as juventudes, em especial aquelas formadas por jovens de estratos mais baixos da sociedade brasileira, considerando em que termos se dá a transição desses jovens para a adultez e qual o papel do trabalho (ou não trabalho) nesse processo, bem como a possível influência de diferentes marcadores interseccionais. Para atingir o objetivo do presente estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva, que observou aspectos éticos para sua condução, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE 39863220.2.0000.5149, parecer nº 4.554.646). O acesso aos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e técnica projetiva de associação com jovens egressos de um Programa de Aprendizagem de diferentes regiões do Brasil. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, observando os pontos em comum e, não menos importante, a heterogeneidade das percepções dos jovens sujeitos da pesquisa. Os resultados demonstraram que os egressos entrevistados se veem, majoritariamente, como adultos, destaca-se que, para alguns, não foi possível viver a juventude diante de um processo de adultização precoce relacionado ao trabalho e permeado por marcadores de diferença, como a classe ou origem social, que tornam ainda mais fluidos os limites entre infância, juventude e vida adulta. As trajetórias profissionais, de modo geral, têm início cedo e na informalidade, envolvendo a conciliação de trabalho e estudo. O Programa de Aprendizagem é visto como um marco nas trajetórias dos egressos, representando para eles um divisor de águas e uma porta para a inserção formal e qualificada no mercado de trabalho. De posse de experiência e de conhecimentos teóricos e práticos, após o contrato de aprendizagem, os jovens tendem a concluir e/ou iniciar diferentes ciclos educacionais e a continuar suas trajetórias em empregos formais e não temporários; contudo, em menor medida, há jovens atuando como autônomos e jovens desempregados. Frente à heterogeneidade dos jovens entrevistados, foram identificados diferentes marcadores sociais de diferença que, interligados, afetam fortemente os limites entre juventude e vida adulta e as experiências individuais no mundo do trabalho. Os resultados demonstraram que ageísmo, racismo, *lookism* e preconceito de classe se destacam nas experiências da maioria dos egressos sujeitos da pesquisa, envolvendo desde relatos de crimes, como injúria racial e assédio sexual, até relatos de situações cotidianas nas quais os jovens são julgados pela idade e pelas tatuagens que possuem. Como já apontado na literatura e nas estatísticas sobre população e trabalho, é comum que os jovens, de forma geral, sejam expostos à maior vulnerabilidade no mundo do trabalho, mas a presente pesquisa demonstra que, quando se trata de juventudes específicas e de alguma forma marcadas pela necessidade vital do trabalho, as vulnerabilidades se particularizam.

**Palavras-chave:** Jovens trabalhadores. Aprendizizes. Egressos. Interseccionalidade. Trajetória profissional. Transição para vida adulta.

## ABSTRACT

Youth involves traits, aspirations, and particularities that tend to be relegated to the background due to adult-centric biases and stereotyped and reductionist discourses and approaches. Specifically in Brazilian society, which is distinguished by a historical and cultural legacy of perpetuating inequalities, the experiences of young people acquire relevance by allowing us to reflect on the opportunities and possibilities unveiled for the different forms of youth. Considering the changes that involve the transition to adulthood in its multidimensionality and the professional trajectories in contemporary society, this thesis aims to analyze how the transition to adulthood and the professional trajectory of young alumni of apprenticeship programs can be influenced by intersectional markers. We assume that it is crucial to reflect on young Brazilians and their social markers of difference while avoiding generalizations stemming from generational and career typologies that reproduce models predominantly developed in North American countries. Thus, it becomes relevant to attain a greater degree of understanding about the different forms of youth, especially those consisting of groups of young people from the lower strata of Brazilian society, while considering how the transition of these young people to adulthood occurs and what role work (or non-work) plays in this process, as well as the possible influence of multiple intersectional markers. To this end, we conducted a qualitative and descriptive research study, which complied with the necessary ethical requirements and was approved by the Research Ethics Committee of the Federal University of Minas Gerais (CAAE 39863220.2.0000.5149, Opinion No. 4.554.646). Data were collected through semi-structured interviews and projective techniques with young alumni from different regions of Brazil who participated in an apprenticeship program. The data were submitted to Thematic Content Analysis (TCA) and the points in common and, not least, the heterogeneity of the perceptions of the young research subjects were observed. The results showed that the participating students perceive themselves mostly as adults. In addition, we highlight that some of them could not live their youth because of a process of early adulthood related to work and permeated by social markers of difference, such as class or social background, which still make the boundaries between childhood, youth, and adulthood more fluid. In general, work trajectories begin early and informally and involve the conciliation of work and education. The apprenticeship program is seen as a milestone in the alumni's trajectories and represents a turning point and a gateway to formal and qualified insertion in the labor market. By accumulating experience and theoretical and practical knowledge under the terms of the apprenticeship contract, young people tend to complete and/or start different educational cycles and continue their trajectories in formal and non-temporary jobs. However, to a lesser extent, some youngsters are self-employed, and others are unemployed. Faced with the heterogeneity of the respondents, different social markers of difference were identified that, when interconnected, strongly impact the boundaries between youth and adulthood, as well as individual experiences in the world of work. The results also revealed that ageism, racism, lookism, and class prejudice stand out in the experiences of the majority of the research subjects. These ranged from accounts of crimes, such as racism, bigotry, and sexual harassment, to accounts of everyday situations in which young people were judged for their age and the tattoos on their bodies. As already pointed out in the literature and statistics about population and work, it is common for young people, in general, to be exposed to vulnerability in the world of work to a greater degree; however, the research demonstrates that when it comes to specific forms of youth that are in some way characterized by the vital need to work, their vulnerabilities become peculiar.

**Keywords:** Young workers. Apprentices. Alumni. Intersectionality. Professional trajectory. Transition to adulthood.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Autores com maior número de publicações sobre jovens trabalhadores.....	67
Quadro 2: Resumo dos aspectos metodológicos .....	80
Quadro 3: Dados sociodemográficos dos sujeitos de pesquisa .....	82
Quadro 4: Dados ocupacionais dos sujeitos de pesquisa.....	88
Quadro 5: Dados do contexto familiar dos sujeitos de pesquisa .....	91
Quadro 6: Comparação em relação à vida dos pais/responsáveis .....	94
Quadro 7: Como os jovens egressos se percebem em relação à fase da vida.....	101
Quadro 8: Aspectos associados à juventude.....	107
Quadro 9: Percepções sobre a vida adulta .....	113
Quadro 10: Marcos positivos das juventudes .....	119
Quadro 11: Marcos negativos das juventudes .....	122
Quadro 12: Mudanças decorrentes das experiências como aprendizes .....	135
Quadro 13: Síntese das trajetórias profissionais.....	145
Quadro 14: Dificuldades no início das trajetórias profissionais.....	151
Quadro 15: Benefícios no início das trajetórias profissionais .....	155
Quadro 16: Marcadores de diferença percebidos pelos jovens entrevistados .....	173
Quadro 17: Percepção sobre a discriminação de jovens em função da idade .....	183
Quadro 18: Percepções dos jovens sobre diversidade e desigualdade no Brasil.....	189
Quadro 19: Como os jovens se veem e são vistos .....	202
Quadro 20: Resultados da técnica projetiva de associação .....	233

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO: onde tudo começou.....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Objetivos.....	23
1.2 Justificativa .....	23
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>30</b>
2.1 Interseccionalidade .....	30
2.1.1 Marcadores interseccionais no contexto brasileiro .....	37
2.2 Juventudes, seus estereótipos e suas interseccionalidades .....	41
2.3 Transição para a vida adulta .....	50
2.4 Jovens e trajetória profissional .....	58
2.5 Estudos recentes sobre jovens trabalhadores .....	65
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>72</b>
3.1 Caracterização da pesquisa .....	72
3.2 Unidades de análise e de observação.....	73
3.3 Aspectos éticos envolvidos na pesquisa.....	74
3.4 Procedimentos de coleta dos dados .....	75
3.5 Procedimentos de análise dos dados .....	78
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>81</b>
4.1 Quem são os jovens trabalhadores do estudo .....	81
4.2 O contexto familiar dos jovens egressos .....	90
4.3 Como se veem e se sentem: percepções da juventude e da vida adulta .....	100
4.4 Aspectos marcantes das juventudes .....	118
4.5 A experiência com o Programa de Aprendizagem .....	130
4.6 Trajetórias juvenis.....	144
4.7 Percepção dos jovens egressos sobre diversidade e desigualdades .....	172
4.8. Fechando as entrevistas: pontos destacados pelos jovens egressos .....	201
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>214</b>
<b>APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro de entrevista.....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICE C: Resultados da técnica projetiva de associação .....</b>	<b>233</b>

## **PRÓLOGO: onde tudo começou**

Sou nordestina, nativa de uma vida interiorana desde minhas origens. Meu pai se mudou para a região sudeste do país em busca de emprego e, quando alcançou o mínimo de estabilidade, minha mãe o acompanhou junto a mim e minhas irmãs. Nos estabelecemos em uma cidade do interior de Minas Gerais, onde tive minha socialização escolar. Foi aí que, por ser diferente das outras crianças devido à minha origem e, principalmente, ao meu sotaque, encontrei algumas dificuldades em me “encaixar”. Cresci achando que era uma criança tímida, mas hoje é mais claro que, em muitos casos, eu fui silenciada. E o silêncio diz muito, em especial quando o modo como você fala chama mais atenção do que aquilo que você tem a dizer.

Frequentei o ensino público, durante toda a minha trajetória escolar. Aos 12 anos, comecei a trabalhar, informalmente, como babá de um primo. Algum tempo depois, uma Cooperativa de Crédito da minha cidade recrutou, por indicação da escola onde eu estudava, candidatos para uma vaga de estágio e, aos 14 anos de idade, entrei no mercado de trabalho formal. Desde então, conciliei estudos e trabalho, sempre me esforçando para não deixar que meu aprendizado fosse prejudicado.

Na época da minha adolescência, era comum, onde eu morava, que apenas os jovens de famílias de classe social mais alta ingressassem no ensino superior. Os filhos de médicos, advogados, engenheiros, donos de comércios, entre outros, estudavam em escola particular, faziam cursinho em Belo Horizonte e, pouco tempo depois, chegava a notícia de que foram aprovados na universidade. Para os jovens da minha realidade, concluir o ensino médio e conseguir um bom trabalho, geralmente no comércio ou na mineração, que é forte na região, era o melhor cenário.

E foi assim no meu caso. Terminei o ensino médio e segui trabalhando, basicamente como secretária. Durante três anos, acreditei que faria isso até me aposentar e, no meu núcleo familiar, ter um emprego de carteira assinada e contribuir com as despesas de alguma forma já era suficiente. Meus pais terminaram sua formação na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), porque não tiveram a oportunidade de se dedicarem aos estudos na juventude, então, garantir que as filhas conseguissem o diploma de ensino médio e, conseqüentemente, uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, parecia o melhor cenário para eles também.

Com as políticas de expansão do ensino superior, alguns amigos próximos entraram em universidades federais e começaram a me incentivar a continuar os estudos. Sem nenhuma pretensão, resolvi tentar e, para minha surpresa, passei na primeira tentativa. Fui aprovada no curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, com início previsto para o ano de 2011. Mas aí se tornaram urgentes as questões financeiras envolvidas com o cenário de sair do trabalho, sair da casa dos meus pais e conseguir me sustentar em outra cidade.

O plano foi usar o valor recebido na minha rescisão contratual para me manter durante um tempo. Minha mãe se comprometeu a me ajudar sempre que pudesse e que fosse necessário. Então, aquilo que não foi nem mesmo sonhado se tornou real. Aos 21 anos de idade, eu ingressei no ensino superior, em uma universidade federal. Desde então, não saí do ambiente acadêmico.

Fui bolsista durante grande parte do curso, atuei como monitora de algumas disciplinas, fiz alguns “bicos” em eventos e, após um tempo, consegui um estágio remunerado. Convivi com diversas pessoas e pessoas diversas, mas essa diversidade era bem-vinda no meio universitário. Tudo que vivenciei no ensino superior me transformou de várias formas. Comecei a ter sonhos relacionados à minha formação, os quais começaram a parecer possíveis.

Em 2015, fui aprovada em um concurso de Professora Substituta na Universidade Federal de Ouro Preto, onde lecionei durante um ano. Ouso dizer que foi o melhor ano da minha vida. Depois disso, ingressei no mestrado em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais e, imediatamente após a minha defesa, comecei o doutorado na mesma área e instituição. Em ambos os casos, fui bolsista e foi isso que me permitiu morar na capital do estado. Em 2016, aos 26 anos de idade, chegou a minha vez de morar em Belo Horizonte.

Durante o mestrado, tive aproximações com estudos sobre jovens aprendizes, por meio de um projeto da minha orientadora. Quanto mais realizava leituras e via resultados de estudos, mais me interessava pelo grupo, especialmente me questionando sobre o que acontecia com os aprendizes, após o término do contrato de aprendizagem. Era recorrente me pegar pensando: e depois? Era claro para mim que o Programa de Aprendizagem facilitava a inserção no mercado de trabalho, estudos eram feitos sobre as experiências dos jovens durante a atuação como aprendizes, mas e depois?

Com o desenho da minha dissertação definido e o projeto qualificado, fui a campo coletar os dados. Durante a realização das entrevistas, em diversos momentos, me vi nos relatos dos jovens com quem conversei. Muitos deles, assim como eu, nem sabiam quais eram

as possibilidades de acesso ao ensino superior gratuito, começaram a trabalhar muito cedo, conciliavam trabalho e estudos, trabalhavam em atividades rotineiras, contribuía com as despesas do núcleo familiar (seja por desejo ou por necessidade) e ouviam dos seus pais ou responsáveis que era preciso estudar para ter um futuro melhor, além de trabalhar para ser alguém na vida. Isso me marcou muito e eu perdi as contas de quantas vezes minha mãe, após trabalhar 12 horas em pé, chegava em casa e me dizia: “Estude! Estude para não precisar ser igual a mim!”.

Era impossível não me envolver pessoalmente com as pesquisas sobre jovens, e não me colocar no lugar da maioria deles, pois, realmente, já estive lá, guardadas as especificidades que perpassam as histórias de cada um. No meu caso, não havia o intermédio do Programa de Aprendizagem, mas houve de um Programa de Estágio.

De forma resumida, foi assim que cheguei à presente tese e, como não poderia deixar de ser, ao falar sobre marcadores interseccionais, foi preciso falar um pouco da minha história. Sou mulher, branca, nordestina, heterossexual, bolsista de pós-graduação, oriunda de uma família pobre, nascida e criada em cidades interioranas. Já fui uma jovem que só precisava de informação e oportunidade. Hoje sou alguém que busca levar informações sobre e aos jovens e que acredita no poder de transformação da educação. Dessa maneira, esta tese tem sido desenhada desde a época em que eu sequer sabia o que é pós-graduação. Agora, toma forma, mas continuará em desenvolvimento.



## 1 INTRODUÇÃO

Os debates a respeito das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea se intensificaram notadamente, porque estas também se intensificaram desde as últimas décadas do século XX, sejam elas de cunho social, cultural, econômico, tecnológico ou geopolítico, o que traz implicações diretas sobre os sujeitos e seus modos de ser e agir (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; PAIVA; DUTRA; LUZ, 2015). Vivencia-se um contexto marcado por descontinuidade, transitoriedade, velocidade e efemeridade que atinge todos os âmbitos da vida e, em especial, os impactos na esfera do trabalho chamam a atenção, considerando-se que, embora existam discussões sobre a perda de sua centralidade, entende-se que o trabalho ainda representa uma categoria central para os seres humanos e sua sociabilidade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; SOBROSA et al, 2013).

Entre as mudanças no mundo do trabalho, destaca-se a maior heterogeneidade da classe trabalhadora e a maior vulnerabilidade, precariedade, fragmentação e flexibilidade nas relações de trabalho e modos de produzir a que essa classe está submetida (BORGES; FERRAZ; MAGALHÃES, 2020). Essas mudanças podem representar oportunidades e riscos para os jovens, destacando-se a sua pluralidade, pois não é possível pensar a juventude em sentido homogêneo e singular ou apenas com base em marcadores etários, mas sim no sentido de juventudes heterogêneas e atravessadas por diversidades regionais, culturais, econômicas, sociais e educacionais (GALLAND, 2000; KERBAUY, 2005; MARGULLIS; URRESTI, 2008; AQUINO, 2009; TIRIBA; FISCHER, 2011; ARNETT, 2012; LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012; VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014; OLIVEIRA, 2015; MELSERT; BOCK, 2015; NUNES; FERNANDEZ, 2016; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018; GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020).

Considerando uma visão positiva das transformações ocorridas na sociedade e no mundo do trabalho, em que, apesar da destacada instabilidade e precarização, haja maior acesso à informação, mais oportunidades e melhores opções profissionais para os jovens, sabe-se que, no entanto, elas não são acessíveis a todas as juventudes existentes (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; SANDERSON, 2019; OLIVEIRA, 2019). A título de exemplo, os jovens que não estudam nem trabalham correspondem a 23% dos jovens no Brasil, terceira maior taxa encontrada na América Latina (NOVELLA et al, 2018; IBGE, 2019). Dentre esses jovens, chamados “nem nem”, a maioria é do sexo feminino, apresenta baixo nível socioeconômico, maior atraso escolar e faz parte das regiões norte, nordeste e centro-oeste do país (COSTA; ROCHA; SILVA, 2018). Cabe ressaltar que a condição de

“nem nem” não implica inatividade, considerando que a maioria dos jovens “nem nem” brasileiros desenvolve outras atividades: quando homens, majoritariamente procuram emprego, quando mulheres, cuidam de filhos, familiares e tarefas domésticas. Em outras palavras, entre os jovens que não estudam nem trabalham há um inequívoco marcador de gênero (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020), a maioria é mulher, pobre e que se dedica a afazeres domésticos (COSTA; ROCHA; SILVA, 2018), aumentando os riscos de perpetuação de pobreza, desigualdade e estereótipos de gênero.

Outro marcador interseccional, cor de pele ou raça, também constitui exemplo pertinente no Brasil. Aqui, os jovens negros são maioria entre os jovens analfabetos e entre as vítimas de violência, além de apresentarem condições de maior precariedade na inserção laboral quando comparados aos jovens brancos (AQUINO, 2009), considerando que a exclusão étnico-racial persiste e pode determinar as oportunidades destinadas à população negra no país (PAIM; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, determinadas barreiras sociais enfrentadas pelos jovens não estão sob seu controle e se traduzem em um contexto de trabalho comumente precário e instável. Assim, idade, sexo, gênero, raça, região de origem, aparência e classe social são exemplos de fatores que podem demonstrar deficiências de discursos sedutores como o da meritocracia e da autorresponsabilização pela empregabilidade, discursos estes que negam antagonismos sociais e responsabilizam, individualmente, os sujeitos por seus sucessos e fracassos (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Uma vez que a origem, o contexto social onde está inserido e a aparência ou orientação estética são fatores aos quais o sujeito se vincula e que têm relação direta com a estratificação social e ocupacional vivenciada, torna-se simples demonstrar que a meritocracia, apesar de respaldada em ideais de maior racionalidade e eficiência, na sociedade brasileira, está longe de cumprir o que promete (HELAL, 2007). Discursos massificados de que é necessário trabalhar duro para ser “alguém na vida” e se esforçar para ter um “futuro melhor” são amplamente difundidos, ou seja, o trabalho duro e o esforço máximo são aspectos valorizados socialmente, porém nem sempre reconhecidos e recompensados, especialmente para determinados grupos. Contudo os jovens tendem a interiorizar esses discursos aos quais são expostos, desde a infância, com reforço especialmente no ambiente escolar.

Em sociedades pautadas no modo de produção capitalista, a inserção no mundo do trabalho é fulcral nos projetos de vida (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016), logo, assume-se que, para os jovens, a vida precisa de algum tipo de trabalho para ser plenamente vivida

(PAIS, 2005). Trata-se de uma dimensão estruturante de expectativas e projetos juvenis (CORROCHANO; FREITAS, 2016) e condicionante do seu futuro (SOBROSA et al, 2013). Diante disso, cabe refletir sobre as vivências e (im)possibilidades que se abrem para as juventudes no mercado de trabalho e os impactos percebidos por elas, no processo de transição para a vida adulta, uma vez que as dificuldades vivenciadas pelos jovens no mercado de trabalho não se dão de modo isolado, impactando a transição para a vida adulta e destacando a multidimensionalidade das transições juvenis (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Assim, a relação entre juventudes e trabalho tem sido alvo de pesquisas de diversos campos de estudo, como economia, sociologia, educação, demografia e políticas públicas. Sua relevância se destaca em virtude das dificuldades e peculiaridades que envolve, das rápidas e intensas alterações no cenário econômico, do impacto causado na dinâmica das famílias e dos domicílios e, ainda, da íntima ligação com as expectativas, representações e modos de vida dos jovens (GUIMARÃES, 2020).

Já a preocupação com as transições para a vida adulta, embora ainda seja tema pouco abordado nos estudos sobre juventudes no Brasil (PIMENTA, 2007; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018), teve destaque nos anos de 1970 e tem recebido maior interesse das ciências sociais (GUERREIRO; ABRANTES, 2005), sobretudo diante do adiamento do *status* de adulto que tem sido percebido nas juventudes de diversos países e das mudanças estruturais que ocorreram na sociedade e nas diversas formas de ser jovem (DIB; CASTRO, 2010).

Percebe-se que a expressão “transição para a vida adulta” implica uma ideia social do que é ser adulto, envolvendo não apenas critérios biológicos, mas também critérios socialmente construídos (ARNETT, 1997; MARGULLIS; URRESTI, 2008). Dessa forma, a concepção que liga a vida adulta apenas à idade é parcial (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018), uma vez que não é apenas a idade que determina quem é adulto na sociedade, considerando que os limites etários de infância, juventude, idade adulta e terceira idade não são consensuais, tampouco universais (MARGULLIS; URRESTI, 2008; FRANCO et al, 2017).

Colocando em pauta a transição para a vida adulta, podem ser apontados alguns pontos de convergência sobre segmentos da população jovem em diferentes sociedades no mundo, tais como a extensão da vida escolar (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; ARNETT, 2012), a entrada mais tardia e instável no mercado de trabalho, o avanço na equidade entre gêneros (GUERREIRO; ABRANTES, 2005), a diminuição da natalidade e o aumento da idade

associada ao casamento e à paternidade/ maternidade (ARNETT, 2012). Contudo, refletindo sobre tais pontos de convergência, percebe-se que eles não traduzem a realidade das juventudes plurais existentes.

Em pesquisa realizada, no Brasil, contemplando jovens de todas as regiões do país, viu-se que há mais jovens casados e com filhos (nem sempre as duas condições coincidem) quanto menor é a renda familiar. Dentre os jovens de estratos mais baixos, 38% são casados, enquanto 28% o são nos estratos mais altos. Em relação ao sexo, 28% dos jovens do sexo masculino são pais, enquanto 54% das jovens do sexo feminino são mães (ABRAMO, 2016). Assim, os pontos de convergência não se aplicam a todas as juventudes, de forma que se faz relevante considerar os jovens em suas interseccionalidades, tratando dos cruzamentos e convergências de dois ou mais eixos de diferença na produção e reprodução de desigualdades (COLLING; OLTRAMARI, 2019) e de suas possíveis implicações nas experiências e transições juvenis.

Além disso, no processo de transição para a vida adulta, o pressuposto de uma transição linear, homogênea e padronizada, com marcadores ou eventos facilmente identificáveis, tornou-se obsoleto (THOMSON et al, 2002; Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003; PAIS, 2005; PIMENTA, 2007; DIB; CASTRO, 2010; OLIVEIRA, 2019). As trajetórias dos jovens passaram a envolver itinerários não-lineares, marcados pelo ritmo da imprevisibilidade, com movimentos de avanços e retrocessos nem sempre nítidos (DIB; CASTRO, 2010). Fronteiras, marcos e eventos difundidos como referências e balizadores do sequenciamento entre etapas “parecem se fragmentar materialmente, quando os referenciais externos se enfraquecem ou deixam de existir e, simbolicamente, quando deixam de apontar o sentido das coisas e de serem valorizados pelos indivíduos” (DIB; CASTRO, 2010, p. 10).

O enfraquecimento das fronteiras e dos marcos de transição para a adultez, vinculados à perspectiva de transições processuais, e não lineares, acarreta mudanças quanto às formas de lidar com o futuro, com vistas à obscuridade que ele representa para os jovens. É possível afirmar que muitos deles “estão fortemente voltados para o presente, uma vez que o futuro não oferece a chance de transformar suas aspirações em realidade. Planos futuros estão, relativamente, ausentes. Aqueles que eles têm são de curto prazo. Eles se concentram em viver suas vidas dia após dia” (PAIS, 2003, p. 123).

A ideia de linearidade e futuro vinculada à modernidade se esvaiu e emergiu um tempo fragmentado, descontínuo e caótico, constituindo pano de fundo para as discussões aqui propostas, embora não seja propósito deste estudo abordar o debate entre modernidade

*versus* pós-modernidade, nem a discussão de percepções temporais ou temporalidades. O que se pretende destacar é a metamorfose pela qual passaram as noções de espaço e tempo, bem como o entendimento progressivo e linear da história e das trajetórias (JAMESON, 1984), em especial, de jovens trabalhadores.

A dificuldade de pensar em um futuro está atrelada, especialmente na juventude, às zonas de incerteza e imprevisibilidade envoltas em processos de transição (DELORY-MOMBERGER, 2012) e ao âmbito laboral. Quando se pensa no futuro dos jovens, a vertente profissional merece destaque, uma vez que o trabalho representa aspecto fundamental na concepção de adultez e que, desde a primeira socialização na infância, eles já são defrontados com a pergunta: o que você vai ser quando crescer? Nessa pergunta, está implícita a construção social que sustenta a imagem do trabalho em torno dos seus benefícios (“o trabalho dignifica o homem”) e a ideia de que, ao crescer, é preciso ser alguém com uma profissão, ou seja, você é o que você faz. Isso é reforçado durante todo o percurso escolar, afinal, os anos dedicados aos estudos são uma forma de preparação para o futuro, notadamente para um futuro profissional, embora esse “cheque pré-datado” possa não ter o valor esperado (PAIS, 2005).

Às portas do mercado de trabalho, os jovens encontram dificuldades de inserção e permanência profissional (BULGACOV et al, 2011; VERIGUINE, BASSO, SOARES, 2014; CORROCHANO; FREITAS, 2016; BARBOSA; LARA; PAIVA, 2020), maiores taxas de desemprego em comparação ao restante da população economicamente ativa (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, RAITZ; PETTERS, 2008; DIB; CASTRO, 2010; REIS, 2015; PIKANÇO, 2015; CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2019), elevada rotatividade, informalidade (REIS, 2015; NOVELLA et al, 2018; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020) e precariedade dos postos e vínculos de trabalho (PAIS, 2005; GUERREIRO; ABRANTES, 2005; BORGES; COUTINHO, 2010; MÁXIMO, 2012; REIS, 2015; BLACKHAM, 2019).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho são atravessadas por diferenças relativas a gênero, raça, nível de instrução, aparência, localização geográfica e classe social, de forma que “os jovens pertencentes aos estratos mais pobres são os mais frontalmente atingidos pelo desemprego e pelas mudanças no mercado de trabalho” (DIB; CASTRO, 2010, p. 5). À vista disso, as experiências de determinados jovens não se estendem a todo o conjunto da população juvenil, sublinhando-se a importância de estudos que enfatizem as particularidades das trajetórias de jovens de diferentes regiões, gêneros,

pertencimentos étnico-raciais, dentre outros marcadores de diferença e de desigualdade (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

No Brasil, historicamente foram dirigidas ações de controle de desvios (ético-morais) para jovens de determinados grupos e setores da população, partindo do pressuposto da juventude como etapa de vida problemática (KERBAUHY, 2005; FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TIRIBA; FISCHER, 2011; MÁXIMO, 2012; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017). Desde os anos 1990, contudo, vem ocorrendo uma preocupação mais sistemática dos governos em desenvolver e implantar políticas orientadas para as juventudes, focadas principalmente em profissionalização, educação e ocupação do tempo livre, com vistas a prevenir e/ou impedir comportamentos “desviantes” dos jovens pobres (KERBAUY, 2005).

No tocante ao trabalho, destaca-se a Lei da Aprendizagem ou Lei nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), regulamentada pelo Decreto nº 9.579/2018 (BRASIL, 2018a), a qual estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens de 14 a 24 anos, mediante contrato especial por tempo determinado, para desenvolverem atividades laborais e, concomitantemente, frequentarem cursos de aprendizagem. Combinando teoria e prática, há evidências de que o Programa de Aprendizagem impacte positivamente as chances de os jovens concluírem diferentes ciclos educacionais, ingressarem em um emprego formal não temporário e vivenciarem diminuição da rotatividade no trabalho (CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2019). Não obstante, cabe sublinhar que a formação profissional nem sempre atua no sentido de contribuir para eliminar ou atenuar aspectos negativos do sistema de empregos e enfrentar o desemprego juvenil (PAIS, 2005; GONZALEZ, 2009).

Além disso, as políticas públicas direcionadas para os jovens no Brasil “não têm sido suficientes para proporcionar a obtenção de trabalhos satisfatórios, a partir dos quais projetos profissionais mais elaborados possam ser construídos” (SOBROSA et al, 2013, p. 274). Dessa forma, é possível afirmar que a Lei da Aprendizagem é uma possibilidade, com seus pontos fortes e falhos, mas não é a opção mais frequente para os jovens brasileiros, diante dos altos níveis de desemprego, subemprego e informalidade. Frente a esse cenário, torna-se importante refletir sobre as crenças e expectativas dos jovens sobre o trabalho (ou a falta dele), em especial de jovens de classes populares, que comumente atribuem ao trabalho a chance de “ganhar a vida” e/ou “mudar de vida” (SOBROSA et al, 2013; CORROCHANO; FREITAS, 2016).

A despeito do que pensam e vivem os jovens, no imaginário social, eles continuam a ser associados “à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade” (KERBAUY, 2005, p. 196). A juventude é vista, ainda, como uma fase de escolhas, embora essa ideia possa ser questionada, tendo em vista que escolhas não são restritas a fases específicas, mas envolvem toda a vida humana e se dão dentro de um quadro de referência que as influencia (DIB; CASTRO, 2010).

Pensando em termos das escolhas comumente atribuídas à juventude, questiona-se quais são aquelas que se descortinam para jovens em situação de vulnerabilidade social, considerando que as escolhas são “fortemente condicionadas pelas disposições e condições proporcionadas pelos meios sociais em que os jovens se inscrevem” (GUERREIRO; ABRANTES, 2005, p. 16), perpetuando, na maioria das vezes, as condições de privação vivenciadas no núcleo familiar (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012; O'REILLY et al, 2015).

Tal questionamento traz outros a reboque: o que é determinante para que certos jovens, em situação socioeconômica equivalente e com similaridades de faixa etária e de inserção no mercado de trabalho, tenham uma trajetória profissional dita bem-sucedida enquanto outros não a alcançam? Considerar os elementos internos e externos que contribuem para que se desenhem certos caminhos dentro de outros possíveis é importante, ao se refletir sobre as trajetórias juvenis. Essas trajetórias estariam ligadas a questões interseccionais? Tendo em vista a realidade brasileira, como marcadores interseccionais se associam (ou não) à transição para a vida adulta e à trajetória profissional de jovens trabalhadores?

A trajetória profissional de jovens de estratos mais baixos da sociedade e as ideias que eles possuem sobre a vida adulta são de particular interesse neste estudo, assim como os impactos que iniciativas relativas às políticas públicas como a Lei da Aprendizagem podem ter nessas trajetórias. Parte-se do pressuposto de que é crucial destacar como diferenças de gênero, raça, escolaridade, aparência e origem social podem afetar as trajetórias de jovens e como, mesmo dentro de um recorte socioeconômico de similaridades, as diferenças entre as trajetórias destes podem ser compreendidas e explicadas.

Diante do exposto, este trabalho tem o intuito de trazer à reflexão questões que permanecem e demonstram relevância teórica e pragmática no campo da Administração: teórica no sentido de oferecer contribuições para a literatura sobre juventudes, enfatizando que a interseccionalidade produz diferentes juventudes e permitindo recortes e abordagens

variadas e necessárias; e pragmática no sentido de munir de informações as organizações e a sociedade onde os jovens se inserem, os formuladores de políticas públicas e os próprios jovens, dando-lhes possibilidades de expressão e de maior conhecimento sobre questões inquietantes desse período que é parte de um processo de constituição dos sujeitos.

Nesse sentido, a pergunta central que norteia este estudo é: como a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem podem ser influenciadas por marcadores interseccionais?

Para respondê-la, foram traçados os objetivos expostos, a seguir.

### **1.1 Objetivos**

Refletindo sobre jovens trabalhadores, especificamente aqueles em situação de vulnerabilidade social, esta pesquisa tem como objetivo analisar como a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem podem ser influenciadas por marcadores interseccionais.

Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a transição para a vida adulta;
- b) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a trajetória profissional;
- c) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a influência da experiência como aprendizes em sua trajetória de vida e profissional;
- d) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem quanto ao impacto de marcadores interseccionais em suas trajetórias.

### **1.2 Justificativa**

O conhecimento sistemático acerca da diversidade etária ainda pode ser considerado limitado, embora esse tipo de diversidade apresente tendência de aumento considerável em comparação com outras categorias de diversidade (KUNZE; BOEHM, 2013), o que, por si só, sublinha a importância de pensar grupos etários na sociedade e refletir sobre suas características, aspirações e influências na dinâmica social. Ao abordar a diversidade etária, a juventude nitidamente guarda sua relevância (RYAN; KING; FINKELSTEIN, 2015), pois se trata de uma condição de vida permeada pela imprevisibilidade, vulnerabilidade e



reversibilidade (Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003). Contudo, pouca atenção é dada aos jovens trabalhadores nas pesquisas (RYAN; KING; FINKELSTEIN, 2015) e, no Brasil, a discussão mais intensa sobre esse grupo pode ser considerada relativamente recente (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014).

A falta de investimento e a desvalorização da juventude são preocupantes no Brasil e podem ser corroboradas por indicativos como “as altas taxas de evasão escolar, as escassas oportunidades no mundo do trabalho, os índices alarmantes de vitimização letal juvenil ou a dinâmica de reprodução de desigualdades centenárias entre as novas gerações” (AQUINO, 2009, p. 37). Um dado para não se orgulhar se refere ao fato de o Brasil estar entre os países com o maior número de homicídios juvenis do mundo (SCHERER; GERSHENSON, 2016), indicando que, em muitos casos, nem mesmo o direito mais básico, que é o direito à vida, é respeitado.

Os jovens tendem a ganhar visibilidade como vítimas ou como quem vitima, como molas propulsoras de mudanças e sujeitos politizados ou como geração apática e “perdida”, como ameaça à ordem social ou como objeto de desejo publicitário, contudo, essa visibilidade permeada por paradoxos e contradições diz mais sobre o mundo adulto e a vida social do que concretamente sobre os jovens (MIRANDA; ARANCIBIA, 2017; SAVEGNAGO, 2019). Adotar perspectivas adultocêntricas e polarizadas ou extremistas sobre os jovens não contribui para que sua realidade seja, de fato, compreendida, o que pode impactar no modo como eles próprios se percebem, destacando a relevância de discutir esse grupo dando voz e adotando um olhar plural acerca das juventudes e suas percepções (ABRAMO, 1997; PIMENTA, 2007; OLIVEIRA, 2019).

Os jovens vivem um momento de transição notadamente influenciado pela construção social do que é ser um adulto bem-sucedido e pela ideia de que ser adulto é alcançar um estado acabado e moralmente formado. Por outro lado, é comum que adultos, na sociedade contemporânea, busquem manter o “espírito jovem” e ser eternamente “juvenis” (PIMENTA, 2007), no que pode ser chamado de “juvenilização” da sociedade (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014), sustentando as bases do que pode ser chamado de *lookism* ou discriminação pela aparência (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013; SILVEIRA, HANASHIRO, PEREIRA, 2017). Os jovens, que seriam então seres “inacabados”, caminham para adquirir o *status* de adultos, quando, na verdade, muitos adultos desejam ser reconhecidos pela sua jovialidade, o que traz elementos importantes para a discussão sobre a transição para a vida adulta e as construções sociais envolvidas.

A preocupação com as transições para a vida adulta constitui tema pouco abordado nos estudos sobre juventude no Brasil (PIMENTA, 2007; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018). Tomadas tradicionalmente em relação a marcos e eventos que demonstram uma ideia de linearidade, as transições para a vida adulta passaram por modificações relevantes (PAIS, 2005; FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005) que merecem a atenção de novos estudos. Nesta pesquisa, assume-se que adotar perspectivas lineares e padronizadas seria o mesmo que tentar capturar em fotos o que só pode ser realmente compreendido por meio de filmagens, uma vez que a transição para a vida adulta envolve um processo complexo permeado por diversos elementos que demonstram interdependência e influência mútua. Além disso, ressalta-se que, no Brasil, a linearidade vinculada a certos marcos e eventos não se aplica a determinadas juventudes, que vivenciam uma adultização precoce (OLIVEIRA, 2015, 2019).

Destaca-se, ainda, que para entender a transição dos jovens é preciso considerá-los em seus diversos espaços de transição, como o espaço familiar, o espaço escolar, o espaço laboral, o espaço de ação coletiva-institucional (como associações), o espaço de consumo e lazer, dentre outros (CASAL; MASJOAN; PLANAS, 1988). Reconhecendo-se que esses espaços possuem interligações, nesta pesquisa, o foco está no espaço laboral, em razão de ser possível afirmar que “o trabalho faz juventude” (SPOSITO, 2005).

Não obstante sua relevância, somente após a denominada “onda jovem”, nos anos 1990, a relação jovem e trabalho ganhou maior visibilidade, sendo considerados recentes os estudos que abordam o tema (NUNES; FERNANDEZ, 2016), além de escassos em âmbito nacional (CARDOSO; SANTOS, 2017). O trabalho é reconhecidamente importante nas trajetórias dos jovens, em especial no Brasil, onde o trabalho representa um valor moral e social (SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013) e onde “o trabalho das crianças, adolescentes e jovens sempre esteve fortemente presente. Além disso, o padrão de inserção ocupacional dos jovens é marcado pela precariedade” (PICANÇO, 2015, p. 571). Nesse contexto, é comum a percepção, tanto para jovens quanto para adultos, de que o trabalho constitui condição de dignidade humana, mas para os jovens “se amplia a percepção do trabalho como possibilidade de formação e construção de identidade e autonomia” (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 120).

Ressalta-se que as experiências iniciais dos jovens, destacadamente as de passagens por empregos precários, de desemprego e de informalidade, podem moldar as experiências futuras dos adultos no mercado de trabalho (CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020) e que formas de emprego precárias e temporárias, comuns

entre os jovens, podem levar a impactos como o desenvolvimento de depressão e isolamento social (FURLONG, 2016).

Diante de um cenário laboral de dificuldades para as juventudes, se faz importante abordar a trajetória profissional dos jovens, especialmente considerando os marcadores interseccionais que perpassam suas trajetórias; evitando utilizar acriticamente tipologias de geração e de carreira desenvolvidas em outros contextos, predominantemente em países norteamericanos (LEMOS, 2012), uma vez que elas atuam no sentido de uniformizar juventudes plurais. Conforme afirmam Martins, Scherdien e Rocha-de-Oliveira (2019), são necessárias contribuições que considerem as especificidades brasileiras e façam discussões sobre as diferentes juventudes do país, bem como sobre as desigualdades nele reproduzidas e invisibilizadas.

No Brasil, as desigualdades sociais e estruturais afetam fortemente as transições para a vida adulta e as experiências no mundo do trabalho (PIMENTA, 2007). O acesso a empregos seguros e bem remunerados e a discriminação no mercado laboral incidem de maneira distinta sobre determinados grupos sociais, como para aqueles que são negros, mulheres, jovens e residentes em zonas rurais (COLLINS; BILGE, 2020). Dessa forma, utilizar abordagens interseccionais se faz relevante, porque, em muitos casos, “somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido” (CRENSHAW, 2002, p. 176), enquanto outros aspectos que podem incorrer em dificuldades e discriminação não são considerados, tampouco problematizados.

Partindo-se do entendimento de que a discriminação em função da idade ou ageísmo (SNAPE; REDMAN, 2003) ocorre de forma sistemática no mundo laboral (SILVEIRA; HANASHIRO; PEREIRA, 2017; BLACKHAM, 2019) e atinge os jovens trabalhadores (BLACKHAM, 2019) e de que, além da idade, outras categorias de diferença podem influenciar as trajetórias de jovens aprendizes que vêm de contextos de vulnerabilidade social, cabe compreender as intersecções entre essas categorias e suas implicações em termos das experiências desses jovens. Contudo, apesar de seu potencial, as pesquisas sobre interseccionalidade no trabalho e nas organizações podem ser consideradas embrionárias (RODRIGUEZ et al, 2016).

Sabe-se que o trabalho é uma das grandes preocupações de jovens de todos os estratos sociais, raças, religiões, gêneros, aparências e regiões. Todavia, ressaltando que a estrutura social na qual os jovens estão inseridos molda as oportunidades e riscos com que predominantemente se defrontam (SANDERSON, 2019), o foco deste estudo se volta para

aqueles que tendem a ser mais frontalmente atingidos pelos efeitos da desigualdade e das relações laborais precárias e instáveis que se tornaram comuns na atualidade, os chamados jovens em situação de vulnerabilidade social.

No intuito de realizar um recorte que considere esses jovens e sua relação com o mundo laboral, optou-se por abordar jovens egressos de Programas de Aprendizagem, que possuem critérios de seleção relacionados à vulnerabilidade social dos participantes, assegurando prioridade, por exemplo, aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, jovens em situação de acolhimento institucional, jovens matriculados ou que tenham concluído os estudos na rede pública de ensino e jovens pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda (BRASIL, 2018a). Não é uma intenção da presente pesquisa realizar uma análise aprofundada de políticas públicas direcionadas aos jovens, como é o caso da Lei de Aprendizagem, apontando seus méritos e deficiências, mas sim utilizá-las como pano de fundo para reflexões sobre os impactos na vida dos jovens como sujeitos em transição.

Os jovens aprendizes consideram o trabalho como uma porta de entrada para o mundo adulto, que oportuniza desenvolvimento, aprendizagem e certa independência financeira (BORGES; COUTINHO, 2010; GRAEBIN et al, 2019). Apesar do crescimento expressivo do número de jovens aprendizes desde a promulgação da Lei da Aprendizagem, os estudos sobre esse grupo, no Brasil, ainda são incipientes (COSTA; PAIVA, 2021) e pouco é pesquisado sobre os aprendizes egressos (MÁXIMO, 2012). Esse panorama pode ser corroborado, diante do reduzido número de estudos envolvendo-os na atualidade, de acordo com levantamento acerca de jovens trabalhadores, realizado nas bases Web of Science (WoS), Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), conforme descrito adiante, no referencial teórico, e reforçado pelas constatações recentes de Fraga et al (2022), que destacam a incipiência de estudos envolvendo grupos etários.

Em um país como o Brasil, de histórica produção e reprodução de desigualdades, é relevante refletir se as políticas públicas envolvendo os jovens, em especial os jovens em situação de vulnerabilidade, estariam contribuindo para sua emancipação ou para a perpetuação de suas condições, inclusive, no que tange à pobreza. Embora as juventudes sejam plurais e a transição para a vida adulta tenha assumido maior complexidade e uma não-linearidade, as políticas públicas focam na juventude como grupo homogêneo (BULGACOV et al, 2011) e continuam a pressupor a linearidade identificada no passado, assumindo que a integração social equivale à integração no mercado de trabalho e contribuindo, em alguns

casos, para a reprodução e o reforço da exclusão social (STAUBER; WALTHER, 2002; Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003).

A preparação educacional e profissional, pilar do Programa de Aprendizagem e de diversos outros programas e projetos voltados para as juventudes, muitas vezes, é elencada como chave para combater o desemprego juvenil, contudo, existem questões estruturais que vão além da falta de qualificação. Nesse sentido, ao fim do contrato de aprendizagem, são importantes reflexões sobre como se desenha o cenário de oportunidades disponíveis aos jovens egressos e como se dão as suas vivências no mundo do trabalho. Como afirma Amazarray et al (2009, p. 336), “questiona-se até que ponto esses jovens, ao encerrar seu contrato de aprendizagem, terão garantidos seus direitos como trabalhadores, ou mesmo a colocação no mercado de trabalho”.

Essas e outras questões que convirjam para a compreensão dos impactos e resultados de políticas direcionadas aos jovens, como a da Aprendizagem, são discussões que merecem ser aprofundadas (SILVA JÚNIOR; MAYORGA, 2016). Destaca-se, ainda, a importância de desenvolver estudos com jovens aprendizes envolvidos no programa e com seus egressos (SILVA; TRINDADE, 2013; VILLAR; MOURÃO, 2018), pois se espera que a percepção destes passe por alterações conforme os jovens buscam e vivem experiências fora do âmbito da aprendizagem.

Diante do exposto, a presente pesquisa enfatiza os avanços que se pode alcançar ao ultrapassar visões reducionistas em relação às juventudes, distanciando-se da enumeração de eventos ou marcos que simbolizem padrões de transição para a vida adulta e, ainda, de tipologias de geração e de carreira que uniformizem as trajetórias juvenis. À vista disso, a tese que se propõe a defender pauta-se na heterogeneidade das juventudes, que reflete modos diferenciados de transitar para a adultez e na vida profissional, destacando a relevância de considerar as especificidades da realidade brasileira e os marcadores interseccionais que perpassam os jovens trabalhadores. Desse modo, o argumento de tese pode ser expresso da seguinte forma: marcadores interseccionais têm impactos diferenciados nos modos como os jovens constroem sua transição para a vida adulta e sua trajetória profissional.

Cabe salientar que o presente estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Comportamento Humano em Organizações e Competências Profissionais: Estudo com jovens trabalhadores”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação da professora Kely César Martins de Paiva. O projeto envolve as dificuldades de inserção e de manutenção de jovens no mercado de

trabalho brasileiro, considerando suas peculiaridades no que tange à idade, ao amadurecimento cognitivo-emocional, aos interesses profissionais e aos espaços laborais onde comumente se inserem.

Abordando jovens trabalhadores e seus marcadores interseccionais, as percepções acerca da transição para a adultez e da trajetória profissional, esta tese encontra-se organizada em cinco capítulos, a contar da presente introdução. O segundo capítulo contempla o referencial teórico, organizado de forma a contemplar, em um primeiro momento, os conceitos e reflexões sobre a interseccionalidade. Logo após, são abordadas discussões sobre juventudes e suas interseccionalidades, sobre a transição para a vida adulta, sobre as trajetórias profissionais de jovens e, por fim, é apresentado um panorama de estudos recentes abordando jovens trabalhadores. O terceiro capítulo envolve os procedimentos metodológicos adotados para a operacionalização da pesquisa, caracterizando-a e descrevendo as unidades de análise e de observação, os aspectos éticos considerados e os processos de coleta e de análise dos dados. O quarto capítulo apresenta e discute os resultados encontrados, associando-os ao aporte teórico utilizado. No quinto capítulo, são tecidas as considerações finais do estudo, seguindo-se as referências utilizadas e os apêndices da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo envolve os aportes teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da presente pesquisa, tratando, inicialmente, de interseccionalidade. Em seguida, são abordadas as juventudes brasileiras e suas interseccionalidades. Na subseção seguinte, trata-se da transição para a vida adulta e, posteriormente, são discutidas as trajetórias profissionais de jovens. Por fim, há uma subseção que aborda estudos recentes (2015-2020) os quais envolvem jovens trabalhadores.

### 2.1 Interseccionalidade

A interseccionalidade se tornou um conceito e um campo de investigação, a partir da sistematização da jurista estadunidense, Kimberlé Crenshaw (COLLING; OLTRAMARI, 2019), destacando a intersecção entre gênero e raça, no debate quanto à violência contra as mulheres, no qual a autora chama atenção ao fato de que uma mulher negra não sofre as mesmas experiências de racismo de um homem negro, tampouco as mesmas experiências de sexismo de uma mulher branca. Dessa forma, Crenshaw (1989, 1994, 2002) afirma que analisar essas dimensões de forma isolada não permite capturar totalmente as experiências de mulheres não brancas, cabendo considerar conjuntamente categorias subordinativas importantes para a análise.

No entanto, a origem dessas reflexões é anterior à Crenshaw (1989, 1994, 2002) e faz parte do feminismo negro, que defende a observância da questão racial e a não hierarquização das opressões, criticando o feminismo branco, de classe média e heteronormativo (COLLINS, 1986; HIRATA, 2014). Mulheres negras ativistas e feministas, principalmente nos Estados Unidos, já utilizavam as premissas do pensamento interseccional, desde as décadas de 1960 e 1970, embora seja comum o apagamento dessa história (HENNING, 2015; KYRILLOS, 2020). De acordo com Collins (2015, p. 9), a produção intelectual feminista das mulheres de cor (incluindo, além das afro-americanas, latinas, indígenas, mexicanas e asiáticas):

[...] não apenas continha uma análise explícita da interconexão de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder, mas também constituía um momento definidor para o surgimento dos estudos de raça/classe/gênero e sua subsequente renomeação como interseccionalidade.

Outros autores defendem que as premissas do pensamento interseccional são ainda mais antigas, remetendo ao movimento abolicionista ocorrido em meados do século XIX, que já se preocupava em apontar as deficiências de se privilegiar apenas uma dimensão da

experiência (BRAH; PHOENIX, 2004; BRAH, 2007; KYRILLOS, 2020). De acordo com Brah (2007, p. 249):

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre 'raça' e outros fatores, como classe e gênero, datam das campanhas anti-escravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez mais ativas no movimento abolicionista, onde aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as obrigaram a formar sociedades de mulheres anti-escravagistas separadas [das sociedades anti-escravagistas de homens].

Somente na década de 1980, houve a incorporação das ideias interseccionais, ainda sem nomeá-la, ao âmbito acadêmico, nos Estados Unidos, focando em raça, classe e gênero (COLLINS, 2015). Apesar da importante conjuntura histórica envolvendo os movimentos sociais de mulheres negras e a institucionalização de estudos interligando raça, classe e gênero, o conceito de interseccionalidade só foi nomeado, ganhou projeção e visibilidade, no final dos anos 1980, após os estudos de Crenshaw (1989, 1994, 2002). Com um expressivo aumento do interesse pela interseccionalidade a partir dos anos 2000 (PISCITELLI, 2008), percebe-se também uma crescente repercussão no âmbito acadêmico (COLLINS, 2015).

Ao longo dos anos, a interseccionalidade tem se mostrado útil e produtiva para amplas discussões políticas e para diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, sociologia, psicologia, filosofia e estudos organizacionais (CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013; RODRIGUEZ et al, 2016). Contudo o uso e impacto entre tais áreas envolvem grandes disparidades, destacando-se que a interseccionalidade está, apesar de seu robusto potencial, às margens, no campo das organizações (RODRIGUEZ et al, 2016). Importante frisar, ainda, que novas contribuições, articulações e aprofundamentos teóricos foram dados em estudos recentes (COLLING; OLTRAMARI, 2019), que ampliaram as discussões envolvendo novas questões, identidades, dinâmicas de poder, discursos, críticas e sistemas legais e políticos (CARBADO et al, 2013).

A interseccionalidade constitui uma abordagem transdisciplinar que tem como objetivo compreender as complexas desigualdades sociais de forma integrada, refutando a divisão e a hierarquização de eixos de diferença social, e alguns dos principais eixos que podem implicar em experiências de discriminação e de desigualdade são o sexo/gênero, a classe, a raça, a etnia, a idade, a deficiência física ou intelectual, a orientação religiosa e a orientação sexual (BILGE, 2009). Além de considerar as complexas intersecções existentes entre sistemas discriminatórios diversos, a interseccionalidade atua no sentido de compreender as consequências estruturais e dinâmicas dessas intersecções (CRENSHAW,



2002), de forma que o foco da abordagem interseccional “vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70).

Assim, a interseccionalidade atenta para todo um complexo de relações de poder, ao invés de, simplesmente, apontar um somatório de desigualdades (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015), considerando que a intersecção potencializa e particulariza a diferença e a opressão/discriminação. De acordo com Brah (2006, p. 351), “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

Conforme Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade:

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento.

Um exemplo clássico e didático, utilizado por Crenshaw (2004), é o de um processo sofrido por uma empresa multinacional automobilística, nos Estados Unidos, em que mulheres afro-americanas afirmaram ser vítimas de discriminação racial e de gênero, pois a empresa se recusava a contratar mulheres negras. No processo, o tribunal não compreendeu a intersecção da discriminação sofrida e solicitou que fosse comprovada a existência da discriminação racial e da discriminação de gênero. Como a empresa tinha em seu quadro funcional mulheres (equidade de gênero), no caso mulheres brancas, e também negros (equidade de raça), no caso homens negros, o tribunal considerou que o processo não tinha fundamento, invisibilizando os múltiplos eixos de discriminação que acometiam as mulheres negras.

Nesse sentido, Crenshaw (2002, 2004) cunhou o termo “subinclusão”, usado quando um subgrupo enfrenta um problema ou condição que não é tomado como um problema geral, por não atingir os grupos dominantes. Tomando como base o eixo etário, certas dificuldades que atingem mais frontalmente certos grupos juvenis podem ser menosprezadas diante das experiências seletivas que se aplicam aos grupos dominantes. Um exemplo disso são as estatísticas alarmantes de vitimização letal juvenil (SCHERER; GERSHENSON, 2016) e as

altas taxas de atraso e de evasão escolar entre jovens brasileiros, que variam, consideravelmente, em função de situação domiciliar, cor e classe (IBGE, 2019), aspectos, muitas vezes, relegados diante dos discursos de valorização da juventude e do prolongamento dos anos de estudo dos jovens.

Por outro lado, Creenshaw (2002) cunhou o termo “superinclusão”, indicando o movimento oposto, que se refere às circunstâncias em que um problema ou condição imposta a um subgrupo é tomado como um problema universal, generalizando tal problema ou condição. Mais uma vez fazendo relação com o eixo etário, no caso dos jovens, a superinclusão se relaciona aos estereótipos e aos discursos direcionados aos jovens. Considera-se um dos exemplos possíveis o discurso dos jovens empreendedores, que têm “espírito inovador e são patrões de si mesmo”, como se representassem um grupo homogêneo, quando na verdade se distinguem, pelo menos, os empreendedores por oportunidade e os empreendedores por necessidade. Estes últimos representam parcela significativa dos jovens empreendedores brasileiros (BULGACOV et al, 2011). Conforme explica Creenshaw (2002, p. 176), “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível”.

Destaca-se que, reconhecendo o inegável peso das contribuições de Creenshaw (2002) nomeando e realizando pesquisas que contribuíram para a compreensão e popularização do conceito de interseccionalidade (KYRILLOS, 2020), a análise da autora pode ser considerada uma segmentação geométrica e estática (HIRATA, 2014), ao usar a metáfora de um cruzamento de ruas que representam eixos de opressão; e ao relegar os processos de resistência e enfrentamento de opressões, em nível individual e coletivo, pois os marcadores podem vincular-se também à agência e ao empoderamento, envolvendo evolução e renegociação (COLLINS, 1986), em diferentes contextos históricos e culturais. A matriz de dominação estrutura-se ao longo de eixos e em vários níveis, e não permite que se nivelem as múltiplas experiências em algo puro, estático e uniforme (COLLINS, 1990).

Ao considerar que as formas de opressão se interligam e não se reduzem a um tipo fundamental, a interseccionalidade, então, se relaciona “ao *insight* crítico de que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, habilidade e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente exclusivas, mas como fenômenos de construção recíproca que, por sua vez, moldam desigualdades sociais complexas” (COLLINS, 2015, p. 2). Afetando diferentes sociedades e experiências individuais, a interseccionalidade constitui uma ferramenta analítica que permite compreender e explicar a complexidade das experiências humanas (COLLINS;

BILGE, 2020). Trata-se de um conceito em movimento e em disputa, permeado por significativa heterogeneidade no seu entendimento e uso (RODRIGUEZ et al, 2016; COLLINS; BILGE, 2020).

Nesse sentido, Piscitelli (2008) distingue duas linhas de abordagens sobre a interseccionalidade: sistêmicas e construcionistas. As abordagens sistêmicas, alinhadas ao viés de Crenshaw (2002), destacam o impacto dos sistemas e estruturas sobre a formação de identidades, versando sobre como ações e políticas geram opressões ao longo de eixos ou avenidas que se cruzam, constituindo aspectos de desempoderamento. De acordo com Piscitelli (2008) e Henning (2015), as abordagens sistêmicas trazem como fraquezas: 1) a não diferenciação das ideias de diferença e de desigualdade, desconsiderando que a diferença não necessariamente é um marcador de hierarquia e/ou opressão; 2) a ênfase na subordinação e no desempoderamento, relegando pontos de resistência; e 3) a visão das relações de poder como uma propriedade detida por alguns, em detrimento de outros, e não como uma relação.

Já as abordagens construcionistas, segundo Piscitelli (2008), envolvem aspectos dinâmicos e relacionais da identidade, a qual se altera conforme os resultados de práticas de articulação entre diferentes elementos. Há distinção entre diferença e desigualdade e parte-se do entendimento de que os marcadores de identidade, apesar de categorizarem os sujeitos, também abrem espaço para a sua agência e resistência, a exemplo da perspectiva de Brah (2006), autora que propõe considerar subjetividade e identidade, simultaneamente, a fim de se compreender as dinâmicas de poder que atuam na diferenciação social.

Por sua vez, Cho, Crenshaw e McCall (2013) sugerem que o campo de estudos sobre interseccionalidade pode ser dividido em três grandes grupos, que se relacionam e possuem limites fluidos entre eles: 1) grupo que consiste em pesquisas de dinâmicas ou estruturas interseccionais, 2) grupo que envolve debates e reflexões sobre o escopo e o conteúdo da interseccionalidade enquanto paradigma teórico e metodológico, e 3) grupo que se relaciona às intervenções políticas realizadas com uso de lentes interseccionais.

Collins (2015) também aponta três conjuntos de preocupações interdependentes: 1) o primeiro conjunto parte da interseccionalidade como campo de estudo, analisando sua história, seus temas, os limites, os debates e as direções tomadas; 2) o segundo parte do pressuposto da interseccionalidade como estratégia analítica, focando em novas perspectivas que as estruturas interseccionais fornecem acerca de instituições sociais, práticas, problemas sociais e outros fenômenos associados à desigualdade; e, por fim, 3) o terceiro conjunto de

preocupações assume a interseccionalidade como práxis crítica, analisando como ela é usada em projetos de transformação e justiça social.

Sabe-se que as discussões sobre o que é a interseccionalidade, apontando-a como um método, um paradigma de pesquisa, um campo de estudo, uma variável, uma práxis crítica, uma preocupação heurística, uma lente teórica, uma ferramenta analítica, dentre outras possibilidades, são relevantes para o seu desenvolvimento, embora mais importante do que se prender à discussão do que representa, é refletir sobre o uso que se faz dela nos estudos e na sociedade. Diante das diferentes lentes e possibilidades, a presente pesquisa se alinha ao entendimento de Collins (2015), ao fazer uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

Por se tratar de um conceito com articulações e movimentos que não se esgotam, mas que estão sempre em progresso, no âmbito da interseccionalidade há, ainda, diversas possibilidades e categorias subordinativas que carecem de novas análises (CARBADO et al, 2013). Nesse sentido, defende-se, neste estudo, que a idade é um importante marcador social de diferença e que, no que diz respeito às juventudes, é imperativo não tratar os jovens como um grupo homogêneo, uma vez que são sujeitos os quais, além de características vinculadas à idade, são perpassados por diversos outros marcadores categoriais de diferenças que podem levá-los à vulnerabilidade interseccional, como classe, raça, gênero, sexualidade, região de origem e aparência. De acordo com Valenzuela-Arce (2015, p. 29):

[...] a precarização e a vulnerabilidade juvenil se ampliam com o incremento de repertórios identitários proibidos ou desacreditados como ocorre quando se é jovem, pobre, indígena, afrodescendente, mulher, homossexual, transgênero, marcadores que correspondem a quem temos identificado como grupos estigmatizados ou identidades proibidas.

A interseccionalidade produz diferentes juventudes e as intersecções de gênero, classe, raça-etnia, cultura, aparência, dentre outras, atuam nos níveis individual, organizacional e social, construindo e reforçando vantagens, desvantagens e oportunidades desiguais e complexas relacionadas às trajetórias profissionais nas organizações (CASTRO; HOLVINO, 2016). Nesse sentido, utilizar uma “sensibilidade interseccional” ao fazer pesquisas com jovens e demais sujeitos no âmbito dos estudos organizacionais pode trazer inúmeras contribuições, assim como foi verificado em outros campos de estudos (CASTRO; HOLVINO, 2016).

A despeito disso, é possível afirmar que a interseccionalidade é pouco utilizada e discutida na Administração. Em pesquisa realizada nas bases Spell e Scielo, utilizando os

descritores interseccional e *intersectional*, no título ou resumo, publicados nos anos de 2015 a 2020, verificou-se que, na base Spell, retornaram apenas oito resultados. Já na base Scielo, foram 147 resultados, dentre eles, a maioria (76) fazia parte da área de Ciências Humanas, enquanto na área de Ciências Sociais Aplicadas havia 46 artigos.

Com o objetivo de saber o panorama dos estudos que utilizam a lente interseccional na área da Administração, foi realizada uma triagem com base nos resumos dos artigos e nos periódicos em que foram publicados, observando-se aqueles com classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Dois artigos foram desconsiderados por aparecerem em duplicidade e, após a triagem, restaram apenas seis artigos com classificação na área citada, considerando as duas bases consultadas. Os resultados remeteram às pesquisas de Campbell (2015), Rinaldy (2015), Almeida et al (2019), Souza (2019), Colling e Oltramari (2019) e Dalpian e Silveira (2020).

Campbell (2015) defende o compromisso de compreender e abordar a interseccionalidade ao buscar eliminar todas as formas de discriminação e alcançar a igualdade de gênero, como se propõe a fazer o Comitê para a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), um tratado internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), em pauta na sua pesquisa. De acordo com a autora, além de sexo e gênero, outros aspectos, experiências e identidades exercem influência sobre a discriminação e a desigualdade enfrentadas pelas mulheres, e devem ser considerados em conjunto.

Rinaldy (2015), por sua vez, em pesquisa empírica realizada em área rural do México, buscou entender como ela própria foi percebida em seu trabalho etnográfico por pequenos produtores de café, como pesquisadora, branca, europeia e acadêmica, mobilizando a reflexividade e a interseccionalidade na pesquisa. A autora ressalta a necessidade apontada por epistemologias feministas de um “conhecimento situado”, e afirma ser importante estimular a compreensão dos diferentes níveis de dominação que o seu próprio corpo gera em diferentes contextos do trabalho de campo, além de colocar em discussão categorias generalizantes aplicadas ao meio rural.

Almeida et al (2019) analisaram, em uma pesquisa empírica voltada para a sociologia do marketing, a relação entre o mercado de consumo de crédito e os idosos de baixa renda. Partindo do entendimento de que a proximidade do idoso com o mercado de crédito é interligada com diferentes esferas da sua vida e de que a vulnerabilidade do consumidor se relaciona a contextos econômicos, sociais, culturais e políticos, os autores destacam

contribuições que olhares interseccionais podem trazer para a área e para pesquisas sobre consumo de crédito.

Também ao abordar marketing e consumo, Dalpian e Silveira (2020) objetivaram entender como a interseccionalidade opera em locais de mercado considerados abertos à diversidade, com foco no público *gay* masculino. Por meio de uma pesquisa empírica realizada em duas metrópoles, uma brasileira e uma canadense, os autores sublinham que a exclusão segue operando em categorias marginalizadas, mesmo em locais que recebem ostensivamente pessoas de grupos que sofrem preconceito (como bares, saunas, restaurantes e clubes). Perceberam uma homonormatização, que envolve forças homogeneizantes de possibilidades de consumo e regula as práticas aceitáveis, atuando tanto geograficamente (concentração em regiões específicas), quanto em relação aos atores de mercado.

Por sua vez, em uma pesquisa empírica com alunos de graduação em Administração de uma universidade brasileira, Souza (2019) usa a perspectiva interseccional para abordar a construção da identidade racial e as suas intersecções com a classe social. Segundo o autor, há uma ressignificação da raça para além de características fenotípicas, e a classe é um fator que modifica o significado da raça na sociedade brasileira. Como as fronteiras entre raça e classe são fluídas, suas possíveis junções levam a uma área cinzenta a qual faz com que os alunos pesquisados reduzam aspectos raciais a aspectos de classe.

Por fim, Colling e Oltramari (2019), em um ensaio teórico, colocam em pauta o método história de vida como forma de compreender categorias opressivas sob a perspectiva da interseccionalidade. Entender as categorias opressivas significa não apenas identificá-las, mas também compreender como as construções sociais e de sentidos interagem e se refletem na sociedade. De acordo com as autoras, o uso da história de vida constitui uma oportunidade para, por intermédio da fala de quem sofre as opressões, realizar avanços utilizando o enfoque interseccional, no campo da Administração.

Diante do exposto, percebe-se um movimento ainda tímido em termos de publicações no campo da Administração e ainda mais tímido em termos de estudos que contemplem as especificidades do Brasil, um país com dimensões continentais, onde a diversidade se expressa em toda sua pluralidade.

### **2.1.1 Marcadores interseccionais no contexto brasileiro**

Devido à origem e à influência do feminismo negro, muitos estudos interseccionais abordam as relações estabelecidas entre os eixos de sexo/gênero e de raça (SOUZA, 2019),

relações estas de inegável importância histórica. No caso do Brasil, especificamente, a questão racial constitui a história e a origem do país (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Destaca-se que a herança do passado escravista se relaciona com a permanência de traços estruturais que se traduzem em um legado interseccional relacionado à raça/cor e ao gênero, articulando-se, ainda, com a classe social (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Nas Américas, o Brasil foi o país que recebeu maior número de escravos africanos e, no mundo, um dos últimos países a abolir a escravidão (SOUZA, 2019). A mão de obra escrava está atrelada à história brasileira e, especificamente, a mão de obra escrava feminina está associada ao trabalho desqualificado, braçal e abjeto (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015), demarcando não apenas a ideia de superioridade branca, mas também a de superioridade masculina. A dominação racial e de gênero produziu efeitos diferentes para mulheres negras, relacionando-se, entre outros aspectos, à sexualidade, à saúde reprodutiva e ao trabalho (CALDWELL, 2000). Da violação de mulheres negras e indígenas por colonizadores brancos surgiram aqueles identificados como mestiços, dando início ao processo de miscigenação da população, que está na origem da construção da identidade nacional (CARNEIRO, 2003).

O grau de miscigenação da população brasileira é o maior do mundo em comparação a outras colônias e esse processo foi defendido por certos estudiosos e integrantes da elite como alternativa para a regeneração de negros, índios e mestiços, promovendo, por meio da mistura de raças, a evolução de raças não brancas (SOUZA, 2019). A ideia da mestiçagem como alternativa para o alcance de uma nação branca foi central para as noções brasileiras do branco como categoria que subsume a negritude (CALDWELL, 2000). Usando-se de argumentos que valorizavam tal miscigenação e ocultavam o contexto envolvido, surge o mito da democracia racial brasileira (SANSONE, 1996; CARNEIRO, 2003; SOUZA, 2019; FRAGA et al, 2022), que nega o racismo estrutural existente no Brasil e a relação entre desigualdades sociais e raça.

No Brasil, a raça transcende o biológico do corpo e constitui um fenômeno social e histórico, de construção discursiva, tornando a identidade racial particularmente fluida e camuflando suas raízes sociais, culturais, econômicas e ideológicas (SOUZA, 2019). A fluidez da classificação racial no contexto brasileiro “reflete o conflito e a negociação em torno da cor, e, em geral, as várias formas através das quais a ideologia racial é vivenciada nas diferentes camadas sociais e nas instituições” (SANSONE, 1996, p. 166).

Assim, as concepções de branco e não-branco variam conforme grau de mestiçagem, classe, região, além de variarem de indivíduo para indivíduo (NOGUEIRA, 2006), permitindo diferentes cores “intermediárias” (CALDWELL, 2000). O ser branco e o ser negro no Brasil se relacionam à aparência, às características fenotípicas (SANSONE, 1996; NOGUEIRA, 2006; SCHUCMAN, 2014; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018; SOUZA, 2019) e ao status, sendo o racismo à brasileira, em maior ou menor grau, velado e sutil (SCHUCMAN, 2014) e, produzindo, além da desigualdade, a naturalização de opressões (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020).

Esse contexto se revela na destacada valorização de normas somáticas que dizem respeito ao tipo físico e à aparência preferidos (SANSONE, 1996), sempre relacionados às características de pessoas brancas. Com isso, ocorre a inferiorização de traços fenotípicos de pessoas negras e as suas trajetórias são marcadas por desigualdades sociais, discriminação e preconceito (NOGUEIRA, 2006; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018), manifestando-se nos mais variados espaços. Nesse sentido, é possível falar de um preconceito de marca, diferente do preconceito de origem, uma vez que o preconceito racial no Brasil se relaciona à aparência e determina uma preterição tomando como pretexto os traços físicos, a fisionomia, os gestos e o sotaque dos indivíduos (NOGUEIRA, 2006).

A estética branca é hegemônica, definindo o belo e o feio, em especial, quando entram em cena as normas de gênero, que reforçam essa hierarquia e influenciam a construção social dos padrões de feminilidade e beleza feminina (CARNEIRO, 2003; LAGE et al., 2016), segundo os quais características do cabelo, do nariz e dos olhos, por exemplo, transcendem aspectos estéticos e resultam em percepções criadas sobre as mulheres negras e, até mesmo, em possibilidades de mobilidade social (LAGE et al., 2016).

O preconceito de marca se relaciona, também, à tendência a reduzir aspectos raciais a questões de classe social, de forma que o preconceito racial seja disfarçado sob o de classe, com o qual tende a coincidir (NOGUEIRA, 2006). Em muitos casos, pessoas negras são, automaticamente, associadas à pobreza (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018) e suas chances de mobilidade social tendem a ser inversamente proporcionais à intensidade das marcas que carregam (NOGUEIRA, 2006).

No Brasil, raça e classe social se relacionam de forma que a classe ressignifica a raça para além de características fenotípicas, em muitos casos subordinando e negando a relevância das questões raciais (SOUZA, 2019). Nesse sentido, a classe social pode atuar como forma de branqueamento, permitindo que uma pessoa negra vislumbre maiores



possibilidades de legitimação ao pertencer a classes sociais mais abastadas, pois suas marcas são “compensadas” pela ostentação de características que impliquem aprovação social (NOGUEIRA, 2006).

De acordo com Sansone (1996), a cor é um aspecto relevante frente às relações de poder e sociais em determinados contextos, constituindo áreas duras; enquanto não possui tanta relevância em outras áreas e momentos, constituindo áreas moles. São exemplos de áreas moles os espaços religiosos, os bares e as festividades como o carnaval. Por outro lado, o mercado de trabalho constitui um exemplo de área dura, bem como os relacionamentos afetivos e as relações com a polícia, representando espaços onde a competição, a estética e o status conferem desvantagens às pessoas negras (LAGE et al., 2016). No mercado de trabalho, especificamente, a cor tende a assumir relevância, uma vez que existem tipos de atividades e de lugar que variam conforme os diferentes tipos raciais, ressaltando-se a influência da cor na divisão cultural do trabalho e dos espaços na cidade (SANSONE, 1996).

No contexto laboral, ocorrem segregações sutis que nem sempre se baseiam explicitamente na cor (SANSONE, 1996), mas que fazem com que certos corpos se tornem mais adequados a determinados tipos de trabalho (SOUZA, 2019). Nesse âmbito, pessoas negras enfrentam dificuldades quanto ao reconhecimento profissional e intelectual (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018), enfrentando maior instabilidade e vulnerabilidade em comparação a pessoas brancas (HIRATA, 2014), de forma que sua cor e aparência particularizam suas experiências, principalmente quando são observados, em conjunto, outros marcadores de diferença, como classe, gênero e idade.

Diante do exposto e reconhecendo-se a inequívoca relevância de raça, gênero e classe no pensamento interseccional e nas sociedades, em especial, na sociedade brasileira, cabe destacar que se prender a tais marcadores ofusca outras categorias de diferença, além de desencorajar a descoberta de categorias emergentes e suas articulações (RODRIGUEZ et al, 2016). Conforme afirma Henning (2015), não se deve partir da obrigatoriedade do “mantra dos três marcadores”, referindo-se a gênero, raça e classe, pois, ao frisar a superioridade de um marcador sobre os demais ou reforçar certos cruzamentos em detrimento de outros, não é adequada a atenção dispensada aos marcadores entrelaçados que se mostram relevantes em contextos específicos, localizados historicamente e culturalmente.

Há também que se observar, no contexto brasileiro, bem como em grande parte das sociedades ocidentais, as particularidades que a intersecção entre idade e aparência podem trazer. A idade está relacionada ao ageísmo ou discriminação etária, prática móvel e difusa,

que envolve discursos e atitudes estereotipadas direcionadas a indivíduos ou grupos em razão de sua faixa etária (SNAPE; REDMAN, 2003; SILVEIRA; HANASHIRO; PEREIRA, 2017). Nesse sentido, é possível observar abordagens reducionistas e discursos sociais (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; SAVEGNAGO, 2019) que conferem aos jovens e às pessoas mais velhas determinados estereótipos negativos e positivos, a depender dos destinatários dos discursos. Em sociedades obcecadas pela aparência, a juvenilização e a valorização do que se associa ao jovial ganham força (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014), de forma que o *lookism* ou discriminação em função da aparência (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013; SILVEIRA, HANASHIRO, PEREIRA, 2017) pode acarretar tratamentos diferenciados para diferentes grupos etários.

A aparência é um conceito amplo, que se baseia também em padrões de vestimenta, higiene e em noções de atratividade construídas socialmente. Em contextos organizacionais, tal como na sociedade, as aparências importam e, com isso, decisões são tomadas com base nela e em estereótipos exteriores, influenciando, até mesmo, as percepções acerca de capacidades e qualificações. Os julgamentos de aparência podem se associar à idade, classe, cor, raça, sexo, gênero, altura, peso e origem nacional, sobrecarregando desproporcionalmente, por exemplo, negros e mulheres diante da tendência de se preservar a posição de privilégios de grupos dominantes (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013).

Apesar dos imperativos de juvenilização da sociedade, juventude e boa aparência nem sempre se tornam sinônimos, pois a realidade de históricas desigualdades brasileiras restringe a vivência do esteticamente juvenil (SAVEGNAGO, 2019; OLIVEIRA, 2019) e faz com que a aparência seja perpassada por aspectos como raça e classe. Nesse sentido, a interseccionalidade ganha materialidade nos corpos e observa-se a discriminação com base em marcas, como bem apontado por Sansone (1996) lançando luz às características fenotípicas de cor, mas destacando, ainda, a relevância de demais marcas que influenciam os padrões estéticos de “boa aparência” e a consequente imagem que se cria dos sujeitos.

Assim, o presente estudo focaliza os possíveis marcadores interseccionais que se cruzam com a idade e podem influenciar as trajetórias e transições de juventudes brasileiras.

## **2.2 Juventudes, seus estereótipos e suas interseccionalidades**

Ao se falar de juventudes, está em questão uma etapa da vida com significados próprios, que “se reveste de conteúdos muito singulares e de grande intensidade social” (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005, p. 7). Essa etapa possui sentido em si mesma e carrega

sua relevância não apenas em virtude de representar um devir (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006), vinculada a futuros adultos com papéis sociais a cumprir, mas também pelo que os jovens são, pensam e fazem no presente. Nesse sentido, as juventudes são também transitórias, mas não apenas transitórias (TARTUCE, 2007).

Juventude parece remeter a um marco classificatório preciso, mas, na verdade, encontra-se envolta em ambiguidade e imprecisão (MARGULLIS; URRESTI, 2008) devido a sua elasticidade (OLIVEIRA, 2019). Destacando que a juventude é socialmente construída (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TARTUCE, 2007; MARGULLIS; URRESTI, 2008; MÁXIMO, 2012; MELSERT; BOCK, 2015; ABRAMO, 2016; SCHERER; GERSHENSON, 2016; SILVA JÚNIOR; MAYORGA, 2016), pensar em um conceito unívoco e estático de juventude envolve dificuldades com razões históricas, sociais e culturais (RAITZ; PETTERS, 2008; SAVEGNAGO, 2019). Conforme afirmam Trancoso e Oliveira (2014, p. 138):

A não ser por imposição, torna-se impossível um conceito unívoco para a juventude, dada a sua complexidade ampliada pela elasticidade que adquire na contemporaneidade, que desvincula a idade do sentir-se jovem, reforça a importância de se pensar as questões biológicas, psíquicas, sociais e culturais do desenvolvimento humano.

Ainda que os limites etários não possam ser rigidamente definidos, há uma correspondência com a idade, com a noção de fase do ciclo da vida e com a noção de transição (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016), de forma que as fases são marcadas por eventos biológicos e eventos sociais (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006) e que as juventudes podem ser consideradas biopsicossociais. Conforme afirmam Franco et al (2017, p. 48), “em todas as sociedades, a idade aparece como um dos eixos ordenadores da atividade social, integrando classificações que apresentam estruturação de sentido”.

No Brasil, o período etário convencionado para a juventude e constante nos marcos legais de políticas que envolvem esse grupo, como o Estatuto da Juventude, é de 15 a 29 anos, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a faixa etária de 15 a 24 anos (ABRAMO, 2016) e outras delimitações podem ser citadas, a depender dos países e instituições que as utilizam (Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003; MÁXIMO, 2012). Cabe ressaltar que o parâmetro etário vincula a juventude à determinada idade, mas ela não se reduz a uma etapa cronológica, “sendo imprescindível levar em consideração a diversidade no âmbito das experiências de vida das juventudes” (SCHERER; GERSHENSON, 2016, p. 161).

As juventudes podem ser entendidas como uma condição articulada social e culturalmente em função da idade, geração, classe social de origem, gênero, localização da família e malha de instituições que regem a vida social (MARGULLIS; URRESTI, 2008), mas vão além disso. Existe a condição juvenil, que se refere à estrutura social que cerca os jovens, contemplando aspectos formativos, trabalhistas, econômicos e culturais, culminando no significado atribuído por determinada sociedade à juventude; e há, ainda, a situação social dos jovens, que se refere aos modos como vivem e experimentam sua condição juvenil no espaço e no tempo (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016) e, condição juvenil e situação social dos jovens são duas facetas imbricadas para a compreensão da heterogeneidade das juventudes.

De acordo com Savegnago (2019), essa compreensão pressupõe a consideração de quatro variáveis principais, a saber:

- 1) gênero: envolve confrontos, resistências e desvios, em relação ao que se considera uma trajetória ideal para homens e uma trajetória ideal para mulheres, conforme o que a sociedade estabelece em seus esforços de homogeneização e controle;
- 2) escolaridade: desenha caminhos de exclusão e inclusão, influenciando, diretamente, o âmbito laboral e de participação política;
- 3) *status* socioeconômico: vincula-se ao acesso a bens materiais e à cultura do núcleo familiar, que orienta imagens e expectativas em relação ao mundo; e
- 4) local de origem: a localização rural ou urbana e suas características influenciam as vivências e as possibilidades no meio social. Além disso, outras variáveis, como raça e religião, guardam também sua relevância para a análise das juventudes (SAVEGNAGO, 2019).

A despeito de uma compreensão que envolva essas e outras variáveis, é comum que sejam adotadas visões reducionistas sobre as juventudes, seja com base, unicamente, na idade, seja com base em outras características e estereótipos. No Brasil, podem ser elencados cinco tipos de abordagens no que tange às juventudes existentes, a saber:

- 1) juventude como período preparatório, abordagem em que a juventude é considerada um período de transição entre infância e vida adulta, apresentando como deficiências a premissa de homogeneização da juventude e a representação de jovens como sujeitos sociais do futuro e não do presente;

- 2) juventude como etapa problemática, destacando-se os comportamentos de risco e as transgressões dos jovens, que são colocados como ameaça à ordem social, cuja deficiência está na estigmatização generalizadora destes;
- 3) juventude como atores estratégicos do desenvolvimento, partindo do entendimento dos jovens como atores dinâmicos e capazes de contribuir para enfrentar e resolver os problemas da sociedade. Traz como problema a responsabilidade depositada sobre eles, com tendência a negligenciar suas necessidades;
- 4) juventude como atores com papel especial de transformação, abordagem conectada à abordagem anterior, mas frisando o papel de participação juvenil, dedicação à dimensão social, contestação, capacidade crítica e de criação de utopias. Traz como risco a vinculação a um modelo específico de participação, privilegiando o engajamento em ações cívicas e alimentando uma mistificação dos jovens como promotores da mudança;
- 5) juventude cidadã como sujeitos das políticas, em que os jovens são vistos como sujeitos integrais (e não incompletos), detentores de direitos e que vivenciam uma etapa singular de desenvolvimento pessoal e social. A deficiência dessa abordagem consiste na dificuldade existente em delimitar os aspectos específicos que singularizam e diferenciam os direitos dos jovens (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Essas abordagens coexistem e se fazem presentes historicamente nos modos como as juventudes são vistas e tratadas ao longo do tempo no Brasil. Até os anos 1970, a juventude era vista, basicamente, como período preparatório, com ênfase na formação escolar, porém direcionada a jovens específicos, aqueles de classes média e alta. Às margens da ideia de juventude dominante, estavam os jovens de estratos mais pobres da população, que abandonavam os estudos e ingressavam, precocemente, no mercado de trabalho, tornando-se alvo de preocupação pública, apenas, no sentido da inserção laboral e das medidas de prevenção, punição ou resgate das situações desviantes (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Após os anos 1970, com a organização e atuação dos movimentos estudantis reivindicando o fim do regime militar de 1964, os jovens iniciaram uma mudança de viés que, porém, perdeu força, paulatinamente, e deu lugar ao problema dos meninos de rua, os quais se tornaram motivo de pânico por parte de segmentos da sociedade, implicando ondas de

repressão e violência. As discussões e ações engendradas, a partir daí, resultaram na criação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que contemplava, basicamente, crianças e jovens de até 18 anos, excluindo, assim, jovens com idade superior a esta (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

A partir dos anos 1990, os jovens voltaram a ganhar visibilidade, mais uma vez com base no paradigma da juventude como etapa problemática, considerando as dificuldades enfrentadas por eles no mercado de trabalho e os comportamentos de risco vinculados à juventude, como gravidez precoce, uso de drogas, índices de violência e doenças sexualmente transmissíveis. Com isso, organizações não governamentais e organizações do terceiro setor desenvolveram ações voltadas à educação, formação, saúde e cultura dos jovens, fomentando uma mudança de paradigma para a visão dos jovens como atores estratégicos de desenvolvimento local. Os jovens de estratos mais baixos da sociedade começaram a emergir não apenas como grupo de risco, mas como grupos juvenis que demonstravam suas pautas, preocupações e realidades, por meio do Hip Hop, do grafite, do rock, da capoeira, do teatro, da poesia, do *skate*, das rádios comunitárias, etc. (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Com a intensificação dos debates acerca da juventude e com a interlocução com o poder público, nos anos 2000, surgem o Plano Nacional de Políticas de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Caminha-se para a abordagem da juventude cidadã como sujeitos das políticas, ainda incipiente no Brasil, embora pareça a mais profícua para desenvolver ações e políticas que contemplem o jovem de forma integral e diversificada, ressaltando que um único eixo ou abordagem não é suficiente para dar conta da complexidade que envolve a juventude (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005).

Podem ser elencados, ainda, cinco discursos sociais sobre jovens e juventudes que merecem destaque por valorizarem determinados aspectos e por se destinarem a determinados tipos de jovens, influenciando os saberes, as representações e o processo de subjetivação de jovens da América Latina na atualidade (SAVEGNAGO, 2019). São eles:

- 1) juventude como ideal de vida;
- 2) juventude como um momento de crise;
- 3) juventude enquanto problema social;
- 4) associação entre juventude e futuro;
- 5) juventude como moratória social.

O discurso da juventude como ideal de vida elege o jovem como referência para todas as faixas etárias, exaltando características como a beleza, o vigor, a potência e a liberdade juvenis. A beleza vincula-se, diretamente, ao mundo do consumo, em que certas características do que é considerado juvenil implicam em estilos de vida, imagens, aparências e gostos comercializados para diversos segmentos da população como um ideal, afinal, na sociedade contemporânea, quem não quer ser (ou parecer) jovem? Já a potência ou vigor se relacionam com a predisposição à inovação e à mudança, possibilitando desenvolvimento e progresso na sociedade; e a liberdade está ligada ao espírito de aventura e à possibilidade de experimentação (SAVEGNAGO, 2019).

Alinhada a esse discurso, a “juvenilização” da sociedade (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014) encara a juventude como um estilo ou modo de vida, descolado de faixas etárias, em que é comum o desejo de ser eternamente jovem. Existe, ainda, a idealização de um espírito jovem que todos podem (ou devem) adotar (PIMENTA, 2007), relativizando o tempo biológico e abstraindo ou negando o processo natural de envelhecimento (SILVEIRA; HANASHIRO; PEREIRA, 2017). A juvenilização demanda investimento financeiro e temporal, constituindo um fenômeno artificial de apelo mercadológico (OLIVEIRA, 2019). Além disso, a apologia à juvenilização da sociedade ignora a realidade concreta que restringe o consumo, a vivência do esteticamente juvenil, o potencial de agência e a liberdade de determinados jovens, pois nem todos eles podem ser “juvenis” (SAVEGNAGO, 2019; OLIVEIRA, 2019).

Por sua vez, o discurso da juventude como momento de crise representa a juventude como uma etapa de dificuldades, permeada por conflitos e desajustes a serem resolvidos na vida adulta. O conceito de crise se refere a um momento difícil, decisivo ou perigoso, à falta de algo importante ou à manifestação súbita de um estado emocional ou nervoso. Nesse caso, o que de importante falta aos jovens seriam as características atribuídas aos adultos como maturidade, responsabilidade e controle emocional. Contudo as crises não podem ser naturalizadas como algo comum da juventude, uma vez que elas ocorrem, também, em outros momentos da vida, e porque essa naturalização pode contribuir para a banalização dos reais motivos de possíveis conflitos vivenciados pelos jovens. Ademais, ressalta-se que a crise não possui apenas uma conotação negativa, está relacionada, também, a um período de mudança e desenvolvimento, com uma conseqüente mobilização de recursos internos, o que possibilita descobertas e transformações importantes (SAVEGNAGO, 2019).

O terceiro discurso, da juventude como problema social, está alinhado à abordagem da juventude como etapa problemática, mencionada por Freitas, Abramo e Leon (2005), em que o foco está nos desvios do que é considerado “normal” para a conduta e a trajetória dos jovens, em virtude dos impactos que os comportamentos desviantes podem causar ao que está socialmente instituído e que permite certo senso de continuidade do funcionamento social (MÁXIMO, 2012). A palavra de ordem é a adequação, logo, toda “inadequação” ou “anormalidade” deve ser tratada como um problema social. Nessa perspectiva, recebem destaque comportamentos relacionados à violência, ao consumo de drogas, à gravidez precoce, à depredação urbana, entre outros comportamentos associados, principalmente, aos jovens pobres (SAVEGNAGO, 2019).

Quando se mencionam os discursos da juventude como momento de crise e da juventude como problema social, fica nítida a vinculação a determinados destinatários. Se certos comportamentos considerados problemáticos são atribuídos aos jovens mais privilegiados economicamente, a justificativa pode se pautar no momento de crise, difícil e comum à sua condição de jovem. Por outro lado, se os mesmos comportamentos considerados problemáticos são atribuídos aos jovens menos privilegiados economicamente, provavelmente o julgamento será pautado na ideia do problema social e de jovens potencialmente perigosos que devem ser controlados (SAVEGNAGO, 2019).

O discurso da associação entre juventude e futuro é o quarto mencionado e se relaciona às abordagens da juventude como período preparatório e como atores com papel especial de transformação, citadas por Freitas, Abramo e Leon (2005). Nesse discurso, o jovem atravessa uma transição e não é visto por sua importância no momento presente, mas pelas expectativas em relação ao futuro no qual ele pode promover transformações e representar o desejado para o “futuro da nação”. Devido ao capital temporal ou moratória vital que possuem, os jovens estariam mais aptos a promover mudanças e renovações, a agirem como atores sociais e políticos que assumem certo protagonismo (SAVEGNAGO, 2019). Contudo ao ser encarados como um vir a ser e como promessas para o futuro, cabe questionar qual o real espaço que possuem no presente para agirem e serem protagonistas, ou se esse espaço estaria reservado aos adultos. Indo além, cabe questionar se são oferecidas aos jovens condições sociais concretas para que eles construam os ideais futuristas de uma nação ou sociedade melhor.

Assim como os outros discursos citados, esse discurso também está vinculado a determinados tipos de jovens, pois ao mesmo tempo em que alguns jovens são vistos como o



“futuro da nação” e protagonistas, outros são vistos como “sem futuro”, como o oposto da juventude promissora. O capital temporal ou moratória vital não se aplica uniformemente aos jovens de realidades precárias e de risco que, em certos casos, não têm certeza, nem mesmo, sobre o amanhã. Para esses jovens, o foco é no agora, pois faltam garantias que lhes possibilitem um planejamento de longo prazo (SAVEGNAGO, 2019; OLIVEIRA, 2019) e, para grande parte deles, “o presente não é uma escolha, mas é o único tempo possível frente às urgências cotidianas” (OLIVEIRA, 2019, p. 111).

O quinto e último discurso, da juventude como moratória social, se baseia na inexperiência dos jovens e na subordinação ao adulto. A moratória social representa um momento de experimentação e de adiamento de determinados direitos, deveres e papéis associados ao mundo adulto (MARGULLIS; URRESTI, 2008). Esse discurso parte do pressuposto da homogeneidade social e de uma sequência linear e regular de eventos, que se aproxima dos padrões das classes média e alta. A juventude seria um período de preparação para a adultez e essa moratória ou suspensão de determinadas cobranças e responsabilidades seria comum aos jovens, de forma geral. Não obstante sabe-se que essa preparação se dá de forma diferenciada entre as juventudes e que muitos jovens de classes menos favorecidas não podem adiar certas responsabilidades da vida adulta (ALVES; ALBANESE, 2016; SAVEGNAGO, 2019), vivenciando o que pode ser chamado de adultização acelerada ou precoce (MÁXIMO, 2012; OLIVEIRA, 2015, 2019). Enquanto para alguns jovens há uma extensão ilimitada dessa moratória social, para outros ela não chega, nem mesmo, a ser experimentada.

O jovem pobre, visto como trabalhador e que deve saber “se virar” desde cedo, pode esperar as possíveis garantias que uma maior escolarização e preparação preveem? Os anos de preparação para o futuro representam uma espécie de “cheque pré-datado” que muitos não podem esperar para descontar e que pode nem mesmo ter o valor esperado no futuro (PAIS, 2005), destacando, ainda, os imperativos de formação continuada e permanente. A educação formal, sobretudo no caso dos filhos da classe trabalhadora, antes vista como importante investimento que levaria à mobilidade e à ascensão social, já não assegura a inserção laboral em vagas condizentes ao nível de formação (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Diante desse cenário, pode ser gerada uma tensão entre projetos de longo prazo que não oferecem garantias e a busca de gratificação imediata (ALVES; ALBANESE, 2016; SAVEGNAGO, 2019). Nesse sentido, o diferimento de recompensas, conceito cunhado por Leccardi (2005) para se referir ao adiamento de satisfações no presente visando garantir

possíveis benefícios futuros, não faz parte da realidade de todas as juventudes, havendo marcadores interseccionais que influenciam as possibilidades de quem difere recompensas (e também responsabilidades) e de quem não o faz.

Frente às abordagens e aos discursos apresentados, é possível afirmar que, quando se fala em juventudes, o enfoque, muitas vezes, se prende aos sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens ou a vieses adultocêntricos, considerando o imaginário social existente sobre a juventude e não as juventudes propriamente ditas. Destaca-se, assim, a importância de falar sobre os jovens frisando como eles próprios elaboram e vivem suas experiências (ABRAMO, 1997; PIMENTA, 2007), colocando-os como sujeitos e guardando distância das imagens da juventude como fase difícil e problemática, e dos jovens como “problema social”, principalmente, os de contexto de vulnerabilidade (ABRAMO, 1997). Dessa forma, a ideia de protagonismo juvenil é relevante na medida em que reforça a posição de sujeitos dos jovens na sociedade, entretanto, cabem ressalvas quanto ao uso desse discurso, no sentido de responsabilizar, exclusivamente, o jovem pelo seu futuro, relegando os aspectos estruturais da sociedade e do Estado (TIRIBA; FISCHER, 2011).

A duração e a qualidade das vivências na juventude estão diretamente relacionadas às características socioeconômicas dos jovens e às construções sociais dos papéis/lugares destinados aos homens e às mulheres, considerando ainda as variações de gênero e de grupos raciais na sociedade (AQUINO, 2009). Exemplo disso, usando apenas um dos recortes possíveis e cabíveis, é que, no Brasil, jovens negros são maioria entre os jovens que nem trabalham nem estudam (IBGE, 2019), além de apresentar condições de maior precariedade na inserção laboral, quando comparados aos jovens brancos. Jovens negros também são maioria entre os jovens analfabetos (AQUINO, 2009) e entre as vítimas de violência, ressaltando-se que jovens negros apresentam mais chances de serem vítimas de homicídio do que jovens brancos (AQUINO, 2009; SAVEGNAGO, 2019). Conforme afirma Oliveira (2015, p. 37), “o jovem de baixa renda, negro ou mestiço e morador de periferia é um típico alvo mais próximo das estatísticas da violência (num sentido amplo, inclusive na negação de direitos) e outras situações de vulnerabilidade social que comprometem sua perspectiva de futuro”.

Demarcando um cenário preocupante, tem-se que, do total de pessoas mortas por homicídio, em 2015, 54,1% são jovens, dos quais 71% são pretos e pardos. Os jovens negros do sexo masculino são os mais frontalmente atingidos pela violência letal, no Brasil, e possuem chance 2,70 vezes maior de serem vítimas de homicídio do que um jovem branco.

As jovens negras, por sua vez, também apresentam maior risco de exposição à violência do que jovens brancas, diante da chance 2,19 vezes maior de serem vítimas de homicídio do que uma jovem branca. Tais diferenças se mostram discrepantes quando combinadas com outras variáveis, como o estado/região considerada, por exemplo, de forma que, analisando as cinco regiões brasileiras, o sudeste está em terceiro lugar no que se refere à desigualdade da violência letal juvenil, atrás do nordeste e do norte do país (FBSP, 2017).

Considerando que o Brasil é um país onde a diversidade se manifesta nas mais variadas formas e onde as significativas desigualdades na distribuição de renda são perpetuadas historicamente (MELSERT; BOCK, 2015), a idade constitui mais um fator de acirramento das diferenças e as juventudes envolvem disparidades consideráveis, quando as informações são desagregadas conforme região, situação socioeconômica, raça, etnia, gênero, dentre outros fatores. Conforme afirma Guimarães (2006, p. 181), “perscrutar tais diferenças corresponde, por certo, a um caminho de inegável valor heurístico para dar sustentação à noção de ‘juventudes’, notadamente pelo que essa pode sugerir quanto a modos de viver e de representar o vivido”.

Assim, cabe considerar as juventudes brasileiras em suas interseccionalidades e refletir sobre as vulnerabilidades, mas, não menos importante, também sobre as potencialidades dos jovens.

### **2.3 Transição para a vida adulta**

A juventude envolve a transição para a adultez e, ao colocar essa transição em pauta, é recorrente uma tendência à padronização, por meio de aspectos como idade, escolaridade mínima, formação necessária, características comportamentais exigidas, conquistas, entre outros, indicando uma sucessão de causa e efeitos a qual desconsidera que essa lógica de linearidade não se ajusta à realidade das transições juvenis, que são plurais (CASAL; MASJOAN; PLANAS, 1988; Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003; PAIS, 2005; FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005). Nesse sentido, é como se a vida adulta fosse reduzida a um ideal restrito, colocando o adulto como um estado acabado e moralmente formado, diante de uma seleção de eventos e/ou requisitos vinculados à independência e à maturidade, representando uma visão homogeneizante e parcial de passos a se seguir para chegar até a vida adulta (PIMENTA, 2007).

Contudo a saída da casa dos pais ou responsáveis, a conclusão da vida escolar, o ingresso no mercado de trabalho, os relacionamentos, dentre outros possíveis eventos e

marcadores não são mais definitivos ou estáveis, de forma que os jovens vivem em meio à mobilidade e à elasticidade (OLIVEIRA, 2019). É percebido um “princípio da reversibilidade”, em que os antigos marcadores desse processo de transição são reversíveis, não possuem sequências lineares e uniformes, e as oposições binárias clássicas entre *status* passam a envolver diversos *status* intermediários, caracterizando o que alguns autores chamam de prolongamento da juventude (GALLAND, 1997; FURLONG; CARTMEL, 1997; Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003; PAIS, 2005; PIMENTA, 2007; ABRAMO, 2016; FURLONG, 2016; SANDERSON, 2019).

A visão da juventude como uma sucessão de etapas que conduzem ao mundo adulto desaparece e os eventos que demarcam o sequenciamento de etapas do processo de transição, embora ainda possam ocorrer, perdem “tanto sua ordem e irreversibilidade como a moldura social que lhes garantia seu sentido global” (LECCARDI, 2005, p. 48). Os jovens que concluem a vida escolar podem, seguindo uma sequência linear e padronizada, casar-se, sair de casa e ingressar em um emprego promissor, contudo, não é incomum que, com a mesma rapidez, fiquem desempregados, voltem a estudar, se divorciem e voltem à casa dos pais. Dessa maneira, são experimentados, comumente, diversos *status* profissionais, estudantis, conjugais e pessoais, ao longo da juventude (PAIS, 2005).

É importante ressaltar que o prolongamento da juventude é percebido considerando-se determinados jovens, mas não sua totalidade, logo, essa ideia pode ser falha se não considerar a complexidade, as contradições e as fragmentações das transições para a adultez (STAUBER; WALTHER, 2002). Além disso, as discussões envolvendo o alongamento da transição devem ser situadas, considerando que “elas partem da realidade de camadas médias e altas dos países centrais, da mesma forma como o conceito de juventude foi elaborado a partir desse ponto de vista”, o que justifica a temática ser ainda incipiente no Brasil, país onde existem desigualdades extremas e diferentes formas de transição (TARTUCE, 2007, p. 109), além de o trabalho precoce ser parte da realidade de ampla gama de jovens (TARTUCE, 2007; BORGES; COUTINHO, 2010).

Diante da instabilidade e da dinamicidade envolvidas na transição para a vida adulta (ARNETT, 1997), vivências, responsabilidades e características do mundo adulto são experimentadas e mescladas com aquelas próprias da juventude (AQUINO, 2009). Pode-se dizer que ocorre um “embaralhamento das fronteiras entre as fases da vida, mas também das maneiras diferenciadas de experimentar os papéis de jovem e adulto, muitas vezes

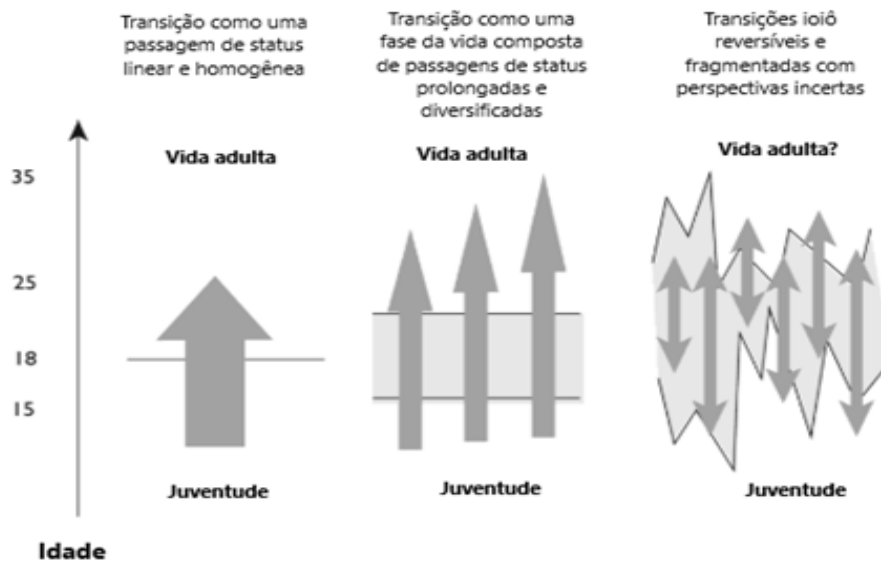
combinando, de forma consciente ou não, aspectos de cada uma delas” (PIMENTA, 2007, p. 94-95).

Essas experimentações entre as vivências da juventude e da vida adulta ocorrem “até alcançar uma definição de si satisfatória tanto no plano da autoestima, quanto acreditável aos olhos dos atores institucionais” (GALLAND, 1997, p.160). Nelas, entram as concepções socialmente construídas de “caminhos apropriados” a seguir e de “caminhos desviantes” a evitar, que desembocam na figura do “adulto bem-sucedido” e na ideia de que os jovens devem ser figuras responsáveis, pois representam a esperança do “futuro da nação” e de um “mundo melhor” (TIRIBA; FISCHER, 2011). Contudo a relação dos jovens com o futuro é de incerteza e tensão, envolvendo dificuldades de imaginar o que os espera e atrelando-se à busca por continuidade e coerência que possam compensar os contornos imprecisos de suas trajetórias (DELORY-MOMBERGER, 2012).

O presente prepondera sobre o passado e o futuro, principalmente quando se trata de jovens em realidades mais precárias (SAVEGNAGO, 2019), pois os projetos envolvendo o futuro estão imersos em grande incerteza, risco e falta de garantias (PIMENTA, 2007; SAVEGNAGO, 2019). O tempo linear, característico de sociedades baseadas no progresso e que pressupõe continuidade e homogeneidade, se cruza com o tempo cíclico, como o de sociedades primitivas, no qual “é como se os jovens tivessem perdido o sentido de ‘continuidade histórica’ e vivessem o presente só em função do presente” (PAIS, 2005, p. 65).

Diante das características fluidas da sociedade, “os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém” (PAIS, 2005, p. 58). Dessa forma, sem o intuito de buscar novas padronizações, pode-se falar de “trajetórias ioiô” (Du BOIS-REYMOND; BLASCO, 2003; PAIS, 2005), conceito usado para se referir às trajetórias de vida juvenis, baseando-se nas lógicas contraditórias que regem as juventudes. A Figura 1 ilustra essa mudança de percepção, em que a transição para a vida adulta vivenciada como algo linear e homogêneo deu lugar às chamadas transições ioiô, nas quais o trânsito entre juventude e adulez é marcado pela reversibilidade.

Figura 1: De transições lineares a transições ioiô



Fonte: Stauber e Walther (2002, p. 15).

Nesses trânsitos conturbados, alguns jovens se movimentam ao acaso ou destino, já outros pensam em formas estratégicas de transitar pelas tramas possíveis do labirinto da vida, reajustando suas estratégias conforme surgem imprevistos. É possível afirmar que, independentemente de como se desenvolvam essas transições, um dos principais eixos está ligado à independência financeira, característica associada à vida adulta (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; DIB; CASTRO, 2010), que parece representar um rompimento entre a condição de dependente e a daquele que pode “andar com as próprias pernas”. A dependência da renda dos pais ou responsáveis representa subordinação e infantilização do sujeito, enquanto a independência representa responsabilidade e liberdade. Para a independência e a estabilidade financeira, o trabalho é aspecto fundamental e forma uma base sobre a qual outras transições são construídas (FURLONG, 2016), envolvendo escolhas que “são múltiplas e reversíveis, embora nem sempre possíveis” (PAIS, 2005, p. 12).

No Brasil, a entrada precoce no mercado de trabalho e a conciliação entre trabalho e estudo são algumas das características marcantes da transição de jovens brasileiros para a vida adulta (GUIMARÃES, 2006, 2020; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017), considerando que “a juventude de muitos sujeitos é atropelada e raptada antes da hora pelas precariedades das disparidades sociais” (OLIVEIRA, 2019, p.109). Conforme afirma Sposito (2005), os jovens brasileiros vivenciam sobreposição e ênfases diversas dos âmbitos escolares e laborais, conforme o momento do ciclo de vida e as condições sociais que envolvem sua situação juvenil. Diante da necessidade de trabalhar que se impõe a algumas juventudes, não é

raro o abandono dos estudos e a redução das perspectivas profissionais futuras às ocupações “escolhidas” diante das oportunidades encontradas (ALVES; ALBANESE, 2016).

Desse modo, para pensar nas escolhas e possibilidades que se abrem para os jovens no percurso para a vida adulta, é preciso pensar no contexto social, econômico e cultural que atravessa esses jovens, bem como nos marcadores de diferença relacionados, considerando que as origens sociais e econômicas dos sujeitos podem interferir e configurar diferentes modalidades, velocidades e roteiros de transição (KLIKSBERG, 2006; PIMENTA, 2007). De acordo com Caruso e Posthuma (2020, p. 132):

[...] um grupo mais restrito de jovens segue seus estudos até o final e entra no mercado de trabalho, sendo que esses jovens são, em sua maioria, brancos, do sexo masculino, oriundos de famílias com renda per capita elevada e residentes em áreas urbanas. Outro grupo de jovens, que apresenta grandes proporções, abandonou precocemente os estudos para se inserir no mercado de trabalho ou para cuidar de filhos e poucos destes retornaram à escola. São em sua maioria meninas e meninos negros, pertencentes a famílias de faixa de renda mais baixa, moradores das periferias ou em comunidades dos grandes centros.

Sabe-se que a transição para a vida adulta de jovens pobres é, historicamente, afetada pela visão desse grupo como uma ameaça à sociedade, daí a pluralidade de estratégias para preencher seu tempo livre, ampliar os níveis de escolaridade e viabilizar a inserção profissional (ABRAMO, 1997; SILVA JÚNIOR, MAYORGA, 2019). Essas estratégias são mais compensatórias que emancipatórias, e as escolhas disponíveis aos jovens de estratos mais baixos da sociedade são perpassadas por condições estruturais e; ainda, pela construção social do que é “ser alguém na vida”.

Esses jovens, assim como os jovens de outras camadas da sociedade, são transformados em protagonistas de suas vidas, responsáveis por empreender mudanças, por garantir a manutenção da ordem social e política e o desenvolvimento futuro da sociedade, mas, por vezes, são desconsideradas as profundas desigualdades estruturais da sociedade brasileira e os mecanismos produtores de exclusão e desigualdade (SILVA JÚNIOR, MAYORGA, 2019).

De acordo com uma concepção reducionista, aos jovens de estratos mais baixos da sociedade resta o lugar de trabalhadores, e seu afastamento desse lugar é ligado à potencial criminalidade (PICANÇO, 2015). Nesse sentido, Silva Júnior e Mayorga (2019, p. 14) afirmam que:

Compreender as experiências de jovens pobres deve ser um processo de conexão entre a descrição de suas condições materiais de vida, dos aspectos socioespaciais do

seu local de moradia, e a análise das suas condições de privação econômica, social, cultural, simbólica e política. É atinar que essas experiências se constroem dentro de um campo de disputas na nossa sociedade, cuja transformação não se dá no âmbito da individualidade dos sujeitos, depositando nela a responsabilização por uma estrutura social desigual.

Demarcando que devem ser deixadas à parte discussões que se prendam a nomenclaturas e marcadores etários específicos, entende-se que a divisão da trajetória juvenil em etapas oferece estruturas úteis para compreender o desenvolvimento humano, mas que se deve reconhecer a diversidade dentro dessas etapas e partir do pressuposto de que elas não são universais nem uniformes, variando conforme contextos de classe social, etnia, cultura, nacionalidade, entre outros fatores (ARNETT, 2012).

Analisando a transição para a idade adulta, Thomson et al (2002) consideraram jovens de comunidades diferentes do Reino Unido, no decorrer de cinco anos, com vistas a identificar momentos críticos de sua biografia e a sua relação com a localização social e geográfica. Segundo os autores, momentos críticos são eventos que envolvem consequências importantes para a vida e a identidade dos jovens. Por meio da interação entre escolha, chance e oportunidade, os autores sugerem que o significado desses momentos críticos e as reações dos jovens a eles são estruturados socialmente. São destacados também os diferentes graus de agência e autoconsciência nas narrativas dos jovens, tendo em vista que estes são, muitas vezes, vulneráveis a decisões de terceiros, como pais ou responsáveis. Mesmo diante do que é socialmente construído e estruturado ou diante das decisões de terceiros, os autores ressaltam a importância de pensar como os jovens experimentam os eventos que ocorrem em suas vidas e as consequências desses eventos em suas vivências.

Guerreiro e Abrantes (2005), por sua vez, analisaram a transição para a condição de adulto, considerando jovens portugueses de diferentes contextos e situações de vida, centrando-se em quatro dimensões: educação, trabalho, família e gênero. A massificação do ensino superior, que atinge grande parcela dos jovens, sem desconsiderar outra parcela significativa que não conclui o ensino obrigatório; o contexto profissional exigente e competitivo, que envolve trabalhos rotineiros, temporários, de vínculos precários e rendimentos reduzidos; a transição familiar (saída da casa dos pais ou responsáveis e constituição de nova família) mais tardia e complexa; e a atenuação das desigualdades simbólicas e materiais entre homens e mulheres (embora a reprodução dessas desigualdades ainda seja vista em diversos aspectos), com maiores níveis de escolarização e profissionalização feminina, são elencados como fatores que influenciam o adiamento da entrada na vida adulta.



Para dar conta destes e de outros elementos, Guerreiro e Abrantes (2005) propõem uma tipologia de transição para a vida adulta que envolva as diferenças percebidas no contexto analisado, enumerando sete padrões de transição, a saber:

- 1) profissional: de investimento quase exclusivo no trabalho, relegando outros campos;
- 2) lúdica: relacionada à fruição e à errância, envolvendo longos percursos escolares, saída tardia da casa dos pais e inserções temporárias e precárias no mundo laboral;
- 3) experimental: envolve experimentações e imprevisibilidade, com uma sucessão de configurações de vida temporárias;
- 4) progressiva: linearidade das etapas percorridas, envolvendo escolarização, progressiva integração profissional e constituição de família;
- 5) precoce: passagem rápida e precoce de *status*, com curta passagem pela juventude;
- 6) precária: que impõe constantes (re)adaptações aos constrangimentos impostos; e
- 7) desestruturante: incapacidade de transição para a adultez, diante de privação de recursos, oportunidades e projetos, levando à exclusão social (GUERREIRO; ABRANTES, 2005).

Por sua vez, abordando mudança social, jovens e tempo, Leccardi (2005) destaca o conceito de diferimento das recompensas, no que tange à transição à vida adulta, envolvendo o adiamento de uma satisfação, no presente, com vistas a garantir possíveis benefícios futuros. Considerando a juventude como uma preparação para a vida adulta, depreende-se que, nos planos relativos ao que se fará no futuro, projeta-se, também, quem se será, cabendo tolerar eventuais frustrações presentes para alcançar as projeções traçadas. Contudo frente às incertezas e à dinamicidade da sociedade contemporânea, marcada por um horizonte temporal comprimido, compete refletir sobre os planos de longo prazo e o adiamento da satisfação no presente, uma vez que o sensato parece ser “aproveitar o instante” e se deter ao presente estendido, culminando no que pode ser chamado de crise da juventude como fase de transição para a idade adulta e, conseqüentemente, crise do diferimento das recompensas (LECCARDI, 2005).

De acordo com a autora, percebe-se uma individualização das biografias, com trajetórias que chegam a destinos diferentes e seguem itinerários diferentes, trazendo uma “nova ênfase na autodeterminação, na autonomia e na escolha (sem apagar, obviamente, os sulcos profundos traçados pelas diferenças de classe, de pertencimento étnico e, num plano

talvez menos evidente, mas não menos poderoso, de gênero)” (LECCARDI, 2005, p. 49). Assim, caberia aos jovens não se prenderem às incertezas do futuro e enxergá-las como um leque de possibilidades, não limitante, mas potencializante para a ação. A ideia de trajetórias ioiô ou labirínticas (PAIS, 2005) passa a ser, então, encarada de forma positiva, uma vez que a fragmentação e a incerteza do ambiente não podem ser eliminadas e devem ser transformadas em recursos.

Entretanto o uso dessa estratégia de transformação não se estende a todos os jovens, sendo associada a jovens ricos em recursos culturais, sociais e econômicos, enquanto os demais, que não têm os mesmos recursos para gerenciar a complexidade, podem cair em um presente sem fascínio e em um futuro fora de controle (LECCARDI, 2005; OLIVEIRA, 2019). Entre esses dois extremos está a estratégia dos projetos curtos, que permite certa sensação de controle sobre o tempo futuro e, por outro lado, está em sintonia com a flexibilidade imposta pelas incertezas que ele acarreta (LECCARDI, 2005).

Refletindo acerca das diferentes nomenclaturas dadas aos jovens em transição, Arnett (2012) fala dos termos utilizados para denominar o período de 18 a 24 anos, como idade adulta jovem, adolescência tardia, transição para a idade adulta e idade adulta emergente, termo este utilizado pelo autor, que também utiliza idade adulta jovem, porém para se referir a outra faixa etária, dos 30 aos 45 anos. O período de 25 a 29 anos, segundo ele, não é fácil de caracterizar, pois representa, para alguns, o início da imersão nos papéis da idade adulta jovem e, para outros, parte da idade adulta emergente. Dessa forma, o autor afirma que as idades que demarcam esses períodos podem variar conforme o país e as percepções subjetivas dos jovens. Em pesquisa anterior com jovens americanos (ARNETT, 1997), foi percebido que eles rejeitaram os marcadores de transição associados à idade adulta, como término dos estudos, casamento e paternidade, ressaltando critérios mais intangíveis, graduais, psicológicos e individualistas.

Uma vez que a transição para a vida adulta se mostra mais fluida e reversível, seu processo “articula uma pluralidade de trajetórias diferentes, intimamente interligadas e que se influenciam mutuamente” (PIMENTA, 2007, p. 35), constituindo um movimento de múltiplas transições que se interseccionam, a exemplo das trajetórias escolar, profissional, familiar e afetiva (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020). Reconhecendo essa articulação, nesta pesquisa, o foco incide sobre a trajetória profissional dos jovens, destacando o trabalho como um âmbito estruturante da adultez e condicionante do futuro dos jovens (CORROCHANO; FREITAS, 2016; SOBROSA et al, 2013). O trabalho pode ser considerado uma das âncoras

mais importantes na transição para a adultez, possibilitando e promovendo que outras dimensões dessa transição se efetivem (GUIMARÃES, 2006).

#### **2.4 Jovens e trajetória profissional**

No período da juventude se dá a inserção profissional (não ignorando o problema do trabalho infantil) e, nesse período, o trabalho assume pesos e sentidos diferentes na trajetória dos jovens (ABRAMO, 2016). Assim como a ideia de linearidade e padronização na transição para a vida adulta tem sido desconstruída, o pensar nas trajetórias profissionais não é diferente (PAIS, 2005), considerando-se que o projeto profissional não mais implica em antecipação, previsão e exatidão dos acontecimentos (DIB; CASTRO, 2010).

As trajetórias laborais se diferenciam conforme a sociedade e variam no tempo (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020) e, ao refletir sobre as juventudes brasileiras, é impossível ignorar o grande peso que tem o trabalho para esse grupo (MELSERT; BOCK, 2015; ABRAMO, 2016) em uma sociedade que valoriza e socializa os sujeitos para o trabalho (TARTUCE, 2007). Igualmente, é importante pensar nas peculiaridades das trajetórias profissionais das juventudes presentes no Brasil, ao invés de tentar “encaixá-las” nas tipologias de geração e de carreira desenvolvidas em outros países do mundo, considerando que tais estudos são, predominantemente, de países norte-americanos e que, mesmo nos Estados Unidos, existem disparidades que refutam os discursos homogeneizantes promovidos (LEMOS, 2012).

A caracterização dos jovens em gerações e em modelos de carreira, predominante na literatura estrangeira e reproduzida em estudos brasileiros, não obstante trate de um grupo particular de jovens, se posiciona como generalizante e desconsidera diferenças históricas, sociais, econômicas, culturais, étnicas e de gênero (LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012). A ideia de geração Y, por exemplo, que alcançou destaque no Brasil, apesar de suas limitações e inadequações para o caso brasileiro, caracteriza os jovens de uma geração com base no ano de nascimento e em características como alta qualificação e comportamento imediatista, homogeneizando a juventude em um país onde o acesso ao ensino superior e à inserção digital ainda se configura como desafio e/ou privilégio (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012).

A geração Y é, frequentemente, ligada às novas tipologias de carreira, que em muito se distanciam da ideia de carreira tradicional, como a carreira sem fronteiras (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 1995) e a carreira proteana (HALL; MOSS, 1998). Na carreira sem

fronteiras, ocorrem migrações entre distintas organizações em virtude da busca por novas oportunidades e desafios, e os trabalhadores são os responsáveis pelos rumos de sua carreira; enquanto na carreira proteana, as necessidades pessoais são mais relevantes e impulsionadoras do que as necessidades da empresa, e são enfatizadas características como maleabilidade, mobilidade e planejamento de carreira com base no futuro (KILIMNIK; CASTILHO; SANT'ANNA, 2006; SÁ; LEMOS; CAVAZOTTE, 2014; OLIVEIRA; GOMES, 2014).

O recorte geracional é válido em termos das vivências históricas partilhadas pelas gerações e em termos da compreensão das características do grupo alvo dos estudos (MILHOME; ROWE, 2020), geralmente, jovens de estratos superiores, que são também aqueles que encontram maiores possibilidades de se “encaixar” nos modelos de carreira contemporâneos. Contudo esses recortes geracionais e tipologias de carreira se referem a uma parcela específica de jovens e não a toda uma geração, relegando o entendimento dos diferentes grupos que a compõem, o que é pouco realizado nos estudos existentes (LEMOS, 2012; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012).

Cabe frisar a necessidade de estudos que contemplem características e marcos históricos da realidade brasileira em termos de classificações geracionais (ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI; BITENCOURT, 2012; MILHOME; ROWE, 2020) e de tipologias de carreiras, considerando o declínio do conceito de carreira tradicional (KILIMNIK; CASTILHO; SANT'ANNA, 2006). Tal conceito foi usado, inicialmente, para se referir a algo externo, desenhado da organização e/ou ocupação para o trabalhador, pressupondo avanço ou progressão vertical, estabilidade e associação a uma profissão (KILIMNIK; CASTILHO; SANT'ANNA, 2006). Pensando no contexto atual e nas juventudes brasileiras, o termo carreira, em sua concepção tradicional, já não é o mais apropriado. À vista disso, o termo trajetória profissional surge enfatizando uma concepção mais individualizada, na qual os indivíduos são sujeitos ativos, com percepções e vivências próprias no que diz respeito ao trabalho, ao longo do tempo.

Apesar de existirem vertentes contemporâneas de carreira, julga-se mais adequado, nessa pesquisa, pensar em trajetórias profissionais, considerando particularidades individuais e contextuais, além de mudanças da sociedade e do mundo laboral, que culminaram na vertiginosa diminuição da previsibilidade e rigidez que permeava os planos e perspectivas de carreira dos profissionais ao longo do tempo. Destaca-se, ainda, que a realidade laboral brasileira sempre se aproximou mais da instabilidade do que da estabilidade vista em determinados países (CORROCHANO, 2013). Diferentemente de países europeus, no Brasil

“as trajetórias não-lineares sempre foram a marca dos percursos profissionais no país, e não apenas dos jovens” (CORROCHANO, 2013, p. 27), dado que jovens e adultos têm mobilizado diversas estratégias com o intuito de “ganhar a vida” e que a instabilidade e a reversibilidade enfatizadas recentemente na literatura europeia são comuns à realidade brasileira há muito tempo, diante de transições intensas e incertas (TARTUCE, 2007).

Sabe-se que as mudanças na sociedade e nas trajetórias profissionais não estão circunscritas apenas aos jovens, mas afetam esse grupo de forma mais intensa, considerando que constituem um grupo vulnerável no que tange a trabalho e a emprego na sociedade contemporânea (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; PICANÇO, 2015; COBOS-SANCHIZ et al, 2020), o que pode ser facilmente verificado lançando mão de dados estatísticos. A taxa de desocupação no Brasil, em 2014, foi de 6,9%, enquanto, em 2018, subiu para 12,0%. Por sua vez, a taxa de desocupação dos jovens de 14 a 29 anos, que era de 13,0%, em 2014, aumentou, gradualmente, e atingiu, em 2018, 22,3%, demonstrando que esse é o grupo etário mais afetado pela desocupação, além de ser o grupo mais afetado pela subutilização da força de trabalho e que apresenta os menores rendimentos do trabalho (IBGE, 2019).

As estatísticas de desemprego, mesmo não cobrindo integralmente o fenômeno (PAIS, 2005; SANDERSON, 2019), envolvem de forma mais representativa os jovens (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; RAITZ; PETTERS, 2008; DIB; CASTRO, 2010; TIRIBA; FISCHER, 2011; CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; REIS, 2015; VALENZUELA-ARCE, 2015; PICANÇO, 2015; ILO, 2017; SANDERSON, 2019; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020). Essas estatísticas não abrangem o trabalho informal ou o desemprego oculto (que envolve aqueles que não estão à procura de emprego), constituindo uma tarefa difícil recensear o desemprego juvenil, principalmente, no cenário em que a flexibilização do trabalho trouxe mudanças em relação aos limites que, tradicionalmente, separavam trabalho e não trabalho (PAIS, 2005). Cabe mencionar, ainda, que os jovens apresentam maior sensibilidade ao ciclo econômico, dessa feita, as taxas de desemprego de jovens tendem a se elevar mais e mais rapidamente em contextos de recessão (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

Nesse sentido, os jovens se defrontam com uma inserção laboral marcada pela instabilidade e pelo risco e, além da inserção, a qualidade das ocupações é, igualmente, importante (ILO, 2017; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017). Uma vez inseridos no mercado de trabalho, os jovens tendem a enfrentar trabalhos precários e temporários (LOUGHLIN; LANG, 2005; GUERREIRO; ABRANTES, 2005; PAIS, 2005;

GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; O'REILLY et al, 2015; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019), elevada rotatividade (GONZALEZ, 2009; REIS, 2015; GRAEBIN et al, 2019; SOUZA; HELAL; PAIVA, 2019), tendência a ocupações menos protegidas e pior remuneradas (BRADLEY; DEVADASON, 2008; CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; PICANÇO, 2015; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020), além de altas taxas de pobreza e informalidade (KLIKSBURG, 2006), com aproximadamente três quartos da juventude mundial em ocupações informais (ILO, 2017).

As ocupações informais apresentam maior risco de flutuação da renda em comparação aos empregos formais, além de tendência a condições mais precárias de trabalho. Esse é um contexto que atinge, frontalmente, os trabalhadores brasileiros, pois a taxa de informalidade vem apresentando uma tendência de crescimento, desde 2015, saindo de 40,4%, no primeiro trimestre de 2015, para 45%, no primeiro trimestre de 2019 (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020), enquanto as taxas para a faixa etária de 15 a 29 anos são superiores às das da população adulta. Dentre os jovens, existem grupos em situações mais vulneráveis e que apresentam maior tendência à informalidade, como os menos escolarizados e os negros (ILO, 2017). Tornou-se comum, por exemplo, ver jovens vendendo balas, doces e outros produtos em sinais de trânsito e no interior de ônibus urbanos, muitos deles pertencentes aos grupos de menos escolarizados e negros, mais afetados pela informalidade.

Deve-se mencionar, ainda, que a pandemia de COVID-19 ou Novo Coronavírus, em curso desde o final de 2019, vem trazendo agravantes não só para a saúde pública com sua rápida propagação pelo mundo, mas também para as economias e para os mercados de trabalho. Diante da conjunção de crise econômica e crise sanitária, é possível afirmar que a pandemia de COVID-19 tem atuado como uma espécie de “fermento” para um movimento que já vem acontecendo, desde os anos 1990, e teve como marco, no Brasil, a Reforma Trabalhista de 2017, implicando a fragilização dos direitos trabalhistas, o aumento do desemprego, da informalidade, da insegurança, da terceirização e da precarização (KREIN et al, 2018; PAIVA, 2019; BORGES; FERRAZ; MAGALHÃES, 2020).

Soma-se a isso o fato de que os efeitos da pandemia não se distribuem de maneira uniforme a todos os grupos da sociedade, atingindo, mais frontalmente, trabalhadores desprotegidos, grupos mais vulneráveis e aqueles que estão na economia informal (SILVA COSTA, 2020). Dessa forma, os jovens, já marcados por um cenário de dificuldades e informalidade no mercado de trabalho, sofrem forte influência dos efeitos que a crise causada

pelo COVID-19 acarreta em sua educação, desenvolvimento, inserção produtiva, perspectiva econômica e saúde mental (WEF, 2021), o que, em um efeito cascata, impacta as possibilidades de atuarem em bons postos de trabalho, no período pós-pandemia.

Nesse sentido, a recessão vinculada à pandemia afeta, desproporcionalmente, os jovens (HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ; CARDELLA; SÁNCHEZ-GARCÍA, 2020; WEF, 2021). De acordo com Corseuil e França (2020, p. 101), a proporção de jovens fora da força de trabalho (que somente estuda ou nem trabalha nem estuda) saltou de 36,8%, no primeiro trimestre de 2020, ano de início da pandemia, para 44,7%, no segundo trimestre do mesmo ano, confirmando, sobretudo em 2020, “um quadro de deterioração e afastamento dos jovens do mercado de trabalho”. Além de acentuar a instabilidade característica das trajetórias juvenis, a pandemia torna mais evidentes as desigualdades que diferenciam os jovens (GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020) e pode, ainda, ampliar as desigualdades educacionais, socioeconômicas e de gênero, acarretando consequências globais e duradouras (WEF, 2021).

Esse cenário reforça que a inserção e o percurso laboral transcendem a relação econômica de oferta e procura de empregos, refletindo a estrutura sócio-histórica que constitui e estrutura o mercado de trabalho (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019; GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020). Nesse sentido, “o trabalho entre os jovens figura como um elemento produtor e reproduzidor de desigualdades em vários aspectos” (PICANÇO, 2015, p. 569).

Corroborando, Silva Filho, Silva e Queiroz (2015, p. 24) afirmam que:

É pertinente destacar que em um cenário de elevada rotatividade do emprego jovem, alta incidência de informalidade, redução relativa da formalidade, e elevada concentração de força de trabalho auferindo rendimentos nas mais baixas faixas salariais, constata-se a ausência e/ou baixa mobilidade social advinda do trabalho para a juventude brasileira.

No caso do Brasil, o cenário de dificuldades para os jovens no mercado de trabalho é agravado, em virtude das desigualdades históricas na distribuição de renda (TIRIBA; FISCHER, 2011), além da baixa e frágil escolaridade de boa parte da população (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013). Em relação à precariedade das condições laborais, a desigualdade racial persistente ao se analisar as taxas de emprego e a desigualdade de renda constituem aspectos preocupantes (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017). Há evidências, ainda, de que o trabalho precoce, a divisão sexual e as desigualdades de renda possuem grande peso na experiência juvenil brasileira (GONZALEZ, 2009), que pode estar

atrelada à necessidade de se manter dócil, obediente e disposta para o trabalho, perpetuando o modelo social vigente (AMAZARRAY et al, 2009).

Além disso, a inserção, a qualidade da ocupação e o rendimento dos jovens variam conforme características como gênero, cor, situação de domicílio, aparência e renda familiar *per capita*, assim como a autonomia que possuem para gastar esses rendimentos varia conforme os estratos da sociedade onde estão localizados e do peso que esses rendimentos têm na renda geral da família (ABRAMO, 2016). O desemprego estrutural e as ocupações precárias, temporárias e de baixa renda, comuns entre os jovens, não atravessam igualmente os grupos sociais (COLLINS; BILGE, 2020).

Apesar do prolongamento dos anos de estudos que atinge alguns jovens, a inserção no mercado de trabalho não tende a se tornar mais tardia, indicando que apenas foi ampliada a concomitância de estudos e trabalho (GONZALEZ, 2009; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013). Os jovens com maiores níveis de qualificação, geralmente, têm mais recursos e suporte familiar para escapar de ocupações precárias, e são, para estes, menores as chances de subemprego e maiores as de desemprego. Para os jovens com menores níveis de qualificação, as oportunidades de obter alguma ocupação são aproveitadas com menos restrições, e o desemprego, muitas vezes, é resolvido por meio do subemprego (PAIS, 2005). Além disso, no caso de jovens de camadas populares, há a naturalização da inserção precoce no mercado de trabalho com vistas a complementar a renda da família ou obter independência financeira (ALVES; ALBANESE, 2016).

Considerando que, no Brasil, ser um trabalhador é algo que distingue o “cidadão” do “marginal” ou do “vagabundo” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014), e sublinhando as dificuldades para inserção e manutenção no mercado de trabalho no que tange aos jovens, foram desenvolvidas, ainda que tardiamente, importantes políticas públicas no Brasil, visando contemplar as questões que afetam a juventude (KERBAUY, 2005).

O reconhecimento de jovens como sujeitos de direitos é recente no Brasil (SILVA; SILVA, 2011; SCHERER; GERSHENSON, 2016). Houve importantes conquistas, aprovadas ou ainda em tramitação, no reconhecimento sociopolítico da juventude (RIBEIRO, 2016). Contudo é possível afirmar que as ações e políticas públicas se prendem, demasiadamente, à educação, à segurança pública e ao trabalho (SCHERER; GERSHENSON, 2016), tornando periféricos outros âmbitos, como arte, cultura, esporte e lazer. Pode ser apontado um corpo de programas, geralmente, desconexos e desarticulados, com tratamento fragmentado e ainda incipiente quando se trata da interlocução com os jovens para contribuições no desenho,



implementação e avaliação de tais políticas (SPOSITO, 2003; MÁXIMO, 2012). De modo geral, “tais ações não se estruturaram como elementos de uma ‘política de juventude’, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de ‘risco’” (AQUINO, 2009, p. 35).

Especificamente no âmbito do trabalho, há que se destacar o Programa de Aprendizagem. Em seu texto inicial, a Lei nº 10.097/2000 estipulava a contratação de jovens aprendizes de até 18 anos de idade, o que mudou em 2005, mediante a Lei nº 11.180/2005, com a qual a idade foi ampliada, permitindo a contratação de jovens de até 24 anos como aprendizes (limite etário que não se aplica aos jovens com deficiência). O Decreto nº 5.598/2005, que regulava a contratação de aprendizes, foi revogado pelo Decreto nº 9.579/2018, que traz uma consolidação de atos normativos relacionados ao lactente, à criança, ao adolescente e ao aprendiz, com o objetivo de eliminar normas de conteúdo idêntico ou divergente, sem apresentar modificações no alcance dos dispositivos consolidados (BRASIL, 2018a).

Conforme a Lei da Aprendizagem, empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar como jovens aprendizes entre 5% e 15% do seu contingente de empregados. Esses jovens aprendizes devem estar matriculados em instituição oficial de ensino e receber formação teórica e prática, executando tarefas de complexidade progressiva, vivenciadas na empresa contratante e em entidades parceiras qualificadas em formação técnico-profissional, como entidades dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, escolas técnicas de educação e entidades sem fins lucrativos. A seleção dos aprendizes deve priorizar jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, ou seja, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de pena no sistema prisional, pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, egressos do trabalho infantil, com deficiência, em situação de acolhimento institucional e/ou, ainda, jovens matriculados na rede pública de ensino ou que nela tenham concluído os estudos, inclusive, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2018a).

O contrato de aprendizagem possui tempo determinado de até dois anos e a remuneração deve se basear no valor do salário-mínimo-hora ou em condição mais favorável aos jovens. Os aprendizes possuem a garantia legal de direitos trabalhistas e previdenciários compatíveis com o seu contrato, como férias e recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A carga horária deve ser de, no máximo, seis ou oito horas diárias, caso o

jovem tenha o ensino fundamental completo e se nela estiverem incluídas as horas de aprendizagem teórica (BRASIL, 2000).

Apesar da obrigatoriedade, muitas empresas não cumprem a cota de jovens aprendizes em seu quadro funcional e algumas, ao cumprirem, o fazem meramente devido às exigências legais (MÁXIMO, 2012; FRANCO et al, 2017). Em 2018, foi alcançado apenas 46,52% do potencial de contratação, considerando a cota mínima de 5% para as empresas de médio e grande porte. Ainda assim, o Programa de Aprendizagem alcançou mais de 3,5 milhões de jovens no Brasil até 2018, apresentando uma evolução ascendente de contratos até 2014, quando começaram, então, a diminuir os números, com redução de, aproximadamente, 13% no número de aprendizes contratados, de 2014 a 2018.

Conforme dados do Ministério da Economia, em 2021, havia aproximadamente 461 mil jovens aprendizes com vínculo ativo no Brasil, dos quais apenas 0,71% são jovens portadores de deficiência, embora não exista limite máximo de idade para esse grupo. Há um equilíbrio quanto ao sexo dos aprendizes (aproximadamente 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino) e, quanto ao tipo de ocupação, os aprendizes atuam, majoritariamente, como auxiliares de escritório e assistentes administrativos (59,92%), repositores de mercadorias (5,67%) e vendedores de comércio varejista (5,22%). Já em relação aos egressos, dados de 2015 a 2019 indicam que aproximadamente 48% dos aprendizes egressos foram admitidos em até 18 meses após seu desligamento do Programa de Aprendizagem (ME, 2022).

A fim de compreender melhor as especificidades desse grupo, alguns estudos recentes sobre jovens trabalhadores são descritos, a seguir.

## **2.5 Estudos recentes sobre jovens trabalhadores**

Os estudos que envolvem jovens e trabalho são apontados na literatura como escassos por alguns autores (RYAN; KING; FINKELSTEIN, 2015; CARDOSO; SANTOS, 2017; SOUZA; HELAL; PAIVA, 2019; COSTA; PAIVA, 2021), enquanto outros autores destacam o crescimento da atenção dada aos jovens trabalhadores nas pesquisas (BORGES; COUTINHO, 2010; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017; CORSEUIL; FRANÇA, 2020; GUIMARÃES, 2020).

Com o intuito de sintetizar e descrever o panorama de estudos recentes sobre jovens trabalhadores, sujeitos em foco neste estudo, foram realizadas pesquisas nas bases nacionais e internacionais 1) Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), 2) Scientific Electronic Library Online (SciELO) e 3) Web of Science (WoS), todas multidisciplinares. O

levantamento, que se deu em fevereiro de 2021, teve como um dos critérios o período de publicação, considerando cinco anos (entre 2016 e 2020). No caso das bases SPELL e SciELO, foi considerado o campo resumo, usando os descritores jovem(ns) aprendiz(es) e jovem(ns) trabalhador(es), bem como seus correlatos em inglês (*young apprentice, young learning, young novice, young worker*), sem definir filtro de área temática ou idioma. Já na base WoS, como a indexação é realizada em inglês, foram usados apenas os descritores em inglês, utilizando o campo de pesquisa tópico, que abrange título, resumo, palavras-chave do autor e *keywords plus*.

A pesquisa nas bases mencionadas teve como resultados: na base SPELL, 23 artigos; na base SciELO, 340 artigos; e na base WoS, 500 artigos, totalizando 863 resultados. Após triagem com base na leitura dos títulos e resumos, foram descartados os artigos em duplicidade, bem como aqueles que não abordavam jovens trabalhadores. Com isso, restaram 217 artigos para análise descritiva, cujas informações foram devidamente sumarizadas no programa *Microsoft Excel*, observando-se aspectos como a distribuição temporal das publicações, as autorias e seu vínculo institucional, os periódicos vinculados, as temáticas envolvidas, a frequência de palavras-chave e as metodologias utilizadas.

O primeiro critério observado diz respeito ao volume de publicações no período analisado, que demonstrou equilíbrio em relação à distribuição temporal, conforme descrito na Tabela, a seguir.

Tabela 1: Número de artigos do levantamento sobre jovens trabalhadores, por ano

Ano	Nº de artigos
2016	42
2017	43
2018	45
2019	44
2020	43

Fonte: SPELL, SciELO e WoS (2016-2020).

Apresentando média de, aproximadamente, 43 publicações por ano, os dados demonstram que a quantidade de publicações sobre jovens trabalhadores nas bases consideradas se manteve, praticamente, estável no período considerado.

Em relação à autoria, a maioria dos artigos (78,80%) envolve dois ou mais pesquisadores, enquanto apenas 21,20% são de autoria única. Os artigos do levantamento representam um total de 537 autores, com média de, aproximadamente, três autores por documento (2,87), sem distinção de autoria e coautoria. A relação dos autores que possuem

maior número de artigos publicados sobre jovens trabalhadores, bem como seu vínculo institucional, é descrita no Quadro 1.

Quadro 1: Autores com maior número de publicações sobre jovens trabalhadores

<b>Autores</b>	<b>Nº de artigos</b>	<b>Vínculo institucional</b>
Paiva, Kely César Martins de	13	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Oleto, Alice de Freitas	4	Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Brasil
Palhares, José Vitor	4	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Barbosa, Jane Kelly Dantas	3	Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Acosta-Ballesteros, Juan	3	Universidad de La Laguna, Espanha
Au-Yeung, Tat Chor	3	University of Sheffield, Reino Unido
del Pilar Osorno-del Rosal, Maria	3	Universidad de La Laguna, Espanha
Esin, Melek Nihal	3	Istanbul University, Turquia
Maria Rodriguez-Rodriguez, Olga	3	Universidad de La Laguna, Espanha
Parish, Megan	3	Oregon Health & Science University, EUA
Rohlman, Diane S.	3	University of Iowa, Oregon Health & Science University, EUA
Zierold, Kristina M.	3	University of Louisville, EUA
Rivera-Aguilera, Guillermo	3	Pontificia Universidad Católica Valparaíso Valparaíso, Chile

Fonte: SPELL, SciELO e WoS (2016-2020).

A maioria dos autores envolvidos no levantamento (92,36%) tem apenas uma publicação sobre jovens trabalhadores no conjunto de dados, despontando a pesquisadora Kely César Martins de Paiva com 13 publicações no período analisado. Quanto às filiações institucionais, há destaque para a Universidade Federal de Minas Gerais, vinculada a três pesquisadores que figuram entre aqueles com três ou mais publicações.

No que diz respeito aos periódicos que têm publicado artigos sobre jovens trabalhadores, tem-se um total de 173 periódicos vinculados aos 217 artigos do levantamento, dentre os quais há grande volume de *journals* ligados às áreas de saúde, segurança do trabalho, educação e economia, bem como predominância de periódicos internacionais. De forma geral, a maioria dos artigos do levantamento (65,9%) está vinculada a periódicos que tiveram apenas uma publicação sobre jovens trabalhadores no período analisado, conforme Tabela, a seguir.

Tabela 2: Periódicos com maior número de publicações sobre jovens trabalhadores

Periódicos	Nº de artigos	(%) dos artigos
International Journal of Environmental Research and Public Health	5	2,30%
Journal of Education and Work	4	1,84%
Journal of Safety Research	4	1,84%
Work and Occupations	4	1,84%
Economic and Labour Relations Review	3	1,38%
International Journal of Manpower	3	1,38%
Journal of Youth Studies	3	1,38%
Research in Social Stratification and Mobility	3	1,38%
Work-A Journal Of Prevention Assessment & Rehabilitation	3	1,38%
Outros (2 publicações/periódico)	2	19,35%*
Outros (1 publicação/periódico)	1	65,90%*

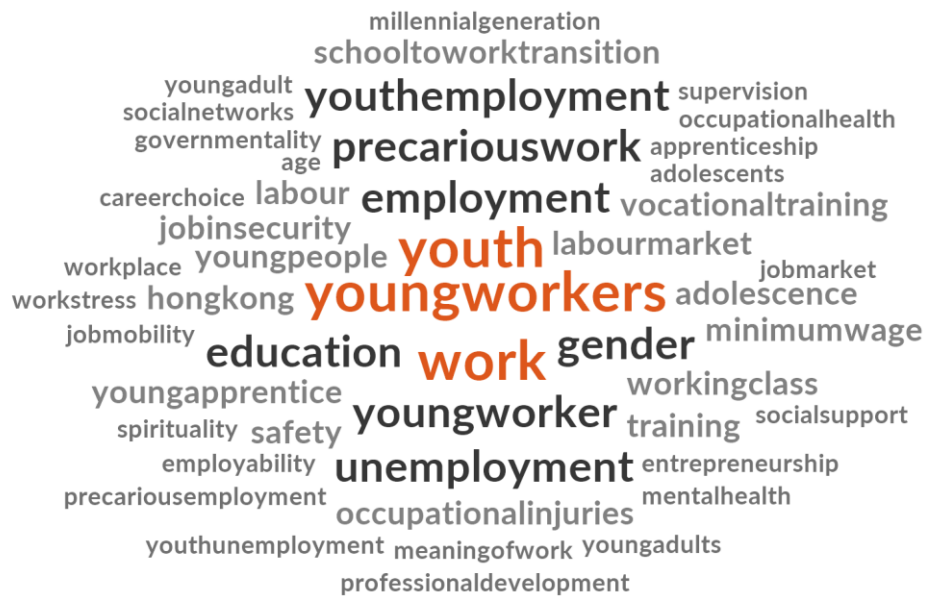
\* Percentual referente ao total de artigos considerado na categoria

Fonte: SPELL, SciELO e WoS (2016-2020).

O periódico com maior número de artigos, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, abrange temas relacionados à área de saúde e saúde ocupacional. Os artigos publicados no período se referem aos impactos da pandemia de COVID-19 sobre a intenção empreendedora de estudantes universitários da América Latina (HERNANDEZ-SANCHEZ, CARDELLA; SÁNCHEZ-GARCÍA, 2020); ao sofrimento psíquico e à satisfação de jovens trabalhadores da Espanha, conforme o gênero (COBOS-SANCHIZ et al, 2020); aos impactos de um treinamento de saúde e segurança ocupacional sobre jovens trabalhadores americanos (ARYAL; PARISH; ROHLMAN, 2019); ao acesso acerca de conhecimentos sobre saúde e segurança ocupacional de jovens trabalhadores e trabalhadores mais velhos da Itália (DRAGANO et al, 2018); e aos fatores de risco de lesões de jovens trabalhadores de uma universidade australiana (THAMRIN et al., 2018). Devido ao escopo dos periódicos vinculados aos artigos, a abordagem de questões relacionadas à saúde e à segurança no trabalho se fez comum nas pesquisas do levantamento.

Observando-se as palavras-chave dos artigos, conforme sua frequência, foi gerada uma nuvem de palavras com o auxílio do software Nvivo. Para fins de padronização, todas as palavras-chave foram consideradas em língua inglesa, já que todos os artigos dispunham de uma versão dessas palavras na referida língua. Além disso, foi utilizada como parâmetro para a nuvem de palavras a exibição das palavras-chave que apareceram três ou mais vezes no conjunto de dados, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2: Nuvem de palavras-chave



Fonte: SPELL, SciELO e WoS (2016-2020).

Conforme pode ser percebido na imagem, a palavra-chave *young workers* é a mais frequente, seguida de *youth* e *work*, destacadas em laranja. Também recebem destaque as palavras-chave em negrito, que são *employment*, *gender*, *young worker*, *education*, *precarious work*, *unemployment* e *youth employment*. As demais palavras, com menor destaque na nuvem, se repetiram entre três e seis vezes no conjunto de dados, são exemplos as palavras-chave *labour market*, *young people*, *job insecurity*, *vocational training*, *working class* e *young apprentice*.

Foi realizada uma triagem mais minuciosa dos resumos, buscando informações sobre a metodologia utilizada, os temas abordados e os jovens considerados na análise. Ressalta-se que nem todos os artigos do levantamento possuíam acesso aberto, o que restringiu os dados às informações contidas no resumo e impediu a leitura de todos os textos na íntegra.

Em relação à metodologia informada nos resumos foi percebida a predominância de artigos com abordagem quantitativa (56,68%), com destaque para aqueles que utilizam dados secundários e para aqueles que utilizam questionários como fonte de dados. Os artigos com abordagem qualitativa correspondem a 39,17% do total, com predominância de estudos baseados em entrevistas e em pesquisa etnográfica; enquanto apenas 4,15% dos artigos do levantamento fizeram uso de abordagem quantitativa e qualitativa, em conjunto.

Na leitura dos resumos, foi percebida a utilização de grande diversidade de nomenclaturas para se referir aos jovens nas pesquisas, como já destacado por Arnett (2012) e Trancoso e Oliveira (2016). Os artigos se referem a jovens, adolescentes, adultos emergentes,

jovens adultos, com destaque para os termos jovens trabalhadores e adolescentes trabalhadores. Comparações são utilizadas, em alguns casos, entre jovens e pessoas mais velhas, trazendo também termos diversos para se referir a elas, como idosos, trabalhadores mais velhos, trabalhadores experientes, trabalhadores aposentados e trabalhadores de meia-idade. No mesmo sentido, as faixas etárias apresentaram grande variação, o que era esperado, uma vez que não existem nomenclaturas e delimitações universais, mas que variam conforme contextos nacionais, culturais, étnicos, de classe social, entre outros fatores (ARNETT, 2012).

Os jovens considerados nos artigos do levantamento são referidos como jovens trabalhadores, de forma mais genérica ou especificando setor de atuação e região, em 143 dos artigos (65,89%). Nesse caso, há estudos que fazem comparações entre jovens trabalhadores e profissionais mais velhos (3,69%); estudos que fazem o recorte de jovens trabalhadoras, enfatizando o gênero (2,34%); e estudos que fazem a comparação entre jovens trabalhadores e não trabalhadores (0,46%). O recorte geográfico foi usado no caso de jovens trabalhadores rurais (1,84%), migrantes (1,38%) e não metropolitanos (0,46%).

Nos demais artigos, são feitos recortes relacionados à escolaridade e ao vínculo trabalhista. Nesse grupo, estão estudos abordando jovens universitários/ graduados (9,22%), alunos do ensino fundamental e médio (3,69%), alunos de ensino em tempo integral (0,92%), alunos de cursos técnicos (0,92%), alunos de ensino profissionalizante (0,46%), e alunos de diferentes níveis de ensino considerados em conjunto (0,92%). Quanto ao recorte do vínculo trabalhista, são considerados nos estudos jovens aprendizes brasileiros (11,52%), aprendizes de outros países (2,30%) e jovens estagiários (0,46%).

Dentre os estudos que consideram jovens aprendizes do Brasil, cabe destacar que a distribuição regional envolve jovens de Belo Horizonte (28%), Recife (12%), São Paulo (4%), Goiás (4%), Paraíba (4%), Caxias do Sul (4%), Ceará (4%), Rio de Janeiro (4%), além de integrar duas regiões, como Curitiba e Porto Alegre (4%), Curitiba e São Paulo (4%) e Bahia e Distrito Federal (4%). Apenas 12% dos artigos sobre aprendizes são pesquisas de abrangência nacional, enquanto outros 12% consideram jovens aprendizes de forma mais genérica, trazendo discussões acerca do Programa de Aprendizagem.

Quanto aos construtos envolvidos nos artigos do levantamento, percebe-se uma diversidade de temas relacionados aos jovens no mundo laboral, abordados de forma conjunta ou separada, com destaque para saúde ocupacional, física e mental (12,44%); incertezas, precariedade e subempregos (12,44%); segurança ocupacional, lesões, riscos e prevenção (11,52%); transição, inserção e inclusão no mercado de trabalho (9,22%); educação,

escolaridade e currículo escolar (8,29%); gerações (7,37%); qualificação, treinamento vocacional e formação profissional (6,91%); carreira (5,53%); salários (5,53%); gênero (5,53%) e políticas e programas voltados para jovens (4,61%).

De forma geral, as pesquisas nacionais têm destacado os Programas de Aprendizagem e Qualificação Profissional, como em Souza, Helal e Paiva (2019) e Barbosa, Lara e Paiva (2020); enquanto a produção internacional analisada tem abordado de forma expressiva as questões relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, analisando o fato de que os jovens podem ser mais suscetíveis a riscos, lesões, acidentes de trabalho e problemas de saúde, como em Thamrin et al. (2018) e Aryal, Parish e Rohlman (2019).

Importante destacar que esse tipo de discussão recorrente na literatura internacional traz grande relevância no sentido de proteção aos jovens no mundo do trabalho e de problematização acerca de suas condições laborais. Por outro lado, é importante ter o cuidado de se distanciar do reforço à imagem do jovem como problema e como grupo mais propenso a comportamentos de risco e transgressão. Destaca-se, ainda, que no panorama nacional a abordagem dos jovens aprendizes se vincula, essencialmente, a temáticas comportamentais, como também destacado por Costa e Paiva (2021); e que nenhum dos estudos do levantamento utiliza a interseccionalidade como lente analítica, tampouco considera os egressos de um Programa de Aprendizagem, reforçando a relevância de lançar luz sobre eles.

Diante dos conceitos e dos estudos focalizados, seguiu-se a uma pesquisa de campo nos moldes descritos, a seguir.



### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Na presente pesquisa, tem-se como objetivo analisar como a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem podem ser influenciadas por marcadores interseccionais. A partir de tal objetivo, foram fomentadas reflexões sobre as vivências desses jovens no mundo do trabalho e também fora dele, considerando a interpretação que fazem delas, com foco na percepção dos mesmos.

A abordagem norteadora da pesquisa se alinha ao paradigma interpretativista, que parte das percepções dos sujeitos envolvidos nos processos sociais para compreender a realidade social, valorizando a experiência subjetiva e se preocupando em compreender profundamente os fenômenos. Ontologicamente, trata-se de uma pesquisa orientada pela interação sujeito-objeto, que pressupõe que a realidade social é intersubjetiva e constitui “produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, isto é, ela resulta de uma construção social” (SACCOL, 2009, p. 252). Do ponto de vista epistemológico, parte-se da linha de pensamento construtivista, considerando que significados e realidades são construídos por intermédio da interação humana e da intersubjetividade (SACCOL, 2009).

Alinhados às orientações descritas, os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa, a fim de atingir o objetivo proposto, são descritos nas subseções seguintes.

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

Neste estudo, foi utilizada abordagem qualitativa, tipo de abordagem especialmente rica, tendo em vista os temas e sujeitos em questão, por permitir maior interação entre pesquisador e situação em estudo, além de propiciar a compreensão dos fenômenos conforme a perspectiva daqueles que os vivem, extraindo deles aquilo que é significativo e abrindo espaço, ainda, para considerações sobre a teia de relações sociais e culturais que os envolvem (BRYMAN, 1992; GODOY, 1995).

Conforme afirma Pimenta (2007, p. 90), “a importância das abordagens qualitativas está justamente no fato de que a interação do pesquisador com os sujeitos da investigação permite apreender o ponto de vista de quem se encontra dentro do processo”. Considerando a heterogeneidade das juventudes e a complexidade envolta nos marcadores interseccionais possíveis de serem percebidos pelos sujeitos em seu trânsito para a adultez e na vida

profissional, acredita-se que a abordagem qualitativa seja, portanto, a mais indicada para a consecução dos fins envolvidos na tese proposta.

Considerando os objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, tipo de pesquisa cujo intuito é descrever, classificar e interpretar as informações e características de populações e fenômenos (COLLIS; HUSSEY, 2005), permitindo embasamento para ampliar o conhecimento acerca dos sujeitos de pesquisa.

### **3.2 Unidades de análise e de observação**

As unidades de análise da pesquisa são os marcadores interseccionais, a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem. Esses jovens foram vinculados ao Programa de Aprendizagem de uma instituição específica, com atuação em âmbito nacional, que oferece cursos de formação e capacitação para jovens em situação de vulnerabilidade social e faz o intermédio entre eles e empresas parceiras no mercado de trabalho. A instituição não será identificada na pesquisa e é referida como Instituição Alfa, pois entende-se que sua atuação não seja foco do estudo, mas sim os jovens atendidos por ela. As unidades de observação da pesquisa, por sua vez, são os jovens egressos desse Programa de Aprendizagem, de diferentes regiões do Brasil.

Os sujeitos de pesquisa pertencem a um grupo específico de trabalhadores que foram vinculados ao Programa Jovem Aprendiz. Em uma análise histórica, este programa teve suas origens, na década de 1940, com o surgimento da Aprendizagem Industrial e o conceito do profissional aprendiz, passando por diversas reformulações até chegar à forma como é concebido, regulado e aplicado atualmente (MÁXIMO, 2012; GRAEBIN et al, 2019), conforme disposto no Decreto nº 9.579/2018 (BRASIL, 2018a).

Os jovens atendidos pelo Programa de Aprendizagem usualmente fazem parte de contextos marcados por estigmas, acessos dificultados e potenciais situações de exclusão, caracterizando-se como jovens em situação de vulnerabilidade social (FRANCO et al, 2017). Tais jovens tendem a desenvolver visões, predominantemente, positivas da experiência de aprendizagem, ressaltando aspectos positivos, como ganhos de independência e de maturidade (BORGES; COUTINHO, 2010; ALVES; ALBANESE, 2016; GRAEBIN et al, 2019) e minimizando aspectos negativos, que adquirem importância inferior em relação à dimensão simbólica que o trabalho possui, em especial para jovens de classes populares (SILVA; TRINDADE, 2013).

A escolha de jovens aprendizes egressos se justifica mediante as especificidades desse grupo, no que tange sua situação de vulnerabilidade social e laboral, destacando a necessidade de desenvolver reflexões sobre os desdobramentos profissionais e pessoais percebidos após o término do Programa de Aprendizagem, tendo em vista que não se trata apenas da inserção dos jovens, mas também de sua formação e de sua manutenção sob condições dignas no mercado de trabalho. Além disso, sabe-se que as primeiras experiências laborais trazem impactos nos sujeitos e profissionais em formação (CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020). Atende-se, assim, à necessidade de desenvolvimento de pesquisas com esse grupo (SILVA; TRINDADE, 2013; VILLAR; MOURÃO, 2018), diante da escassez de estudos envolvendo os egressos de programas de formação para o mercado de trabalho (MÁXIMO, 2012).

A seleção dos sujeitos de pesquisa se deu conforme critérios de disponibilidade, quanto ao acesso aos jovens; e de intencionalidade, já que foi escolhida como intermediária a Instituição Alfa e foi realizado um recorte envolvendo registros de jovens egressos do programa, mas que ainda fossem considerados jovens conforme faixa etária dos marcos legais do Brasil (de 15 a 29 anos), com foco naqueles acima de 18 anos. Optou-se também por envolver jovens de diferentes regiões do Brasil, considerando que a maioria dos estudos sobre jovens aprendizes abrange, apenas, uma região em seu escopo (COSTA; PAIVA, 2021). Os critérios de exclusão dizem respeito ao não enquadramento do jovem em alguma das características expostas, anteriormente, ou seja, não ser egresso do Programa de Aprendizagem da Instituição Alfa, não ter mais de 18 e menos de 29 anos ou não se disponibilizar a participar da pesquisa.

### **3.3 Aspectos éticos envolvidos na pesquisa**

Observando os aspectos éticos da pesquisa, foram adotados cuidados na inserção e saída do campo, na abordagem e seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, no contato com a Instituição Alfa e no emprego dos métodos escolhidos.

Como se trata de participantes maiores de idade, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), com as informações pertinentes sobre a pesquisa e sobre a pesquisadora responsável. Após leitura e assinatura eletrônica do TCLE, uma cópia deste foi entregue aos participantes, garantindo-se seu anonimato e a confidencialidade das informações, com uso exclusivo para fins acadêmicos e científicos.

Ressalta-se que não se observaram riscos à integridade dos participantes, ou apenas riscos mínimos, tendo em vista o modo de coleta de dados, basicamente, por meio de entrevistas. Entende-se que as entrevistas podem trazer à tona sentimentos e recordações que, por sua vez, podem afetar de alguma maneira os indivíduos entrevistados. Quanto aos benefícios, percebe-se que a análise dos fenômenos em foco pode indicar possíveis melhorias em Programas de Aprendizagem, nas políticas e práticas de gestão de pessoas das organizações que contratam tais jovens, bem como auxiliá-los a compreender suas trajetórias de vida e profissionais, propiciando reflexão destes, em relação a questões pessoais, organizacionais e societais que vivenciam.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG), CAAE 39863220.2.0000.5149, mediante Parecer Consubstanciado nº 4.554.646, emitido em fevereiro de 2021, o cronograma da pesquisa foi alinhado junto à Instituição Alfa para iniciarem os procedimentos de coleta de dados. O CEP/UFMG visa proteger os participantes da pesquisa e garantir respaldo quanto aos objetivos e procedimentos metodológicos utilizados.

Os TCLEs assinados e os dados coletados foram arquivados pela pesquisadora responsável e os resultados da pesquisa, independentemente de seu teor, serão divulgados nos meios acadêmicos, por meio de artigos e desta própria tese.

Os requisitos observados estão dispostos nas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012; 2016), que tratam da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais com seres humanos no Brasil.

### **3.4 Procedimentos de coleta dos dados**

Inicialmente, quando a presente pesquisa começou a ser pensada, acreditava-se que a coleta de dados seria realizada de forma presencial e que os participantes seriam elencados por meio da técnica bola de neve, na qual um participante indica nomes de possíveis novos participantes. Contudo a realidade da pandemia tornou certos cuidados urgentes, dentre eles o distanciamento social, descartando-se contato presencial diante das recomendações e protocolos de biossegurança da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Dessa forma, um novo desenho foi pensado para a operacionalização da coleta de dados, de forma *online*, requerendo o intermédio da Instituição Alfa para obter a indicação de possíveis entrevistados.

Para acesso aos jovens participantes do estudo, foi realizado contato via e-mail com a Instituição Alfa, por intermédio da responsável regional do estado de Minas Gerais, em março de 2021. Uma reunião foi realizada com tal responsável ainda em março, onde foi apresentada a pesquisa, os objetivos e métodos foram explicados e foi solicitado que o contato de jovens egressos fosse disponibilizado para fins acadêmicos. Após demonstração de interesse da Instituição Alfa em fazer o intermédio entre a pesquisadora e os jovens egressos, bem como a apreciação dos responsáveis, em abril de 2021, foi formalizada a autorização de disponibilização dos dados, por meio da assinatura dos envolvidos em um “Termo de Confidencialidade, Sigilo e Outras Avenças”, com destaque para o cumprimento das prerrogativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme Lei nº 13.709/2018 (BRASIL, 2018b). A partir daí, teve início o trabalho interno de responsáveis de diferentes filiais da instituição pelo país, fazendo o levantamento de nomes a serem indicados para participação na pesquisa.

Para tal indicação, os responsáveis pelas filiais entraram em contato com jovens egressos e solicitaram permissão para compartilhamento de seus dados, formalizada via Termo de Consentimento da própria instituição. Salienta-se que a indicação atendeu a critérios internos de representantes da Instituição Alfa, que não estavam sob controle da pesquisadora. Não foi estipulado um número ideal de jovens, ficando a cargo de cada responsável realizar suas indicações, dentro dos critérios de inclusão estabelecidos na pesquisa. Em maio de 2021, foi encaminhada para a pesquisadora uma lista na qual constavam nome, cidade da filial vinculada, telefone e e-mail de 37 jovens egressos que se disponibilizaram a participar do estudo. De posse dessa lista, em maio de 2021, foi iniciada a coleta de dados.

O contato inicial com os jovens se deu por ligação telefônica, na qual a pesquisadora se apresentou e fez o convite para a participação na pesquisa. Em caso de aceite dos jovens, foram confirmados os endereços de e-mail para o envio e assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram acordados dia e horário viáveis para uma videochamada, na qual foram desenvolvidas as entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro, elaborado para fins do estudo, está disponível no Apêndice B.

Dos 37 contatos disponibilizados, quatro não responderam às tentativas de contato via telefone e via e-mail e outros sete chegaram a demonstrar interesse em participar, mas as entrevistas não foram realizadas por desistência dos jovens, que não apareceram na data e hora marcada ou desmarcaram e não demonstraram abertura para um novo agendamento.

Com isso, chegou-se ao número de 26 entrevistas realizadas, no período compreendido entre 06/05/2021 e 16/06/2021, através do Google Meet e do Zoom, conforme preferência e facilidade de acesso dos jovens.

As entrevistas foram escolhidas para coleta de dados por representarem uma “estratégia fundamental da investigação qualitativa” (GODOY, 1995, p. 61) e por envolverem uma encenação livre do que determinadas pessoas viveram, sentiram e pensaram em relação a um assunto, explorando os meios de expressão individuais e a subjetividade envolvida nos relatos (BARDIN, 2008). Além das entrevistas semiestruturadas, foi utilizado outro instrumento de coleta, dentro da abordagem qualitativa, o que caracteriza uma triangulação intrametodológica (JICK, 1979; MINAYO, 2017). Operacionalmente, isso significa que, ainda durante as entrevistas, foi solicitado que os jovens participantes respondessem aos estímulos de uma técnica projetiva de associação.

As técnicas projetivas de associação envolvem estímulos ambíguos apresentados aos indivíduos, por meio de palavras, fotos e/ou desenhos, estímulos estes interpretados conforme o julgamento particular e subjetivo de cada indivíduo, os sentimentos e os pensamentos que foram provocados (BAILEY, 1982; BRYMAN, 1992). Na aplicação da técnica, foi utilizada como gatilho ou estímulo uma lista de palavras relacionadas aos temas propostos na pesquisa, destacando que não havia respostas certas e erradas e convidando os entrevistados a responder com aquilo que lhes viesse à mente, o que poderia se resumir a uma palavra ou envolver expressões, frases e exemplos. As técnicas projetivas de associação podem trazer à tona dados que, por meio da dinâmica usual de uma entrevista, não seriam revelados, daí sua importância para fins da pesquisa desenvolvida nesta tese.

No processo de realização das entrevistas, cabe destacar os benefícios e as dificuldades encontradas pela pesquisadora na realização das entrevistas de forma *online*. Entre os benefícios, destaca-se a facilidade de acesso aos jovens de diferentes regiões do Brasil, o que, sem dúvidas, foi enriquecedor para o estudo. Outros benefícios envolveram a economia de tempo e de gastos com deslocamento, além de maior flexibilidade com os horários. Por outro lado, houve dificuldades relacionadas, principalmente, à qualidade de internet e de som dos entrevistados, considerando que alguns não possuíam sinal de internet estável e/ou fone de ouvido em boas condições de funcionamento. Em quatro entrevistas, em especial, houve muita dificuldade de comunicação, mas em respeito à disponibilidade, ao tempo e à atenção dos jovens, as entrevistas foram realizadas mesmo diante dos problemas de conexão, áudio e vídeo. Outro fator a destacar diz respeito à privacidade na realização das

entrevistas, pois alguns dos jovens fizeram as entrevistas na presença de familiares, ocorrendo ruídos e interrupções constantes e, possivelmente, restrições quanto à liberdade de fala.

As entrevistas foram realizadas com todos os jovens indicados pela Instituição Alfa que demonstraram interesse em participar da pesquisa (26). Acredita-se que, diante da heterogeneidade dos jovens e das regiões brasileiras, haveria dificuldades na adoção do critério de saturação de dados e, ademais, não houve preocupação com critérios numéricos. O número de entrevistas realizadas e a riqueza do conjunto de dados coletados foram suficientes para atender aos objetivos do estudo, ressaltando-se que “cada individualidade é manifestação do viver total embora não seja a totalidade do viver” (MINAYO, 2017, p. 3).

É importante reforçar que, no processo de entrevista, os jovens desenvolveram seus relatos com maior ou menor riqueza de detalhes e que, por se tratar de um roteiro semiestruturado, a pesquisadora teve liberdade de alterar, acrescentar ou suprimir perguntas, de acordo com o desenrolar de cada entrevista. Diante da percepção de que havia jovens mais tímidos ou que expressaram estranhamento ao falar com uma pesquisadora, uma estratégia utilizada foi demonstrar que havia coisas em comum nas trajetórias dos jovens e da própria pesquisadora, com o intuito de que eles ficassem mais à vontade e abertos em seus relatos, afinal, a pesquisa se deu por meio de encontros e, nesses encontros, seria impossível não haver trocas.

### **3.5 Procedimentos de análise dos dados**

Para a análise dos dados, o material das entrevistas foi gravado, mediante autorização formal dos entrevistados, e transcrito na íntegra, compondo um banco de dados textual. Os dados da técnica projetiva de associação e das entrevistas semiestruturadas foram submetidos à análise de conteúdo temática (BARDIN, 2008). Os primeiros foram utilizados de forma a complementar os elementos evocados nas entrevistas, observando homogeneidades e discrepâncias. Devido à natureza da técnica e à riqueza das respostas, a apresentação integral dos resultados da técnica projetiva de associação foi inserida no Apêndice C.

A análise de conteúdo envolve a análise das comunicações por meio de procedimentos sistemáticos para a descrição do conteúdo das mensagens, e permite, ainda, ir além dos significados imediatos das comunicações e realizar inferências quanto às condições de produção e recepção das mensagens, ou seja, o interesse não é puramente a descrição, mas a inferência de conhecimentos que os conteúdos podem trazer depois de tratados. Conforme afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente

o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

A análise de conteúdo temática, aqui utilizada, recorre ao tema como unidade de registro, utilizando critérios semânticos para a análise do material (BARDIN, 2008). As categorias temáticas foram estabelecidas a priori, a partir da literatura sobre juventudes (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; MARGULLIS; URRESTI, 2008; OLIVEIRA, 2015, 2019; SAVEGNAGO, 2019), interseccionalidade (COLLINS, 2015; BANDEIRA; ALMEIDA, 2015; COLLING; OLTRAMARI, 2019; SOUZA, 2019), transição para a vida adulta (PAIS, 2005; GUIMARÃES, 2006; PIMENTA, 2007; ARNETT, 2012) e trajetória profissional (CORROCHANO; FREITAS, 2016; CORSEUIL; FRANÇA; POLOPONSKY, 2020; GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020), adotando-se uma postura de abertura para o surgimento de outras categorias a partir da fala dos entrevistados, principalmente em relação aos marcadores sociais de diferença percebidos como relevantes em suas trajetórias.

As entrevistas realizadas resultaram em, aproximadamente, 29 horas de gravação, com duração média de uma hora cada entrevista, de forma que as entrevistas variaram de 40 minutos a até duas horas. As gravações foram transcritas de maneira a observar os silêncios, vícios de linguagem, interrupções e reações dos jovens. Para efeitos de apresentação e análise dos dados, foram identificados os temas abordados nos relatos e selecionados extratos discursivos que ilustram a percepção dos jovens.

Uma síntese dos procedimentos metodológicos utilizados pode ser visualizada no Quadro, a seguir.



Quadro 2: Resumo dos aspectos metodológicos

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Fonte de dados</b>	<b>Técnicas de coleta de dados</b>	<b>Técnica de análise de dados</b>
a) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a transição para a vida adulta;	Qualitativa	Jovens egressos entrevistados	Entrevista, técnica projetiva de associação.	Análise de conteúdo.
b) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a trajetória profissional;	Qualitativa	Jovens egressos entrevistados	Entrevista, técnica projetiva de associação.	Análise de conteúdo.
c) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre influência da experiência como aprendizes em sua trajetória de vida e profissional;	Qualitativa	Jovens egressos entrevistados	Entrevista, técnica projetiva de associação.	Análise de conteúdo.
d) Analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem quanto ao impacto de marcadores interseccionais em suas trajetórias.	Qualitativa	Jovens egressos entrevistados	Entrevista, técnica projetiva de associação.	Análise de conteúdo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

Os resultados obtidos na pesquisa foram analisados de forma a trabalhar o que é comum e também a heterogeneidade das percepções dos jovens, não buscando identificar padrões, mas sim entender a multiplicidade das experiências por eles vivenciadas e percebidas. Como afirma Brah (2006, p. 362), “o significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro”, assim, não é uma pretensão deste estudo buscar uniformidades e tendências nas formas de transitar para a vida adulta e de percorrer a trajetória profissional, mas sim desvelar a realidade de jovens aprendizes egressos e identificar especificidades que podem ser relevantes em seus percursos.

Para isso, inicialmente é feita uma caracterização do perfil dos sujeitos de pesquisa e, em seguida, os dados são apresentados e analisados.

### **4.1 Quem são os jovens trabalhadores do estudo**

Como anteriormente mencionado, para este estudo foram entrevistados 26 jovens aprendizes egressos, de diferentes regiões do Brasil, com diferentes perfis. Trata-se de jovens que fizeram parte de um programa federal cuja prioridade de participação se dá para jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social. Especificamente nesta pesquisa, não foram envolvidos jovens desprovidos de lar e de família, uma vez que todos os entrevistados possuem casa e referência familiar, independentemente do modelo, tampouco jovens que possuem algum tipo de deficiência.

Algumas características que permitem conhecer melhor o perfil dos jovens sujeitos de pesquisa são descritas, a seguir, observando que os nomes dos entrevistados, bem como de empresas que eles tenham mencionado, não foram divulgados. Dessa forma, os jovens foram identificados conforme seu sexo (F para jovens do sexo feminino e M para jovens do sexo masculino) e a ordem da realização das entrevistas (de 1 a 26).

Quadro 3: Dados sociodemográficos dos sujeitos de pesquisa

	<b>Idade</b>	<b>Cidade</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Cor</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Escolaridade</b>
F1	19	Curitiba	Bissexual	Parda	Solteira (noiva)	Superior em curso (Psicologia)
M2	20	Curitiba	Heterossexual	Branco	Solteiro (noivo)	Superior incompleto (Administração)
F3	22	Belo Horizonte	Heterossexual	Branca	Solteira (namorado)	Superior completo (Fotografia)
M4	21	Rio de Janeiro	Homossexual	Negro	Solteiro	Superior em curso (Marketing)
M5	21	Porto Alegre	Heterossexual	Negro	Solteiro	Superior em curso (Gestão de RH)
F6	21	Belo Horizonte	Bissexual	Negra	Solteira	Superior em curso (Ciências Contábeis)
M7	23	Sabarará	Heterossexual	Pardo	Solteiro	Superior incompleto (Administração)
M8	20	Brasília	Heterossexual	Branco	Solteiro	Ensino médio completo
M9	24	Rio de Janeiro	Heterossexual	Branco	Solteiro	Superior completo (Administração)
F10	27	São José do Rio Preto	Heterossexual	Branca	Solteira (noiva)	Pós-graduação (Gestão Estratégica de Pessoas)
M11	24	Recife	Heterossexual	Preto	Solteiro (namorada)	Superior completo (Marketing)
F12	24	Recife	Heterossexual	Parda	Solteira	Superior em curso (Gestão Comercial)
M13	22	São Paulo	Heterossexual	Branco	Solteiro	Superior em curso (Ciências Biológicas)
F14	22	São Paulo	Heterossexual	Branca	Solteira	Superior em curso (Administração)
F15	24	São Paulo	Heterossexual	Branca	Solteira	Superior completo (Administração)
F16	22	Olinda	Heterossexual	Negra	Solteira	Superior em curso (Arquitetura)
F17	24	Porto Alegre	Heterossexual	Branca	Casada	Superior em curso (Administração)
M18	23	São Leopoldo	Heterossexual	Branco	Solteiro (namorada)	Ensino médio completo
F19	22	Recife	Heterossexual	Parda	Solteira	Superior em curso (Gestão Financeira)
F20	24	Belo Horizonte	Heterossexual	Negra	Solteira (namorado)	Superior em curso (Fisioterapia)
F21	21	Goiânia	Heterossexual	Parda	Solteira	Ensino médio completo
M22	24	Belo Horizonte	Heterossexual	Negro	Solteiro	Ensino médio completo
M23	22	Recife	Heterossexual	Negro	Solteiro	Superior em curso (Eng. Computação)
F24	25	Porto Alegre	Heterossexual	Branca	Solteira	Superior em curso (Eng. Produção)
F25	25	Porto Alegre	Heterossexual	Negra	Solteira	Superior em curso (Administração)
M26	25	Rio de Janeiro	Heterossexual	Branco	Solteiro (namorada)	Superior em curso (Administração)

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Foram entrevistados 14 jovens do sexo feminino (F1, F3, F6, F10, F12, F14, F15, F16, F17, F19, F20, F21, F24 e F25) e 12 jovens do sexo masculino (M2, M4, M5, M7, M8, M9, M11, M13, M18, M22, M23, M26). A idade média dos jovens é de 22 anos. Dentre as jovens, F1 é a mais nova, com 19 anos; e F10 a jovem mais velha, com 27 anos. Dentre os jovens do sexo masculino, M2 e M8 são os mais novos, com 20 anos, e M26 é o mais velho, com 25 anos.

Os jovens egressos estão distribuídos pelas regiões sudeste (12 deles, cinco de Minas Gerais, três do Rio de Janeiro e quatro de São Paulo); sul (sete deles, sendo cinco do Rio Grande do Sul e dois do Paraná); nordeste (cinco deles, todos de Pernambuco); e centro-oeste (dois deles, sendo um de Brasília e um de Goiás). Destaca-se que, apesar de considerar condições geográficas diversas, não foi possível abranger jovens egressos da região norte do Brasil, devido às localidades atendidas pelas filiais e polos da Instituição Alfa.

Quanto à orientação sexual, apenas em três casos houve uma declaração diversa da heterossexualidade, quais sejam F1 uma jovem parda bissexual, F6 uma jovem preta bissexual e M4 um jovem negro homossexual. Apesar de a maioria dos entrevistados ter se declarado heterossexual, em alguns casos foram expressas relativizações ou estranhamentos ao falar sobre a orientação sexual.

Por hora hetero (M2).

Até então hetero (F3).

Ai, cê sabe que esse negócio de sexo eu não entendo muito, mas acho que sou hetero né? Gosto do sexo oposto. [...] Não, é porque tem, cê, cê viu o tanto de opção que cê me deu? [Risos]. Na, na época, né, meus pais são muito... não são atualizados, entendeu? [Riso] Então ele, tem, na, eu fui criada assim, só tinha feminino e masculino. Então não tem um monte de opção (F10).

No relato da jovem F10, é possível notar uma referência à ideia de heteronormatividade, deixando implícito que a norma é ser heterossexual, enquanto outras orientações sexuais são desconhecidas ou ignoradas. Ao mencionar que essa visão seja decorrente da criação que teve, outro ponto vem à tona, referente à construção social de gênero, por meio da qual padrões de comportamentos sociais e sexuais são perpetuados na família e em outras relações na sociedade. Tais construções podem refletir no que se considera uma trajetória ideal para homens e uma trajetória ideal para mulheres, por meio dos esforços de homogeneização e controle da sociedade (SAVEGNAGO, 2019).

No que diz respeito à cor de pele/raça, foi considerada a autodeclaração, e participaram das entrevistas seis jovens brancas (F3, F10, F14, F15, F17, F24), seis jovens

brancos (M2, M8, M9, M13, M18, M26), quatro jovens negros (M4, M5, M22, M23), um jovem preto (M11), quatro jovens negras (F6, F16, F20, F25), quatro jovens pardas (F1, F12, F19, F21) e um jovem pardo (M7). A título de apresentação dos dados, os entrevistados que se declararam negros/pretos e pardos foram agregados de forma a garantir maior representatividade (IBGE, 2019). O panorama geral resultou, então, em 14 jovens negros (autodeclarados negros, pretos e pardos) e 12 jovens brancos. Destaca-se que a referência à cor de pele, assim como no caso da orientação sexual, suscitou dúvidas em alguns jovens, conforme relatos, a seguir.

Eu acho que branca (F3).

Assim, eu sempre, por exemplo, em ENEM essas coisas, eu sempre colocava pardo, mas não sei, sinceramente se eu sou pardo ou branco. Mas eu acho que pode ser pardo. Eu sou um pouco moreno, então, tem pessoas que não consideram não (M7).

Na verdade, é um pouco complicado, mas de acordo com os traços realmente eu sou branco (M8).

Eu me declaro negra, mas, algumas instituições, algumas coisas que eu vou me inscrever eles não aceitam, eles aceitam como parda (F20).

Olha, Brasil é meio difícil a gente falar sobre branco, enfim, porque meu pai, ele é moreno né, mais pra um pardo voltado pro negro, minha mãe é branca, então fica até difícil definir, mas, aparentemente branco né [riso] (M26).

Considerando que a raça vai além do biológico do corpo e constitui um fenômeno social e histórico, de construção discursiva, no Brasil há elementos, como o alto grau de miscigenação e o preconceito, que tornam a identidade racial particularmente fluida (SOUZA, 2019), de forma que as concepções de branco e não-branco variam conforme grau de mestiçagem, classe, região, além de variarem de indivíduo para indivíduo (NOGUEIRA, 2006). Nesse sentido, as dúvidas expressas pelos jovens, em relação a qual cor de pele/raça declarar, mostram tanto essa fluidez, que envolve diferentes classificações possíveis; quanto o caráter de construção discursiva, quando se coloca a “aprovação” do outro quanto à autodeclaração, como visto nos relatos de M7 e F20. Como afirma Sansone (1996), é comum que a cor autodeclarada pelos sujeitos não coincida com a percepção de outros observadores, indicando, além da fluidez, o desconforto que essa questão pode causar para alguns em uma sociedade racista.

Esse fato pode ser atribuído às características negativas conferidas ao negro e às implicações disso em termos de preconceito de marca, o que leva ao caráter intermitente da consciência de cor ou raça dos brasileiros (NOGUEIRA, 2006), consciência esta que tende a se redefinir conforme aspectos como classe, gênero, região e faixa etária (SANSONE, 1996).

Foi percebida, também, uma tendência ao branqueamento, uma vez que as dúvidas envolveram uma inclinação ao branco, fato compreensível em uma sociedade onde ser branco envolve benefícios sociais e materiais, além de ideia de superioridade (SOUZA, 2019).

Quanto ao estado civil dos jovens egressos, das jovens do sexo feminino, 11 são solteiras (F3, F6, F12, F14, F15, F16, F19, F20, F21, F24, F25), dentre as quais duas (F3, F20) mencionaram o namorado em seus relatos, duas são noivas (F1, F10) e apenas uma é casada (F17). Dos jovens do sexo masculino, 11 são solteiros (M4, M5, M7, M8, M9, M11, M13, M18, M22, M23, M26), dos quais três mencionaram ter namorada nos relatos (M11, M18, M26), e um jovem é noivo (M2). Considerando o total de jovens, tem-se que, dos 26 entrevistados, apenas uma jovem é casada, o que se alinha uma tendência de aumento da idade associada ao casamento, já indicada em outros estudos (ARNETT, 2012).

Em relação à escolaridade, a maioria está cursando o ensino superior, sendo 10 jovens universitárias do sexo feminino (F1, F6, F12, F14, F16, F17, F19, F20, F24, F25) e cinco jovens universitários do sexo masculino (M4, M5, M13, M23, M26). Duas jovens possuem ensino superior completo (F3, F15), bem como dois jovens também já concluíram a graduação (M9, M11), totalizando quatro graduados. Outros quatro jovens possuem ensino médio completo, três do sexo masculino (M8, M18, M22) e uma do sexo feminino (F21); e apenas uma jovem possui pós-graduação (F10), em Gestão Estratégica de Pessoas.

Ainda sobre a escolaridade, dois jovens iniciaram o ensino superior, mas não deram continuidade (M2, M7). O jovem M2 realizou o trancamento, devido a dificuldades financeiras em manter o curso e M7 relatou que parou o curso, devido à pandemia. Interessante destacar que M7 fez uma diferenciação entre aqueles que querem uma faculdade “boa” e aqueles que só precisam do diploma por questão de currículo. De forma geral, entre os 26 jovens sujeitos do estudo, 22 se envolveram com o ensino superior, esteja ele em curso, concluído ou trancado; e três jovens com ensino médio expressaram desejo de fazê-lo (M8, M18, F21), o que vai ao encontro do panorama encontrado no estudo de Máximo (2012) e corrobora a tendência de extensão da vida escolar (GUERREIRO; ABRANTES, 2005; ARNETT, 2012).

O ingresso no ensino superior é um elemento visto como essencial na trajetória almejada pelos jovens, no contexto contemporâneo (CORROCHANO, 2013), sobretudo, no caso dos filhos da classe trabalhadora, para quem a educação é vista como importante investimento que pode levar à mobilidade social (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). No que diz respeito aos jovens da presente pesquisa, a extensão da vida

escolar se dá, na maior parte dos casos, em instituições de ensino privadas, assim como apontado por Corrochano (2013), envolvendo bolsas de estudo ou financiamento próprio, diante de dificuldades em lidar com os custos e com a concomitância de ensino superior e trabalho. Assim, ao mencionar a extensão da vida escolar como uma tendência, é importante refletir sobre para quais jovens ela se aplica e em quais condições.

No que diz respeito à área de formação, dos 22 jovens com vivência no ensino superior, nove (M2, M7, M9, F10, F14, F15, F17, F25, F26) se vinculam ao curso superior em Administração, que desponta como o mais mencionado, seguido por Marketing, citado por dois jovens. De acordo com Franco et al (2017), muitos jovens aprendizes atuam em áreas administrativas e investem em cursos superiores de Administração, devido a sua experiência profissional e ao custo menor deste curso em instituições de ensino privadas, quando comparado a outros cursos. Essa influência da experiência como jovem aprendiz na escolha da área de formação pode ser vista também no presente estudo, por meio dos relatos seguintes.

Como eu era novo, eu, pela [Instituição Alfa] eu passei muito por isso, no projeto de vida né, esse, o que eu gostaria de fazer né, depois. E nossa, sofri muito com isso no ensino médio, não sabia mesmo. Aí como, eu era... auxiliar de administração né, como jovem aprendiz, eu falei “não, então o que eu quero fazer é Administração, porque toda empresa precisa de alguém no administrativo né?” (M2).

Então fiz o curso técnico, concluí, porém todas áreas que eu trabalhava, eu sempre trabalhei na área administrativa, já passei por várias experiências de jovem aprendiz e essas áreas sempre me guiavam pra área administrativa, porém, eu sempre quis trabalhar na área da Saúde, com pesquisa (M5).

Eu cresci no shopping, por exemplo, que é o exemplo né, eu era jovem aprendiz no shopping no administrativo e fui crescendo, então mudou totalmente a minha vida, nesse sentido. Eu realmente escolhi o meu curso, eu sempre quis no ensino médio fazer alguma coisa da área da Saúde, Odontologia, talvez... Enfermagem até que não, mas Medicina, pensando um pouco bem acima assim, apesar de considerar que eu não ia estudar tanto pra isso. Mas, e foi com jovem aprendiz, com a experiência no shopping, no administrativo, uma coisa que eu não esperava (M7).

É compreensível e esperado que as primeiras experiências no mercado de trabalho tenham reflexos nas trajetórias pessoais e profissionais dos jovens (CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020), inclusive, em relação às escolhas que envolvem a formação em nível superior. Pode ser observada, ainda, uma espécie de “adequação” das áreas de formação almejadas, como nos relatos de M5 e M7, que, quando mais novos, almejavam cursos diferentes, ligados à área da saúde, e mudaram seus planos diante das experiências laborais, das restrições decorrentes dos recursos econômicos e/ou da preparação escolar a que tiveram acesso. O relato, a seguir, também ilustra esse cenário.

Na verdade meu pai queria que eu fosse médica veterinária (Uhum). E eu achava que eu ia ser, sabia? Eu adoro bicho, mas, a nossa, a minha realidade é outra né, é outra, a gente não tinha condições, e aí pra você passar, passar numa, numa... numa faculdade estadual, você tem que estudar, você tem que ter uma base de estudo né, e eu sempre estudei em escola pública, aquele ensino empurrando com a barriga, né? Então, eu até prestei uma escola, uma faculdade né, que tem aqui em Rio Preto, que é estadual, mas eu não passei não, ixxe [ênfase], fiquei lá nos último, né, que a minha base é... escolar, foi muito, muito básica, muito básica, muito básica mesmo, então não tinha condições de né... Meu pai e minha mãe também não tinha condições de pagar, uma faculdade de medicina veterinária, então... (F10).

O relato da jovem F10 indica que, como apontado por Sanderson (2019), a estrutura social pode moldar as oportunidades com as quais os jovens se defrontam. Nesse sentido, o jovem M22, de 24 anos, negro e pobre, que começou a trabalhar aos 12 anos “em trabalho pesado” e, atualmente, trabalha como motoboy, foi o único entrevistado que não fez menção ao envolvimento ou desejo de cursar o ensino superior, pois, para ele, o importante é ter uma profissão, “seja ela como advogado ou até mesmo como, como gari”.

Em termos das experiências de aprendizagem vivenciadas pelos jovens egressos entrevistados, o Quadro, a seguir, resume algumas informações ocupacionais compartilhadas por eles.



Quadro 4: Dados ocupacionais dos sujeitos de pesquisa

	<b>Há quanto tempo foi aprendiz</b>	<b>Setor em que atuou e tipo de empresa</b>	<b>Efetivação</b>	<b>Situação empregatícia atual</b>	<b>Tempo na ocupação atual</b>
F1	2 anos atrás	RH (Instituição Alfa)	Não	Carteira assinada	2 anos
M2	6 meses atrás	Administrativo (Instituição Alfa)/ Almoarifado*	Não	Carteira assinada	6 meses
F3	4 anos atrás	Comercial (indústria alimentícia) / Administrativo (Instituição Alfa)*	Sim	Carteira assinada	1 ano e 11 meses
M4	1 ano e 2 meses atrás	Administrativo (panificação e alimentos)	Sim	Carteira assinada	8 meses
M5	1 ano e 5 meses atrás	Administrativo (Instituição Alfa)	Sim	Carteira assinada	1 mês
F6	2 anos atrás	Bancário (instituição fin. privada)	Não	Estagiária	6 meses
M7	3 anos e 3 meses atrás	Administrativo (shopping)	Sim	Autônomo	7 meses
M8	2 meses atrás	Administrativo (academia)	Não	Desempregado	-
M9	1 ano e 6 meses atrás	Bancário (instituição fin. privada)	Não	Carteira assinada	1 ano e 6 meses
F10	6 anos e 2 meses atrás	Bancário (instituição fin. privada)	Não	Carteira assinada	1 ano e 6 meses
M11	1 ano e 6 meses atrás	Gestão de produtos (Tecnologia da Informação)	Não	Carteira assinada	2 meses
F12	5 meses	Comercial (varejo)/ Comercial (indústria alimentícia)*	Sim	Carteira assinada	5 meses
M13	3 anos atrás	Comercial (seguradora)	Sim	Carteira assinada	3 anos
F14	1 ano e 6 meses atrás	RH (produtos cosméticos)	Sim	Estagiária	1 ano e 5 meses
F15	5 anos e 2 meses	Comércio exterior (indústria alimentícia)	Não	Carteira assinada	1 mês
F16	2 meses atrás	Administrativo (segurança)	Não	Estagiária	2 meses
F17	1 ano e 6 meses atrás	Bancário (instituição fin. privada)	Sim	Carteira assinada	1 ano e 5 meses
M18	1 ano e 3 meses atrás	Comercial	Sim	Carteira assinada	1 ano e 2 meses
F19	2 meses atrás	Administrativo (logística)	Não	Autônoma	2 meses
F20	1 ano e 6 meses atrás	Administrativo (transporte aéreo)	Não	Estagiária	5 meses
F21	1 ano atrás	Administrativo (crédito consignado)	Não	Desempregada	-
M22	3 anos atrás	Seguros	Não	Autônomo	3 anos
M23	7 meses atrás	Logística	Não	Carteira assinada	7 meses
F24	3 anos atrás	Comercial/ RH (segurança)*	Não	Autônoma	1 ano
F25	2 anos e 6 meses atrás	Comercial	Não	Autônoma	2 anos e 6 meses
M26	1 ano e 8 meses	Bancário (instituição fin. privada)	Sim	Carteira assinada e empreendedor	2 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

\*Indicação de setores de atuação diferentes devido a diferentes experiências de aprendizagem mencionadas.

Os jovens participantes da pesquisa foram aprendizes entre dois meses e seis anos atrás, o que implica em realidades e percepções diferenciadas quanto aos impactos dessa

experiência como aprendiz em suas trajetórias. Egressos que deixaram o programa recentemente ainda não tiveram tempo suficiente para observar o desenvolvimento de sua trajetória profissional após o término do contrato, mas eles foram considerados na pesquisa, em virtude das contribuições que podem trazer quanto à percepção da experiência da aprendizagem em si e ao processo de transição para a vida adulta.

No que diz respeito à atuação enquanto aprendizes, foi percebido que os jovens desempenhavam atividades rotineiras e de baixa complexidade, muitas vezes, definidas como atividades administrativas e operacionais. Tais atividades eram vinculadas a setores diversos, como bancário, comercial e logístico, de forma que, enquanto aprendizes, eles atuaram em cargos como assistente de vendas, assistente administrativo, atendente e repositor.

Trabalho no almoxarifado, aí, carregava coisa, me... é, mais carregava coisa, etiquetava tudo, lesionei a coluna também, tô resolvendo isso até hoje [riso] (M2).

Isso, a área que eu, que eu fiquei na [nome da Empresa], não era uma área que eu tinha muita... liberdade né, a palavra, liberdade pra poder mostrar ali o que eu sabia fazer, o que eu podia fazer. Eu tava ali um pouco limitado (M4).

[...] o jovem aprendiz no marketing no shopping ele acaba sendo muito aquele, aquela pessoa que carrega muito as coisas, de peso assim, no sentido de, a pessoa que busca uma coisa ali, leva outra coisa aqui, pega alguma coisa no estoque, enfim, nada criativo (M7).

[...] é, às vezes a gente tinha que fazer esse auxílio de atualizar projetos, mas a maior parte era questão de, de gestão mesmo, de, de gerar O.S., fechar O.S., fazer ordem de serviço, eram coisas assim, mais monótonas, mais repetitivas, entendeu? Eu não exercia a parte criativa enfim, do curso (F16).

De acordo com o que prevê a legislação que regula os contratos de aprendizagem, as atividades desenvolvidas pelos jovens aprendizes no ambiente laboral devem envolver complexidade progressiva, de forma a caracterizar uma formação técnico-profissional metódica (BRASIL, 2018a), contudo, os resultados indicam que isso, muitas vezes, não ocorre na prática, corroborando o que foi apontado em outros estudos sobre a natureza secundária e empobrecida de atividades desenvolvidas pelos jovens aprendizes (FRANCO et al, 2017; SOUZA; HELAL; PAIVA, 2019; BARBOSA; LARA; PAIVA, 2020).

Observa-se que alguns jovens relataram que tiveram mais de uma experiência como aprendizes, vinculadas a instituições intermediadoras diferentes, como no caso de M2, M5, F12 e F24. Já a jovem F3 passou por duas empresas diferentes durante o mesmo contrato de aprendizagem, uma vez que, na primeira empresa, a jovem trabalhava como promotora de vendas e, como não é permitida ao aprendiz a exposição aos perigos de trajetos realizados entre os pontos comerciais, foi necessária sua transferência. Foram relatadas também

experiências de atuação em diferentes setores dentro da mesma empresa enquanto aprendizes, como nos casos de F3 e M7.

Dos jovens aprendizes egressos aqui considerados, 10 foram efetivados após o término do contrato, enquanto os demais 16 não o foram. Dentre os efetivados, F12 é a única jovem mulher negra. A efetivação não se deu necessariamente logo que o contrato de aprendizagem terminou, houve casos em que o contrato foi encerrado antes da vigência para efetuar a efetivação, como ocorreu com M13 e M26, e casos em que se passou cerca de um ano depois do fim do contrato até ocorrer a efetivação, como nos casos de F3 e M5. Dos 10 jovens que foram efetivados, sete continuam na empresa onde atuaram como aprendizes, e para os outros três houve mudança de empresa.

De forma geral, tem-se que, no momento da entrevista, a maioria dos jovens possuía emprego formal, trabalhando com carteira assinada (F1, M2, F3, M4, M5, M9, F10, M11, F12, M13, F15, F17, M18, M23, M26). Dentre esses 15 jovens, podem ser observados setores, cargos e áreas de atuação diversas, com quatro deles relatando atuação em cargos gerenciais, três no setor bancário (M9, F17, M26) e um (M11) no setor de tecnologia da informação. Alguns jovens não citaram, especificamente, o cargo que ocupam, mas foram recorrentes relatos de atuação na área administrativa de empresas de diferentes ramos, desde multinacionais a empresas de pequeno porte.

Dos 11 egressos da aprendizagem que não atuam no mercado de trabalho com carteira assinada, têm-se quatro jovens que desenvolvem estágio na sua área de formação no ensino superior (F6, F14, F16, F20) e cinco jovens autônomos, dos quais um é da área de eventos (M7), uma é cabelereira e maquiadora (F19), um é motoboy (M22), uma é confeitadeira (F24) e uma é vendedora de artigos de vestuário (F25). Por fim, dois jovens estavam desempregados (M8, F21) e possuem em comum o fato de terem como nível de formação o ensino médio completo, o que sugere a formação acadêmica ou escolar formal como um marcador a ser considerado nas trajetórias de jovens.

Além das informações anteriormente detalhadas, as informações do contexto familiar também são relevantes para entender quem são os jovens egressos participantes da pesquisa, assim, algumas delas são analisadas na subseção seguinte.

#### **4.2 O contexto familiar dos jovens egressos**

Em relação ao contexto familiar e de moradia dos jovens, algumas informações importantes sobre a renda (em salários-mínimos, SM), as pessoas que dividem a mesma residência e a profissão dos pais ou responsáveis estão resumidas no Quadro 5.

Quadro 5: Dados do contexto familiar dos sujeitos de pesquisa

	<b>Renda familiar</b>	<b>Quantos moram na mesma residência</b>	<b>Com quem o(a) jovem reside</b>	<b>Profissão dos pais/responsáveis</b>
F1	3 a 4 SM	4 pessoas	Mãe, pai, irmão	Não especificado
M2	4 a 5 SM	4 pessoas	Mãe, padrasto, avô	Mãe diarista/ padrasto trabalho temporário
F3	2 a 3 SM	3 pessoas	Avô, namorado	Mãe diarista/ pai área contábil em cooperativa de crédito
M4	2 a 3 SM	3 pessoas	Mãe, pai	Mãe costureira/ pai serralheiro
M5	1 a 2 SM	5 pessoas	Pai, madrasta, irmão +1	Pai engenheiro civil/ madrasta área de RH
F6	3 a 4 SM	4 pessoas	Não especificado	Mãe doméstica/ Pai motorista de transporte público
M7	5 a 6 SM	4 pessoas	Mãe, pai, irmã	Pai comerciante (proprietário de bar)/ Mãe não especificado
M8	4 a 5 SM	5 pessoas	Mãe, pai, irmão +1	Mãe costureira/ pai área administrativa em um hospital
M9	4 a 5 SM	4 pessoas	Avó, tia, primo	Mãe trabalha em laboratório/ pai não especificado (faleceu)
F10	6 SM	3 pessoas	Mãe, pai	Mãe faxineira/ pai pintor
M11	7 SM	5 pessoas	Mãe, pai, 2 irmãos	Mãe dona de casa/ pai policial
F12	Até 1 SM	4 pessoas	Mãe, 2 irmãos	Mãe doméstica/ pai faz “bicos”
M13	3 a 4 SM	6 pessoas	Mãe, irmã, primo, 2 tios	Não especificado
F14	4 a 5 SM	4 pessoas	Mãe, pai, irmã	Não especificado
F15	5 a 6 SM	3 pessoas	Mãe, padrasto	Mãe vendedora/ Pai vendedor
F16	5 a 6 SM	4 pessoas	Mãe, pai, irmão	Mãe dona de casa/ pai técnico em eletrotécnica
F17	6 SM	2 pessoas	Marido	Mãe cabelereira/ pai autônomo (serviços de publicidade)
M18	1 a 2 SM	2 pessoas	Namorada	Mãe doméstica/ pai marceneiro (usuário de drogas)
F19	2 a 3 SM	4 pessoas	Mãe, pai, irmã	Mãe cozinheira/ pai proprietário de empresa de construção
F20	3 a 4 SM	5 pessoas	Mãe, pai, 2 irmãos	Mãe doméstica/ pai mestre de obras
F21	Até 1 SM	5 pessoas	Pai, madrasta, irmã, filho	Pai caseiro/ mãe não especificado (faleceu)
M22	2 a 3 SM	1 pessoa	-	Avó diarista/ Pai camelô
M23	2 SM	2 pessoas	Mãe	Mãe corretora de imóveis
F24	3 SM	3 pessoas	Mãe, pai	Mãe auxiliar de laboratório/ pai motorista de aplicativo
F25	1 SM	2 pessoas	Filha	Mãe doméstica/ pai eletricista
M26	3 a 4 SM	3 pessoas	Mãe e irmão	Mãe dona de casa/ pai caminhoneiro

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A renda familiar informada pelos jovens entrevistados variou de até um salário-mínimo, nos casos das jovens F12 e F21; a sete salários-mínimos, no caso do jovem M11. Considerando o número de pessoas do núcleo familiar e o valor do salário-mínimo no ano de 2021, tem-se um panorama de jovens, como F12 e F21, que vivem com cerca de 250 reais mensais *per capita*, enquanto em outros núcleos familiares, como de F17, esse valor chega a 3.300 reais mensais *per capita*, demonstrando grande discrepância nas faixas de renda dos

jovens egressos. De forma geral, 13 entrevistados vivem com menos de um salário-mínimo *per capita* (F1, F3, M4, M5, F6, M8, F12, M13, M18, F19, F20, F21, F25), dos quais nove (67%) são jovens negros. Com relação aos jovens que vivem com renda *per capita* de um salário-mínimo ou mais (M2, M7, M9, F10, M11, F14, F15, F16, F17, M22, M23, F24, M26), os jovens negros são sub-representados, correspondendo a cinco (38%) dos 13 jovens.

Observando os núcleos familiares, nota-se que apenas duas jovens possuem filho (F21, F25). A jovem F25 engravidou durante o período do contrato de aprendizagem e mora sozinha com sua filha, enquanto a jovem F21 foi mãe aos 17 anos, antes de ser jovem aprendiz, e, atualmente, reside com o pai, madrasta, irmã e filho. Apenas um jovem relatou morar sozinho (M22) e três moram com seus parceiros, sendo que a jovem F17 mora com o marido, o jovem M18 mora com a namorada e a jovem F3 mora com o namorado e o avô. Os demais jovens, que constituem maioria significativa dos sujeitos de pesquisa, residem com seus pais ou responsáveis, em núcleos familiares que variam de duas (M23) a seis pessoas (M13) morando na mesma residência, o que indica que o período de permanência junto à família aumentou. Cabe registrar, ainda, que 11 jovens (M2, F3, M5, F12, M13, F15, M18, F21, M23, F25, M26) mencionaram ser filhos de pais separados, denotando outros arranjos familiares.

Dentre os jovens que citaram a profissão ou área de atuação dos seus pais ou responsáveis, percebe-se que as mães, madrastas ou avós mencionadas são, majoritariamente, identificadas como donas de casa, diaristas, faxineiras e domésticas (M2, F3, F6, F10, M11, F12, F16, M18, F20, M22, F25), houve, ainda, menção sobre mãe costureira (M4, M8), vendedora (F15), cozinheira (F19), cabelereira (F17), corretora de imóveis (M23) e auxiliar de laboratório (F24). A mãe de M9 também trabalha em laboratório, mas o jovem não especificou sua profissão, e a madrasta de M5 trabalha na área de recursos humanos.

Em relação aos pais ou padrastos, foram observadas profissões muito diversificadas, como serralheiro (M4), engenheiro civil (M5), motorista de transporte público (F6), comerciante (M7), pintor (F10), policial (M11), vendedor (F15), eletricitista (F25), mestre de obras (F20), caseiro (F21), vendedor ambulante (M22), motorista de aplicativo (F24), dentre outras profissões ou áreas de atuação, que não se repetiram no conjunto de relatos. Destaque pode ser dado para a resposta de F12, que não mencionou a área de atuação ou profissão do pai, disse apenas que ele faz “bicos”; e para a resposta de M18, o qual afirmou que o pai era um marceneiro “de mão cheia”, mas que abandonou a profissão ao se tornar usuário de drogas.

Note-se que, em diversos dos núcleos familiares, os pais ou responsáveis pelos jovens entrevistados atuam em ocupações de baixa qualificação, principalmente quando se observa o recorte de gênero, com grande parte das mães, madrastras ou avós envolvidas com o trabalho doméstico. Diante do legado histórico e cultural existente no Brasil, tarefas monótonas e repetitivas, como aquelas relacionadas ao cuidado, à limpeza e à higiene, são vistas como trabalho tipicamente feminino (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015), sendo comuns às mulheres “ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico” (HIRATA, 2014, p. 64).

Tendo em vista que os pais ou responsáveis são as primeiras referências profissionais que os jovens possuem, “servindo de inspiração, alusão/continuidade ou rejeição daquelas atividades experimentadas de perto pela história familiar ou do grupo” (OLIVEIRA, 2015, p. 51); e que os diferentes capitais a que têm acesso no ambiente familiar podem ser determinantes nas trajetórias dos jovens, surgem questionamentos quanto à perpetuação de possíveis condições vivenciadas no núcleo familiar e às possibilidades de mobilidade social.

Neste ponto da análise, recorre-se a um resultado da técnica projetiva de associação. Ao se depararem com a palavra “família”, os jovens reforçaram a importância que atribuem a ela e recorreram a aspectos, predominantemente, positivos, associando família com base, força, apoio, porto seguro e estrutura (M4, F6, M9, F10, M11, F14, F15, F16, F17, M18, M26); amor e carinho (F1, M7, M13, F17, F21, F24); acolhimento (F12, F16, F20, F21) e união (M5, F6, M23, F25). As ressalvas dizem respeito aos jovens F3, F20 e M22, uma vez que a jovem F3 ressaltou que as pessoas comumente se sentem obrigadas a amar a família, mas é preciso saber lidar com ela, não necessariamente amar todos os familiares; a jovem F20 destacou a importância do acolhimento para além de laços de sangue, pois recebeu apoio apenas dos pais e não dos demais familiares; e o jovem M22 mencionou que nunca teve família, pois seus pais foram ausentes e isso lhe traz tristeza e o sonho de construir a própria família.

Para compreender melhor a percepção dos jovens sobre seu contexto familiar, eles foram questionados se acreditavam que teriam uma vida parecida com a de seus pais ou responsáveis, explicando os motivos das semelhanças e divergências percebidas, bem como expressando algumas informações sobre seu passado e expectativas quanto ao futuro. Observe-se uma síntese de suas respostas, no Quadro 6.

Quadro 6: Comparação em relação à vida dos pais/responsáveis

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Não será parecida	Escolaridade Trabalho Condição financeira Lugar de origem/ moradia Estilo de vida Oportunidades Maiores índices de violência Tecnologia Suporte à família Vício Opções de lazer Casamento/filho precoce Estagnação	Busca de melhores oportunidades, níveis de escolaridade, condições financeiras e opções de lazer. Diferentes trajetórias profissionais, expectativas de vida, acesso à tecnologia e relação com a violência. Distanciamento de vícios, de estagnação, de casamento e maternidade/ paternidade precoces. Possibilidades de suporte à família em termos de estrutura/ apoio e de condições financeiras. Diferentes locais de origem e de moradia.	F1, M2, M4, M7, M9, F10, M11, F12, M13, F14, F15, F16, F17, M18, F19, F20, M22, F24, F25, M26
Em partes	Oportunidades Trabalho Escolaridade Lugar de origem Estilo de vida Determinação Honestidade/generosidade Comunicação	Semelhanças em relação à determinação, honestidade, generosidade e habilidades de comunicação que percebem nos pais/responsáveis. Divergências quanto ao estilo de vida/ visão de mundo, oportunidades disponíveis, escolaridade, caminho profissional e lugar de origem.	F3, F6, M23
Sim, será parecida	Aprendizado Valores	Desejo de seguir os passos considerando os ensinamentos que tiveram.	M5, M8, F21

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A maioria significativa dos jovens egressos revelou, em seus relatos, as aspirações quanto a uma história de vida diferente daquela de seus pais ou responsáveis, assim como destacado no estudo de Borges e Coutinho (2010), que considerou jovens aprendizes de 15 a 17 anos da região sul do Brasil. As principais motivações que justificam esse desejo dos jovens da presente pesquisa se vinculam a questões de escolaridade, trabalho e condições financeiras.

Em relação à escolaridade, foi ressaltado que as oportunidades de acesso atuais são diferenciadas das que seus pais ou responsáveis tiveram em sua juventude, e foram citadas, em especial, as chances de ingresso e conclusão do ensino superior. Sabe-se que o processo de expansão do ensino superior deu acesso a grupos que foram, tradicionalmente, excluídos desse nível de ensino, abrangendo uma parcela maior e mais heterogênea da população brasileira (CORROCHANO, 2013; OLIVEIRA, 2015). Os pais ou responsáveis dos jovens tiveram uma realidade diferente nesse sentido, havendo exemplos nos relatos de pais que concluíram o ensino fundamental/médio ou o ensino superior apenas na fase adulta, que tiveram que abandonar a escola na juventude com vistas a se dedicar ao trabalho, e, até mesmo, que foram proibidos de concluir os estudos, como no caso da mãe da jovem F1.

Considerando que “os filhos das classes trabalhadoras minimamente assalariadas buscam a via escolar como uma alternativa de inclusão social” (OLIVEIRA, 2015, p. 38) e que o imaginário juvenil é permeado pela ideia de que por meio da educação conquistarão um futuro profissional satisfatório (RAIZ; PETTERS, 2008), a questão da escolaridade está ligada, também, aos aspectos elencados nos relatos quanto ao trabalho e às condições financeiras. Ao mencionarem a profissão e trajetória profissional de seus pais ou responsáveis, a maioria dos jovens relata o desejo de distanciamento dessa realidade, distanciamento este, em alguns casos, recomendado pelos próprios pais ou responsáveis, que aconselham os filhos a estudarem e trilharem trajetórias profissionais diferentes.

Nesse sentido, os jovens egressos demonstraram perspectivas de melhores oportunidades laborais e de melhores condições financeiras em comparação aos seus pais ou responsáveis, algumas já alcançadas no momento da entrevista. Houve casos de jovens, como F1, de 19 anos, e M9 e F15, de 24 anos, que destacaram o fato de já receberem maior renda e acessarem melhores possibilidades de aquisição de bens em comparação aos seus pais ou responsáveis.

Em meio aos relatos de ciclos de estudo interrompidos e de trabalho árduo, muitas vezes em subempregos, que a maioria dos jovens presenciou em seu ambiente familiar, foram relatadas as dificuldades vivenciadas perante as condições financeiras da família de origem.

Não. (Por quê?) Porque, meus pais, é, criaram eu e meus irmãos, em um ambiente de urgência e necessidade. Então, quando, é, quando eu era criança, eu e meus irmãos, a gente não tinha dinheiro, a gente não tinha, é, meu pai, meu pai e minha mãe do lado pra poder, é, ensinar a gente sobre, sobre as coisas, sobre o que, aprendizados da vida, sabe? (Uhum). Então, como eles tinham que trabalhar pra conseguir dinheiro, a gente tinha que se virar sozinho e... isso por um lado é bom, porque você acaba, desenvolvendo habilidades de, de ter garra, de ir atrás das coisas, mas por outro você tem uma deficiência de não ter um mentor, eu acho que isso pesa muito no desenvolvimento de uma criança, um mentor do lado pra, ensinar sobre tudo, ensinar sobre é... ensinar sobre você crescer na vida, então isso é algo que eu busco pra, pra o meu futuro, não ter que, ser preso ao trabalho (M11).

Não. (Por quê?) Eu acredito que não. Porque eles tiveram uma vida muito triste né? Desculpa [choro] [pausa]. Eles tiveram uma vida muito triste, minha mãe desde os 12 anos ela trabalhou como empregada doméstica, foi muito humilhada né, pela nossa cor, por onde ela veio; o meu pai, ele é uma pessoa que não conseguiu completar os estudos, sabe, só vive de bico. Então assim, eu acredito que meu futuro não, não será desse jeito. O que eu vou tirar deles é a garra, a força de vencer né, que eu tento levar isso pra minha vida, mas, eu creio assim, que eu serei diferente, ao ponto de dar orgulho a eles (F12).

Espero eu que não. (Por quê?) Eu tô batalhando pra não ser nem um pouco parecida com a vida que meus pais tiveram. Ahm, é, meu pai, infelizmente, é uma pessoa que foi pro meio das drogas e, isso abalou muito a minha mãe, fez ela decair demais, isso mexeu comigo psicologicamente até uma certa parte. Então, me deu um estalo



assim, e eu pensei “não, não quero ter uma vida igual a que eles tiveram, quero uma vida melhor possível” (M18).

Não. (Por quê?) Porque eles não tiveram a oportunidade de estudar né, então pra eles sempre foi, foi muito difícil. Eles casaram muito cedo, não tiveram o apoio dos pais, teve que ir embora, teve que trabalhar muito, não conseguiram concluir os estudos, então pra eles foi bem difícil mesmo. Então eles tiveram uma oportunidade de dar uma vida melhor pros filhos, pra exatamente ser assim, melhor, ser mais confortável (F20).

Destaque pode ser dado ao relato da jovem F12, que ao mencionar a vida permeada por dificuldades que seus pais tiveram, chora e, após uma pequena pausa, segue sua fala relembando as humilhações que a mãe sofreu, enquanto empregada doméstica. Tais episódios de humilhações são relacionados por ela com o local de origem, região periférica do nordeste, e a cor de pele da mãe, negra. Sabe-se que as mulheres negras são mais numerosas no trabalho doméstico, ocupação na qual pode ser observada a intersecção de marcadores de raça, classe e gênero (HIRATA, 2014). Frente aos efeitos que esses marcadores acarretaram no seu seio familiar, o sofrimento que a jovem transparece ao falar da vida da mãe logo é contraposto a características positivas, como garra, força e determinação. Uma vez que os marcadores sociais de diferença não permitiram à mãe a chance de “vencer na vida”, a jovem F12 acredita que cabe a ela, que é a única fonte de renda da casa, ser diferente e dar orgulho aos pais.

Além dos aspectos destacados quanto à escolaridade, ao trabalho e às condições financeiras, outras questões foram mencionadas para justificar as diferenças vistas e desejadas entre a vida dos pais ou responsáveis e a vida dos jovens. Nesse sentido, houve referências: 1) aos diferentes lugares de origem e de moradia, tanto em relação à habitação em zona rural, caso dos pais de F15, quanto à migração de regiões norte e nordeste para outras regiões do Brasil em busca de emprego, caso dos pais de M2; 2) às melhores possibilidades de oferecer estrutura e suporte à família, mencionadas por M7, M11 e M13; 3) à percepção de existência de mais oportunidades e facilidades no contexto atual, conforme afirma F14; 4) ao maior acesso à tecnologia e à atual banalização da violência, mencionados por F10; 5) ao distanciamento de vícios, como relatado por M18, cujo pai é usuário de drogas; 6) à postergação do casamento e dos filhos, citada por F20; e 7) às maiores ambições na vida, evitando a estagnação, como citado por M26.

Por sua vez, os jovens que relataram perceber tanto semelhanças quanto divergências em relação à vida de seus pais ou responsáveis mencionaram, como semelhanças, a capacidade de “correr atrás”, mesmo diante das dificuldades (F3, F6) e características como generosidade e honestidade (M23). Já como diferenças, foram citados o maior acesso que

percebem quanto a oportunidades de inserção e manutenção no mercado de trabalho (F3) e quanto ao ensino superior (F3, F6), além do estilo de vida diferente, envolvendo outras opiniões sobre questões sociais e religiosas (M23).

Por fim, poucos foram os jovens que demonstraram identificação e afirmaram que acreditam que a sua vida será parecida com a dos pais ou responsáveis, mencionando que pretendem seguir os ensinamentos que tiveram, como aqueles ligados à responsabilidade, maturidade e protagonismo, citados por M5; e à busca de conhecimentos, de superação, de socialização e de entendimento de diferenças, citados por M8. A jovem F21 mencionou que os pais cresceram diante de dificuldades e aprenderam com a vida, então, ela percebe a oportunidade de aprender com eles.

Quanto às visões e às discussões acerca da educação escolar e da carreira profissional no âmbito familiar, os jovens entrevistados enfatizaram a questão da escolaridade como mais presente nas conversas com os pais ou responsáveis. O incentivo, motivação ou cobrança em relação à dedicação aos estudos foi o aspecto mais citado pelos jovens (F1, M2, M4, F6, M7, M8, F10, M11, F12, M13, F14, F15, F16, F17, F19, F20, F21, M23, F24), ligando isso à busca da independência e à busca de uma realidade diferente daquela vivenciada pelos familiares.

De acordo com o que esses jovens cresceram escutando de seus pais ou responsáveis, os estudos são uma espécie de chave de acesso a melhorias de vida e ascensão social (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Já no que diz respeito à trajetória profissional, há um discurso quase “padrão” de buscar “ser alguém na vida”, como afirma o jovem M23, além de incentivos à busca de emprego e formação profissional, não havendo grandes exigências quanto à escolha da área de atuação, pois como afirma o jovem M2, só não se pode ficar parado.

Foi o, o, o pilar importante, eu acredito que aonde eu tô foi por conta das conversas que sempre minha mãe tinha, né? Que assim, eu moro sempre com a minha mãe, o meu pai se separou dela, mas ela sempre dizia: “óh [F12], seja diferente da sua mãe, estude quando puder” [choro]. Então assim, ela sempre falava né, que a saída era o estudo, então se eu tô aqui é porque eu dei ouvidos a ela. Então ela, de 0 a 10, ela é 10, ela sempre apertava na mesma tecla, tem que estudar e ter uma vida diferente (F12).

Ahm... educação escolar eu vou dizer sobre o meu pai, meu pai ele sempre foi muito inteligente assim, ele sempre me ajudou com trabalhos de escola, sempre me incentivou a estudar, pagava cursinho pra mim, e a minha mãe sempre me incentivava muito em, em ser uma mulher, independente assim, não depender de homem, não depender de ninguém, ter o meu, a minha própria, o meu próprio dinheiro, a minha própria renda, quando tu fazer as coisas. Eles, não, assim, minha mãe sempre diz “eu não fui teu exemplo, mas eu sempre quis te dar o melhor

conselho”, e realmente foi isso que aconteceu. Eu não segui o exemplo dela, mas eu tive conselhos muito bons (F17).

Era, era bastante discutido. Era do tipo, aquelas frases padrão né, que geralmente falam... tem que estudar pra ser alguém na vida e... de trabalho seria estudar também pra conseguir um bom emprego (M23).

No relato da jovem F12, envolto em choro, e também no relato da jovem F17, é possível exemplificar algo recorrente nos relatos: o desejo de que os jovens tenham um padrão de vida diferente daquele de seus pais ou responsáveis, expresso não só diretamente pelos próprios jovens, mas também pelos pais ou responsáveis, os quais veem que, por meio dos estudos, os seus filhos podem ter oportunidades que eles não tiveram. É percebido, ainda, um viés de gênero, relacionado aos conselhos vindos de mães para jovens do sexo feminino, enfatizando que suas filhas não mantenham relação de dependência com ninguém e que tomem rumos profissionais diferentes dos seus, considerando que a maioria das mães trabalha em ocupações de baixa qualificação.

Também foi percebida nos relatos dos jovens (F3, M8, F10, M11, M13, F14, F19, F20, M22, F24) certa influência ou cobrança em relação à escolha de área de atuação profissional, de forma que os pais ou responsáveis demonstravam preferência de que seus filhos seguissem determinadas profissões, diferentes daquelas escolhidas por eles. São exemplos das formações desejadas pelos pais ou responsáveis cursos como Ciências Contábeis, no caso de F3, Medicina Veterinária, no caso de F10, Engenharia, no caso de F19, Medicina, no caso de F20, e alguma carreira no setor público, no caso de M11.

Na, no meu contexto, é, eu tinha muito, a minha irmã, eu e minha irmã a gente teve muita pressão de “arruma um emprego, faz uma faculdade, porque vocês precisam ser alguém na vida”, assim, é, a minha mãe, e o meu pai e a família inteira falava “porque a gente não teve a oportunidade que vocês tão tendo agora, de conseguir trabalhar, de conseguir estudar, naquela minha época a faculdade, única faculdade que tinha era a [nome da universidade] e aí não sei o que, e aí pra entrar era um sufoco e a gente não conseguiu entrar”. Então é, eram esses, eram as conversas deles, eram dessa forma, ainda são dessa forma, eles ainda falam assim com as outras pessoas da família, com os mais novos que a gente, ainda mais os que não moram aqui em São Paulo, que o contexto é diferente, a gente tem família, por exemplo, no Paraná, uma cidade bem do interior. É, o ensino no Paraná é um ensino muito bom, mas ainda assim, tem né, suas desvantagens, e aí a gente, a família ainda gira nessa conversa, gira a conversa nesse entorno de “você precisa fazer uma faculdade pra ser alguém na vida”. Só que a gente sabe que não é assim que funciona, pra você ser alguém na vida você não precisa tá fazendo faculdade. Mas, a gente ainda tá inserido né, nesse, nesse meio, a gente foi criado assim, às vezes ainda tenho esse pensamento de que pra eu ser alguém eu tô fazendo faculdade e eu tô trabalhando, mas, é uma desconstrução né, a gente vai caminhando todos os dias pra mudar esse pensamento. Mas foi muito nessa, nessa linha de, é, “você já tem 18, você já tem 19, você não tá trabalhando ainda”, “ah, você começou a trabalhar, então você vai fazer faculdade”, “ah, mas você tem que fazer uma faculdade que te

dê dinheiro, vai fazer Direito, vai fazer Medicina, vai fazer Engenharia e, porque você precisa de dinheiro” (F14).

No trecho destacado da fala da jovem F14, além de reforçar o discurso de “ser alguém na vida” e o incentivo ou cobrança em relação aos estudos e ao trabalho, é possível notar uma comparação realizada entre aqueles que moram e, conseqüentemente, estudam e trabalham em grandes centros urbanos, e aqueles que estão em cidades interioranas, o que, segundo a jovem, tem suas desvantagens. Nesse sentido, estudos futuros podem ser realizados analisando essa relação e a influência da região de origem na trajetória escolar e profissional dos jovens.

Por fim, houve relatos de jovens (F3, M9, F15, M18, M22, F25, M26) que acreditam que as questões escolares e profissionais foram pouco discutidas ou nem mesmo foram pauta no seu ambiente familiar. No caso de F15, ela relatou buscar outras fontes de informação e diálogo, recorrendo a professores ou pais de amigos; já para M18, o diálogo e direcionamento vieram de sua irmã mais velha, que saiu de casa aos 12 anos e começou a trabalhar muito cedo; e para o jovem M22, os diálogos eram estabelecidos com o tio, pois a sua avó, responsável por ele, não tinha esse hábito e o repreendia com agressões, quando ele não tinha bom desempenho escolar.

Eu acho que eram pouco discutidas, na verdade, meu pai é a única pessoa que sempre, é, me incentivava a seguir estudando. Ele falava assim “não, você tem que estudar, a educação, independente do que você quiser, é importante”, mas sobre o trabalho, eu nunca tive uma perspectiva na minha família assim, eles estavam nos trabalhos deles, meu pai e minha mãe sempre trabalharam com vendas né, e eles não conheciam outras carreiras muito bem, então, eles nunca chegaram pra mim pra conversar sobre, eu fui tendo mais orientação às vezes com meus professores na escola ou com, às vezes, alguma pessoa que fosse sei lá, pai de algum amigo, alguma coisa assim, mas meus pais não conversavam comigo nesse sentido (F15).

Muito pouco falado, muito, muito [ênfase] pouco falado. Com a minha mãe, mais questão da minha mãe, ahm, pra essa questão ela não, como ela tava tão focada em não deixar a gente, não passar fome, então, ela fazia tudo e falava “vai pra escola que tu tem que ter futuro, tem que estudar”. Só que ela acabava se esquecendo de conversar, tanto que hoje em dia a gente conversa sobre isso, bem abertamente (M18).

Então, muito básico, o meu pai, ele nunca foi assim, “faculdade? Não. Você tem que trabalhar, trabalha varrendo o chão, tá bom”, entende? O negócio, “não, você tem que tá trabalhando”. E eu não via assim, entende? Então não tive uma boa instrução familiar não, eu que fui vendo por mim mesmo o que eu não queria pra mim, e eu sabia o que eu queria (M26).

Analisando as informações sobre o contexto familiar dos jovens entrevistados, além de questões de gênero, já mencionadas, é perceptível como a classe social tem papel importante no que diz respeito à formação dos jovens e às referências que eles têm desde a infância. Como afirma Souza (2019), a classe social constitui importante fator que interfere nas

oportunidades que os sujeitos encontram na vida. Nesse sentido, a fala de M18 é emblemática, ao afirmar que sua mãe não tinha disponibilidade de estabelecer diálogos sobre questões escolares e profissionais, pois estava muito ocupada impedindo que a família passasse fome. Já a jovem F15 acredita que os diálogos não aconteciam pelo desconhecimento que os pais tinham de outras profissões possíveis e, no caso de M26, fica evidente a cobrança em relação ao fato de ser trabalhador, independentemente da ocupação, uma vez que, no Brasil, isso é algo que distingue o “cidadão” do “marginal” ou do “vagabundo” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014).

As vivências e concepções dos pais ou responsáveis encontram eco na percepção que os jovens entrevistados possuem sobre a vida e o trabalho. Em muitos casos, o foco é ascender socialmente ou, pelo menos, conseguir garantir a sobrevivência dos familiares. Discursos sobre a necessidade de “correr atrás” para “ser alguém na vida” são lugar comum no contexto da maioria desses jovens, com reforço às ideias de trabalho duro e de esforço máximo, embora nem sempre haja menção a reconhecimento e recompensa quanto a isso.

A apropriação desse discurso massificado (BORGES; COUTINHO, 2010) se alinha à ideia de meritocracia a qual, abstraindo os sujeitos de seu contexto social, indica que o sucesso (ou fracasso) profissional e a mobilidade social dependem, exclusivamente, do esforço singular do indivíduo (ALVES; ALBANESE, 2016; FRANCO et al, 2017), disfarçando desigualdades de oportunidades com a justificativa do merecimento (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Contudo, refletindo sobre os pais ou responsáveis dos jovens entrevistados, é preciso pensar em que medida se poderia falar sobre meritocracia e em possíveis transformações das estruturas sociais.

Nessa subseção, foram sumarizadas algumas informações para caracterizar o contexto familiar dos jovens aprendizes egressos participantes da pesquisa, e algumas das informações perpassadas aqui, como a percepção que possuem de si mesmos e aspectos de suas trajetórias profissionais, são aprofundados nas subseções seguintes.

### **4.3 Como se veem e se sentem: percepções da juventude e da vida adulta**

A juventude e a vida adulta são noções construídas socialmente e ressignificadas individualmente, dessa forma, foi necessário compreender como os jovens egressos do Programa de Aprendizagem veem a juventude e a vida adulta, além de como se sentem em relação a essas noções.

Quando questionados quanto à maneira como se percebem, se adolescentes, jovens ou adultos, os jovens egressos expressaram algumas dúvidas e dificuldades ao se definirem e justificarem sua percepção. A síntese das respostas obtidas encontra-se, no Quadro 7.

Quadro 7: Como os jovens egressos se percebem em relação à fase da vida

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Adulta (o)	Responsabilidade Responsabilidade financeira Trabalho Independência Autonomia Experiências Maturidade Idade	Grande ênfase nas responsabilidades, de modo geral, e nas financeiras, especificamente, associadas à autonomia e independência. Vivências no trabalho como determinantes. Novas experiências e maior maturidade. Poucas menções à idade.	F1, M4, M5, M8, F10, M11, F12, F14, F15, F19, F24, F25
Jovem	Falta de experiência Falta de independência Falta de maturidade Momento de transição Influência do trabalho Rotina Idade	Indicações de falta de experiência, independência e maturidade. Ainda jovens, mas em transição para a adultez. Influência do trabalho nessa transição. Rotina ainda semelhante à da adolescência. Poucas menções à idade.	F3, F6, M7, M13, F17, F20, F21, M22, M23
Adultização precoce	Crescimento pelo trabalho Responsabilidade Responsabilidade financeira	Houve envolvimento precoce com o trabalho e os impactos disso são destacados na percepção que os jovens têm de si mesmos.	M9, M18, M26
Jovem adulta(o)	Falta de autonomia Momento de transição Menos responsabilidades financeiras	Momento de transição em direção à vida adulta, ainda com menos responsabilidades e autonomia do que percebem em adultos.	M2, F16

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como pode ser visto no Quadro anterior, a maior parte dos jovens entrevistados se percebe como uma pessoa adulta. O jovem que vivencia a experiência da aprendizagem desenvolve percepção de maior maturidade, se identificando com pensamentos e ações tipificadas como de um adulto (ALVES; ALBANESE, 2016). Não foi percebida correspondência com marcadores etários (OLIVEIRA, 2019), de forma que, dentre aqueles que se percebem como adultos, a idade varia entre 19 e 27 anos, enquanto dentre aqueles que se percebem como jovens, a idade varia de 22 a 24 anos. As representações que eles possuem de si mesmos, da juventude e da vida adulta são resultado de um processo de socialização e de referência construído, gradualmente, e sujeito a transformações, e a idade representa apenas um dos diversos fatores que têm influência sobre ele.

Nos relatos dos egressos, fica claro que eles não se prendem a critérios biológicos, havendo poucas menções à idade e geralmente relativizando-a, como nos casos em que M8

menciona a maioria civil, embora afirme que vê mais relação com a maturidade do que com a idade; em que M11 cita limites etários definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), embora associe mais a adultez com a independência; e em que F15 afirma ser ainda jovem pela idade, mas se percebe e se posiciona como adulta pelas responsabilidades que possui. A percepção dos jovens se alinha com o que foi apontado por outros autores, de que a idade é um critério limitante e parcial para caracterizar as fases da vida (SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018); envolvendo imprecisões e devendo considerar, para além de critérios etários, o contexto histórico-social que envolve essas definições (MARGULLIS; URRESTI, 2008; FRANCO et al, 2017).

No caso daqueles que se percebem como pessoas adultas, é recorrente a associação com as responsabilidades, em especial, as responsabilidades financeiras, considerando que um dos principais eixos da transição para a adultez está ligado à independência financeira, característica associada à vida adulta (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; DIB; CASTRO, 2010). As vivências laborais são citadas como determinantes para a visão que possuem de si mesmos como adultos, associando-as tanto com as responsabilidades, quanto com a autonomia, a independência, a experiência e a maturidade. Como afirmam Guimarães (2006) e Furlong (2016), o trabalho é aspecto fundamental e forma uma base sobre a qual outras transições são construídas.

Me considero adulto. (Por quê?) Acredito que pela, por tudo que eu já tenho vivenciado né, e pela responsabilidade que eu tenho, juntamente com os meus pais, da construção que eu tô tendo já da minha independência, eu já me considero adulto, por muitas atitudes que eu tenho que tomar né, por muitas coisas que eu tenho que, então, e pela maturidade já adquirida eu me considero adulto (M5).

[riso] Adulta. (Por quê?) Muitas responsabilidades. Porque, por conta das responsabilidades né, hoje eu sou noiva, tenho uma casa pra pagar [riso], a, não, não ainda, não moro né, com ele, porque a gente tá fazendo umas benfeitorias na casa pra poder casar e ir, ir morar juntos né? (Uhum). Mas é muita responsabilidade, é moto pra pagar, é, é, casa, é muitas coisas, então assim, eu não me, eu não posso ficar desempregada de jeito nenhum porque é muita conta pra pagar [riso], então eu me considero adulta já (F10).

Eu vejo mais como independência né, o quanto você consegue, o quanto você consegue, produzir, fazer as coisas, acho que é isso que difere um adolescente de um adulto né, é como se fosse um estagiário, pra um gestor assim. Ele tem mais autonomia, sabe se virar sozinho (M11).

Adulta. (Por quê?) Porque... pela idade, né, e pelas responsabilidades que eu tenho, porque hoje eu moro só com a minha mãe, com meus dois irmãos, e eu sou a única que trabalha né, então sou eu que sustento a casa, sou eu que sou a, a fortaleza da casa, como dizem né? Então me considero uma adulta né, pelas responsabilidades (F12).

Interessante notar que, nos relatos, muitos egressos falam em responsabilidades, atitudes, bagagem e experiência, porém de forma vaga, sem especificar quais atitudes e responsabilidades, para além do trabalho, são atribuídas a pessoas adultas. Tal cenário indica a influência dos discursos disseminados na sociedade sobre a imagem do adulto, idealizado como alguém maduro e responsável. Aqueles que detalham um pouco mais suas percepções as vinculam a questões financeiras e laborais, como no caso de F10, que ressalta as suas responsabilidades financeiras; e de M11, que compara o jovem com um estagiário e o adulto com um gestor. Cabe mencionar, ainda, o caso de F12, que ampara sua resposta nas responsabilidades financeiras que possui, uma vez que é a única que trabalha e possui renda no núcleo familiar, tornando-se, segundo ela, a “fortaleza da casa”. Nesse sentido, a concepção de adulto se encontra intimamente ligada ao papel de provedor, tanto para os jovens quanto para as jovens.

Dentre aqueles que se percebem como jovens, foi recorrente nos relatos a referência à falta de algo, partindo da visão dos jovens como seres inacabados e do adulto como um ser acabado e moralmente formado, frente a eventos e/ou requisitos vinculados à independência e à maturidade (PIMENTA, 2007).

Eu já me considero, me considero um jovem. Jovem (Por quê?). Por quê? Porque eu acho que eu tô realmente nessa fase de troca aí de jovem, não é troca, mas nessa evolução de jovem pra adulto. Eu acho que eu estou exatamente nessa fase. Após eu trabalhar né, no shopping e tudo mais e agora com o novo emprego, eu tô percebendo essa evolução (M7).

Hum, eu acho que faltou, eu tenho muita determinação, mas eu acho que falta um pouquinho mais de amadurecimento pra me tornar uma adulta, mesmo, em algumas coisas assim, mas, eu acho que falta pouco pra eu me tornar uma pessoa adulta mesmo. Acho que ainda sou jovem, me considero jovem (F17).

Então eu me considero jovem ainda, porque eu ainda não sou totalmente independente né, ainda dependo dos meus pais, e porque a minha faculdade, eu não pago, mas os custos é, de manter até formar né, é muito caro. Então eu ainda dependo dos meus pais pra algumas coisas (F20).

Eu ainda me considero jovem né, porque pra adulto falta aprender muitas coisas. [interrupção do filho] Sai fora, isso aqui é uma entrevista, isso aqui não é um vídeo pra você ficar participando não, aquieta. Ele não aquieta, de jeito nenhum. (É... que tipo de coisa você acha que faltaria pra aprender assim?) Tem que evoluir bastante, principalmente mentalmente né, porque a gente tá passando por um momento muito difícil, então pra gente tudo tá sendo difícil, até arrumar um emprego. Antigamente não, antigamente a gente ainda vendia um [título de capitalização], ainda ajudava alguém a entregar um panfleto, mas hoje em dia tá, difícil. Ainda mais pra mim, que tenho ensino médio completo, sem a experiência, mais as pessoas não contratam. É difícil, ficar correndo atrás todo dia (F21).



Há ênfase, também, no processo de transição em direção à vida adulta e, ainda, no trabalho, que pode ser considerado fator chave nesse processo. Nesse âmbito, destaca-se o relato da jovem F21, desempregada no momento da entrevista, a qual menciona que o cenário laboral se tornou ainda mais difícil, principalmente, para quem tem baixa escolaridade. Mesmo ocupações, popularmente, chamadas de “bicos”, como panfletagem e venda de bilhetes premiáveis ou títulos de capitalização, segundo a jovem, não estão mais disponíveis aos trabalhadores como antes.

Cabe mencionar que, no primeiro contato da pesquisadora com a jovem, ela atendeu ao telefone em um ônibus e afirmou que estava percorrendo a cidade em busca de emprego. Trata-se de uma jovem parda, de 21 anos, mãe aos 17, com ensino médio completo, pertencente a um núcleo familiar de cinco pessoas que vivem, apenas, com um salário-mínimo. Ao afirmar que não consegue se engajar nem mesmo em ocupações informais, o caso de F21 reforça que os efeitos do processo de precarização que vem ocorrendo no mundo do trabalho não se distribuem igualmente a toda população. Existem jovens pertencentes a grupos em situações mais vulneráveis e com maior tendência à informalidade, como os menos escolarizados e os negros (ILO, 2017).

Diante dos relatos, destaque pode ser dado para a ideia de independência, evocada tanto por aqueles que se consideram adultos e corroboram sua percepção indicando maior independência, quanto por aqueles que se consideram jovens e associam sua percepção à falta de independência. Dessa forma, a independência pode ser vista como uma espécie de parâmetro para a maneira como os jovens se veem e se sentem. Na técnica projetiva de associação, a palavra “independência” remeteu, integralmente, a associações positivas, sendo ligada à independência financeira e à renda para arcar com as próprias despesas (M2, F3, M4, M8, F17, M18, F20, F21, M22, M26), às conquistas (M4, F6), às possibilidades de cuidar da família (F21) e ao alcance do primeiro milhão (M2). Além disso, a independência foi associada à liberdade e à autonomia (M8, F14, F15, F16), ao fato de não depender de ninguém (F12, F21, M26) e a algo maravilhoso (F1, M13, F19), simbolizado como tudo (F3, M9), como fundamental (M8) e como a melhor coisa da vida (M18).

É, fazer sem pensar duas vezes, sem depender de ninguém, entendeu? Um exemplo de independência que eu posso dizer, foi quando eu terminei o meu contrato né, o meu primeiro contrato como aprendiz, e fui vender picolé na praia. Então eu fui, independente de ter uma carteira ou não, eu fui lutar pelo meu pão de cada dia, né? E fui também pra me formar, pra me lapidar, porque foi algo que me lapidou, entendeu? Até levei isso pra minha entrevista, da [nome da empresa], levei isso pra minha entrevista da [nome da empresa] e o gerente gostou que só, porque assim, pra

mim, o trabalhador não precisa ter uma carteira assinada, é ter vontade de trabalhar e é isso, entendeu? (F12).

Ah, 18, 18 a 19 eu já não dependia em nada dos meus pais financeiramente, sempre fui muito independente. Comprava as minhas coisas, tinha meu dinheiro, não precisava mais deles pra praticamente nada (M26).

Nos relatos dos jovens F12 e M26, fica clara a associação da independência com o trabalho e com o fato de não depender financeiramente dos pais ou responsáveis. A jovem F12 destaca a sua iniciativa de vender picolé na praia, após o término do seu primeiro contrato de aprendizagem, iniciativa comum também à trajetória do jovem M26. O relato recorre à ideia popularmente difundida no senso comum de “se virar” para não depender financeiramente de ninguém e traz também elementos ligados à ideia de meritocracia, como se bastasse aos sujeitos a vontade de trabalhar. Contudo isso pode representar uma estratégia para ressignificar vivências em ocupações precarizadas e de baixo status social, travestindo-as de demonstrações de independência e garra.

Ainda abordando o papel do trabalho na percepção dos jovens sobre a juventude e a vida adulta, quando questionados sobre como se veem, houve relatos que apontaram para uma adultização precoce em função do trabalho (M9, M18, M26).

Adulto. Eu acho que eu sempre fui adulto, porque na realidade, eu sempre trabalhei, né? Desde os 12 anos eu sempre trabalhei, então isso me fez me sentir sempre um adulto, entendeu? (Uhum). Então, atitudes de, de jovem assim mesmo, eu nunca, nunca tive não. Porque foi muita correria, desde o momento que eu, que eu comecei a trabalhar de carteira assinada quando eu tinha 17 anos, então eu trabalhava de manhã, de segunda a sábado, né? E a noite eu estudava, no sábado eu fazia inglês, então era muita correria, pra dizer “Ah, eu sou um jovem”, então sempre eu tive responsabilidade de adulto, né? Então hoje, até hoje eu me considero, sempre me considerei um adulto (M9).

Pela, pela vivência, depois de ter passado muitas coisas, acho que adulto. (E você acredita que já é um adulto por causa de quais vivências, você pode dar algum exemplo?) Pela minha infância, de ter perdido muito tempo dela, questão de ter que trabalhar cedo, questão, a minha, a minha família já vem de uma situação um pouco precária, pobre, então eu tive que começar a trabalhar cedo, tive que ter mais responsabilidade do que uma criança. Isso me tornou um pouco mais maduro, pra certas questões (M18).

Olha... depende, depende um pouco, mas acho mais adulto, pelo fato de tá tendo que amadurecer pra conseguir vencer né. Então eu não tive muito tempo pra ser apenas jovem, sabe, sem conta, sem compromisso, sempre fui eu pagando tudo, pagando tudo, então, mais pra adulto (M26).

A adultização acelerada ou precoce (MÁXIMO, 2012; OLIVEIRA, 2019) é naturalizada entre jovens de camadas populares, que não têm a possibilidade de adiar certas responsabilidades da vida adulta (ALVES; ALBANESE, 2016; ALVES; ALBANESE, 2016; SAVEGNAGO, 2019). O trabalho precoce e a conciliação entre trabalho e estudos são

características marcantes da transição para a adultez dos jovens brasileiros (GUIMARÃES, 2006, 2020; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017) e os relatos dos jovens egressos aqui envolvidos reforçam essa tendência. Como afirmam Corrochano, Abramo e Abramo (2017), as dificuldades vivenciadas pelos jovens, no mercado de trabalho, não se dão de modo isolado, impactam a transição para a vida adulta e destacam a multidimensionalidade das transições juvenis.

Por fim, houve jovens que se posicionaram como jovens adultos, casos de M2 e F16. O jovem M2 citou que ainda lhe falta autonomia para se considerar, de fato, um adulto, enquanto a jovem F16 enfatizou possuir menos responsabilidades financeiras do que um adulto, mencionando, ainda, que está em transição, que ajuda nas despesas de sua residência, mas que o sustento da casa não dependia da sua renda.

Quando questionados se as outras pessoas com quem convivem teriam a mesma percepção que eles sobre a classificação como adolescentes, jovens ou adultos, a maioria dos jovens egressos afirmou acreditar que a percepção de terceiros seja a mesma que eles possuem. As exceções dizem respeito à M2 e F16, que se veem como jovens adultos, mas acreditam que ainda são vistos como jovens; ao contrário de M7 e M22, que se veem como jovens e acreditam já serem vistos como adultos. No caso de M9, ele acredita que as pessoas o vejam como mais velho do que realmente é, devido à sua trajetória pessoal e profissional; e F24 acredita que é vista como mais jovem, devido à sua aparência.

Não. Assim, acho que não, acho que a maioria das pessoas já me consideram adulto, até mesmo na época do shopping, já consideravam. Muito pela questão de, de... da forma como eu me apresento, dos meus cargos que eu tive no shopping, da, agora, né, do meu cargo hoje em dia como, eu sou quase um gestor comercial da empresa de eventos. Já entrei assim, vamos dizer assim, com o peso aí nas costas, então eu acho que quem tá de fora, não tem as percepções que eu tenho, né, de atitudes que eu tenho que tomar, de algumas coisas que eu vi que eu tenho que evoluir, tenho que melhorar. Acho que por fora, né? Por fora tudo é muito, vamos dizer assim, bonito, né? (M7).

Sim, com certeza. Tanto que ninguém acredita na minha idade. Muita das vezes até na [Instituição Alfa] quando ia dar, na, na fase final, quando eu ia dar sempre uma palavra lá para os jovens, né? A respeito do programa final, como que funcionava, explicava um pouco da minha carreira pra eles, do trajeto que foi o meu Programa de Aprendizagem, né? Às vezes, as pessoas: “Nossa, achei que você era gestor que veio aqui dar algum recado”. Mas eu era um jovem... É... como qualquer um lá (M9).

Eu acredito que as pessoas já veem mais como questão de adulto, que, por saber do histórico de vida sabe? Eu comecei a morar sozinho com 17 anos. Tive a cabeça firme, no lugar né, por optar, ter que pagar aluguel e tal. É, é, fazer coisas erradas aí, ganhar um dinheiro fácil, então eu acho que eu mantive uma cabeça mais firme por, por receber às vezes um salário de 800 reais e pagar aluguel. Querer comprar alguma coisa e ver, seus amigos que também trabalham numa padaria com você,

comprando, mas você não pode comprar porque não, não tem, não sobrava dinheiro né. Mas, mesmo assim eu tive a cabeça mais firme, pra trabalhar (M22).

Ainda me veem como jovem. Pelo, mais pelo jeito físico assim de, cara assim de nova, e a voz. Principalmente família assim, eles não veem muito como adulta, mas, tento mudar isso aos poucos (F24).

Buscando maior compreensão acerca do que os jovens entrevistados associam à juventude e à vida adulta, questionou-se, inicialmente, a visão que eles possuem sobre a juventude. Foram citados múltiplos eixos e/ou aspectos que os jovens ligam à juventude, muitas vezes, de forma conjunta, pois como afirma a jovem F3 “muitos aspectos podem dizer sobre isso”. Tais associações podem ser observadas, no Quadro 8.

Quadro 8: Aspectos associados à juventude

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Aprendizagem/ Desafios/ Experimentação	Autoconhecimento Desenvolvimento pessoal Aprendizado constante Descobertas Escolhas	Jovem como aquele que está em constante aprendizado, buscando desafios e novas experiências. Fase de explorar e de se conhecer melhor.	M4, M5, F6, M8, M9, F12, F19, F20, M22, F24
Menores responsabilidades/ Maior liberdade	Estilo mais “despojado” Possibilidade de errar Liberdade	Comportamentos ditos juvenis, menor carga de responsabilidades.	F3, F10, F12, F14, F16, M23, F24, F25, M26
Escolaridade	Estudos Ensino médio Ensino superior	Associação com cursos, ensino médio e ensino superior, este mencionado de maneira mais recorrente.	F1, M2, M9, F10, M11, F14, F19
Diversão	Vida social Lazer Brincadeiras	Encontros com os amigos e atividades de lazer.	M7, F17, M18, F19, F24
Trabalho/ Desenvolvimento profissional	Inserção laboral Carreira Responsabilidade	Foco no desenvolvimento e crescimento profissional, criação de “alicerces”.	F3, M9, M11, F15, F19
Idade	Associação com faixa etária	Menção à idade, associando-a também a outros aspectos.	F1, M2, F3, F15
Apatia/ Falta de planejamento	Fuga de responsabilidades Desconexão com o futuro	Ausência de preocupação com o futuro, ligação maior com aproveitar o presente. Juventude perdida.	M7, M9, F10
Menor responsabilidade financeira	Boletos/contas a pagar	Ausência de boletos e contas a pagar.	M2, F3
Espírito juvenil	Desejo de evolução Manutenção dos sonhos Alegria	Independente da idade, o espírito juvenil pode ser conservado, vinculado à alegria e vontade de evoluir.	M13, F21
Amadurecimento/ Transição	Novas responsabilidades Momento de transição	Fase de amadurecimento após a adolescência, desenvolvimento.	F15, F16
Relacionamentos	Novas experiências	Descobertas relacionadas a relacionamentos.	M11
Aparência	Aspectos físicos	Aparência juvenil.	F3

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A juventude foi associada com um momento de aprendizado e desenvolvimento de novas experiências, observando-se respostas que associam o jovem a alguém que está em processo de autoconhecimento e de conhecimento do mundo exterior, que tem maior desejo de buscar desafios, oportunidades e de aprender coisas novas. Também foram expressivas as associações da juventude com uma menor carga de responsabilidades e, conseqüentemente, menor nível de preocupações e maior liberdade.

É, então, acredito que seja um momento da nossa vida que a gente tenha pra viver, pra conhecer as coi..., a, o mundo né, em todas, em todos os ramos, digamos assim, tanto pessoal, ou profissional, familiar, pra gente se conhecer também né. Aproveitar esse momento da vida pra se conhecer e conhecer o mundo também (M4).

Hum... eu acho que a juventude é esse momento de transição né, de uma adolescência, de você poder, entre aspas [sinal de aspas com as mãos] poder errar e de você não ter tantas responsabilidades e aí você vai começando a amadurecer, você vai começando a, a ter mais afazeres, a mais, coisas pra assumir. Eu acho que a juventude é esse momento de transição (F16).

Certo. É... eu acho que, o conjunto de, de não responsabilidade assim, pode-se dizer. É... algumas, é... isso, algumas responsabilidades que ainda não tem (M23).

As menções à escolaridade fizeram referência à juventude como um período ligado aos estudos de forma geral, seja nos cursos de idiomas e pré-vestibulares, seja nas vivências do ensino médio e do ensino superior, estas citadas de forma mais recorrente. Os demais aspectos mencionados envolveram momentos de lazer, de sair com os amigos e de brincadeiras; o trabalho e o desenvolvimento da carreira; a idade; a ideia da juventude perdida e apática, desconectada do futuro; a ausência de compromissos financeiros; o espírito juvenil, descolado da idade e relacionado à manutenção dos sonhos e da alegria de viver; o processo de transição em direção à vida adulta; os relacionamentos afetivos e; por fim, a aparência jovial.

[risos] Uma boa pergunta. É, a juventude... É aquela fase que a gente tá, eu coloco, eu associo muito a idade né, a fase de tá no pré-vestibular, tá no ensino médio... Mas, acho, eu acho que é isso, é, é associado à idade, quando você tá naquela parte do ensino médio, quando você tá começando a encaminhar, a andar. Eu acho que essa parte é a juventude (F1).

Olha, a gente percebe que hoje em dia, a juventude ela, ela não tá muito ligada a essa questão de responsabilidade assim, e eu vejo que, vou falar um pouco da visão que eu percebo do mundo, né, principalmente do Brasil. Eu acho que a juventude, cada dia que passa, ela tá preocupando menos com essa questão de... “ah, a idade que eu tenho, o que que eu tenho que tá fazendo”. Não que isso seja uma obrigação, a pessoa não tem que ter uma idade e já tá na faculdade, ou não tem que tá trabalhando, algo do tipo. Mas ela tem que tá pelo menos preocupada, né? Porque o mundo tá aí e a oportunidade tá aí, eu vejo que muita gente não agarra essas oportunidades. Então, eu vejo a juventude hoje muito mais voltada realmente pra

uma curtidão, o pessoal tá aproveitando muito o momento, mas não tá pensando um pouco no futuro (M7).

Eu associo à juventude, é... Primeira, é, os primeiros passos na conquista da, da sua carreira pessoal e profissional. É, o adolescente, a juventude ela, tá começando a caminhar, a pessoa que tá começando a fazer um curso superior, tá começando a ter seu primeiro emprego, tá começando a descobrir experiências da vida, no relacionamento, então, é uma pessoa que ainda tá amadurecendo em vários pontos ao mesmo tempo (M11).

Um período de experiências, mais é, pessoais... [Pausa de 6 segundos] Acho que, eu não tenho muito argumento pra isso, como eu disse, eu aproveitei muito pouco, então acredito que brincadeira, sair com amigos, coisas assim (M18).

Interessante notar o relato de M7, que indica certo distanciamento da ideia que ele tem sobre a juventude e do jovem que diz ser. Apesar de se colocar como jovem, M7 fala da juventude com tom de desaprovação, associando-a a um grupo que valoriza muito a “curtidão” e que não “agarra” as oportunidades disponíveis, aproveitando o momento presente e relegando um planejamento futuro. O relato de M18, também, chama a atenção, uma vez que ele exprime a ideia que possui sobre a juventude com certa dificuldade, já que considera não ter vivência suficiente para isso, devido ao processo de adultização precoce pelo qual passou.

Na técnica projetiva de associação, receberam destaque elementos que tiveram menor ênfase nas entrevistas, de forma que a palavra “jovem” foi associada à curtidão, festas, alegria e leveza para aproveitar a vida (M7, M17, F19, M26). Os demais elementos tenderam a reforçar aquilo que foi recorrente nas entrevistas, abordando questões de aprendizado (M11, F12, F20), menores responsabilidades e preocupações (F14, F16, M26), oportunidades (F6, M9), planejamento e futuro (M4, M7), transição (F6, F16), trabalho (M4) e liberdade (F25). O Programa de Aprendizagem foi lembrado por jovens que associaram a palavra jovem à aprendiz (M2, F3) e à Instituição Alfa (F1), ressaltando que os jovens F1, M2 e F3 além de vivenciarem a experiência da aprendizagem trabalharam ou ainda trabalham na instituição intermediadora.

Os egressos foram questionados sobre quando uma pessoa deixa de ser jovem, a fim de saber se, na percepção deles, existem marcos específicos relacionados à transição para a vida adulta. Enquanto ao falar sobre juventude houve associação com uma menor carga de responsabilidades, ao falar sobre o processo de transição para a adultez os aspectos mais ressaltados foram assumir mais e maiores responsabilidades; e demonstrar maior amadurecimento, destacando o aumento de obrigações, tarefas e compromissos (F1, M2, F3, M4, M5, F6, M7, M9, F14, F16, F17, M18, F19, F20, M22, F24, F25, M26), resultado que corrobora o que foi encontrado na pesquisa de Abramo (2016) com jovens brasileiros de 15 a

29 anos. De acordo com a autora, “a identificação de maior maturidade/responsabilidade como a principal característica a definir o fim da juventude parece ser uma noção amplamente partilhada” (ABRAMO, 2016, p. 24).

A idade foi, mais uma vez, um fator relativizado como marco pelos jovens (M4, M7, M9, M11, F15, F16, F19, F21), que tenderam a desvincular limites etários da juventude e da vida adulta, visto que indicaram maior ligação com o momento da vida, com as atitudes e as percepções desenvolvidas; e deram exemplos de pessoas que poderiam ser consideradas adultas pela idade, mas que vivem e se comportam como jovens, e vice-versa. Apenas F20 mencionou a idade como um marco, associando-a com independência e maturidade.

É... eu acredito que ela se torne, não teria, não teria uma idade certa né, seria a partir do momento que ela toma as responsabilidades dela pra ela, e... consegue enxergar o que que ela vai traçar ali né, já ter um, já tá, não ter um caminho traçado, mas já ter mais ou menos um rumo ali pra, pra seguir (M4).

Acho que exatamente nessa, nessa fase que ela percebe quais são suas atitudes e responsabilidades para poder virar um adulto. Então é, eu vejo pessoas que tem 40 anos e que ainda são, na minha percepção, são consideradas jovens. Porque não tem realmente uma responsabilidade, não tem uma visão de futuro, sendo que já estão talvez nesse futuro, né? Que eu tô dizendo, então. Acho que, claro que nunca é tarde né, claro que tem pessoas que se tocam um pouco depois mesmo, e só depois ficam, por exemplo, conseguem os objetivos e isso é legal também, mas acho que a pessoa é, a questão da juventude não é nem questão de idade, não. É questão de percepção mesmo, de momento, de atitude (M7).

Hum... eu acho que é justamente isso. Quando ela passa a ter outras responsabilidades, acho que não é apenas da questão assim, da faixa etária, da idade, mas a partir do momento em que você assume essas responsabilidades de uma casa, de um dia a dia, de um trabalho, enfim. (Uhum. Então seria algo processual, não teria um marco específico?) É, a idade assim, a parte numérica, claro que ela conta. A gente pode assim, tachar faixas etárias pra dizer quem é jovem e quem não é, mas eu acho que assim, valendo, é no dia a dia, com as responsabilidades (F16).

O fator idade também e, quando a pessoa, ela consegue um pouco, o mínimo de maturidade. Já consegue ser independente, já consegue tomar suas próprias escolhas sem, sem depender de, de opiniões de outras pessoas, ou que outras pessoas, ou ela não precisa mais que outras pessoas interfiram pra ela tomar suas próprias decisões (F20).

Foi recorrente, também, a associação da saída da juventude e entrada na vida adulta com a independência financeira e o trabalho (M5, F10, F14, F16, F19, M26), de forma a conseguir arcar com as próprias despesas, ser capaz de se sustentar e/ou contribuir com as despesas da casa.

Quando ela começa a ter a independência dela. Acredito que financeira, e quando ganha mais responsabilidade, tanto fora de casa e dentro de casa. Acho que é uma fase aí que é um desafio novo pra nós, e a gente deixa de ser, e inicia uma nova fase, quando a gente ganha responsabilidade e independência financeira. (Se você pudesse

falar de um marco assim seria a questão da independência financeira?) Sim, minha independência financeira, o momento que eu comecei a trabalhar, ter meu próprio salário, por mais que eu more com meus pais ainda, mas eu já tenho a minha renda né, então eu consigo ajudar dentro de casa, consigo comprar as minhas coisas, eu consigo já ter metas e objetivos no futuro, com o meu próprio dinheiro né. Eu acredito que isso é um marco que eu tenho na minha vida (M5).

Deixa de ser jovem? Ah, quando ela começa a trabalhar e ter respo..., ter conta pra pagar [riso]. Eu acredito que isso (F10).

O âmbito familiar foi mencionado (M2, F6, M9, F15, F17, M23) envolvendo a responsabilidade com as pessoas com quem se convive, seja do núcleo familiar de origem, seja fruto da formação de uma nova família, e foi expresso, por alguns jovens, o desejo de se tornarem mães ou pais. Além disso, foi mencionada a questão da conexão com o futuro (F3, M4, M5, M7, M18), vinculada à busca de objetivos e de melhorias de vida, diante da consciência de que as decisões tomadas, no presente, trazem reflexos futuros.

É, eu acho que é isso mesmo, questão de responsabilidade, ter mais cabeça né, firme pra pensar no futuro, não pensar só no hoje, eu acho que seria mais isso (F3).

Tem muita gente que, deveria já estar na fase adulta, porém essas pessoas estão ainda, né, nessa fase assim, jovial, vamos dizer. Mas eu acredito que a pessoa quando ela se torna chefe de família, uma mãe de família, ela já adquire, né? Uma responsabilidade, dentro de casa, ela já tem que se tornar, se tornar uma pessoa adulta, né? Uma postura de uma pessoa adulta. Quanto mais responsabilidade você tem, mais responsabilidade você toma pra si mesmo (M9).

Quando que eu acredito que uma pessoa deixa de ser jovem... Eu acho que... a juventude, tem gente que demora mais tempo né, pra associar isso. Mas eu acho que no momento, de repente, tu prioriza algumas coisas diferentes, como, tu deixa de ir em festa, deixa de ir em aniversários, frequentemente, tu prefere ficar em casa, ter mais responsabilidades, tu quer ser mãe ou pai, acho que isso já começa a ser mais uma pessoa adulta (F17).

Outros aspectos foram mencionados para caracterizar o fim da juventude, porém de forma menos expressiva, como a escolaridade e o nível de instrução (M8, F14, F15, F19), destacando a inserção e as vivências no ensino superior; a diminuição do tempo livre e os impactos na vida social (M2, F17, F24), em que há mudança de prioridades e o lazer é relegado; e a aquisição de independência (M11, F20, F25), diante de maior autonomia, da saída da casa dos pais ou responsáveis e da redução de interferências de terceiros na tomada de decisões.

Para duas entrevistadas não se deixa de ser jovem (F12, F21), pois o espírito juvenil deve continuar existindo e deve ser preservada a “alma de juventude”. Nessa mesma linha de pensamento, o jovem M13 associa a saída da juventude com o momento em que se deixa de sonhar e acreditar na vida. Por fim, a jovem F14 faz apontamentos acerca de importantes



questões sociais que impactam a transição para a vida adulta e implicam em diferentes formas de aproveitar a juventude, como cor, local de origem e região de moradia. Conforme afirmam Thomson et al (2002), a localização social e a localização geográfica podem tornar os caminhos para a adulez mais ou menos acessíveis.

Rapaz, pra mim nunca! [Riso] Pra mim, nunca! Porque assim, eu me considero mulher adulta né, mas eu vejo ainda que eu tenho uma alma de juventude né, que a cada dia você pode descobrir, você pode viver, entendeu? E é uma característica marcante da juventude né, então pra mim, é nunca (F12).

Quando ela deixa de sonhar, com certeza. Quando ela desacredita e acha que já morreu, vamos dizer assim né, parou no tempo. Isso com certeza pra mim é um jeito de deixar a vida de lado no total (M13).

Ai, já, já... acho que já é um fator mais complicado assim. Acho que depende muito da questão social é, dela né, por exemplo, mesmo que, eu sou de São Paulo, eu moro na periferia, sou do Capão Redondo, não sei se você já ouviu falar, mas mesmo assim eu ainda tenho privilégios porque sou branca, minha família é uma família estruturada, meus pais são casados né, a gente tem uma condição de vida melhor do que outras pessoas que moram na mesma região que eu. E querendo ou não isso é um privilégio, então, eu pude aproveitar a minha juventude um pouco mais do que pessoas que não estão na minha condição é, puderam aproveitar. Então acho que esses, essas questões sociais elas, é, dá uma diferença, ela separa assim, a partir de quando você é adulto, a partir de quando você é ainda jovem (F14).

Os relatos dos jovens indicaram, de forma geral, a percepção de uma transição processual, desvinculada de marcadores específicos que possam ser generalizados, ressaltando as responsabilidades que surgem conforme o caminho para a vida adulta é trilhado. Nesse sentido, para compreender melhor o que a vida adulta representa para esses jovens, questionou-se como eles a veem, e houve, novamente, destaque nos relatos para questões relacionadas à responsabilidade, além de outros aspectos, conforme sintetizado, no Quadro a seguir.

Quadro 9: Percepções sobre a vida adulta

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Responsabilidade/ Maturidade	Dificuldade Pressão Tomada de decisão Preocupações Desafios Determinação	Repleta de responsabilidades e desafios. Corresponde a uma “luta diária”. Busca constante dos objetivos, necessidade de “correr atrás”. Maior amadurecimento.	F1, F3, M4, M5, F6, M8, F10, M11, F14 F15, F16, F17, M18, F20, F25, M26
Trabalho	Formação Profissão Inserção	Inserção no mercado de trabalho. Trabalho como ambiente estressante, competitivo. Conciliação de demandas.	F1, F3, M13, F14, F15, F20, M22, F24
Autonomia	Busca pela autonomia Independência	Necessidade de “se virar sozinha(o)” e “andar com as próprias pernas”.	F1, M2, F3, M5, M9, F10, M18
Família	Maternidade/paternidade	Construção de uma família, desejo de ser mãe ou pai e as obrigações decorrentes.	F3, M7, F15, F17, M18, M22, M23
Responsabilidade financeira	Contas/boletos a pagar Independência financeira	Momento de arcar com as próprias despesas, de se desvincular do suporte financeiro dos responsáveis.	M2, F3, M13, F19, F24, F25
Paradoxo	Força/fraqueza Alegria/cansaço Boa/difícil	Visões contraditórias sobre a adultez, como boa e difícil, que traz alegria e cansaço, que envolve força e fraqueza.	M9, F14, F16, M18
Planejamento/ Futuro	Concretização de planos Novos planos/objetivos Investimento no futuro	Alcance de objetivos traçados na juventude e estabelecimento de novos planos. Visão de futuro.	M4, M11, F24
Pandemia	Crise Perda de controle Adoecimento Corte de gastos	Dificuldades atuais, falta de controle, questões de saúde mental. Trabalho em home office.	F12, F14, F19
Lado pejorativo	Ruim Chato	Envolve uma visão mais rígida da vida. Preocupações e obrigações. O espírito juvenil é melhor.	F19, F21
Lado valorativo	Possibilidades Esperança	Chance de concretizar os sonhos e planos feitos na infância e juventude. Esperança de mais oportunidades.	F6, M9
Lazer	Falta de tempo Prioridades Conciliação	Chance de aproveitar a vida, conciliando com as obrigações. Falta de tempo para lazer e para si.	M2, F24
Questões sociais	Desigualdades Classe social	Inexistência de poder de escolha devido às desigualdades existentes. Facilidade/dificuldade de conseguir os meios para alcançar os objetivos.	F20, M26

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A palavra “difícil” foi usada de forma recorrente para caracterizar a adultez, observando-se que a visão que esses jovens possuem da vida adulta está vinculada à carga de responsabilidades e ao nível de maturidade que se credita a um adulto, visto como uma pessoa apta a assumir essa carga, a enfrentar os desafios e a “luta diária” de sua rotina, a lidar com as preocupações e com a pressão, a “correr atrás” e a buscar seus objetivos. Apesar desse retrato da adultez como difícil e complexa, os jovens tenderam a naturalizar essa complexidade e a ressaltar o esforço realizado com vistas à superação dos desafios que lhes são colocados.

A responsabilidade permeia o relato da maioria dos jovens entrevistados e, associada a ela, estão o trabalho, a autonomia, a responsabilidade financeira e a vida familiar, também mencionados de forma expressiva. As vivências laborais são colocadas por alguns dos jovens como uma espécie de marco, uma vez que, como afirmam Borges e Coutinho (2010), as primeiras experiências profissionais se vinculam à transição para a vida adulta. Dessa forma, o trabalho é visto como um âmbito que implica responsabilidades e é determinante para a autonomia e a responsabilidade financeira, fatores importantes e interligados que caracterizam a vida adulta.

Nossa [risos]... aí, a vida adulta é bem complicada, olha. É... nossa, é bem difícil, é muita responsabilidade, é muita pressão. Eu não imaginei que né, eu acho que a vida a vida adulta veio para mim muito quando eu troquei de emprego, quando eu deixei de ser jovem aprendiz pra ser efetiva em outra empresa e adquiri muita responsabilidade. Então, tudo é minha responsabilidade, qualquer problema sou eu que resolvo. Não tenho a quem recorrer porque eu que tenho que resolver, sabe? (Uhum) Eu acho que, esses são os maiores problemas de ser, de ser adulto. Você tem que resolver tudo e é só você, na maioria das vezes (F1).

Difícil [riso]. E muito, é... como que eu posso dizer, não vou nem dizer difícil, vou dizer complicada, porque, eu quando entrei, comecei a minha vida adulta também passou pelo meu, é, pela minha aprendizagem como jovem aprendiz né, pra eu entrar no mercado de trabalho, realmente foi o meu primeiro emprego de carteira assinada né. É, e como eu identifico isso na vida adulta... É muito difícil, porque eu tive que criar meu espaço, você tem que começar a se acostumar com contas, se você quer, quer ter a sua vida você vai ter que gastar uma grana, você vai ter que começar a crescer mesmo, então eu dou a palavra complicada pra ela, mas não difícil só. Às vezes, ela te dá uma sacanagem, às vezes você precisa se virar, num dia que você menos espera alguma coisa quebra, essa é a vida adulta, não tem como (M13).

Muitos boletos pra pagar [risos], muita responsabilidade. E... eu acho que eu vejo como, como que eu vejo? Eu vejo com muitos obstáculos assim, conforme a gente vai amadurecendo vai vindo coisas novas e responsabilidades (F25).

Para os jovens desta pesquisa o adulto é aquele que adquire e assume responsabilidades, que trabalha, que possui ou busca autonomia e que consegue arcar com as próprias despesas, ainda que habite na casa dos pais ou responsáveis, como é o caso da maioria dos entrevistados. Nesse sentido, as responsabilidades advindas do cuidado com a casa e com os filhos, também, foram mencionadas como vinculadas à figura do adulto.

Eu tenho uma visão de ser adulto muito voltada também pra ter família, sabe? Eu acho que eu valorizo muito e gosto muito, de igual, a minha família é muito cheia de pessoas então, são muitos tios, muitos primos, hoje já tem uma geração de filhos de primos, então eu pretendo manter isso. Essa questão da família, né? Com vários filhos, mas também com o pé no chão de entender que hoje em dia, né? Tudo é muito caro, tudo tem que ter uma certa responsabilidade, né? Até porque, acaba que no mundo você vai percebendo quanto mais educação você tem, mais você entende o que é colocar uma pessoa no mundo, então, eu acho que tem essa percepção. Então

eu acho que ser adulto, pra mim, a minha percepção é essa, é você criar uma família com responsabilidade e organização, planejamento de... até mesmo de custos, né? (M7).

A vida adulta. Eu vejo com muitas responsabilidades, muitos desafios, que nem assim, às vezes eu, às vezes eu sinto que tô entrando na fase adulta, porque às vezes eu pego o carro pra dirigir pra ir pro trabalho, eu começo a pensar “nossa, eu tô fazendo coisas de adulto”, sabe? Que às vezes, há três anos eu era uma adolescente. Tenho o meu próprio carro, eu dirijo, hoje eu sou uma gerente de banco, então, muita coisa vai mudando, eu acho que eu tô entrando na fase adulta, e acho que depois que eu me tornar mãe, vai mudar muito, daí sim eu acho que eu vou virar uma pessoa adulta (F17).

É... vida adulta. [14 segundos de pausa]. Eu acho que, uma palavra que caracteriza seria família. Não sei como definir, falar exatamente sobre a vida adulta. Seria isso, eu acho que o que caracteriza seria a formação de família (M23).

Os resultados da técnica projetiva de associação, de modo geral, reforçaram aquilo que foi dito nas entrevistas, pois a palavra “adulto” foi associada, recorrentemente, à responsabilidade (F1, F3, M4, M5, F6, F10, M11, F12, F14, F16, F17, F19, M22, M23, F24, F25, M26). Surgiram, também, associações com os compromissos financeiros, como boletos e dívidas (M2, F17), com a família (M7, F15) e o fato de ter um parceiro(a) (M22). Além disso, chamaram atenção as percepções negativas da adultez, associando-a com algo sofrido, difícil e desafiador (M13); com cansaço e vida atribulada (M18); com maior seriedade (F14), rigidez e rispidez (F21); e com força para lidar com a carga que o adulto carrega consigo (F16).

Nos relatos sobre a vida adulta durante as entrevistas, foram percebidas, ainda, percepções contraditórias de alguns jovens, colocando-a como um momento bom, porém difícil (M9, F14) e como muito cansativa, mas de muitas alegrias (M18). Já a jovem F16 resgatou a imagem que possuía quando criança da vida adulta, associada a muita força, embora relate que, ao crescer, identificou que os adultos possuem muitas fraquezas.

Quanto aos demais aspectos mencionados, tem-se a capacidade de planejamento e de conexão com o futuro, mencionada no sentido de atribuir ao adulto a responsabilidade de não viver considerando apenas o presente, mas sim construindo o futuro que deseja alcançar; a pandemia de COVID-19, que tem afetado a percepção da vida adulta, acrescentando-lhe ainda mais dificuldades; e o âmbito do lazer, visto positivamente por M2, que vincula a vida adulta a maiores chances de aproveitar a vida, e negativamente por F24, que destaca a falta de tempo para tal.

Tanto o lado pejorativo da vida adulta quanto o lado valorativo foram identificados nos relatos, de forma que o primeiro envolveu uma comparação explícita entre juventude e vida adulta, na qual a juventude é vista como melhor e mais leve, enquanto a vida adulta é caracterizada como chata e vinculada a uma visão mais rígida da vida. O segundo, por sua

vez, enfatizou a esperança de encontrar mais oportunidades e maiores chances de realizar os planos traçados desde a infância e a juventude.

Por fim, questões sociais foram envolvidas nos relatos e destacaram a influência que as desigualdades existentes no Brasil podem ter nas vivências da vida adulta, em especial, as desigualdades de distribuição de renda. A jovem F20 enfatizou que muitos jovens, como ela, precisam trabalhar e estudar, mas que, para alguns, o trabalho tem um peso ainda maior, visto que eles são os provedores da casa. Por sua vez, o jovem M26 citou a existência de desiguais condições financeiras as quais fazem com que determinados jovens já nasçam e cresçam com os meios para alcance dos objetivos, enquanto outros não, de forma que “você tem que jogar o jogo com aquilo que você tem”.

Ainda sobre a vida adulta, os jovens foram questionados sobre o que consideram ser um adulto bem-sucedido. Antes de analisar tais percepções, é interessante saber o que os jovens associam ao sucesso e ao fracasso, e isso foi possível por meio da técnica projetiva de associação. Em relação à palavra “sucesso”, houve associação com aspectos como felicidade (F1, M4, M7, F15, F16, F20, F21, F25), alcance dos objetivos (M4, F16, F20, F21), saúde e bem-estar (M11, F14, F17), realização (M9, F14), dinheiro (F17, M26) e independência (M2). Já a palavra “fracasso” trouxe associações com tristeza (F1, F3, M13, F15, F16), aprendizado (M13, M22, M26), não alcance dos objetivos (F16, M18, F25), desistência (F17, F20, M23), decepção (M9, M13), erros (M22, M26), chances de se reinventar (M8, F21), angústia (M4), medo (F6), dor (M13) e frustração (F25).

No decorrer das entrevistas, os relatos da maioria sobre o que consideram ser um adulto bem-sucedido giraram em torno de, basicamente, quatro eixos relacionados: felicidade (F1, M4, M8, M9, F12, M13, F14, F15, F16, M18, F25, M26), estabilidade financeira (F1, M2, M4, M5, F6, M7, M11, F17, F20, M22, F24, F25), trabalho (F1, F3, M5, M9, F10, F17, F19, F20, M22) e conquista dos objetivos (M4, M5, M9, M13, F16, M18, F19, M23, M26).

No que diz respeito à felicidade, foi recorrente a associação da figura do adulto bem-sucedido com a de uma pessoa feliz e realizada com aquilo que é, que tem e que faz, não necessariamente fazendo referência direta ao trabalho e envolvendo, ainda, a identificação com um propósito ou missão na vida. Corroborando essa imagem mais ampla de felicidade, a técnica projetiva de associação trouxe como elementos vinculados à palavra “felicidade” o fato de estar com a família, ter lar e acolhimento familiar (F1, M7, F16, M18, F21), estar com quem se ama (F17, F19), estar em paz (M9, F15), fazer bem ao próximo (M22, M23) e estar bem espiritualmente, fisicamente e mentalmente (F21).

Quanto ao trabalho, houve vinculação da figura do adulto bem-sucedido com a estabilidade profissional, o reconhecimento e, principalmente, com a expressão “trabalhar com aquilo que gosta”. A jovem F1 chegou a afirmar que a “fase adulta se resume a trabalho” e foi mencionada a importância, na percepção da jovem F3, de iniciar a trajetória profissional cedo, de forma a se aproximar do sucesso de forma mais rápida.

Diretamente relacionada ao trabalho está a estabilidade financeira, muito citada pelos jovens ao falar de um adulto bem-sucedido, mencionando o poder aquisitivo, a independência, a maior autonomia e o equilíbrio financeiros. Cabe destacar que, por outro lado, houve jovens que relativizaram essa questão (M8, M11, F12, F17, F20, F25), afirmando que o dinheiro é, de fato, importante, mas não é garantia de sucesso e felicidade, uma vez que, como afirma F12, “muitas vezes um adulto pode ter muito dinheiro, muito carro, ter uma vida financeira massa, mas ter uma vida triste, né?”.

O adulto bem-sucedido foi muito associado, ainda, à capacidade de conquistar os objetivos traçados e ter meios para a busca de novos objetivos, ser uma pessoa bem resolvida, que sabe o que quer e sabe como alcançar suas metas por meio de planejamento e esforço. Nesse âmbito, destaca-se o relato de M9, que afirma que vem do indivíduo “saber ser feliz com o que tem”, de forma que, mesmo que não existam meios ou oportunidades, a pessoa que “corre atrás na medida do possível”, também pode ser considerada bem-sucedida.

Ah, bem-sucedido é tá feliz com que ele faz, sabe? Porque a nossa fase adulta se resume a trabalho, assim, na minha visão, e pra mim, ser bem-sucedido é estar feliz com o que tá fazendo, é ter uma estabilidade financeira né, uma estabilidade emocional (F1).

Acho que uma pessoa que encontrou um propósito, e que consegue de alguma forma, seja, por questões financeiras, ou enfim, no que acredite, mas, ser feliz com aquilo que faz, sabe? Consegue ter uma vida digna, minimamente digna, não só nos atos que diz a Constituição lá, de ter uma casa, ter um lugar seguro e etc., e, mas também achar alguma coisa que ela se identifique, que seja um propósito, uma missão pro caminho dela (F15).

Bem-sucedido? Então, eu acho que alcançar todas as metas, sonhos, que eu tenho pra mim, traçados, isso acho que me torna bem-sucedido. Mas além de tudo, ser feliz com o que eu sou e com o que eu tô me tornando, não ficar frustrado por não ter conseguido algo (M26).

Houve menção, por fim, à importância da estabilidade emocional (F1, F6, M11, F12), que possibilita a manutenção da saúde mental e de bons relacionamentos sociais; à família (M7, F10, M18, F19), tanto no sentido da formação de nova uma família, quanto do apoio de uma base familiar estruturada como facilitadora do processo de transição e de alcance do

sucesso; e à aquisição de conhecimento (F20, F21), considerado algo que vai além da questão financeira e que é necessário para ser bem-sucedido.

De forma geral, responsabilidades, trabalho, independência e estabilidade constituem importantes balizadores quanto à fase da vida, envolvendo ainda outros aspectos relevantes, como maturidade e saúde mental, de modo que a visão do que é ser jovem e ser adulto não se prende a critérios biológicos e traz aspectos socialmente construídos (ARNETT, 1997; MARGULLIS; URRESTI, 2008).

Nesse sentido, o objetivo específico de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a transição para a vida adulta foi alcançado diante de dados que, ao explorar as representações sobre juventude e vida adulta, reforçam a valorização do adulto como um estado concluído, enquanto os jovens são associados à falta de algo, à uma transição. O adulto é definido em termos do que é e faz, o jovem em termos do que vai se tornar. Ademais, se por um lado, para alguns dos entrevistados, a vida adulta foi alcançada mediante um processo de transição associado à gradual assunção de responsabilidades, para outros, a juventude nem mesmo ocorreu, frente a um processo de adultização precoce. Tais resultados destacam que ser jovem e ser adulto partem de construções sociais e têm influência de marcadores de diferença como a classe ou origem social. Além disso, destacam que a transição para a vida adulta é um processo no qual não cabe usar como referência fronteiras, marcos ou eventos generalizáveis de um sequenciamento de etapas, e sim lançar luz às trajetórias juvenis, que seguem itinerários, ritmos e movimentos particulares e nem sempre nítidos (DIB; CASTRO, 2010).

#### **4.4 Aspectos marcantes das juventudes**

De forma a compreender melhor a situação juvenil (FREITAS; ABRAMO; LEON, 2005; TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016) dos entrevistados e reconhecendo-se a importância de colocar os jovens em pauta frisando como eles próprios elaboram e vivem suas experiências (ABRAMO, 1997; PIMENTA, 2007), foi solicitado aos sujeitos de pesquisa que elencassem o que consideram o melhor e o pior de suas vivências na juventude.

Dentre os marcos positivos citados pelos jovens, as vivências nos âmbitos da educação e do lazer se destacaram, como pode ser visto, no Quadro a seguir.

Quadro 10: Marcos positivos das juventudes

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Estudos	Ensino médio Ensino superior	Chance de aproveitar de forma mais “livre” os estudos no ensino médio. Estudos como oportunidade. Inserção no curso superior desejado.	M2, M5, F6, M9, F12, F15, F20
Lazer	Vida social Viagens Tempo livre	Oportunidade/ liberdade de frequentar festas, realizar viagens, sair com os amigos. Pandemia como limitante.	M7, F16, F17, F24, F25, M26
Relacionamentos	Amizades	Chance de fazer e cultivar boas amizades, de aprender com elas.	M2, M8, F19, M23, M26
Experiência de aprendizagem	Relacionamentos Influência na trajetória de vida Oportunidade	Referência ao acolhimento; aos bons relacionamentos construídos com colegas, professores e gestores; e às influências da experiência como aprendiz na trajetória de vida.	F1, F3, M13, M18
Liberdade/ Responsabilidade	Maior liberdade Maior independência Menores responsabilidades	Possibilidade de brincar mais livremente, menor exposição à violência. Liberdade e menos pressão. Alcance de relativa independência. Menores responsabilidades. Privilégios diante do suporte dos pais.	M7, F10, M11, F14
Emprego	Inserção no mercado de trabalho Conquistas	Desenvolvimento de experiências, habilidades e competências. Conquistas e possibilidades vinculadas ao trabalho.	M5, M9, F12
Autoconhecimento/ Aprendizado	Objetivos Autonomia	Maior autoconhecimento, possibilitando estabelecer objetivos. Aprendizado associado ao fato de morar sozinho.	M4, M22
Convívio familiar	Boa relação com pais/irmãos	União entre os familiares, boa convivência.	F10
Maternidade	Nascimento do filho	Vivência como mãe e consequências decorrentes.	F21

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que diz respeito aos estudos, as vivências do ensino médio e do ensino superior foram citadas como marcantes na juventude, as primeiras foram relacionadas ao menor peso das responsabilidades durante o ensino médio, que permitiu aproveitar de forma leve a época de escola; e as segundas foram relacionadas ao ingresso no ensino superior, aspecto colocado como o maior sonho de M5 e como uma grande conquista para F6, que destacaram anteriores tentativas frustradas de ingresso. Os estudos são associados, também, à oportunidade de desenvolver relações sociais, novos jeitos de pensar e de se preparar para o mercado de trabalho, uma vez que, de acordo com a jovem F15, “a educação foi o que me fez mais feliz em todos os âmbitos, me ensinou a lidar com as pessoas, com o mundo”.

No caso da jovem F20, a formação no ensino médio e a inserção no ensino superior foram conquistas pessoais de particular importância, considerando que ela possui déficit de atenção e que, segundo a jovem, seus professores a desencorajavam e diziam para sua mãe que ela não conseguiria se formar. O relato de F20 indica que as vivências escolares são muito



significativas nas trajetórias juvenis, mas abrangem também impactos negativos nessas trajetórias, pois, apesar de ocuparem grande parte do tempo e da vida dos jovens, elas tendem a não envolver a devida preocupação com os problemas que eles enfrentam (RAITZ; PETTERS, 2008) e, em certos casos, causam sofrimentos e traumas que os jovens carregam consigo enquanto adultos.

Quanto às vivências relacionadas ao lazer, foram destacadas as oportunidades de sair com os amigos, de frequentar festas e de realizar viagens, bem como a maior liberdade conquistada em relação ao controle dos pais sobre opções de lugares a frequentar e horários a seguir. As jovens F17 e F24 mencionaram que as vivências de lazer foram a melhor coisa de sua juventude, embora o cenário pandêmico tenha ocasionado restrições a essas vivências. Demonstrando associação com o lazer, os relacionamentos interpessoais foram citados de forma a enfatizar as boas amizades construídas e cultivadas durante a juventude, que influenciam a visão de mundo, segundo o jovem M8, e que têm importância que se perpetua até a vida adulta, de acordo com F19.

As experiências com o Programa de Aprendizagem, também, foram relatadas como algo marcante na juventude de alguns dos jovens, que enfatizaram os impactos positivos decorrentes. As jovens F1 e F3 trabalharam durante o contrato de aprendizagem na própria Instituição Alfa, afirmando que se sentem privilegiadas por isso, e os jovens M13 e M18 destacaram o diferencial que o Programa de Aprendizagem representou em suas vidas.

Eu vou colocar a [Instituição Alfa], não tem outra coisa a não ser isso, porque, o que seria da [Instituição Alfa], né, o que seria de mim se não fosse a [Instituição Alfa], então acho que assim, foi a coisa que mais me marcou, e a coisa mais importante que me aconteceu, porque na adolescência a gente leva tanta portada na cara, que a gente tá doído pra arrumar o primeiro emprego, e aí quando eu cheguei na [Instituição Alfa] foi o lugar me acolheu, que eu tive uma primeira oportunidade. Então assim, com certeza, sem sombra de dúvida, foi a [Instituição Alfa] (F3).

A melhor coisa da minha juventude até agora? Eu vou te falar que foi essa oportunidade de ser jovem aprendiz, sabia? Não é nem por, por questão da gente tá fazendo a entrevista, mas eu até comento direto com a minha mãe, que essa foi uma oportunidade na minha vida né, porque quando eu saí da escola, com meus 17 anos, todo homem tem que se alistar, é obrigatório né, você fazer o alistamento nas Forças Armadas, e eu fiz, demorei mais ou menos um ano e meio pra ser chamado, e quando eu fui chamado eu ser..., eu fui obrigado a servir. Quando eu saí do quartel, que eu fui chamado pra ser jovem aprendiz. Então ali foi mesmo o começo da minha vida, no momento que eu achei que não teria mais oportunidades, porque, falei “puts, agora entrei no quartel, perdi um tempão né”, mas não, tive a oportunidade de ser jovem aprendiz na [Instituição Alfa] e com certeza isso foi pra mim a maior experiência atual da minha vida, porque me colocou numa grande empresa e, devo tudo o que eu sou hoje assim ao meu trabalho e também à [Instituição Alfa], com certeza (M13).

A percepção de maior liberdade e de menor carga de responsabilidades foi mencionada em relatos como os de M7, que destacou o sentimento de maior liberdade durante a juventude; de F10, que fez referência à possibilidade de brincar e andar na rua sem medo da exposição à violência; e de M11, que narrou a liberdade de tomada de decisão que teve, transitando entre os desejos de ser desenhista, atleta e, posteriormente, profissional de marketing, sempre contando com o apoio dos pais. A jovem F14 destacou a menor carga de responsabilidades que teve e, também, citou o apoio dos pais, associando o suporte financeiro e a estrutura familiar a um privilégio o qual possibilitou que ela não precisasse se preocupar com o que teria para comer no dia seguinte. Como mencionado na subseção anterior, uma base familiar estruturada configura um aspecto mediador e/ou facilitador nas vivências da juventude e na transição para a vida adulta (PIMENTA, 2007).

Como marcos positivos, foram citadas, também, as vivências no mundo do trabalho e as conquistas associadas, de forma que os jovens M5, M9, F12 enfatizaram a oportunidade do 1º emprego. O jovem M9 chegou a afirmar que “o meu profissional define a minha juventude”, indo ao encontro do que afirma Sposito (2005), “o trabalho faz juventude”.

Meu 1º emprego. Pra mim foi um grande marco na minha juventude o meu 1º emprego e o início, duas coisas na verdade, meu 1º emprego e o início na faculdade, que era o meu maior sonho né, de conseguir ingressar, então eu consegui; e o meu 1º emprego também, foi onde me deu, onde adquiri todas as minhas experiências né, que o mercado de trabalho ele requer, foi ali que eu iniciei, eu desenvolvi habilidade, competência, então esses dois marcos da minha juventude que me impulsionaram né, pra minha vida, foram esses dois (M5).

Então, o que foi bom na sua juventude? O que foi bom foi a minha vida profissional, tudo que eu conquistei até hoje. Então foi graças a ela, se eu fiz faculdade, se eu não fiz faculdade pública, fiz faculdade particular, foi pagando com o meu trabalho. Se eu estudei inglês, se eu tirei carteira profissional, se eu fiz certificações, foi tudo graças a minha vida profissional, sempre fui ativo (M9).

Foi... eu conquistar meu primeiro emprego, né? Eu comecei a trabalhar com 15 anos, como estagiária do [nome da organização] né, e foi, algo assim que me impulsionou, a sonhar, a, a viver, a imaginar um futuro grande pra mim, pra minha família, então, a parte que foi melhor assim pra mim foi os estudos e meu primeiro emprego que eu tive (F12).

Por fim, também foram elencadas como as melhores coisas no decorrer da juventude as possibilidades de autoconhecimento e de aprendizado, que proporcionaram o estabelecimento de objetivos e dos caminhos a trilhar, no caso de M4, além do aprendizado em relação às demandas associadas ao fato de morar sozinho, no caso de M22. O convívio familiar, citado pela jovem F10, foi destacado, positivamente, diante das reuniões de família e da convivência com os pais e irmãos; e da maternidade, no caso da jovem M21, mãe aos 16

anos, que associou a maternidade à decisão de dar continuidade ao ensino médio e ao fato de “colocar a cabeça no lugar”.

Por sua vez, em relação aos aspectos mencionados ao se pensar no que houve de pior durante a juventude, houve grande dispersão dos relatos, envolvendo desde mudanças vivenciadas e conflitos familiares até episódios de assédio moral e sexual e de discriminação, conforme sintetizado, no Quadro a seguir.

Quadro 11: Marcos negativos das juventudes

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Mudanças	Turno escolar Estado Separação dos pais Transição para a vida adulta	Mudança de turno escolar, impactando o rendimento. Mudança de região nordeste para o sudeste do Brasil. Vivência da separação dos pais. Impactos da transição para a vida adulta.	F1, F15, F17, M18, F19
Relações familiares	Relação com o pai Ausência do pai Conflitos familiares	Relacionamentos com o pai baseados em medo, em ausência e em conflito. Conflitos diante da necessidade de cuidado de familiares idosos.	F10, M13, M22, M23, F25
Relacionamentos	Relacionamento afetivo Relacionamentos interpessoais	Relacionamento abusivo que gerou afastamento dos amigos. Pouca interação, pouca ênfase em relacionamentos interpessoais.	M2, M4, F14
Adoecimento/ Falecimento	Adoecimento de familiar Vivência do luto	Dificuldades relacionadas à perda de familiares e ao adoecimento acompanhado de sequelas.	F3, F21, M22
Assédio	Assédio moral Assédio sexual	Assédio moral de gestora enquanto aprendiz. Assédio sexual de policial enquanto estagiária.	M5, F12
Discriminação/ rejeição	<i>Bullying</i> na escola Racismo Intolerância às diferenças Classe social	Discriminação relacionada à cor de pele, à classe social e a traços de comportamento. Ênfase no ambiente escolar.	M11, F20
Estudos	Dificuldade de inserção no ensino superior Interrupções ensino médio	Tentativas frustradas de ingresso no ensino superior. Interrupções no ensino médio.	F24, M26
Arrependimentos	Falta de planejamento Dedicação insuficiente aos estudos	Foco insuficiente em planejamento futuro e nos estudos.	M7, M8
Pandemia	Limitações	Mudança de cenário e paralisação de planos.	F6
Falta de tempo	Lazer Descanso/ autocuidado Convivência social	Rotina atribulada que não proporciona tempo para atividades que gostaria.	F16
Nada a citar	Foco no lado positivo	Ênfase nas conquistas, buscando o lado bom mesmo nas dificuldades.	M9

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação às mudanças vivenciadas e associadas a experiências negativas que marcaram a juventude, diferentes aspectos foram mencionados, como mudança de turno escolar, quando a jovem F1 passou para o período noturno, o que impactou o seu rendimento;

mudanças relacionadas às dificuldades de transição para a vida adulta, nos casos de F17 e F19, mencionando um “choque de realidade” e um processo que, muitas vezes, se dá de forma solitária; além de mudanças no núcleo familiar, diante da separação dos pais, nos casos de F15 e M18. Esses jovens relataram dificuldades financeiras vivenciadas pela família, de forma que as mães tiveram que lidar sozinhas com a criação dos filhos e com o sustento da casa. A jovem F15 vivenciou, também, uma mudança de região após a separação, se mudando com a mãe da região nordeste para a região sudeste do Brasil. Já o jovem M18 relatou que tinha nove anos de idade na época da separação dos pais e que, nesse momento, percebeu que teria que ajudar em casa de alguma forma.

Os marcos negativos vinculados aos relacionamentos familiares surgiram enfatizando as relações com a figura paterna, sejam baseadas no medo, caso de F10; sejam baseadas em conflitos e em ausências, como nos casos dos jovens M13 e M23. Foram citados, também, conflitos envolvendo o cuidado de familiares idosos, nos casos de M22 e F25.

É... o meu pai é, era muito bravo, eu tinha muito medo do meu pai, muito. Muito medo. É isso. Então eu fazia tudo muito que, eu via meu irmão apanhar muito sabe, com esse negócio de pipa, eles é, muito, muita molecada ia em casa, chamar eles pra, pra brincar de pipa, e meu pai colocava horário, sabe? (Uhum) Então eles, eles batia de frente com meu pai e óh [sinal com a mão], entrava na chinela. Então como eu era mais nova e via tudo aquilo, então eu sabia que eu não tinha que fazer aquilo pra não apanhar né? Então, assim, de ruim eu não lembro nada, assim. De ruim. Eu lembro só esse medo que eu tinha do meu pai e hoje eu vejo que não é, não é nada daquilo. Mas... de ruim, graças a Deus, não me recordo de nada. A gente nunca passou necessidade, a gente sempre teve uma vida, é, normal assim. Não tinha abundância, mas não faltava nada, sabe? (F10).

A falta do meu pai, provavelmente. É, não digo nem na juventude, mas digo assim, toda a minha vida né. Mas na juventude principalmente porque eu como homem, é, não tive uma referência pra me ensinar, por exemplo, a fazer uma barba, aquela amizade de pai e filho que vê o jogo de futebol, vai em estádio né, eu sempre tive que buscar alternativas pra isso na minha vida, como meus tios, minha mãe, meu primo, mas o meu pai mesmo, nunca (M13).

Mas, minha juventude ela foi, não foi muito, muito alegre não, desde os 17, eu tô com 24. Com 17 eu tava na flor da idade também né. É, aí nessa época aí que eu, morava com minha avó e ela infelizmente teve um AVC né. Teve que ir morar com a minha tia e eu tive que me virar sozinho. Com essa questão da minha avó ter um AVC, eu tive que cuidar dela e eu não tinha cabeça pra isso, acabei brigando com minhas tias, e nunca teve contato com nós não. Aí brigando com minhas tias assim, foi um momento meio pesado né. Eu tinha minha avó né, a única que tava mais assim do meu lado. Aí, a família toda ficou brigando né, aí foi meio complicadinho né, o momento de depressãozinhas assim. Depressãozinhas que eu falo assim, não retirando a depressão, sabe, mas coisa, eu fiquei meio triste, sabe, sem vitimismo, sem me fazer de vítima. Mas eu acho que foi muito bom a juventude, foi um momento de maturidade, sabe? (M22).

No relato de F10, a jovem menciona o fato de ver os irmãos apanhando e a relação com o pai, baseada no medo, mas é percebida uma relativização desse aspecto negativo da sua

juventude, ressaltando que a sua família nunca “passou necessidade”, levando uma vida que a jovem classifica como “normal”. Uma relativização também pode ser vista no relato do jovem M22, que chama o momento difícil pelo qual passou durante a juventude de “depressãozinha”, justificando que não é seu intuito se fazer de vítima. O jovem fecha seu relato com a afirmação de que teve uma juventude muito boa, entrando em contradição com o início de sua fala, em que afirma que ela não foi muito alegre.

Os conflitos familiares vivenciados por M22 e F25 se relacionaram à necessidade de cuidado de suas avós. A avó de M22 sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) e passou a demandar cuidados específicos. Apesar de residir com ela, M22 não se considerou apto a assumir essa responsabilidade aos 17 anos, o que gerou brigas com familiares e culminou no fato de que ele precisou morar sozinho e se afastar, segundo ele, da única pessoa que estava ao seu lado. O jovem menciona a tristeza que sentiu durante esse processo, indicando um possível quadro depressivo, com o qual não teve auxílio para lidar.

No caso da jovem F25, que residia com a avó e o pai, ela se responsabilizou pelos cuidados de que a avó precisava por um período, mas quando o pai saiu de casa para constituir novo núcleo familiar e se apropriou do dinheiro da pensão que pertencia à avó, a jovem entrou em conflito com ele por ter que realizar o trabalho de cuidado e ainda arcar com despesas da casa. Após algumas conversas que não surtiram efeito, ela teve a oportunidade de trabalhar como jovem aprendiz e precisou ser mais dura com o pai, avisando que começaria a trabalhar e que não haveria ninguém disponível para realizar os cuidados da avó. Com isso, o pai passou a pagar por uma cuidadora, porém, após um período, ele suspendeu esse pagamento e o desfecho da situação só ocorreu quando a jovem teve que formalizar uma denúncia contra o pai, que então levou a avó para morar com ele e ficar sob os cuidados da atual esposa.

Os casos de M22 e F25 mostram situações difíceis que os jovens tiveram que enfrentar, mas também sugerem uma questão de gênero. O jovem M22 teve sua decisão de não se responsabilizar pelos cuidados da avó respeitada, embora criticada por familiares, de forma que uma tia do jovem ficou responsável por tais cuidados. A jovem F25, após um período de tempo cuidando da avó, precisou denunciar o próprio pai e, com isso, ele transferiu a responsabilidade do cuidado para a nova esposa. Dessa forma, há indícios de que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado aos familiares é comumente atribuída à mulher na sociedade. Outros exemplos nesse sentido são os fatos de que a mãe da jovem F1 foi proibida de estudar na juventude, a mãe da jovem F10 foi proibida de trabalhar após se

tornar mãe e, como visto, a jovem F25 quase foi impedida de aproveitar uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho formal. Esses casos surgiram sem ser alvo direto de perguntas da pesquisa e, assim como eles, outros podem existir, cabendo lançar luz às consequências estruturais e dinâmicas desses marcadores que podem afetar as trajetórias de jovens mulheres na sociedade.

Outros marcos negativos da juventude dos sujeitos de pesquisa foram vinculados aos relacionamentos e às experiências com adoecimento ou falecimento de familiares. Quanto aos relacionamentos, M2 relatou a experiência de um relacionamento abusivo com a namorada, no qual se sentia anulado e maltratado, e que levou a limitações de convivência social com seus amigos. Já M4 e F14 relataram demasiada introspecção, prejudicando os relacionamentos interpessoais, segundo M4, e as oportunidades de sair, conhecer e conviver com novas pessoas, enquanto possuía mais tempo e disponibilidade, segundo F14. Quanto às situações de adoecimento ou falecimento de familiares, a jovem F3 relatou que perdeu a avó quando tinha 16 anos, a jovem F21 citou que perdeu a mãe aos 14 anos e o jovem M22 contou acerca do AVC sofrido pela avó quando ele tinha 17 anos.

Marcos negativos da juventude, também, foram associados a experiências de assédio vivenciadas em determinadas organizações durante o contrato de aprendizagem, diante de relatos de casos de assédio moral, por M5, e de assédio sexual, por F12.

Foi uma experiência boa e ao mesmo tempo me marcou bastante com essa questão dessa gestora que teve lá que não soube de alguma forma administrar a equipe dela. Foi uma coisa que me marcou bastante assim, os assédios morais que ela cometia, com o tempo depois eu realmente fui perceber que era um assédio moral. Então foi uma coisa me marcou bastante e ainda me marca. Não uma coisa que afeta minha vida, não me afeta, mas eu tenho essa, digamos uma cicatriz marcada por aquilo que ela fez, então eu levo como experiência isso pra minha vida né. Saber lidar com as situações né, e saber também se posicionar quando a gente tem um assédio moral dentro da empresa né, é uma coisa que me marcou, digamos, ruim, na minha juventude. [...] Então era muito abuso, muita, abuso de poder sobre a gente, ela era muito estúpida, muito arrogante, tinha um palavreado um pouco chulo com a gente, então eram muitas coisas que se tinha naquele setor (M5).

A pior coisa da minha juventude foi... essa época também, porque foi um período bem difícil né, porque eu terminei sofrendo um abuso sexual no trabalho, sabe? Um policial veio me molestar, mas graças a Deus não, não foi além disso, então assim, foi algo que, me marcou. [...] (E aí foram tomadas medidas pra resolver a situação?) Não, não. Não porque assim, é... nesse tempo né, eu acho que era o que, 2014, eu não me lembro muito bem, era um período que, a luta né, como vem sendo hoje, pessoas defendendo, é, nós mulheres, nós que somos negras, pardas, era muito mínima sabe, não tinha essas coisas. Então assim, é, se eu levasse isso pra Justiça né, a gente acreditava, eu e minha mãe acreditava que a gente ia sair como errada, entendeu? Por ser pobre, a gente mora em favela, então assim, a gente ia ser injustiçada. A gente pensou desse jeito. Então a primeira coisa que, a gente tomou uma atitude foi eu sair dali. [...] A gente ficou com muito medo. Muito medo. Porque ele chegou a apontar uma arma pra mim, entendeu? É, eu, eu acredito que

Deus me livrou porque no momento que ele ia passar avante né, do que ele queria fazer, chegou uma funcionária lá e foi o tempo que eu tive pra correr, entendeu? Então quando eu corri, eu não voltei mais, minha mãe também concordou, e foi quando eu tive que abrir mão, por medo (F12).

O jovem M5 vivenciou uma situação de assédio moral na organização onde trabalhou como aprendiz, relatando o abuso de poder de uma gerente, que culminou na demissão do jovem e de outros dois aprendizes com quem trabalhava na época. De acordo com M5, a gerente tratava a equipe de forma ofensiva e expunha publicamente os profissionais a situações constrangedoras. Nesse contexto, alguns colegas com quem ele mantinha contato relataram que conseguiram comprovar a má conduta da gerente e, então, ela foi desligada por justa causa. Contudo, a situação se tornou o que o jovem chama de uma “cicatriz” que ele levará para a vida. Cabe destacar que se houvesse maior esclarecimento sobre assédio moral e outros tipos de assédio durante o processo de formação do jovem, talvez o caso tivesse se desenrolado de outra maneira, pois como M5 afirma, ele só entendeu que se tratava de um assédio moral e como era possível lidar com casos dessa natureza, com o tempo.

Por sua vez, o caso da jovem F12 envolveu violência sexual, quando ela tinha apenas 15 anos de idade e atuava como estagiária. Um policial armado realizou uma tentativa de assédio sexual no ambiente de trabalho da jovem e, por causa da aproximação de uma terceira pessoa, ela conseguiu fugir. Contudo, a experiência levou ao seu desligamento da organização, pois a jovem teve medo de voltar e sofrer algum tipo de represália do policial. A organização não foi informada sobre o episódio de assédio e, como a violência partiu de um policial, a jovem não se sentiu segura de procurar a polícia. A única pessoa com quem a jovem compartilhou o caso foi a mãe, que apoiou sua decisão de sair do estágio e, além disso, transferiu F12 de escola, na tentativa de dificultar que o policial a encontrasse na região.

Em resumo, além da impunidade do policial, que apontou uma arma e tentou violentar uma jovem menor de idade, recaíram sobre esta as consequências da situação, uma vez que ela precisou lidar com o medo de ver viaturas policiais na rua, com o desligamento do estágio e com a mudança de escola, além dos impactos psicológicos envolvidos e que precisam ser destacados, considerando que eventos como abuso sexual “podem envolver consequências particularmente graves e de longo alcance” (THOMSON et al, 2002, p. 342). Interessante notar que, ao falar sobre a impunidade envolvida, a jovem usa como justificativas para não esperar por justiça os fatos de ser pobre e moradora de favela e de não existirem, na época do ocorrido, tantos movimentos de pessoas defendendo mulheres negras.

O caso ilustra como os efeitos da opressão sofrida, historicamente, por mulheres negras ainda reverberam na sociedade (CARNEIRO, 2003) e como as intersecções existentes

entre idade, gênero, cor de pele e classe social atuam em diferentes níveis, construindo e reforçando vantagens, desvantagens e oportunidades desiguais e complexas relacionadas às trajetórias profissionais nas organizações (CASTRO; HOLVINO, 2016) e também fora delas. Além disso, o caso reforça a importância de movimentos que levem informação e que lutem contra as desigualdades existentes, como é o caso de movimentos de mulheres negras, que lutaram e lutam por espaço, voz e representação, conquistando importantes avanços na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2003).

Alinhados aos apontamentos de desigualdades, episódios de discriminação e de rejeição marcaram, negativamente, as juventudes de M11 e F20, envolvendo preconceito, referido pelos jovens como *bullying*, em relação à cor de pele, aparência, características comportamentais e classe social.

A pior coisa... é... eu acho que foi... acho não né. O que mais me impactou negativamente na minha juventude, foi, o *bullying* que eu sofria. É, eu sofri *bullying* na escola, no curso, e, isso mexeu muito comigo então, foi algo que eu convivi e que demorei muito pra poder, aprender a lidar com isso. (Uhum. Você sofria *bullying* por qual motivação, você quer compartilhar?) Sim, sim. É, a maioria das partes, das vezes, era porque eu sou, é porque eu sou negro e... qualquer coisa que eu fazia em sala, era motivo pra, pra piada, então, isso mexia muito comigo. [...] eu vejo que, a escola, ela dá uma pisa mais do que ensina. Tava conversando isso com um amigo meu, que eu tenho uma roda de amigos, aonde um deles é gago, e o outro é muito baixinho. E aí, a gente chama grupo da minoria, porque ambos os três sofreram muito na infância, por causa dessas características. E, eu vejo como a escola, ela traumatiza muito a pessoa sabe? Por causa, dessa questão assim. E... é, um modelo que eu vejo bacana, é, esse ensino em casa né, que a criança não precisa ser contato com outras crianças, só que aí, isso entra em uma discussão muito grande, que é isso impacta na vida da criança, mas, enfim, é isso (M11).

A rejeição, na escola, no contexto familiar também. Porque tipo assim, eu, as pessoas né, me consideram diferente, porque eu sou muita na minha, eu sou muito, ou às vezes eu sou muito expressiva, eu sou muito calada, e aí as pessoas se incomodam com isso, entendeu? E aí na escola eu ficava meio sozinha, tinha uns meninos que faziam *bullying*, essas coisas mais chatinhas. [...] os meninos ficavam falando, quando a gente levava merenda: “ah, seu pai roubou isso de onde? Ah seu pai pediu esmola disso da onde?”. Essas brincadeiras bobas, sabe? Teve um dia que a gente foi pra Ouro Preto, e aí a gente tinha que pagar e tal né pra ir, aí um colega meu, colega assim, virou na frente de todo mundo, tava cheio, “seu pai conseguiu dinheiro pra você de onde, já que ele não tem nem onde cair morto?”, e os meninos todos começaram a rir, e na, hoje eu tenho 24 anos, na época eu tinha 15, 14, até mais nova. (Entendi. E você percebia isso dentro do contexto familiar também?) Também. Mas do contexto familiar é porque meus pais, agora que tipo assim, a gente foi construindo as coisas aos poucos, trabalhando muito e tal, mas antigamente as coisas também eram difíceis, as coisas eram difíceis, então meus pais, a gente passava muita necessidade né? E aí a família da minha mãe, ela tinha pessoas, irmãs que eram melhor, melhorzinha de vida né, então eles rejeitam muito por causa dessa parte financeira (F20).

O relato de M11 demonstra experiências de discriminação vivenciadas por ele e por amigos na escola e como tais experiências podem trazer impactos para a vida dos jovens. Um



jovem negro, um jovem gago e um jovem baixo formaram o “grupo da minoria” e sofreram com o preconceito, no período escolar. M11 afirma que levou muito tempo para aprender a lidar com isso e que desenvolveu uma percepção da escola como um local onde mais se apanha do que se aprende, levando a traumas que, segundo ele, talvez possam ser amenizados no contexto escolar, atualmente, com a ampliação do ensino à distância, uma vez que ele limita a interação entre os alunos.

A jovem F20 relata ter sofrido discriminação no ambiente escolar relacionada ao seu comportamento mais introspectivo e, principalmente, à sua classe social. Os colegas de F20 faziam comentários pejorativos, quando ela levava um lanche e quando participava de excursões da escola, por exemplo, sugerindo que seu pai havia roubado ou pedido esmola. O fato de fazer parte de uma família pobre gerava discriminação até mesmo de familiares, como tias que, por possuírem uma melhor situação financeira, segundo a jovem, rejeitavam a sua família. Assim como no caso do jovem M11, a jovem F20 chama esses episódios de *bullying* e relata que também não teve suporte na escola para lidar com eles.

Dessa forma, percebe-se que o ambiente escolar foi associado tanto a aspectos positivos quanto negativos que marcaram a vida dos jovens. Nesse sentido, a técnica projetiva de associação refletiu os aspectos apontados no decorrer das entrevistas, com a palavra “escola” associada ao ensino e ao aprendizado (F3, M5, M4, F12, M13, F21, M22, M23, F24, F25), a uma base (F6, M7, M9, F16), a um período feliz e marcante positivamente (F10, M22, M26), de diversão (F1, F19) e de boas amizades (F17, M22) e que possibilita aos jovens sonhar mais alto (F15). Por outro lado, a escola foi associada a pré-julgamentos que fazem a pessoa “se moldar como gente” (M13), a traumas relacionados à discriminação (F20) e à ineficiência (M8), no sentido de que a escola falha em ensinar os alunos a sintetizar e absorver o conteúdo, não sendo suficiente apenas frequentar as aulas.

Os marcos negativos em relação aos estudos foram citados, também, pelos jovens F24 e M26. A jovem F24 passou três anos realizando tentativas de ingresso em universidade federal, o que gerava grande expectativa durante o ano e resultava em frustração ao não conseguir alcançar a aprovação desejada, levando-a a realizar adequações em seus planos quanto ao ensino superior. No caso do jovem M26 o relato envolveu interrupções no ensino médio, durante uma fase que ele chama de “meio rebelde”, quando ele se dedicou a trabalhar ao invés de concluir os estudos, o que só veio ocorrer aos 21 anos. De acordo com o jovem, por não saber bem o que queria fazer, ele passou por muita rotatividade em seus empregos e, devido à demora em se formar, isso acarretou julgamentos de pessoas que afirmavam que ele

“não chegaria a lugar nenhum”. Considerando que, na sociedade contemporânea, “ser jovem” é positivamente associado e vinculado ao universo escolarizado (OLIVEIRA, 2015) e que a posição social e o *status*, em muitos casos, são associados ao nível de formação e à posição no mundo do trabalho, casos como os relatados podem implicar em situações restritivas quanto ao trabalho e à sociedade.

Desse modo, tal como no caso da escola, os estudos foram elencados em associação a marcos positivos e negativos da juventude. Os aspectos positivos se sobressaíram, assim como no panorama encontrado na técnica projetiva de associação, em que a palavra “estudos” foi associada ao conhecimento e à formação (M4, M5, F6, F16, M18), a algo essencial (M4, M7, M13, F17, F25), que não pode ser tirado da pessoa (F3, M18) e que possibilita um alicerce para transformação social (F15, F16). Contudo, também, houve associação com algo chato e complicado, embora necessário (M18), e com algo conturbado (M26), vinculado a uma obrigação. Como afirma o jovem M26, seus pais diziam que “ou cê estuda ou cê vai carregar enxada”, então, ele não via outra solução.

Por fim, também foram citados como marcos negativos da juventude: 1) os arrependimentos, no caso de M7, que lamenta não ter realizado um planejamento melhor para seu futuro; e de M8, que lamenta não ter sido centrado e focado como julga que deveria nos estudos; 2) a pandemia, que para F6 paralisou e impediu planos e vivências; e 3) a falta de tempo, que para F16 impacta seu lazer, vida social, descanso e conciliação das demandas de trabalho e estudo.

Já o jovem M9 relatou que prefere focar nas coisas boas e que não há nada de ruim a citar, mencionando um versículo da Bíblia o qual diz que mesmo as atribuições produzem algo bom na vida.

Então assim, nunca, graças a Deus, não precisei passar fome. Nunca tive conflitos dentro de casa pra poder chegar e falar assim, “poxa, a pior fase foi quando a minha mãe separou do meu pai ou, foi quando eu tive que ficar desempregado, ou quando eu precisava pagar faculdade e eu não conseguia”. Graças a Deus, eu parcelava a faculdade em 12 vezes, 13 vezes, e eu consegui tudo superar, entendeu? Então os momentos, os piores momentos da minha juventude eu acho que eu consegui superar todos eles. Então eu nunca olho assim como foi o pior momento, entendeu? (M9).

Interessante notar que o jovem M9 destacou em sua resposta o fato de que nunca passou fome como um diferencial, assim como a jovem F10 o fez, em relato anterior, e como outras menções nesse sentido foram feitas, no decorrer das entrevistas. Diante das desigualdades na distribuição de renda existentes no Brasil, que são perpetuadas

historicamente (MELSERT; BOCK, 2015), o fato de não vivenciar a carência do básico para atender às necessidades das famílias acaba sendo visto como um privilégio, quando na verdade se trata de um direito que deveria ser garantido a todos.

De forma geral, as percepções sobre marcos positivos e negativos da juventude foram matizadas e não apresentaram aspectos que despontaram como determinantes pela maioria dos jovens entrevistados, mas trouxeram importantes elementos a serem considerados e que podem dizer muito sobre suas trajetórias, como o papel da educação, do lazer, das relações interpessoais e das relações familiares na juventude, bem como as consequências de casos graves como assédio e discriminação em função de cor de pele, aparência e classe social.

#### **4.5 A experiência com o Programa de Aprendizagem**

Os jovens sujeitos desta pesquisa já tiveram suas experiências como jovens aprendizes concluídas, cabendo saber a percepção deles sobre como se deram essas experiências e quais os reflexos que elas trouxeram e trazem para suas trajetórias pessoais e profissionais.

Nesse sentido, inicialmente, eles foram questionados quanto à motivação para participar do Programa de Aprendizagem, e muitos dos entrevistados (M2, F3, M7, M8, M13, F14, F16, F20, F21, M23, F24, M26) mencionaram o incentivo ou indicação de amigos, ex-parceiros, vizinhos, professores e pessoas de cursos que frequentaram. Em alguns casos, a indicação foi apenas a título de conhecimento, informando sobre a existência da Instituição Alfa e do Programa de Aprendizagem; em outros casos, pessoas que já tinham experiência como aprendizes realizaram a indicação dos jovens diretamente para a empresa onde atuavam ou para instrutores da Instituição Alfa. Poucos foram os jovens (F6, F10, M18, F25) que relataram ter buscado por iniciativa própria as informações sobre o programa e a Instituição Alfa na internet ou viram anúncios em redes sociais, levando-os a se interessarem e se inscreverem.

Para os jovens M4, F6, M11, F14, F15, F20, M22 e F24, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho foi o que os motivou, diante do desejo e da necessidade de entrar no mundo laboral e de adquirir experiência profissional. Sabe-se que o Programa de Aprendizagem é visto como um facilitador de inserção no mercado de trabalho (MÁXIMO, 2012; ALVES; ALBANESE, 2016), principalmente, quando comparado a iniciativas individuais e a outras possibilidades vislumbradas pelos jovens.

Além da inserção no trabalho, a questão financeira foi citada (F1, M4, F6, M22, M23), de forma que a busca da independência financeira e de melhores possibilidades de consumo

foram fatores determinantes para os jovens ingressarem no Programa de Aprendizagem. Relacionado a isso, outro aspecto citado foi a necessidade de financiar o ensino superior (F14, F15, F20), pagando cursos, materiais, alimentação, transporte, dentre outras despesas envolvidas, que não poderiam ser assumidas pelos pais ou responsáveis dos jovens.

É, motivação. Eu acredito que tenha sido... teria sido duas né, a minha, o meu desejo de tá inserido no mercado pra poder pegar essas experiências e também pelo financeiro né, que, querendo ou não, a gente precisa de, de ter uma renda, no caso (M4).

Na época, a minha maior motivação foi entrar na faculdade. Porque eu saí do ensino médio e aí eu entrei no cursinho público por dois anos. E aí né, eu estudava no cursinho pra conseguir uma bolsa e eu ainda tava muito indecisa na, no que eu queria, ah, de carreira. Eu prestei vestibular pra várias, pra vários cursos e não passava, e aí nos que eu queria passar eu não passava e naquilo eu falei “não, preciso ter um foco, é... já vi que por uma bolsa pra mim vai ser difícil, porque a concorrência tá muito grande, então vou ter que partir pro meio mais fácil” [sinal de aspas com a mão] né, não é fácil, mas caminho mais fácil que é pagar a bendita da faculdade. Então é... eu falei “não, então pra eu conseguir pagar minha faculdade, que a minha família não consegue me ajudar agora, eu vou ter que arrumar um emprego”, e aí foi quando eu conheci a [Instituição Alfa] e consegui entrar na [Instituição Alfa]. Mas o meu principal objetivo era: tanto conseguir o primeiro emprego, como uma experiência, mas o principal foi conseguir pagar a minha faculdade pra conseguir fazer, dar continuidade (F14).

Olha, primeiro foi ter essa primeira experiência mesmo, eu achava imprescindível porque eu não via outro caminho de entrar no mercado assim, todas as vagas exigiam experiência, todas as vagas exigiam que você estivesse na universidade, eu não estava ainda, nunca tinha trabalhado, e eu precisava de algum recurso, porque eu queria começar a faculdade, então eu, tinha o interesse de seguir no mercado de trabalho, pela experiência e também pela remuneração, eu sabia que eu ia precisar comprar livros, que eu ia precisar de alimentação na universidade, que eu ia precisar de um monte de coisa, e aí mesmo sendo pouco, com jovem aprendiz, com esse dinheiro que eu ia viabilizar o outro lado, eu ia me manter nos estudos. Então essas duas coisas foram principais (F15).

Frente aos relatos, é possível afirmar que, para os jovens egressos entrevistados, foram questões determinantes para a participação no Programa de Aprendizagem os fatos de ter acesso a informações sobre ele, ter acesso à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e de desenvolvimento de experiência, e ter acesso à renda, fator que possibilita também outros acessos, como ao ensino superior.

Especialmente para jovens de classes populares, o trabalho representa a chance de “ganhar a vida” e/ou “mudar de vida” (SOBROSA et al, 2013; CORROCHANO; FREITAS, 2016), de forma que esse tipo de discurso apareceu nos relatos, associando a motivação de participar do Programa de Aprendizagem ao desejo de reconhecimento e crescimento pessoal e profissional (M11, F12, F17, F19). Nesses relatos, além do desejo de “ser alguém” (F12), foi expresso o anseio de ser uma “pessoa com mais notoriedade” (M11), de conseguir uma

ocupação em que seja possível se sentir bem e orgulhosa (F17) e que possa levar a oportunidades de crescimento dentro da empresa (F19).

De forma mais pontual, também, foram relatadas pelos jovens motivações relacionadas: 1) à insatisfação na ocupação anterior, no caso de F3, que atuava no telemarketing, e de F17, que atuava no comércio; 2) ao desejo de mudança para um setor de atuação específico, o setor bancário (M9, M11); 3) aos benefícios oferecidos, como carteira assinada, férias e curso de formação concomitante (M8); 4) às experiências positivas de pessoas do convívio escolar, que se identificavam com o programa e eram efetivadas em suas empresas (F3); 5) à pressão do pai para exercer atividade remunerada (M13); e 6) à surpresa positiva quanto ao processo, enfatizando o carinho e atenção recebidos, desde a aproximação com o programa (M18).

Então o que me incentivou a entrar no Programa de Jovem Aprendiz foi a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho ao qual eu queria, que era trabalhar no banco. Porque como eu já trabalhava já de carteira assinada e talvez eu ia ter uma redução de salário, né? Porque o salário do jovem aprendiz ele é um pouco né, reduzido ao qual o salário que eu já tinha, mas foi um risco que eu tomei, pra poder alcançar esse propósito de trabalhar em banco. E foi uma fase excepcional. Passei esse Programa de Aprendizagem, até hoje eu falo com os meus amigos, posto foto no Instagram. O Programa de Aprendizagem foi incrível, incrível, mesmo (M9).

(Você comentou que viu um anúncio no Facebook) Isso. Eu vi um anúncio, na 1ª impressão eu pensei assim, “poh, é golpe, vai pegar meus dados lá e deixar assim”, mas não, me inscrevi, aí logo depois uma, uma moça me chamou, acho que foi Gabriela, não, não foi Gabriela, foi outra, não lembro o nome dela. Ela me chamou e falou “aqui, tem uma entrevista, entrevista em grupo”, já pensei assim “poh, agora vai lá, vai me vender produto”, fui mais irônico. Mas não, cheguei lá, totalmente diferente e... onde eu parei? (Da sua motivação pra entrar na [Instituição Alfa], você tava falando que esperava uma coisa diferente né, mas chegou lá e foi surpreendido positivamente). Isso, isso, isso, exatamente. A motivação foi que, no primeiro dia, na primeira aula que eu tive, os professores, os diretores de lá, receberam a gente com o, o maior carinho, isso alegrou bastante, motivou bastante (M18).

Cabe destacar que o jovem M18 frisou, em seu relato, que foi surpreendido, positivamente, com o processo da Instituição Alfa, mas que foi cético ao ver o anúncio da instituição, considerando que, por muitas vezes, vivenciou experiências negativas em que se deparava com anúncios de boas oportunidades que, na realidade, ofereciam algo muito diferente do anunciado. O jovem afirma que “perdeu as contas” de quantas vezes buscou mais informações sobre anúncios e se frustrou, ocasionando certa decepção e ressalva quanto aos anúncios vistos, o que vai ao encontro do relatado por F3, de que existem instituições que fazem “muita hora com a cara” dos jovens e que as expectativas geradas, muitas vezes, são frustradas. A jovem é enfática ao afirmar: “quem nunca, né, passou por isso”. Esse aspecto foi mencionado, também, no estudo de Alves e Albanese (2016), no qual foi identificada certa

desconfiança quanto ao Programa de Aprendizagem em virtude de frustração com discursos anteriores de promessas não realizadas.

Chama atenção, também, o fato de alguns jovens, como M9, F17 e M26, deixarem ocupações fixas para vivenciarem a experiência da aprendizagem, apesar de esta envolver contrato temporário e menor remuneração. Esses jovens visavam uma oportunidade de atuação em bancos, associados no imaginário deles e de outros jovens a bons lugares para se trabalhar.

Eu trabalhava, eu trabalhei antes, né? Antes de ser jovem aprendiz, eu já trabalhava de carteira assinada como efetivo, né? Eu fui ser jovem aprendiz, porque eu tinha um desejo muito grande de trabalhar em banco. Aí com, acho que eu tinha mais ou menos uns, ia fazer quatro anos, já de carteira assinada, que eu já era efetivo em uma outra empresa, eu saí dessa empresa para entrar no Programa de Jovem Aprendiz, né? Pra ser a porta de entrada pra trabalhar no banco (M9).

Então assim, todo, ahm, os empregos onde, as empresas, onde eu passei até hoje me contrataram por quê? Porque eu tive a experiência com banco. [...] Ah, é igual eu te falei né, é, quando as pessoas via que eu trabalhava, que eu trabalhei no banco, nossa... Eu já me destacava na frente, entendeu? Dos outros candidatos. Porque todo mundo, tem uma prospecção do, uma, uma visão do banco, que é assim né, o banco é pressão, o banco é, é muita gente né, que você tem que se relacionar, a equipe, né, então eu já, já me destacava nisso (F10).

Então, eu sempre olhava o pessoal trabalhando né, terno e gravata, falava, “poxa, quero trabalhar assim também”. Então quando eu vi que pra ela [ex-namorada] foi fácil, ela conseguiu, eu falei “se ela conseguiu, eu consigo também”, entende? Então eu falei: “eu vou arriscar e vamo ver o que que vai dar” (M26).

Por fim, foi possível notar no decorrer dos relatos que nem sempre a entrada no Programa de Aprendizagem envolve facilidade, como pode parecer. Conforme afirmaram os jovens, pode ser mais fácil e rápido, em alguns casos, ou mais difícil e demorado em outros, de forma que foram relatados casos em que, após o cadastro, se passaram mais de dois anos para o jovem ser chamado e casos em que foram realizadas diversas entrevistas em empresas parceiras para o alcance da vaga.

Mas, eu lembro, que em 2016 eu fiz um processo, a [Instituição Alfa] me chamou pra fazer um processo de jovem aprendiz no [nome do Banco] e assim, foi muito bacana, só que eu não passei, em 2016. E aí eu tentei outros meios pra entrar. Quando foi em 2018, 2 anos depois, eu fui, fui chamado pra fazer um outro processo, pra área de banco, aí eu fui com unhas e dentes, aí eu consegui entrar (M9).

Foi, foi porque eu participei de um processo do [nome do Banco], e eu não passei, mas deixei o meu currículo no banco de dados na [Instituição Alfa] (M11).

E eu fiz o meu cadastro *online* pela internet, normal, e eu pra falar a verdade fiz esse cadastro, no dia seguinte eu já esqueci, nem lembrava, e eu fui ser chamado depois de dois anos, praticamente né, eu já nem lembrava mais, tanto é que quando me

ligaram, a [Instituição Alfa], eles falaram: “Ah, você tem uma entrevista, tal, pra tal empresa, queria saber se você queria fazer parte, é pra [Instituição Alfa]”, aí eu: “[Instituição Alfa]? Que que é isso né?”, eu não fazia nem ideia. [...] Foi bem curioso o fato da [Instituição Alfa] ter entrado em contato comigo só depois de dois anos (M13).

Aí ela sempre me mandava pras entrevistas até que eu passei. Eu fiz umas seis entrevistas antes dessa que eu passei (F21).

E antes de arrumar na padaria [onde ficou mais de um ano] eu tentei demais como jovem aprendiz. Tentei com uns 18 anos também, de jovem aprendiz (M22).

Porque eu tava procurando estágio, estágio, e na época não achava, aí eu “ah, tem jovem aprendiz, que é mais fácil, não precisa ter experiência”, e foi, foi muito mais fácil conseguir essa vaga do que conseguir um estágio na área específica. Eu acho que isso é o que mais motiva assim, a fácil..., eu acho, é difícil às vezes passar, tem jovens que fazem várias entrevistas, mas eu, pra mim, foi muito mais fácil conseguir vaga no jovem aprendiz (F24).

Alguns jovens, como F24, destacaram a facilidade do processo, alcançando a inserção de forma rápida e na primeira tentativa, enquanto outros relataram uma realidade diferente, esperando anos até conseguirem uma vaga. Esse ponto merece aprofundamento em estudos futuros, a fim de compreender se essa ambiguidade pode ser atribuída a possíveis aspectos administrativos da instituição que faz o intermédio entre os jovens e as empresas parceiras, a possíveis aspectos das empresas parceiras em seus processos de seleção, ou, ainda, a possíveis características atribuídas aos jovens.

Quanto à percepção dos jovens acerca dos impactos do Programa de Aprendizagem em suas vidas, ao questionar o que mudou após a experiência como aprendizes foram mencionadas diversas questões, todas positivas. Uma síntese dos relatos pode ser vista, no Quadro a seguir.

Quadro 12: Mudanças decorrentes das experiências como aprendizes

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Maturidade/ Responsabilidade	Forma de pensar Forma de se comportar Assunção de responsabilidades	Não pensar e agir como adolescente. Carga de responsabilidades, atividades desempenhadas.	F1, M5, M7, F10, M11, F12, F15, M23, F24
Oportunidades	Mudança geral Empregabilidade Abertura de portas Divisor de águas Referência Desenvolvimento teórico e prático	Maior empregabilidade, melhores oportunidades profissionais, abertura de portas. Uma referência para a vida. Desenvolvimento teórico e prático. Maior segurança pessoal e profissional.	M2, F3, M7, M13, F14, F15, F21
Comunicação/ Relações interpessoais	Superação da timidez Laços pessoais Laços profissionais	Melhoria das habilidades de comunicação. Novos laços pessoais e profissionais. Formas de se comportar perante os colegas.	M11, F15, M22, M23, F25, M26
Contribuição da parte teórica do curso	Conhecimentos amplos Dinâmicas Convivência com pessoas diversas	Socialização com pessoas diferentes, participação em dinâmicas, aprendizado e capacidade de liderança.	M9, F10, M13, F16, F24, M26
Visão do mercado de trabalho	Entendimento do que o mercado é Rotina de trabalho	Melhor visão do que o mercado demanda dos profissionais. Mudança de postura em relação a tais demandas.	F1, M2, M4, F16, F19, F24
Escolhas profissionais/ curso superior	Pressão por definição Visão de diferentes caminhos	Pressão por definição de qual ramo de atuação seguir. Novas possibilidades quanto aos caminhos possíveis.	M2, F6, M7, F17
Independência/ Independência financeira	Liberdade de consumo Administração da renda Controle financeiro Economia	Obtenção do próprio dinheiro. Aprendizado sobre administração da renda. Liberdade de gastos pessoais.	M5, M8, F20, F24
Planejamento/ Preparação	Visão de futuro Investimento em conhecimento	Percepção mais ampla do futuro. Busca por cursos. Preparação para entrevistas, processos, atuação profissional.	F1, M2, M18
Resiliência	Adaptabilidade Busca de outros vieses	Fuga da zona de conforto, capacidade de adaptação.	M9, M23
Comparação	Pessoas da mesma faixa etária	Evolução em comparação a pessoas da mesma idade.	M7, F10

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Grande ênfase foi dada ao desenvolvimento de maior maturidade e responsabilidade (F1, M5, M7, F10, M11, F12, F15, M23, F24), diante de apontamentos sobre mudanças nos modos de pensar e de se comportar, além de maior carga de responsabilidades e de atividades a serem desempenhadas. O desenvolvimento de responsabilidades é reiterado nos discursos, uma vez que jovens que vivem a experiência da aprendizagem tendem a se reconhecerem como adultos e trabalhadores, mais maduros e responsáveis, corroborando discursos sociais e do mundo corporativo (ALVES; ALBANESE, 2016).

As oportunidades vislumbradas foram destacadas como impactos do Programa de Aprendizagem (M2, F3, M7, M13, F14, F15, F21), pois os jovens afirmaram que houve melhoria na empregabilidade, surgimento de melhores oportunidades profissionais e



educacionais, de forma que o programa pode ser visto como um “divisor de águas” e como uma experiência que “abre portas”. Os jovens F3, M7, M13, F14 foram mais enfáticos ao afirmar que a experiência da aprendizagem mudou tudo em suas vidas. Nesse sentido, o jovem M13 afirmou que o programa se tornou uma referência para sua vida e para ele se “moldar como homem”.

Ah, maturidade. Eu amadureci muito com o, a aprendizagem né. É, outras, outra maneira de ver o mercado de trabalho. Eu comecei a me preocupar mais, antes eu não tinha tanta essa preocupação de fazer vários cursos, me especializar e tudo, mas eu pensava muito como adolescente (F1)

Tudo [riso]. O que seria de mim sem a [Instituição Alfa]? [...] Então, assim, eu fui efetivada nas duas empresas que eu passei. Então hoje vai fazer dois anos que eu tô na [Instituição Alfa], então querendo ou não foi muitas portas que se abriram. (F3).

Então, é, mudou realmente a minha vida, em todos os sentidos. Profissional, até questão da minha forma de ser também, eu acho que eu sou uma pessoa totalmente diferente depois que, que eu fui jovem aprendiz. Eu tive uma evolução muito grande, eu amadureci muito rápido. Até mesmo em relação a pessoas da minha idade, que eu fui percebendo. Então, isso foi me dando uma visão de tudo muito diferente assim, e eu percebi que eu sempre estava naturalmente, no meu ciclo de amizades, eu sempre estava acima realmente nessa questão de, de profissional e tudo mais. Tanto que hoje com 23 anos, eu consegui, por mais que eu estava desempregado, rápido eu consegui estar em outro emprego, até mesmo sem procurar. Me convidaram pra trabalhar. Então eu acho que, isso não tem como dizer que não mudou a minha vida (M7).

É... tive mais responsabilidade né, é... A carga né, subiu mais, não era aquela leveza de tipo, “ah, jovem aprendiz não pode, não sei o que”, aí agora eu posso fazer várias coisas, entendeu? Então assim, pra mim foi ótimo, porque era o que eu queria, foi o empurrão que eu queria, que tava faltando, foi isso aí (F12).

As melhorias no que tange às habilidades de comunicação e aos relacionamentos interpessoais também foram citadas (M11, F15, M22, M23, F25, M26), envolvendo maior segurança para emitir opiniões, superação da timidez e formação de laços com os colegas de turma e de trabalho. Para M22, a contribuição ocorreu no sentido de aprender a lidar com as amizades construídas dentro da empresa, diferenciando os comportamentos adequados dentro e fora dos limites da organização.

Da mesma forma, as contribuições vinculadas à parte teórica do Programa de Aprendizagem foram destacadas pelos jovens (M9, F10, M13, F16, F24, M26), com menção à formação e aos conhecimentos adquiridos, às participações em dinâmicas, às possibilidades de socialização com pessoas diferentes e ao desenvolvimento de espírito de liderança, no caso específico de M13, que se tornou representante de turma. De acordo com o relato de M9, as atividades teóricas do programa envolveram desde matemática até educação sexual, propiciando crescimento não apenas no âmbito profissional. Contudo, chama atenção o relato

de F10, que destaca tais contribuições da parte teórica do programa, mas afirma que, como os jovens aprendizes dedicam um dia da semana para essas atividades fora da organização, isso gerava certa resistência por parte de seus gestores, que chegaram a utilizar estratégias para evitar a ausência dos aprendizes.

Eu acho isso muito importante. Apesar que o, que o banco não gostava muito né, principalmente quando a quarta feira caía no 5º dia útil. Eu já cheguei faltar, da, do curso, tá, do curso, pra poder ir no banco, e aí como descontava da minha folha, eles pagavam, pra mim, o gerente pagava só pra eu poder ir. Porque a gente fazia tudo né, lá, então, ele sentia muita falta quando a gente não ia, por outro lado, eles, como a gente, eu já chegava contando né, que que a gente aprendeu, que que a gente fez, então aí também entendia que era importante essa junção, né? O trabalho e a teoria né, em sala de aula com outros jovens, né, essa troca de experiência (Entendi). Mas eu já cheguei faltar, acho que foi uma, umas duas, três vezes, nesses dois anos (F10).

Esse tipo de comportamento indica que, diante do não entendimento das empresas parceiras sobre as regras do programa e sobre a importância da formação teórica e prática, os jovens podem ser prejudicados, e privilegiada apenas a atuação prática e utilitária, assim como apontado por Máximo (2012), que afirma em seu estudo que os gerentes têm conhecimento limitado quanto às diretrizes do Programa de Aprendizagem e desaprovam que a carga horária não seja cumprida, integralmente, nas empresas. Isso indica, ainda, que mesmo havendo leis que regulam a atuação dos aprendizes, existem brechas em sua aplicação que podem tornar mais vulnerável sua situação no mercado de trabalho.

Em relação às demais mudanças após a experiência de aprendizagem, foram relatados: 1) o desenvolvimento de novas visões sobre o mercado de trabalho (F1, M2, M4, F16, F19, F24), entendendo melhor o que ele é, como funciona e o que demanda dos funcionários; 2) a influência nas escolhas profissionais e na formação no ensino superior (M2, F6, M7, F17), demonstrando diferentes cenários e possibilitando o ingresso em faculdades particulares; 3) a possibilidade de maior independência financeira (M5, M8, F20, F24), propiciando maior liberdade de consumo e conhecimentos sobre gerenciamento da renda; 4) a capacidade de planejamento e a visão mais ampla de futuro (F1, M2, M18), diante do envolvimento em cursos e busca de melhorias da formação; 5) a maior resiliência (M9, M23), diante dos incentivos a sair da zona de conforto. Por fim, ao ressaltarem os impactos positivos do programa, os jovens M7 e F10 colocaram a experiência de aprendizagem como um diferencial em relação aos outros jovens que não tiveram acesso a ela.

É porque antes a gente, antes a gente tinha sede de aprender, mas não tinha ninguém que ensinasse. Depois que passou na [Instituição Alfa] a gente aprendeu e agora a gente quer oportunidade pra botar o que a gente aprendeu em prática. Antes a gente

era desinformado. Até achar a [Instituição Alfa], eu conhecer, conheço muitas pessoas que hoje estão trabalhando no serviço que começaram pela [Instituição Alfa], dou graças a Deus por eles né, e peço a Deus minha oportunidade pra mim crescer também (F21).

Mudou tudo. Eu acho que se não fosse a, a, essa experiência como aprendiz, eu acho que até hoje eu não teria, não estaria trabalhando, não estaria cursando uma faculdade, porque, não, a minha família não tinha, não tem condições, não tinha condições de me ajudar naquela época com, com faculdade, financeiramente, mesmo que fosse... Garante o mínimo né, a minha família garante o básico, mas, eu acho se até hoje, se eu não tivesse tido essa oportunidade na [Instituição Alfa], como aprendiz, eu não taria na carreira que eu tô hoje, não estaria na faculdade, não estaria num bom emprego que eu tô hoje, não teria passado pela [Instituição Alfa], não teria conhecido as pessoas que eu conheci lá que me ajudaram a estar aqui hoje (F14).

Os apontamentos de ganhos pessoais em virtude da experiência de aprendizagem foram sublinhados nos relatos dos jovens egressos, assim como pelos jovens aprendizes abordados por Alves e Albanese (2016), que destacaram a percepção quanto à superação da timidez, habilidades de comunicação, conhecimento quanto à adequação às regras e desenvolvimento de responsabilidade; e por Borges e Coutinho (2010), que mencionaram a aquisição de certa autonomia financeira, independência e amadurecimento pessoal.

Na técnica projetiva de associação, as associações feitas em relação à palavra “aprendiz” reforçaram esse cenário positivo, uma vez que os jovens a vincularam ao aprendizado, ao conhecimento, à evolução (M2, M4, F10, F12, M13, M18, F21, M22, F25, M26) e à oportunidade (F3, M5, F6, M7, F14, F20, M23), representando uma experiência muito boa ou maravilhosa (M8, F19) em que há margem para errar e aprender os erros (F10, F16) e na qual ocorre uma “virada de chave” em relação ao norte e direcionamento na vida. De acordo com M13, aprendiz corresponde a uma fase na qual “você vai aprender a virar gente”. Apenas o jovem M8 citou que existem pontos positivos e negativos, sem especificá-los, contrapondo que toda a sua experiência foi muito boa.

A fim de maior aprofundamento quanto à percepção da experiência de aprendizagem, os jovens foram questionados sobre a avaliação que atribuem à formação recebida e às experiências que tiveram enquanto aprendizes, tanto na instituição de aprendizagem quanto na empresa de atuação. Novamente, houve predomínio de apontamentos positivos, de quase a totalidade dos jovens, especialmente, no que tange às experiências relacionadas à Instituição Alfa.

Para os jovens egressos, a formação e as experiências podem ser avaliadas como muito boas, no geral (F1, M2, F3, M4, M5, F6, M8, M9, F10, M11, F12, F14, F15, F16, F17, M18, F20, M22, M23, F24, F25, M26), com menção, especialmente recorrente, ao bom relacionamento com os instrutores e instrutoras, também chamados de mentores, e às

vivências dos cursos que, segundo eles, abordam assuntos amplos e enriquecedores e desenvolvem a capacidade argumentativa, de se expressar em público e de trabalhar em equipe. Nesse sentido, a jovem F3 cita as possibilidades únicas de aprendizado, sendo possível aprender e errar no processo; o jovem M4 cita o estímulo do olhar para o social, sendo, inclusive, premiado diante da iniciativa da Instituição Alfa de reconhecimento de jovens que trabalham com projetos sociais; e o jovem M9 menciona que, se pudesse, seria um “eterno aprendiz”.

Eu acho que, se eu fosse dar uma nota de 0 a 10, eu acho que não teria problema de dar 10, realmente assim. Foi, com a [Instituição Alfa] foi excelente. Eu tive, acho que os melhores instrutores que eu poderia ter, fiz amizade com alguns, acho que com todos praticamente, e aprendi várias, muitas coisas realmente. A questão de, de informática, de ter uma noção um pouco mais de, de direito, legislação e os seus direitos individuais realmente, também. É, tem muita, no caso por ser da Administração, então aprendi várias áreas da Administração, né? Vários conceitos, é, alguns escritores, né? E... por exemplo, o Daniel Goleman né, que ele faz alguns, alguns livros na área. Então, é, me deu essa noção assim geral (M8).

Eu avalio com 11, se fosse de 0 a 10 é 11 [riso], porque foi através né, independentemente de a [Instituição Alfa] ou a [Instituição Beta], que eu passei pelas duas né, foi algo que me, me empurrou, entendeu? Me deu a ousadia pra perder a timidez que eu ainda tinha, eu tinha muita timidez, eu tinha muito medo assim de, tipo, botar o pé pra frente, e enfrentar o que for, então assim, foi ótimo, porque me formou, me mostrou como é que eu podia chegar, os caminhos, os trilhos, sabe? Me formou não só como uma profissional, mas também na minha vida pessoal, sabe? Porque eles davam vários, como eu posso dizer, eles faziam várias atividades que trabalhava o nosso pessoal, então assim, foram várias áreas assim que eles conseguiram trabalhar né (F12).

[...] o meu instrutor foi o [nome do instrutor], aqui de São Paulo, e aí o, os conteúdos que a gente trazia, ele, ele foi uma pessoa que direcionava muito pro pensamento crítico. Então ele ensinava muito sobre o social, sobre o impacto no meio ambiente, tanto né, tirando as matérias de habitual da [Instituição Alfa] mesmo, então foi... a melhor experiência possível, foram os melhores temas, muito bem tratados pela [Instituição Alfa], a gente teve uma gama de temas e de conhecimento muito grande, tanto pelo instrutor, quanto pelas outras pessoas, pelos psicólogos, pelos diretores, por tudo da [Instituição Alfa] que, que a gente teve. [...] Então, foi muito isso, a [Instituição Alfa] abriu o leque assim de visão pra gente entender o todo, e a empresa ficou o olhar pra carreira (F14).

De forma geral, os relatos indicam uma experiência de formação além da face utilitária, envolvendo também aspectos humanistas, de forma a contemplar não apenas questões de adequação ao mundo corporativo. Esse cenário vai ao encontro do estudo de Máximo (2012), no qual são ressaltadas contribuições no sentido do desenvolvimento de habilidades sociais e comportamentais, em detrimento de habilidades puramente técnicas.

Contudo foram feitas algumas ressalvas por M2 e M4, afirmando que eles não internalizaram alguns conteúdos teóricos por não parecerem fazer sentido à época ou por não praticarem, como, por exemplo, as noções de primeiros socorros. Ressalvas, também, foram

feitas por M5 e F16, jovens que mencionaram que alguns conteúdos, particularmente, não lhes agradavam, embora conseguissem ver sua importância dentro do curso.

Já para a jovem F19, a formação e as experiências foram muito boas na instituição de aprendizagem, entretanto, há ressalvas quanto à empresa onde atuou, que deixava os aprendizes às margens na convivência diária. No caso de M13, as experiências foram, no geral, muito boas, apesar de apresentarem algumas falhas, que o jovem não especificou; e para M7 foram boas, porém muito básicas diante do conhecimento que ele já possuía.

Eu acho que, é, eles têm que fazer, ter uma linguagem bem, que engloba o jovem aprendiz que trabalha no administrativo de um shopping e um que trabalha no McDonalds, por exemplo, dando exemplos mesmo. [...] Então, eu acho assim, voltando à sua pergunta, né? Eu não julgo a [Instituição Alfa] ou qualquer instituição, mas realmente a linguagem era um pouco, muito básica mesmo, por conta realmente dessas pessoas que não tinham essa, essa base, né? Não tinham essa base que eu tive, de escola particular talvez, e tudo mais, então eram coisas assim, pra mim até um pouco bem, bem, vamos dizer assim, bem atrasadas. [...] Então tinham as didáticas, por exemplo, de Excel, de Word, coisas que eu já sabia, aí por isso que eu tô falando que eu não julgo, porque realmente eles não têm que fazer alguma coisa pra mim, tem que ser pro geral, então, acho que foi muito nessa questão da didática dos próprios professores de ir percebendo ali (M7).

[...] porém eu acho que a deficiência da empresa é essa, às vezes a empresa em si tem muita atividade pros funcionários, muita premiação, muito incentivo, porém, eu como era jovem aprendiz e terceirizada, eu não podia participar. Eu ficava meio que da janela olhando. Querendo ou não fica chato né? Muitas vezes eu ficava sozinha na sala, só olhando o pessoal participar das coisas e eu não podia participar. Eu acredito que isso deveria ser diferente. Mas fora isso foi tudo bem, principalmente na [Instituição Alfa] (F19).

Os relatos destacados de M7 e F19 envolvem dois pontos que chamaram atenção conforme o decorrer das entrevistas: a diversidade de classe e a subutilização do potencial de alguns jovens aprendizes. Quanto ao primeiro ponto, sabe-se que existem critérios quanto à seleção dos aprendizes, assegurando prioridade aos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social, como jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, jovens em situação de acolhimento institucional, jovens matriculados ou que tenham concluído os estudos na rede pública de ensino e jovens pertencentes a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda (BRASIL, 2018a). Logo, pressupõe-se que sejam jovens pertencentes a classes sociais menos favorecidas. Contudo trata-se de uma prioridade, que não proíbe a participação de jovens com outros perfis, como pode ser visto, nos relatos a seguir.

Vivenciar pessoas de, com assim, bem mais humildes, sabe? Acho que isso é muito bacana, é um dos pontos que eu até, sempre que me perguntam sobre o jovem aprendiz, que eu acho, eu sempre falo isso, além dessa questão da oportunidade, eu falo dessa questão também de um *networking* talvez, voltado muito pro humano assim, sabe? De você entender outras realidades, entender, que tem pessoas que

talvez aquele dinheiro ali é pra família e não pra ela igual era o meu caso. A questão social eu acho que é muito bacana. Dessa questão das instituições, né? De terem um dia pra juntar todos os jovens, contar experiências, dinâmicas, etc. (M7).

Lá a gente dava muita risada, só que a gente focava muito em experiência, sabe? A gente fazia muita dinâmica, a, a, a tutora da época ela gostava muito de trabalhar com dinâmica, a gente não sentava cada um numa carteira olhando pra lousa, não. Ela gostava que a gente sentava em círculo, ela sentava no círculo junto com a gente, e a gente fazia muita dinâmica. Isso, me ajudou muito a desenvolver como lidar com pessoas de... classe social diferente, né, vida diferente da sua, enfim né, educação, muita educação. Então ela, ela conversava muito conosco né (F10).

Apenas a título de comparação é possível pensar nos casos dos jovens M7 e F12: o jovem M7 estudou em escola particular e faz parte de um núcleo familiar formado por quatro pessoas, que vive com cerca de seis salários-mínimos por mês, enquanto a jovem F12 frequentou escola pública e faz parte de um núcleo familiar com o mesmo número de pessoas, que vive com até um salário-mínimo. Para M7 e F12 as experiências de aprendizagem possuem significados diferentes, o que se relaciona, dentre outros aspectos, à classe social e à formação escolar, de forma que o “básico” para M7, pode ser muito enriquecedor para F12. Assim, apesar de haver uma tendência no imaginário social de uniformização quanto a um perfil de jovens aprendizes, destaca-se que existem pluralidades nesse grupo que não permitem encará-lo como homogêneo.

Em relação ao segundo ponto, de subutilização do potencial de alguns jovens aprendizes, o relato anterior de F19 é ilustrativo, trazendo exemplos de experiências em que a jovem se sentia à margem da empresa, como se fosse uma mera observadora “da janela”, inserida no ambiente, sem ser de fato incluída. Outros relatos trouxeram indicativos nesse sentido.

Porque... o que eu ouvia dos meus amigos falando, “ah, eu tiro xerox, às vezes eu não faço muita coisa, às vezes eu fico no celular”. Eu pensava, “nossa, será que é assim, ser jovem aprendiz?” [...] Assim, é porque como eu disse né, o jovem ele é visto como cota, a maioria dos jovens é... tem algumas empresas que é... porque se dentro da empresa eles estão acostumados a deixar o jovem só fazendo, é... tirando xerox, ou fazendo qualquer coisinha assim, eles acabam vendo “ah, foi jovem, foi só jovem aprendiz” (F1).

É, eu acho que, como jovem aprendiz a gente tá ali pra aprender, eu vejo que tem empresa que contrata aprendiz só pra, pra fechar quadro de funcionários, poder receber benefício fiscal ou então pra colocar o aprendiz pra trabalhar forçadamente em uma vaga que não é, não é pra isso, então eu vejo que eu fui privilegiado por, por ser bem mentorado na empresa e, também na [Instituição Alfa] (M11).

Lá onde eu trabalhei, eles não eram tão inclusos com o jovem aprendiz. Na empresa toda só tinha dois, e eu tinha atribuições um pouco maiores. Jovem aprendiz não pode fazer hora extra, não pode trabalhar feriado, tem essas coisas; e eu pra dar conta de todo o serviço, eu acabava me, me esforçando muito mais do que deveria. E eu via que, acho que metade do contrato eu já vi que não rolaria pra mim ser

efetivada, por questões de que, lá, não, não valorizavam tanto. Você tinha sua função, mas tinha que fazer quase de tudo. Você acaba ficando um pouco sobrecarregado. Aí veio a pandemia, e tudo mais, lá na empresa que eu trabalhei não, não queriam abrir vaga pra, pra outro funcionário, então a vaga que teria era só de jovem aprendiz. E na metade do contrato eu já percebi. Eu tentei, é, ingressar em outras áreas, mas eles não me deram a oportunidade. Aí, até então, quando acabou o contrato eu também, já queria também (F19).

Apesar de constar em lei que os jovens aprendizes devem receber formação teórica e prática executando tarefas de complexidade progressiva (BRASIL, 2018a), de acordo com o relatado pelos jovens egressos, isso nem sempre ocorre, demonstrando que algumas empresas cumprem as cotas de aprendizagem, meramente, devido às exigências legais (MÁXIMO, 2012; FRANCO et al, 2017) e não propiciam aos jovens aprendizes vivências construtivas no ambiente de trabalho que, de fato, contribuam para a sua formação.

Os jovens egressos foram questionados, ainda, quanto ao estilo de vida que possuem na atualidade, em comparação ao que era imaginado enquanto aprendizes. Diante desse questionamento, a maioria considerou ter um estilo de vida diferente (F1, M2, M4, M5, M7, M8, M9, F10, M13, F14, F16, F17, M18, F20, F21, M22, M23, F24, F25, M26). Nesse sentido, as principais mudanças citadas envolveram o trabalho, diante de caminhos profissionais que não eram imaginados pelos jovens, como nos casos de M9 e F14, que mudaram de empresa; do jovem M22, que nunca pensou em ser motoboy e acabou seguindo essa profissão; da jovem F24, que mudou de área e se tornou autônoma, dedicando-se à confeitaria; e de M26, que, além do emprego formal, se tornou empreendedor.

Alterações em relação aos planos do ensino superior, também, foram citadas, como os casos de M13 e F24, que mudaram a área de formação; de F20, que imaginou que já teria concluído o ensino superior, mas foi atrasada pelas adequações da pandemia; e de F21, que imaginou que estaria mais perto de ingressar no ensino superior, mas ainda vê como uma realidade distante, considerando que está desempregada. Outros aspectos foram pontuados, como o alcance de uma melhor situação financeira, nos casos de M5, M7 e F17 e, por outro lado, M8 não alcançou a situação financeira desejada, por estar desempregado. Já os jovens M2 e M4 imaginavam que estariam em situação mais avançada em termos de trabalho e formação superior; as jovens F1 e F16 imaginavam menor sobrecarga de atividades e mais tempo para si; e a jovem F10 se imaginava casada, com filhos e casa própria, o que não ocorreu até então.

Apenas para os jovens F3, F6, M11, F12, F15 e F19, o estilo de vida é percebido como semelhante ao imaginado enquanto aprendizes. No caso das jovens F3 e F12 houve a almejada efetivação na empresa onde atuavam e, no caso de F19, o estilo de vida continua o

mesmo, a única mudança foi o fato de não ser efetivada, algo já esperado durante seu contrato de aprendizagem. Para os jovens F6, M11 e F15, a rotina segue como a imaginada, posto que M11 e F15 destacaram que houve o desenvolvimento profissional desejado no período e, no caso de F15, ocorreu também mudança de região de moradia e formação no ensino superior, metas traçadas enquanto aprendiz.

Interessante perceber que, mesmo diante de jovens tão diversos em termos de estrutura familiar, gênero, cor de pele e trajetória pessoal e profissional, o Programa de Aprendizagem tende a ser visto por eles como um divisor de águas e um meio de abrir portas, oferecendo a oportunidade de que os jovens precisavam para uma inserção qualificada no mercado e, conseqüentemente, traz conhecimento, renda e experiência. Considerando que o mercado de trabalho é uma área dura para determinados jovens (SANSONE, 1996), o Programa de Aprendizagem pode representar uma brecha nessa área dura, impedindo que os marcadores sociais de diferença que perpassam os jovens configurem ou elevem desvantagens e impedimentos.

Diante do exposto, o objetivo específico de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a influência da experiência como aprendizes em sua trajetória de vida e profissional foi alcançado diante de relatos que ressaltaram a importância do programa na vida dos egressos. Quando o jovem M9 afirma que, se pudesse, seria um “eterno aprendiz”, ele demonstra a concepção positiva que construiu quanto à influência da aprendizagem, o que foi comum aos demais relatos. Os jovens ressaltaram que se tratava de um ambiente agradável e enriquecedor, onde havia bom relacionamento com os instrutores (ou mentores, como alguns chamaram), além de bons relacionamentos com os colegas. Segundo eles, os instrutores conduziam discussões de assuntos amplos e enriquecedores, que possibilitavam o desenvolvimento da capacidade argumentativa e melhorias quanto à timidez.

De forma geral, é possível afirmar que os jovens percebem a influência positiva do Programa de Aprendizagem em suas vidas, destacando os ganhos em habilidades sociais e comportamentais, para além de uma formação técnica e utilitarista. Tanto oportunidades laborais, quanto educacionais e de crescimento pessoal foram vinculadas à oportunidade da experiência como aprendizes. Contudo houve apontamentos negativos, no caso de certas empresas parceiras das instituições, uma vez que elas apenas inseriam os jovens diante das imposições legais, porém sem incluí-los, deixando-os às margens de reais possibilidades de aprendizado, participação e crescimento. Apesar de ser identificado um panorama geral positivo acerca da percepção sobre a aprendizagem, as experiências foram lidas de formas



diferentes por jovens diferentes, como no caso do jovem M7, que considerou certos conteúdos muito básicos diante da formação escolar que já possuía. Isso posto, ressalta-se que, embora seja identificada uma tendência no imaginário social de uniformização quanto a um perfil de jovens aprendizes, existem pluralidades nesse grupo que não permitem encará-lo como um grupo homogêneo.

#### **4.6 Trajetórias juvenis**

Compreender a realidade dos jovens envolve considerar diversos espaços de transição, espaços esses que possuem interligações. Considerando a centralidade do trabalho para os seres humanos e sua sociabilidade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; SOBROSA et al, 2013) e, em especial, a relevância do trabalho nas trajetórias juvenis (SPOSITO, 2005), na presente pesquisa é privilegiado o campo do trabalho e a trajetória profissional dos jovens, perpassando também a trajetória de vida, uma vez que elas se articulam, não sendo possível tratá-las separadamente.

Nesse sentido, os sujeitos de pesquisa foram questionados sobre o início de sua trajetória profissional e sobre os caminhos trilhados após o término do contrato de aprendizagem. Alguns jovens foram mais detalhistas ao relatar as experiências da trajetória profissional, especificando as empresas, cujos nomes foram omitidos na análise, os períodos e as funções que desenvolveram, enquanto outros jovens foram mais sucintos. Uma síntese das informações obtidas está descrita, a seguir.

Quadro 13: Síntese das trajetórias profissionais

	<b>Início</b>	<b>Experiências até o Programa de Aprendizagem</b>	<b>Experiências após o Programa de Aprendizagem</b>	<b>Setor de atuação atual</b>
F1	14	Pizzaria ( <i>freelancer</i> , com a mãe), jovem aprendiz	Clínica (secretária)	Administrativo – auxiliar de gerência (em clínica)
M2	17	Jovem aprendiz (1), Exército, jovem aprendiz (2);	Curso preparatório (auxiliar de secretaria)	Administrativo - auxiliar de secretaria (em curso preparatório)
F3	18	Telemarketing (atendente); jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem	Administrativo - recepcionista (na Instituição Alfa)
M4	16	Gráfica (informal); jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem; empresa de adquirência	Adquirência (empresa serviços financeiros)
M5	14	Jovem aprendiz (em 4 instituições diferentes)	Estágio; efetivação pós contrato de aprendizagem	Planejamento educacional (na Instituição Alfa)
F6	18	Jovem aprendiz	Estágio	Tecnologia da Informação
M7	17	Jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem; autônomo	Eventos (em cerimonial)
M8	19	Jovem aprendiz	Desempregado (apenas 2 meses do término do contrato)	-
M9	12	Supermercado (empacotador); efetivação no mesmo mercado (auxiliar administrativo); jovem aprendiz	Banco (gerente de negócios e serviços)	Bancário – gerente de negócios e serviços (em banco privado)
F10	12	Babá; imobiliária (auxiliar administrativo); jovem aprendiz.	Estágio; agência de publicidade (secretária); construtora; faculdade	Educação (em faculdade)
M11	14	Feira (vendedor de queijo c/ o pai); jovem aprendiz	Empresa de tecnologia (gerente júnior)	Tecnologia da Informação – gerente júnior
F12	15	Estágio; Panfletagem (vereadores); Doméstica (auxiliando a mãe); jovem aprendiz (1), vendedora ambulante (picolé), jovem aprendiz (2)	Efetivação pós contrato de aprendizagem	Alimentício – promotora de vendas (na indústria alimentícia)
M13	17	Empresa de embalagens (entregador); jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem	Seguros – assistente comercial
F14	19	Jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem; estágio	RH (empresa de produtos nutricionais)
F15	17	Jovem aprendiz	Estágio, efetivação na empresa do estágio, Empresa varejista multicanal, Concessionária de telefonia	Telecomunicações – sênior de planejamento estratégico
F16	20	Jovem aprendiz	Estágio (apenas 3 meses do término do contrato)	Arquitetura (em construtora)
F17	16	Estágio, loja de cosméticos e perfumaria (vendedora), corretora (1), corretora (2), seguradora, jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem	Bancário - gerente de negócios e serviços (em banco privado)

(continua...)

Quadro 13: Síntese das trajetórias profissionais (continuação)

	<b>Início</b>	<b>Experiências até o Programa de Aprendizagem</b>	<b>Experiências após o Programa de Aprendizagem</b>	<b>Setor de atuação atual</b>
M18	13	Reforma (com o tio) (1), balconista, lava-jato (lavador de carro), reforma (com o tio) (2), servente de pedreiro, estágio, galvanização, jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem	Logística – líder de expedição
F19	13	Salão de beleza, shopping (vendedora), jovem aprendiz	Autônoma (cabelo e maquiagem) (apenas 3 meses do término do contrato)	Beleza - cabelereira e maquiadora
F20	16	Professora particular; jovem aprendiz	Estágio (1); loja de açaí ( <i>freelancer</i> ); supermercado (op. de caixa); estágio (2)	Saúde (em clínica de fisioterapia)
F21	17	Vendedora ambulante (bilhetes premiáveis; jovem aprendiz	Desempregada (desde 2020)	-
M22	12	Oficina (ajudante), vendedor ambulante (picolé, bala, fone de ouvido), padaria (entregador), jovem aprendiz	Supermercado (operador logístico), motoboy	Transporte - motoboy
M23	17	Floricultura (serviços gerais); jovem aprendiz	Empresa de TI	Tecnologia da Informação
F24	18	Jovem aprendiz (1); jovem aprendiz (2)	Estágio, autônoma (confeiteira)	Alimentício - confeiteira
F25	14	Doméstica (auxiliando a mãe); telemarketing (1), telemarketing (2), jovem aprendiz	Estágio, autônoma (vendedora de roupas)	Vestuário - vendedora
M26	13	Locadora (com a tia), vendedor ambulante (picolé), vidraçaria, loja de roupas, concessionária, loja de cosméticos e perfumaria (cerca de 12 empregos), jovem aprendiz	Efetivação pós contrato de aprendizagem e empreendedor.	Bancário – gerente de negócios/ alimentício – dono de cafeteria

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em termos do início da realização de atividades laborais, sejam elas formais ou não, tem-se que os jovens entrevistados começaram a trabalhar em idades que variam de 12 a 20 anos, sendo que 10 deles começaram a trabalhar entre 12 e 14 anos (F1, M5, M9, F10, M11, M18, F19, M22, F25, M26), 10 deles começaram entre 15 e 17 anos (M2, M4, M7, F12, M13, F15, F17, F20, F21, M23) e seis deles começaram entre 18 e 20 anos de idade (F3, F6, M8, F14, F16, F24). No Brasil, a idade mínima para começar a trabalhar é de 16 anos, de modo geral, e de 14 anos, na condição de aprendiz, porém, a maioria dos jovens deu início às suas trajetórias profissionais na informalidade e, no caso de seis deles (M9, F10, M18, F19, M22, M26), a relação com o trabalho teve início mesmo antes dos 14 anos.

Com 12 anos. Com 12 anos eu comecei, todo sábado eu ia empacotar no mercado, eu trabalhei nesse mercado 9 anos. [...] era um mercado de uma grande amiga minha, essa minha amiga, ela, a gente se conheceu na, na instituição religiosa, a qual a gente participava, né? E aí eu falei: “Gente, eu quero trabalhar, eu quero trabalhar.” Porque eu brincava de trabalho em casa. É, eu brincava de banco. Minha

mãe trabalha em laboratório, eu brincava de laboratório. Assim, essas foram as minhas brincadeiras né. Então com 12 anos, eu lembro que ela falou assim, virou pra minha mãe e falou assim: “[Nome da mãe], o meu filho vai viajar de férias esse mês de janeiro e aí eu queria chamar o [M9] pra ficar lá me ajudando.” Aí minha filha, eu fui todo bobo, né? Porque meu sonho era trabalhar com ela. E aí eu fui trabalhar no mercado dela, ficava lá ajudando (M9).

Então, eu comecei a trabalhar, com 12 anos [riso]. Por que... a minha mãe, ela ficou em casa né, ela, a gente, minha mãe teve três filhos, e aí ela... quando ela engravidou, ela tinha 18 anos, meu pai já não, já proibiu ela de trabalhar. Então a minha mãe ela não trabalhou dos 18, dos, dos 18 anos dela, até eu completar 12 anos. Então ela ficou muito tempo sem trabalhar pra poder cuidar de nós três né, e meu pai sempre sustentando nós. E... então assim, é, com 12 anos me surgiu uma oportunidade, eu sempre fui na igreja né, eu sou católica, então me surgiu uma oportunidade de ser babá (F10).

Eu comecei a trabalhar muito nova, trabalhava aqui perto da minha casa, comecei a trabalhar com 13 anos, num salãozinho que tinha, eu fui pra lá pra ajudar, porém, eu recebia uma graninha, considerava isso como um trabalho, e eu tinha muita questão de ir, por mais que fosse perto da minha casa, não fosse um negócio tão sério, com carteira assinada e tal, mas eu tinha toda responsabilidade de acordar cedo, de não me atrasar. Aí eu perdi muita coisa também da minha adolescência, eu fiquei lá até os 18, com 18 eu já fui pra outro emprego (F19).

Há jovens que começam a trabalhar ainda durante a infância e transitam por limites muito difusos entre infância, juventude e vida adulta, o que está vinculado à condição socioeconômica das famílias de origem (ABRAMO, 2016) e corrobora a ideia de adultização acelerada ou precoce que configura a realidade de muitos jovens brasileiros (MÁXIMO, 2012; OLIVEIRA, 2019), como perceptível no relato da jovem F19, que afirma ter pedido muito da adolescência, trabalhando. É possível observar, ainda, que a média feminina de idade relacionada ao início da trajetória profissional é superior, em mais de um ano, do que a média masculina, confirmando uma tendência apontada por Abramo (2016) de que jovens do sexo masculino começam a vida laboral mais cedo.

A trajetória profissional começa na informalidade para a maioria dos jovens do estudo (F1, M4, M9, F10, M11, M13, M18, F19, F20, F21, M22, M23, F25, M26), envolvendo atuações como *freelancer* em pizzeria (F1), empacotador de supermercado (M9), babá (F10), feirante (M11), entregador (M13), ajudante de cabelereira (F19) e vendedora ambulante de bilhetes premiáveis (F21). Dentre esses 14 jovens que tiveram suas primeiras experiências na informalidade, ressalta-se que 10 são negros(as), grupo que pode ser considerado em situação de maior vulnerabilidade e que, assim, apresenta maior tendência à informalidade (ILO, 2017).

Considerando a realidade brasileira, na qual boa parte dos jovens inicia suas experiências laborais muito cedo, em especial, por meio do envolvimento com “bicos” (CORROCHANO, 2013), é necessário refletir sobre os impactos dessas experiências iniciais,

destacadamente as de passagens por empregos precários, de desemprego e de informalidade, que podem moldar as experiências futuras dos profissionais adultos, no mercado de trabalho (CRUCES; HAM; VIOLLAZ, 2012; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020).

Interessante notar que, no caso dos jovens que iniciaram suas trajetórias na informalidade, a maioria apontou uma ligação de suas primeiras experiências com familiares ou amigos, como no caso de F1, que começou como *freelancer* na pizzaria, onde a mãe trabalhava; de M9 e F10, que começaram a trabalhar a convite de amigos da igreja, ele como empacotador, no supermercado e ela como babá; de M11, que ajudava o pai a vender queijos, na feira da cidade; de M13, que atuava como entregador, na empresa de embalagens da família; de M18, que auxiliava o tio, em reformas de postos de gasolina; de F25, que ajudava a mãe que trabalhava como doméstica; e de M26, que ajudava na locadora de vídeos da tia. O caso de M22 chama a atenção, pois envolvia um combinado entre sua avó e um amigo proprietário de uma oficina, no qual ela pediu ao amigo que ensinasse o trabalho ao neto e simulasse uma retribuição simbólica de dois reais por dia, que na verdade a própria avó se comprometeu a pagar.

Por outro lado, para muitos jovens, a trajetória profissional começou com o Programa de Aprendizagem (M2, M5, F6, M7, M8, F14, F15, F16, F24) ou com Programas de Estágio (F12, F17), sinalizando sua importância para a inserção dos jovens no mercado de trabalho de maneira formal. Apenas a jovem F3 começou sua trajetória no setor formal, sem intermédio de Programa de Aprendizagem ou de Estágio, atuando por apenas um mês no setor de telemarketing e, após isso, ingressando como jovem aprendiz em outro ramo. A rápida passagem de F3 pelo telemarketing, assim como no caso da jovem F25, que teve duas experiências de apenas três meses como operadora de telemarketing, partindo de ambas o desejo de desligamento, indica a natureza instável e temporária da atuação em *call centers*, mesmo no caso de jovens buscando uma colocação no mercado. Trata-se de um tipo de empresa que tende a abrigar indivíduos que, usualmente, encontram dificuldades de inserção em outros segmentos do mercado, como jovens e mulheres (PAIVA; DUTRA; LUZ, 2015).

As experiências profissionais vivenciadas pelos jovens antes da atuação como aprendizes são diversas, mas possuem em comum o fato de serem ocupações de baixa qualificação e envoltas em instabilidade, diante de tendência de menor proteção e de pior remuneração, corroborando o que apontam diferentes autores sobre o envolvimento dos jovens em trabalhos precários e temporários (LOUGHLIN; LANG, 2005; GUERREIRO;

ABRANTES, 2005; PAIS, 2005; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; O'REILLY et al, 2015; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

A rotatividade não desponta como característica marcante dos relatos de modo geral, à exceção do relato de M26, que começou a trabalhar aos 13 anos e afirmou que, aproximadamente por 10 anos, passou por cerca de 12 empregos, antes de se tornar aprendiz. De acordo com o jovem, ele não se identificava com as ocupações pelas quais passava e, apesar da baixa escolaridade, por não ter concluído o ensino médio no período regular, sempre foi muito bom em comunicação interpessoal e, com isso, não enfrentava problemas em conseguir diferentes oportunidades.

O Programa de Aprendizagem é uma espécie de marco nas trajetórias dos jovens e, após o término do contrato, as experiências profissionais relatadas indicam que a rotatividade é ainda menos presente nas trajetórias dos jovens da pesquisa. De modo geral, houve poucas mudanças de emprego após a experiência como aprendiz. A maioria dos jovens foi efetivada após os contratos de aprendizagem e de estágio pelos quais passaram ou contratada em outras organizações, atuando no mercado de trabalho formal. Os demais casos se referem a jovens que atuam como autônomos (M7, F19, M22, F24, F25) e a jovens que desenvolvem estágio na sua área de formação no ensino superior (F6, F14, F16, F20), além de dois jovens desempregados (M8, F21), sendo que o jovem M8 teve seu contrato de aprendizagem finalizado há apenas dois meses, enquanto no caso de F21 isso ocorreu há cerca de um ano.

Alguns rumos profissionais seguidos pelos jovens chamaram a atenção, como nos casos dos jovens F3, F14 e M22. A jovem F14, que foi efetivada pela empresa onde atuou como aprendiz e reforçou em seus relatos que “ama” tal empresa e chega a ficar “deslumbrada” por ter trabalhado lá, decidiu priorizar a dedicação ao ensino superior e à qualidade de vida, migrando para um estágio mais perto de sua casa e com menor carga horária. Contudo a jovem teme o fim do contrato de estágio, pois, sem renda, afirma que não conseguirá terminar a faculdade.

Já o jovem M22 decidiu sair de seu emprego efetivo como operador logístico de uma rede de supermercados, após a experiência que teve aos finais de semana, como entregador de aplicativo. Como ele trabalhava no período noturno, em uma câmara de frios e, principalmente, por concluir que conseguiria uma renda maior trabalhando como autônomo, o jovem resolveu trabalhar como motoboy. Porém a sua renda tem uma porcentagem destinada a um amigo, que possui registro como Microempreendedor Individual (MEI) e emite as notas fiscais de que os clientes precisam, algo que M22 afirma que não consegue fazer.

O caso da jovem F3, também, pode ser destacado, pois ela teve sua experiência como jovem aprendiz, em uma grande empresa do setor alimentício, como auxiliar de promotora de vendas. Após oito meses, devido à natureza das atividades que realizava, transitando em diversos locais da cidade, de estabelecimento em estabelecimento, debaixo de sol e exposta aos perigos da rua, houve intervenção da Instituição Alfa, que entendeu que não eram atividades compatíveis com a atuação de aprendiz, levando F3 a trabalhar, os últimos meses do contrato, na própria instituição de aprendizagem. No fim do contrato, a jovem recebeu uma proposta de efetivação na empresa do setor alimentício onde atuava e aceitou. Porém, como era necessário trabalhar aos sábados e ter uma rotina cansativa atendendo a diversos estabelecimentos pela cidade, após um tempo, a jovem relatou que já estava “no seu limite” e, ao receber uma proposta da Instituição Alfa para atuar como recepcionista, decidiu trocar de emprego. A jovem se diz feliz e satisfeita com a ocupação atual, mas relata que também trabalha, à noite, como *freelancer* em uma pizzaria para complementar a renda, se definindo como muito trabalhadora: “Tô falando com cê que eu sou trabalhadora [riso]. Lá vai eu trabalhar mais um bocado agora [riso]”.

Os casos mencionados expõem opções consideradas melhores pelos jovens em comparação às respectivas ocupações anteriores, mas ilustram algumas limitações que permeiam essas escolhas. A jovem F14 optou por um estágio que lhe permitisse conciliar trabalho e estudos, porém, por ser algo temporário, ela teme não ter renda para concluir sua graduação; o jovem M22 optou por atuar como autônomo, mas precisa de um intermediário para emitir notas fiscais, o que afeta, diretamente, a sua renda; e a jovem F3 optou por um emprego que lhe exigisse menos fisicamente e causasse menos estresse, mas precisa trabalhar como *freelancer*, à noite, para complementar a renda. Esses exemplos demonstram como a interação entre escolhas, chances e oportunidades destinadas aos jovens são fortemente influenciadas pelas condições vinculadas aos meios sociais em que se inscrevem (GUERREIRO; ABRANTES, 2005). De todo modo, por parte desses jovens, há uma percepção de poder de escolha, inclusive, quanto ao tipo de precariedade com que se é capaz ou é conveniente conviver.

Os jovens entrevistados foram questionados quanto às principais dificuldades e aos principais benefícios percebidos ao vivenciar as suas primeiras experiências de trabalho. Quanto às principais dificuldades, destacaram-se a necessidade de mudanças de comportamento e a falta de experiência, além de outros aspectos como especificado no Quadro a seguir.

Quadro 14: Dificuldades no início das trajetórias profissionais

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Comportamento	Comunicação Postura Timidez/ vergonha Vestuário Hábitos	Habilidades de comunicação, linguagem formal, adequação do vestuário, superação da timidez, medo/vergonha de se expressar, proatividade.	F1, M8, M9, F12, F14, F15, F19, M23
Inserção	Falta de experiência Falta de conhecimento Falta de oportunidade Exigências/ pré-requisitos Julgamento pela idade	Falta de experiência, que influencia desde entrevistas e processos seletivos. Alto número de exigências das organizações. Falta de conhecimentos básicos. Poucas possibilidades de desenvolvimento, crescimento.	F1, F3, M4, F6, F10, F17, F21, F25
Mundo corporativo	Adaptação Compreensão do contexto Relacionamentos	Adaptação ao novo, hierarquia, relação com pessoas diferentes. Ser avaliado, pegar a “maldade” das coisas, diferenciar amigos e colegas de trabalho.	M9, F14, F16, M18, F20, M22, M26
Desinteresse	Falta de perspectiva/foco Falta de iniciativa Estabelecimento de prioridades	Desleixo, falta de foco, baixa participação, desinteresse na parte teórica do curso de aprendizagem.	M2, F10, M11, M13, M18
Insegurança	Afirmação da capacidade Autoconfiança Medo Ansiedade Expectativas	Busca por credibilidade, por afirmação da capacidade. Expectativa quanto ao que esperam de você. Sentimentos de vergonha e de medo.	F1, M2, M5, F12
Barreiras sociais	Classe Gênero	Limitações de classe e de papéis/ espaços da mulher.	F15, F25
Desvalorização	Falta de reconhecimento Falta de espaço/ recursos	Inserção do aprendiz apenas para cumprir cota. Falta de recursos, como computador, para trabalhar.	F1, F24
Desilusões	Expectativas frustradas	Frustrações quanto a promessas não cumpridas de anúncios de vagas/ oportunidades.	F3
Direcionamento	Identificação	Busca por identificação com o setor/atividade realizada.	M7
Barreiras sociais	Recursos financeiros	Dinheiro para o transporte.	F15
Incentivo	Familiar Políticas públicas	Falta de incentivo, seja familiar, seja governamental.	M23

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Algumas mudanças comportamentais demandadas no início da trajetória profissional foram destacadas por parte dos jovens (F1, M8, M9, F12, F14, F15, F19, M23), principalmente, aquelas referentes ao desenvolvimento de habilidades de comunicação, o que se vincula ao uso de linguagem formal, à superação da timidez e do medo ou vergonha em se expressar. Além disso, foi mencionado o desenvolvimento da proatividade e da capacidade de lidar com as responsabilidades do mercado de trabalho, pois, segundo eles, nem sempre há alguém dando orientações quanto ao que e como deve ser feito, cabendo ao jovem resolver as



questões prementes do dia a dia. Nesse sentido, o jovem M9 menciona o papel da educação recebida no âmbito familiar, que pode influenciar em um perfil de jovem mais ativo, comunicativo, que “corre atrás” dos seus desejos e consegue se diferenciar, perfil com o qual M9 se identifica; ou em um perfil de jovem mais introspectivo, com dificuldades de se relacionar e de assumir compromissos. Foram mencionadas, ainda, demandas de adequações no vestuário, como pode ser visto no relato da jovem F14, apontando a necessidade de um “banho de loja”.

E... dá de cara um pouco com a questão de, aquela frase famosa que, “o local que o filho chora e a mãe não vê”, porque [riso]... você vai passar por muita coisa, você vai ser criticado, você vai ser apontado, você vai ser, é... julgado né, você vai ser medido, pelos seus, pelas suas entregas. E você não vai poder falar que tá chateado, você não vai poder falar que não concorda, quer dizer, dependendo da situação. Você não vai poder chegar na sua mãe, em alguém que você confia e falar, “mãe, me maltrataram”, porque é você por você agora, e acabou assim. A partir do momento que a gente dá, que eu dei esse passo pra começar a trabalhar e eu não sabia nada de contexto de que que é trabalho, do que que era sentar numa mesa e mexer num computador, o básico, e atender um telefone, e eu não sabia como me comportar, não sabia o que vestir. Então pra mim foi bem puxado assim esses, é, esses momentos. A gente precisa dar até um banho de loja assim, mais ou menos, de como vai ser, mas eu acho nesse caminho assim, levando bastante tapa, porque a gente entra sem saber de nada. Eu entrei sem saber de nada, nada como funcionava, e aí foi tomando porrada e, e caminhando e não desistindo. Teve pessoas que desistiram, que entraram comigo e desistiram, mas eu não pude, não pude desistir por causa do, das coisas que eu precisava, então tive que caminhar, ir levando e, passando por cima, pedra por pedra e, continuar (F14).

No relato dessa entrevistada, há destaque para o despreparo que alguns jovens têm ao serem confrontados com as suas primeiras experiências no mercado de trabalho, envolvendo desde o jeito adequado de atender a um telefone até o modo adequado de se vestir. Os sentimentos de autorresponsabilização e de solidão permeiam o relato, uma vez que F14 afirma que não se pode expressar discordância ou chateação, tampouco recorrer a alguém de confiança para buscar amparo em situações difíceis. Por fim, a jovem destaca que, ao contrário de outros jovens que desistiram, ela não pôde contar com essa possibilidade e aprendeu “tomando porrada”, pois precisava de renda para conquistar seus objetivos, como a inserção no ensino superior, frisada no decorrer dos seus relatos.

Ao discorrer sobre as dificuldades relacionadas às primeiras vivências laborais, também foi recorrente a questão das barreiras de inserção no mercado, com destaque para a falta de experiência (F1, F3, M4, F6, F10, F17, F21, F25). Conseguir uma colocação no mercado de trabalho é um desafio e, de acordo com a jovem F6, a maior dificuldade é “você não ter experiência pra buscar uma experiência”. Os relatos apontam para exigências não condizentes com um primeiro emprego, indicando que existem poucas oportunidades para

quem está iniciando sua trajetória. Como destacado em outros estudos, os jovens encontram dificuldades de inserção e de permanência profissional (BULGACOV et al, 2011; VERIGUINE, BASSO, SOARES, 2014; CORROCHANO; FREITAS, 2016; BARBOSA; LARA; PAIVA, 2020), vislumbrando escassas possibilidades de desenvolvimento e crescimento. Além disso, houve menção ao julgamento pela pouca idade, indicando prática de ageísmo; e à falta de conhecimentos considerados básicos para muitas ocupações, como conhecimentos de informática.

O jovem, a primeira experiência, a primeira dificuldade é você conseguir, porque você é um jovem que você não tem experiência. É... você não tem experiência, não tem conhecimento. A maioria dos jovens hoje não tem a, a, alguns procuram saber, mas como eu trabalhei na triagem e encaminhamento o que eu via era os jovens não saberem o básico de Excel, de Word e realmente, as escolas não incentivam a gente a saber, conhecer sobre planilhas, e tudo mais. Então a nossa primeira dificuldade é isso, é conseguir se colocar no mercado de trabalho. Depois que você se coloca, é, é, as pessoas acreditarem que você é capaz, sabe? Muitas empresas veem o jovem aprendiz só como uma cota. A cota que eles precisam cumprir, o jovem que tira o xerox e você tem que mostrar o seu melhor e mostrar que você tá ali pra contribuir com a empresa e depois disso é lógico, você ser efetivado e tal (F1).

As maiores dificuldades, eu acho que é, tu não ter experiência, porque às vezes as pessoas querem contratar, mas elas têm medo e tu sabe que tu é boa, eu sempre soube que eu sou uma pessoa boa profissional, eu sempre me dediquei muito, mas às vezes as pessoas te julgam por tu ter pouca idade e, e é, tem que começar de baixo eu acho, é uma parte que é mais difícil assim (F17).

Acho que a experiência, porque muitas empresas já querem, até pra um estágio, já querem que você tenha experiência pra ter um primeiro emprego (F25).

Também foram relatadas dificuldades do mundo corporativo (M9, F14, F16, M18, F20, M22, M26), no sentido da necessidade de se adaptar a uma nova realidade, na qual é preciso cumprir horários, estabelecer prioridades, prestar contas de suas ações e resultados, ser avaliado, lidar com a hierarquia, entender a importância de sua atuação no contexto geral das empresas e saber diferenciar o lado pessoal do lado profissional. A jovem F20 vincula essa adaptação ao conhecimento das “maldades” do mundo corporativo, mencionando que a convivência com pessoas diferentes, sejam clientes ou colegas de trabalho, propicia, na prática, o aprendizado necessário sobre como se portar em determinadas situações. A jovem, que atuou como aprendiz em uma empresa de transporte aéreo, exemplifica citando estratégias usadas por clientes para burlar as regras relacionadas às bagagens e usadas por colegas de trabalho para transferir a responsabilidade sobre erros cometidos no cotidiano laboral.

Alguns relatos trouxeram discursos sobre o comportamento de desinteresse dos jovens (M2, F10, M11, M13, M18), principalmente, em relação à parte teórica do curso, que seria

subvalorizada em relação à atuação prática. Esses discursos foram direcionados para terceiros, citando jovens com quem os entrevistados conviveram durante o Programa de Aprendizagem. Foram citadas situações demonstrando descaso ou desvalorização do curso, envolvendo falta de participação nas aulas, falta de visão de futuro, atrasos intencionais, episódios em que os jovens dormiam em sala de aula e em que estabeleciam como prioridade a satisfação imediata por meio do lazer e do consumo. Já a jovem F10 destacou a percepção que possui sobre os jovens da sociedade atual, como um todo, uma vez que, segundo ela, os jovens não se comprometem e não se envolvem com o trabalho, demonstrando apatia, pois “eles tão muito... vivendo, assim... por viver? Sem expectativa”.

O sentimento de insegurança foi relatado como dificuldade no início da trajetória (F1, M2, M5, F12) fazendo referência à necessidade de afirmação da capacidade, devido ao fato de os jovens receberem, por vezes, descrédito em razão de sua falta de experiência e de sua pouca idade. Além da insegurança quanto às expectativas de colegas e superiores, é perceptível, nos relatos, a insegurança dos jovens quanto às próprias expectativas. Eles relataram possuir vergonha de errar, medo de se frustrar e de não conseguir acompanhar as demandas laborais, levando ao desenvolvimento de ansiedade frente ao desejo de aprender rápido e de atingir os objetivos. De acordo com o jovem M5, “esse é o maior desafio que o jovem tem né, acho que consigo mesmo, nem é tanta pressão do mercado profissional, mais interior do jovem né, de entrar”.

Dois marcadores sociais de diferença foram explicitados, envolvendo barreiras de classe e de gênero (F15, F25). A jovem F15 citou como dificuldades as condições sociais, exemplificando por meio da disponibilidade de recursos para transporte. Segundo a jovem, por não ter recursos para se deslocar até o trabalho, nos primeiros dias após sua inserção, era necessário recorrer aos familiares: “às vezes você ia receber daqui a uma semana, aí você pegava emprestado com uma pessoa da família”. A jovem F25, por sua vez, mencionou como dificuldade o fato de ser mulher, citando as barreiras relacionadas à construção do papel da mulher na sociedade, que pode levar a comportamentos discriminatórios no ambiente de trabalho.

Com menor frequência, foram citadas dificuldades relacionadas a aspectos como 1) a desvalorização (F1, F24), diante da falta de reconhecimento e, até mesmo, de recursos para trabalhar, como relatado por F24, que não tinha mesa nem computador para realizar suas funções e precisava migrar de mesa em mesa conforme o uso dos colegas; 2) as decepções (F3) quanto a expectativas frustradas de anúncios de vagas enganatórios; 3) a dificuldade de

direcionamento (M7), na busca de com quais atividades e setores o jovem mais se identifica; e 4) a falta de incentivo (M23), tanto no âmbito familiar quanto no âmbito governamental, por meio de ações e políticas públicas que contribuam para o primeiro emprego.

Os jovens também foram questionados sobre os principais benefícios percebidos ao vivenciarem suas primeiras experiências laborais, destacando aqueles relacionados ao aprendizado e às possibilidades que a renda auferida acarreta, conforme descrito, no Quadro a seguir.

Quadro 15: Benefícios no início das trajetórias profissionais

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Aprendizado	Conhecimento Oportunidade de aprender Ligação teoria e prática Orientação	Preparação para o mercado, oportunidade de aprender. Possibilidade de conciliar teoria e prática. Disponibilidade dos pares em orientar/ajudar.	F3, M8, F10, F12, M13, F15, F20, F21, F24, F25
Remuneração	Independência financeira Conquistas	Possibilidade de adquirir renda e aprender a administrá-la. Conquistas como carteira de habilitação, faculdade, cursos de inglês e de informática.	F1, M7, M9, F12, F16, F17, F19, M22
Experiência	Inserção Desenvolvimento Abertura de portas	Experiência inicial que proporciona abertura de portas no futuro.	M4, M5, F6, M7, F14, F16, M18
Leniência	Oportunidade de aprender Possibilidade de errar Brandura no julgamento Menor cobrança	Há mais paciência, menos exigências, mais tolerância com possíveis erros, maior abertura para o aprendizado.	F3, M7, M11, F14
Comportamento	Visão de futuro Comunicação Responsabilidade Hábitos	Desenvolvimento de habilidades de comunicação. Mudanças quanto à visão de futuro, mudança de hábitos, abertura a novos desafios.	M13, M18, M23
Relacionamentos	Amizades Acolhimento	Contatos feitos durante o curso de aprendizagem.	M2, M5, F25
Flexibilidade	Carga horária	Permite conciliação com estudos e outras demandas.	F1
Direcionamento	Curso superior	Direcionamento quanto à área de formação.	F6
Privilégio	Vantagem Oportunidade	Possibilidade de se destacar pela experiência como aprendiz.	M7

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação ao aprendizado, segundo os jovens F3, M8, F10, F12, M13, F15, F20, F21, F24 e F25 foi muito enriquecedor vivenciar a realidade de uma organização, passar por novos desafios, ter a oportunidade de observar e buscar informações, associar conhecimentos teóricos com a prática, aprender a administrar o próprio tempo e a ser mais resiliente. Nesse sentido, a jovem F15, que iniciou sua trajetória profissional como jovem aprendiz, destacou, em seu relato, a importância do apoio recebido de gestores e colegas dentro da organização

onde atuou, além do apoio da Instituição Alfa e de pessoas no ambiente universitário, o que contribuiu para seu aprendizado. Segundo ela, houve muita gente disposta a ajudar, a dialogar e a colaborar em sua preparação para o mercado de trabalho.

A remuneração também foi citada como um dos grandes benefícios na visão dos jovens (F1, M7, M9, F12, F16, F17, F19, M22), associando-a, principalmente, às possibilidades que ela oferece em termos de conquistas pessoais e profissionais, de investimento em cursos, de possibilidades de maior autonomia, de consumo e de auxílio na renda familiar.

Eu acredito que o trabalho, ele abre as portas, se você souber lidar, você consegue abrir portas incríveis. E eu lembro que, quando eu recebia R\$1000,00 [mil reais] e eu já pagava quinhentos e pouco de faculdade, então metade do meu salário ia pra faculdade, fora que eu inventei de fazer inglês, então o meu trabalho, o que eu ganhava era pra poder pagar essas coisas. E... e eu bem jovem adquiri muitas coisas, né? Como eu já falei. Eu com 18 anos, eu tirei carteira de habilitação, já fiz um consórcio pra poder fazer a aquisição de um carro. Então o mercado de trabalho, ele é uma forma sensacional. O jovem, ingressando no mercado de trabalho, se ele tiver objetivo, se ele tiver um foco, ele vai conseguir galgar muitas coisas (M9).

Eu acho, eu tenho certeza absoluta que é o domínio da, da renda financeira. Você não ter que procurar ninguém pra dinheiro, porque você tem o seu trabalho. Pra mim é o melhor benefício (F19).

Ter seu dinheiro né. Depende da sua condição familiar né, porque às vezes quando você tem, seus pais, eles têm uma condição boa e ele te dá alguma coisa né, te ajuda, igual, mas minha avó não tinha condição de comprar. A minha avó não tinha condição. E eu, quando eu comecei a trabalhar que eu passei a comprar, comprei um iPhone prata. Fiquei feliz, porque era com o meu suor sabe? Meu suor (M22).

No trecho destacado do relato de M9, é perceptível algo que permeia todo o seu relato e, também, se faz presente nos relatos de outros jovens: a questão da autorresponsabilização pela empregabilidade. De acordo com o jovem, o esforço pessoal é indicado como o principal fator quando se trata de melhorar de vida, corroborando a literatura (ABRAMO, 2016), e relegando barreiras sociais e marcadores interseccionais que se impõem às diferentes juventudes.

A experiência, anteriormente citada como uma das maiores dificuldades no início da trajetória laboral, tanto no sentido da inserção quanto do desempenho das atividades no ambiente organizacional após essa inserção, voltou aos relatos, dessa vez como um dos maiores benefícios que se adquire. Os jovens (M4, M5, F6, M7, F14, F16, M18) destacam o importante papel da experiência inicial para oportunidades futuras, uma vez que, segundo eles, as portas se abrem com maior facilidade, após a inserção e o desenvolvimento de experiência no mercado de trabalho.

Foi mencionada, ainda, uma maior leniência durante as primeiras experiências laborais (F3, M7, M11, F14), destacando que há espaço para aprendizado e erro, envolvendo maior tolerância e brandura com possíveis falhas, uma vez que se trata de um período destinado ao aprendizado. Cabe destacar que tal leniência se relaciona com a natureza das ocupações e é mais comumente verificada em ocupações protegidas, ao contrário de ocupações na informalidade, que correspondem ao início da trajetória da maioria dos jovens do estudo.

De forma geral, o jovem aprendiz se vê como trabalhador, no sentido das semelhanças com os demais profissionais que atuam nas organizações, mas percebe a diferença de uma menor cobrança em virtude do caráter de aprendizado envolvido em sua atuação (AMAZARRAY et al, 2009). O trabalho do aprendiz seria, então, visto com maior permissividade em virtude da falta de experiência e das prerrogativas de um profissional em formação.

Mas acho que de benefício é esse primeiro contato que a gente tem, a oportunidade de aprender bastante é um benefício. Porque... todo mundo erra, lógico, mas o jovem tem um, um pouquinho, “ah, pode errar sim, pode errar ali que cê tá aprendendo”. Então assim, cê tem, é a hora de você meter a cara e aprender. Então é um benefício que cê tem da oportunidade de aprender. Então assim, um gerente, por exemplo, ele não vai ter, “ai errei, errei, toda hora”, não vai ter isso. Então enquanto você é jovem, que cê tá começando, que cê tem oportunidade de conhecer várias coisas, conhecer pessoas, aprender várias coisas, então assim, é a oportunidade que a gente tem de fazer o nosso nome no mercado. Então acho que um benefício é esse, poder aprender e errar, que errar todo mundo erra, mas aí cê tem um descontinho [riso] pra poder errar ali nesse começo (F3).

Eu vejo que o maior benefício é, você poder errar. Porque, quando você tá com seus 30, 35 anos, você tá assumindo uma função é, mais, mais responsável, você não pode cometer erros, sabe, você não pode dar margem pra isso. E quando você é um aprendiz você tá ali pra errar, pra aprender, você tá ali pra conhecer, pra conhecer coisas novas (M11).

Você não ter a cobrança de ter um conhecimento, de ter uma habilidade, porque você vai adquirir essa habilidade lá dentro, é a melhor, é o melhor benefício (F14).

Interessante notar que, no relato do jovem M11, ele afirma que adultos não podem cometer erros, como se errar fosse algo reservado aos jovens. Parece existir uma visão homogeneizante e parcial do adulto como um estado acabado e moralmente formado (PIMENTA, 2007) que os jovens devem atingir, contudo, essa visão contribui para reforçar estereótipos negativos relacionados às juventudes, além de estereótipos fantasiosos relacionados à vida adulta.

Por fim, os demais benefícios das primeiras experiências laborais envolveram: 1) as mudanças comportamentais (M13, M18, M23), vinculadas à criação e fixação de novos hábitos, ao desenvolvimento de habilidades de comunicação, de autodescoberta e de abertura

para o novo; 2) os relacionamentos (M2, M5, F25), por meio da convivência com pessoas diferentes, trazendo novas visões de mundo e novos laços; 3) a flexibilidade inerente à aprendizagem (F1), diante de menor carga horária, permitindo conciliação de trabalho e outras demandas; 4) o direcionamento que é possível obter (F6), envolvendo maior clareza sobre quais rumos seguir; e 5) a possibilidade de desfrutar de um privilégio (M7) referente à inserção formal no mercado de trabalho via Programa de Aprendizagem.

É... a criação de hábito, de acordar cedo, de ter o hábito de tal hora você tem que tá na empresa, tal hora você tem que sair pra almoçar e a hora X você vai ter que voltar e largar, assim, esse hábito de pontualidade, de responsabilidade, de comunicação também. Porque dependendo do tipo da função ou empresa você vai ter que tá ali de frente com o cliente, você vai ter que criar meios de comunicação, seja com cliente e seja com seu superior também (M23).

[...] mas as pessoas não acham emprego, e quando acham, talvez uma pessoa que tenha um jovem aprendiz, como eu tive e como várias pessoas têm, é, saem na frente exatamente por conta dessa experiência, né? [...] Acho que isso você já tem como conhecimento, como experiência que você pode colocar no currículo e que eu tenho certeza que faz diferença. Comparando com outras pessoas que não têm experiência (M7).

Como exposto no relato do jovem M7, existe a percepção de que a experiência como aprendiz acarreta vantagens em relação aos outros jovens, associando-se a um privilégio que nem todos possuem (AMAZARRAY et al, 2009; ALVES; ALBANESE, 2016) e envolvendo um sentimento de gratidão pela oportunidade vislumbrada no programa (MÁXIMO, 2012). Esse sentimento de gratidão também pode ser identificado em diversos outros relatos, como da jovem F15: “acho que se eu não tivesse tido esse contato, eu não estaria trabalhando hoje, eu não teria seguido o mesmo caminho, sabe?”; e da jovem F24: “Eu, se não fosse através do jovem aprendiz, eu não teria conseguido emprego, provavelmente não seria efetiva, porque todo mundo exige experiência né”.

Considerando as experiências que os jovens tiveram e a percepção que possuem sobre o mundo do trabalho, eles foram questionados sobre o que associam a um bom emprego. Em seus relatos, foi recorrente a associação à realização pessoal e profissional (F1, M2, M4, M7, M13, F14, F15, F17, M18, F19, F20, F24), destacando que um bom emprego é aquele em que se faz algo que se goste, em que se sinta bem, que tenha sentido e que traga felicidade.

É... ser um espaço bom, saudável. E que também te realize, como pessoa, acho que pra mim assim, eu não me vejo fazendo uma coisa que não faz sentido, sabe? (Uhum). Eu aprendi muito isso na [Instituição Alfa]. Não adianta tá, trabalhar pra ganhar dinheiro e não, não tá satisfeita com aquilo que você faz. Pra mim a prioridade é ver sentido no que eu faço (F1).

Isso... fazendo o que eu gosto, fazendo o que eu gosto né, que pra mim hoje seria um, um bom emprego, porque antes eu tinha uma visão de que um bom emprego era o que me dava mais dinheiro. E hoje eu não vejo isso. Acaba que você pode tá recebendo o quanto for, mas, se você não tiver bem ali no seu ambiente de trabalho, não consegue se desenvolver né (M4).

Fazer alguma coisa que você gosta. Independente do, de valores de, é, benefícios, etc., pra mim se você tem a oportunidade de fazer uma coisa que você gosta, com certeza é um bom emprego (M13).

Houve uma tendência à relativização da questão financeira, como exemplificado nos relatos de F1, M4 e M13, de forma a ressaltar a ideia de que o que caracteriza um bom trabalho vai além da remuneração, vinculando-se ao alcance da realização. Ainda assim, a importância da remuneração esteve presente em muitos relatos (M2, F3, M7, M8, F10, F14, F17, F21, F24, F25), associada: 1) à uma forma de reconhecimento; 2) ao atendimento das necessidades básicas, pois conforme afirma F3 “a gente não vive de amor né”; e 3) às possibilidades de ir além das necessidades básicas, oferecendo opções de lazer, bem-estar e alcance de objetivos.

A valorização também foi mencionada pelos jovens (M5, F6, M7, M8, M9, F16, F19, F21, M26), destacando que um bom emprego envolve incentivo, reconhecimento, oportunidades e perspectivas de crescimento pessoal e organizacional. Além disso, para eles, um bom emprego envolve qualidade de vida (F3, F10, F14, F15, F24, M26), com a possibilidade de equilíbrio entre vida pessoal e profissional; bons líderes (M8, M11, F15, F17, M18, M26), que respeitem o funcionário, deem abertura a opiniões, façam cobranças coerentes e sejam conscientes quanto à realidade organizacional; e uma equipe colaborativa (M2, M5, F12, F16, F25, M26), de pessoas que “vistam a camisa” e que propiciem um ambiente harmonioso e acolhedor.

A liberdade foi citada (M11, F15, M23, F24) como algo relevante, envolvendo autonomia, flexibilidade no trabalho e liberdade de expressão, assim como foram mencionadas as necessidades de segurança (M9, F14, F15), que associam um bom emprego à estabilidade e a um ambiente de trabalho agradável, seguro e limpo.

É uma necessidade de segurança, de se sentir seguro no trabalho, de não ser mandado embora talvez, uma necessidade de um ambiente bom e limpo, agradável, como é graças a Deus o meu trabalho hoje. Hoje eu me sinto num ambiente de qualidade, ainda mais por outros empregos que eu já tive, outros empregos que eu já tive, então, é um local bacana de se trabalhar, aonde os profissionais eles são reconhecidos, aonde nós temos uma, uma oportunidade de crescimento, a gente evolui profissionalmente, entendeu? Aonde a empresa ela te incentiva, o profissional, “faça um curso, tire certificações, se qualifiquem”, né? Então uma empresa ótima pra se trabalhar é uma empresa que, que visa mesmo o funcionário, dando uma oportunidade pra ele, uma necessidade de segurança de sentir seguro no



trabalho, tanto no ambiente, quanto de: “Poxa, amanhã eu não vou ser mandado embora, será que eu vou ser mandado embora” (M9).

Destaca-se, no relato do jovem M9, além da menção à estabilidade, a comparação feita com ocupações anteriores. Enquanto atuava em um supermercado, o jovem passou um tempo na peixaria que, segundo ele, configurava um trabalho pesado e de cheiro desagradável, no que ele rotula de “uma coisa terrível”. Dessa forma, como M9 trabalha, atualmente, em um banco privado, aspectos como limpeza e ar-condicionado possuem um papel de destacada relevância em sua visão quanto a um bom emprego.

Por fim, houve associações de um bom emprego com organizações que propiciem a manutenção da saúde física e mental (F1, F14, F25), que não envolvam carga de trabalho excessiva e desgastante (M2, F10), que possuam visão claramente definida e perspectivas de futuro (M11) e que respeitem o meio ambiente (F15). O jovem M22 foi o único a fazer associação de um bom emprego a uma profissão específica, pois atuar como bombeiro representa seu sonho. Já o jovem M11, por sua vez, trouxe, em seu relato, a importância de um ambiente organizacional livre de preconceitos.

Um bom emprego... é um local que, é, eu seja respeitado e não sofra nenhum tipo de preconceito. Hoje eu trabalho numa empresa de Curitiba e, o pessoal me trata super bem, faz o papel de boa vizinhança, mas é, isso era um receio que eu tinha antes, por ser uma empresa do sul, como é que eles iam reagir com um nordestino. Mas o tratamento tem sido super bem. Eu vejo como uma empresa que você, é, que eu seja bem tratado, que eu tenha, que eu tenha espaço pra falar, não seja reprimido e... não tenha superiores egocêntricos que acabem tornando o espaço tóxico (M11).

Atualmente no ramo da tecnologia, o jovem M11 destaca o receio que sentiu de não ser aceito e bem recebido pelos pares na organização pelo fato de ser nordestino. Sua região de origem, bem como sua cor de pele, apontada em relato anterior como motivo de discriminação, constituem marcadores de diferença que, interconectados, podem implicar em experiências de discriminação e de desigualdade, influenciando sua trajetória profissional e de vida. Um jovem negro e nordestino, além de lidar com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, precisa lidar, ainda, com o temor de ser alvo de práticas discriminatórias, pois, conforme afirma Valenzuela-Arce (2015), jovens que fazem parte de grupos estigmatizados têm ampliadas as vivências de precarização e de vulnerabilidade no mundo laboral.

Além das percepções quanto a um bom emprego, abordadas nas entrevistas, a técnica projetiva de associação buscou acessar as percepções dos jovens egressos sobre trabalho e sobre carreira. Dessa forma, quando defrontados com a palavra “trabalho”, os jovens trouxeram elementos diversos, mas essencialmente ligados à importância ou centralidade do

trabalho, mencionando que se trata de algo necessário e importante (M7, M8, F10, M13), um caminho para o crescimento e para conseguir aquilo que se almeja (M4, M9, F21), fonte de experiência (M5, F6, F20) e de aprendizado (M18, F21, F25), que propicia novos olhares, novas relações e novos objetivos (F14, F15) e define quem a pessoa é (F17, M26). Aspectos relativos ao atendimento das necessidades, ao sustento (M8, F16, F21) e às possibilidades de consumo (M26) também surgiram nos relatos, além de ser associado a uma obrigação no caso de M13.

O jovem M22 associou a palavra trabalho à sua realidade laboral específica, destacando dificuldades que enfrenta atuando como motoboy.

Acho que dedicação, a gente tem que ser muito dedicado, esforçado, porque... o trabalho é... é o que faz a gente ser o que a gente é, sabe? (F17).

Trabalho. Vou associar como, como minha profissão, como motoboy. É lindo demais rodar no sol, até mesmo no frio, o bicho pega é na chuva. [...] Uma vez mesmo eu passei, começou a chover, na hora que eu voltei, o negócio tava inundado, mais um pouquinho... Nôh [ênfase]. Uma vez um colega meu fez um vídeo lá: “ô playboyzada, isso aqui não é pra vocês não tá, isso aqui é só pra nego bruto, nego cria de favela, não sei o que”. Eu falei, “rapaz, se você ou eu fosse playboy, vamos dizer, cara tivesse uma condição, você acha que taria debaixo dessa chuva aqui? Agora você quer que o cara, o playboy saia pra chuva pra trabalhar de motoboy pra mostrar pros outros que ele é homem”. Às vezes, diante dessa dificuldade a gente passa a achar que a gente é mais homem, como diz, é melhor que os outros. Se o filho de um profissional bem-sucedido pode ficar em casa, estudando, jogando videogame no meio da chuva, se de fato ele pode, se a gente tivesse essa mesma condição a gente poderia também. Eu ia sair de moto na rua pra que? [...] Não tem um porque, vamos supor, se eu não tivesse trabalhando como motoboy, não tem porque um filho de um cara bem-sucedido ralar de madrugada igual eu trabalhei. Não tem porque o filho de um cara bem-sucedido que nem eu trabalhei, pegar serviço umas 5, 6 horas. Eu que dava bom dia pro sol. Um filho de um cara bem-sucedido, não sabe, alguns momentos na vida dele, ele não sabe o que que é um assalto, porque graças a Deus o pai né, de fato, importa tanto que, vai numa festa e busca de carro. Ele pode sofrer um assalto? Sim, pode, mas a chance é bem menor, do que você tá dentro de um ônibus. Então eu não posso querer achar que o cara é menos homem do que eu (M22).

É necessário destacar alguns pontos do relato do jovem M22 ao expressar o que lhe veio à mente diante da palavra “trabalho”. O jovem traz elementos relacionados à construção social do que é “ser homem”, o que torna possível pensar em níveis de quem é mais ou menos homem na sociedade. No caso em questão, essa é uma estratégia usada para sublinhar a coragem e a exposição aos riscos dos “crias de favela” na profissão de motoboy, o que representaria uma vantagem frente aos “playboys” que podem ficar em casa, durante a chuva, jogando videogame. O jovem M22, contudo, faz a ressalva de que isso não pode ser usado como parâmetro, porque não se trata de uma escolha, mas de uma necessidade, uma vez que

os motoboys não têm a opção de ficar em casa enquanto chove, tampouco contam com o suporte familiar que lhes protegeria desse e de outros tipos de exposição.

Desse relato, depreende-se a necessidade de considerar diferentes variáveis para compreender a heterogeneidade das juventudes, pois “crias de favela” e “playboys” trazem retratos díspares das realidades juvenis. Dentre tais variáveis, sublinha-se aquelas relacionadas às construções de gênero, indicando os papéis atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade, e ao status socioeconômico, indicando os caminhos de exclusão e inclusão que se desenham, além da influência do capital cultural do núcleo familiar (SAVEGNAGO, 2019). Ao comparar “crias de favela” e “playboys”, o jovem M22 fala um pouco sobre a realidade da sua profissão, trazendo argumentos que reforçam os apontamentos de maior vulnerabilidade, precariedade, fragmentação e flexibilidade nas relações de trabalho a que a classe trabalhadora está submetida (BORGES; FERRAZ; MAGALHÃES, 2020).

Ainda na técnica projetiva de associação, ao se depararem com a palavra “carreira” foram despertadas associações diversas, mas com tendência a evocar elementos positivos, como sucesso (F1, M9, F20, M26), sonhos e objetivos (M4, F12, M13, M18, F21), futuro (M5), crescimento (F6), sabedoria (M8), satisfação (F14), aprendizado e desenvolvimento (F15). Para a jovem F3, carreira é associada a uma das coisas mais importantes que se tem na vida, visto que relacionamentos afetivos acabam, mas a relação com a carreira é para o resto da vida. Concepções tradicionais do termo foram citadas, associando carreira à escada (M11), estrada e caminho (F15), enquanto a jovem F16 a associou à trajetória. Já as jovens F10 e F17 citaram as dificuldades envolvidas nesse processo, falando que a carreira é algo difícil de construir e que requer muito esforço.

Pensando em termos das trajetórias profissionais dos jovens egressos, eles foram questionados, durante as entrevistas, como se imaginam, profissionalmente, daqui a 10 anos. Nesse sentido, os entrevistados demonstraram que desejam seguir na mesma área de atuação (M4, M5, F6, M7, M9, M11, F12, F14, F17, M18, F19, F20), trabalhando com aquilo que gostam e construindo uma trajetória consolidada na qual alcancem crescimento profissional e galguem níveis mais altos na hierarquia. Com menor frequência, surgiram relatos de jovens que desejam mudar de área de atuação e construir uma trajetória em rumos diferentes dos atuais (F1, F3, M13, F15, F16, M22), envolvendo, dentre as áreas de atuação almejadas, áreas como Psicologia, Fotografia, Biologia e docência universitária.

No horizonte temporal sugerido, para alguns jovens, o futuro profissional vincula-se à inserção e/ou conclusão de cursos de formação (F1, M2, M5, M8, M18, F21, F24), e foram

mencionados cursos de ensino superior, especializações, intercâmbios e pós-graduações. Para outros jovens, esse futuro profissional está ligado ao empreendedorismo (M7, F10, F15, F19, F20, F24, M26), diante do desejo que possuem de abrir o próprio negócio e fazê-lo prosperar em segmentos diversos, como entretenimento, estética, saúde e alimentício. Nos casos de F24 e M26, que já se consideram empreendedores, o desejo é investir e conseguir abrir filiais de seus negócios.

Em alguns relatos, foi mencionado o desejo de alcançar estabilidade financeira (F1, M2, M7, M22, F25, M26), de forma que a remuneração recebida permita equilíbrio e tranquilidade, sanando as necessidades e permitindo “aproveitar a vida”, como afirma o jovem M2.

Assim, daqui a 10 anos eu pretendo já, estar mais tranquilo com essa parte financeira né, não, não passo dificuldades, isso nunca me aconteceu, mas resolvido. A minha meta assim, de buscar essa independência financeira pra, eu quero aproveitar a vida. Eu não quero viver pra trabalhar, mas como eu disse, aproveitar, então, me imagino pelo menos com... no caminho do meu primeiro milhão [riso]. Aí, trabalhando na, na área que eu goste, ainda não descobri isso, eu quero juntar todas as peças, tudo que eu já sei ou, o que eu quero aprender e ir pra essa área (M2).

No relato do jovem M2, é percebida também uma indefinição quanto aos rumos profissionais que deseja seguir, bem como é o caso da jovem F25, pois ambos não têm clareza de em qual área podem ou desejam atuar, daqui a 10 anos. Houve outras menções mais pontuais, como o desejo de destinar uma parte de seu tempo ao trabalho voluntário (M4), de retribuir os cuidados que teve da família (M8) e de ser um profissional útil e bem-sucedido (M23). Por fim, destaca-se o relato da jovem F12, que projeta contribuir para a representatividade de mulheres negras em cargos gerenciais, como pode ser visto, a seguir.

Eu me vejo uma líder de *merchandising*, bem reconhecida no Brasil, né? Fazendo história na [nome da empresa], porque eu ainda acredito que eu vou tá na [nome da empresa] daqui a 10 anos, né. E representar a minha cor, representar as mulheres, porque a gente sabe que é bem difícil uma mulher tá em um cargo né. Eu li uma reportagem, parece que só é 20% de mulheres que gerenciam. Então assim, eu acredito que daqui a 10 anos eu serei a diferença, na [nome da empresa]. E se não for na [nome da empresa], eu serei em uma outra empresa maior que a [nome da empresa], mas eu nunca vou me rebaixar, eu vou tá grande, se Deus quiser [riso] (F12).

Mais uma vez, marcadores interseccionais surgem nos relatos, nesse caso destacando as particularidades que a interconexão de gênero e cor de pele representa nas trajetórias profissionais de mulheres negras (CREENSHAW, 2002; CARNEIRO, 2003). Cabe lembrar que a jovem F12 relatou que sua juventude e sua trajetória profissional foram marcadas por

um caso de assédio sexual cometido por um policial em seu ambiente de trabalho, mencionando que não buscou ajuda na época do ocorrido, porque, segundo ela, não era um período de luta e defesa dos direitos de mulheres negras, como tem sido atualmente. Ao falar sobre seu futuro profissional, mesmo diante do baixo número de mulheres negras em cargos gerenciais e das desigualdades que marcam a sociedade brasileira, a jovem F12 demonstra que objetiva mobilizar estratégias de resistência e se tornar reconhecida, fortalecendo a representatividade de mulheres negras, o que demarca aspectos vinculados à agência e ao empoderamento (COLLINS, 1986).

Alguns dos jovens se sentiram confortáveis em estender suas perspectivas futuras para além do âmbito profissional, compartilhando como se imaginam daqui a 10 anos na vida de modo geral. Os jovens M8, M9 e M23 mencionaram como é difícil fazer essa projeção, principalmente em tempos de pandemia, que ensinaram a viver um dia de cada vez, tornando horizontes de longo prazo difíceis de imaginar. Para muitos jovens, o foco se resume ao agora, pois faltam conexões com um futuro que lhes parece distante e sem garantias (PAIS, 2003; OLIVEIRA, 2019).

Aspectos relacionados à família foram citados de forma mais recorrente, indicando o desejo de construir um novo núcleo familiar (M5, M7, M8, F10, M11, F15, F16, F17, M18, F19, F20, F21, M22, F24). Interessante notar que, apesar de mencionarem a construção de uma família, em alguns casos (M5, M8, F15, F16, F17, F24) essa informação segue acompanhada de elementos de dúvida, como “talvez”, “acho que”, “quem sabe”, “de repente”, principalmente no caso de jovens mulheres, que afirmam não ter certeza sobre a maternidade e o casamento. Já as jovens F21 e F25, que são mães, não expressaram desejo de ter mais filhos, uma vez que F21 mencionou apenas o desejo de se casar, enquanto F25 falou do desejo de propiciar boas oportunidades para a filha, vinculando seu futuro ao desenvolvimento dela.

Espero tá podendo ter dinheiro pra poder viajar bastante, conhecendo outros países. Estabilidade financeira. Quem sabe me casar, ter filhos eu pretendo, mas no momento eu não tô namorando, no momento eu não tô nada, então assim, tô tentando ir aos poucos e deixando a vida levar nesse sentido (F16).

Ahm, e até os 30 ali eu pretendo viajar pra fora do Brasil, ahm... Fazer um curso de inglês, continuar no meu emprego e talvez, ter um filho depois dos 30, mas eu acho que isso não tá nos meus planos agora, não sei. Às vezes eu acho que eu não quero ser mãe, às vezes eu acho que quero, não sei. Acho que as coisas às vezes vão mostrando um caminho diferente né (F17).

Ai, daqui a 10 anos eu quero ter a minha própria casa, que é uma coisa que eu sempre sonhei, ter uma, morar sozinha, ter meu próprio canto. Deixa eu ver, daqui a 10 anos eu vou ter 35, de repente até lá eu queira ter filhos também. Ter alguém

parceiro que, que eu goste, que até então não tenho namorado nem nada, nem perspectiva de namorar, até lá de repente apareça alguém (F24).

Ainda em relação a questões familiares, também, foram mencionadas perspectivas de bem-estar, estabilidade e proximidade da família de origem (F10, F12, F19). Apenas a jovem F14 citou em suas projeções que se imagina sozinha em sua própria casa, estabilizada e fazendo o que gosta, embora reconheça que vai encontrar julgamentos por causa disso, como aqueles que já enfrenta na igreja que frequenta.

O desejo de estar em sua própria casa perpassou diversos relatos dos jovens (M5, F10, F12, F14, F15, F17, M18, F19, F21, M22, F24), o que é compreensível em virtude de a maioria ainda residir com os pais ou responsáveis. Também foi mencionado o desejo de alcançar estabilidade financeira que permita usufruir de conforto, lazer e viagens (F6, F10, F14, F15, F16, F19, M26), colhendo os frutos do esforço que estão depositando em suas trajetórias profissionais.

[...] então eu pretendo ser, é, daqui 10 anos, já ter filho né, já ter comprado a minha casa. É... enfim, a vida financeira estar, é, né, uma vida financeira estável, né, lógico que todos nós queríamos ser ricos né, mas, trabalhando a gente nunca vai ser [ênfase], então, é [riso]... Vida financeira estável, já tá ótimo, como eu sempre tive, graças a Deus, nunca passei dificuldade igual eu te falei, nunca passei na minha infância, nada, na minha juventude. Não... sempre tive praticamente tudo o que quis né, correndo atrás também né, não foi assim, caindo no colo não, mas, vindo atrás eu conseguia (F10).

Ah, espero que com muito dinheiro né [risos]. Podendo viajar, podendo usufruir, desse, disso que eu, disso que eu vou construir né nesse período de 10 anos que você tá colocando. Uma vida mais tranquila, uma vida estabilizada, e que eu possa ter aquilo que eu quero, “ah, eu quero um carro”, eu vou ter aquele carro, “eu quero viajar pra tal lugar”, eu vou viajar pra tal lugar. Não vai ser mais só uma vontade, mas eu vou fazer (M26).

A jovem F10 cita, como em outras passagens da entrevista, o fato de que nunca passou necessidades na infância, e é enfática ao afirmar que pretende apenas possuir estabilidade financeira, mas que não almeja ficar rica, porque, segundo ela, isso não é possível trabalhando. Afirmações nesse sentido, também, perpassaram os relatos dos jovens F3 e M22, destacando que o excesso de trabalho envolvido na busca de ascensão pode impedir as pessoas de viver, de fato, então as perspectivas de estabilidade financeira se adequam à realidade que possuem.

Eu vi até uma menina falando que ela, é, teve trombose, ficou muito ruim no hospital e tal. Ela falou: “gente, para com essa mania de ficar pensando no futuro, no futuro, no futuro, cê pode morrer amanhã”. Tem que pensar? Tem. Mas cê pode morrer amanhã, e aí? Que que adiantou? Ela até falou “trabalhar igual um doido, guardar dinheiro igual um doido procê morrer amanhã”. Ela falou desse jeito. Então

assim, não adianta também cê ficar preso no futuro, “ai, vou guardar milhões, pra mim ser bem...”. Tá, mas e amanhã? Cê vai morrer e milhões vai ficar pra outra pessoa. (F3).

Ah, com família né. É, meus filhos, e minha esposa, vivendo. Eu não posso querer... eu quero é viver sabe? Eu quero viver. E às vezes a gente fica tanto querendo ser rico que... eu vejo isso como motoboy. Eu trabalho três meses aí, sábado e domingo e, infelizmente... Viver, entende? Três meses não, um mês né, trabalhando direto, sem sábado e domingo, eu acabo usando essa folga pra trabalhar um pouco mais. E trabalha tanto, tanto, que às vezes, isso eu não tô vivendo, não tô vivendo (M22).

Sabe-se que os jovens apresentam tendência a ocupações menos protegidas e pior remuneradas (BRADLEY; DEVADASON, 2008; PICANÇO, 2015; CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017; CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020), além de representarem o grupo com menores rendimentos do trabalho (IBGE, 2019), o que pode levar à tentativa de compensação por meio da carga de trabalho, como relatado por M22. Em uma sociedade que valoriza e socializa os sujeitos para o trabalho (TARTUCE, 2007), o jovem M22 relata a angústia de trabalhar sem pausas, causando a sensação de que não está vivendo para além do trabalho.

Quanto às projeções futuras para a vida, de forma geral, foram observados, também, desejos relacionados à formação (M5, M9, F17), seja na pós-graduação, em uma nova graduação ou em cursos de idiomas estrangeiros; à manutenção de saúde física e mental (F6, M11, F15); e ao engajamento em causas sociais (M11, M23), envolvendo mentoria para jovens, como forma de retribuir o direcionamento recebido, e ações solidárias de forma geral, expressando o desejo de ser útil à sociedade.

Explorando um pouco mais as conexões dos jovens com o “passado”, o “presente” e o “futuro”, a técnica projetiva de associação os apresentou essas palavras, de forma que foram percebidas, de modo geral, associações negativas quanto ao passado, valorativas quanto ao presente e de incertezas, mas esperanças quanto ao futuro. No que diz respeito ao passado, os jovens apontaram que não se deve ficar apegado a ele, pois é algo que ficou para trás e que se deve esquecer (M2, F3, M9, F19, F21, M22, F25). Para alguns jovens, ele serve como aprendizado (F1, M2, M13, F16, M22, F24), experiência (M4, M7, M11), exemplo (F6, F14) e faz parte da história (M5, F17), mas para outros envolve dor (M13, F20, F21), vergonha (M13), frustração (M26) e experiências muito ruins (M18), sendo indicado superar o passado (M23). Por outro lado, houve jovens que destacaram as boas lembranças (M8, F10, F15) e as dificuldades vencidas (F15, F21), afirmando que se deve aceitar o passado (M7, F12) e levar dele apenas as coisas boas (F10).

Quanto ao presente, houve uma tendência à valorização dessa dimensão temporal, pois os jovens citaram que se deve viver e aproveitar o presente (M9, F12, F14, F19), que ele representa oportunidades (M2, F6, F14), sonhos (M22, F25, M26), chances de mudar e construir algo novo (M2, F15), um presente (F14, M26) ou dádiva de Deus (M26), expressando sentimentos de gratidão (M13) e esperança (F20). Foi percebida uma maior conexão com o presente, explícita nas associações das jovens F3, F6 e F24. A jovem F10 reforçou que se deve viver dia após dia, diante das dificuldades de planejamento percebidas na atualidade, e a jovem F16 associou o presente à ansiedade e às dúvidas em relação ao futuro. Já para o jovem M23, assim como o passado, o presente deve ser superado; e para a jovem F21, o presente não é aquilo que ela esperava, representando um tempo para “correr atrás”.

Em relação ao futuro, a palavra foi associada pelos jovens ao planejamento (M2, M7, M11, F12), aos sonhos e realizações (M13, F15, F17), à esperança (M5, F6, M23), ao alcance dos objetivos e às conquistas (M4, M13, F25), ao sucesso (F1, F20), a um tempo para novas ações, nova história e liberdade (F15) e para alcance do sucesso financeiro (M26). Por outro lado, o futuro foi associado a dúvidas e incógnitas (F14, F16), a algo incerto (M2, M8), onde tudo pode mudar (F3), de forma que não se deve ficar preso ao futuro (F3) e que só Deus sabe o que ele trará (F24). Foi apontada a dificuldade de planejamento (F10, M13, M22), trazendo apenas horizontes temporais de curto prazo, como dois ou três anos (M13, M22) e destacando o cenário pandêmico, que tornou a relação com o futuro ainda mais complexa (F10). O panorama encontrado reflete a obscuridade que o futuro representa para os jovens, de forma que muitos deles se voltam para o presente e para planos futuros de curto prazo (PAIS, 2003).

Após compreender um pouco melhor as perspectivas dos jovens sujeitos do estudo quanto às suas trajetórias e conexões temporais, eles foram questionados em relação ao controle que acreditam possuir tanto sobre suas trajetórias de vida, quanto sobre suas trajetórias profissionais. Nesse sentido, considerando a trajetória de vida, para a maioria deles há percepção de controle, seja de forma geral (M7, M8, M11, F12, F14, F17, M18, F19, M22, F24), seja em partes (F1, M2, F3, M4, M5, F6, F15, F16, M23).

Em alguns momentos eu acho que a gente consegue ter controle, outros não porque, aquilo que a gente, o nosso, a nossa vida vai mudando, vai acontecendo... Então, como eu tava falando, acredito que a gente tem um controle da nossa vida, prazos, mas, no dia a dia tem uma interferência né, e isso faz com que a gente mude. Por mais que a gente tenha controle da nossa vida, as coisas que acontecem ao nosso redor também contam né (M5).



Total. Eu acho que, a gente sabe que, a gente tem as percepções de que é, políticas públicas ajudam bastante nossa vida, porém eu consigo olhar mais pra mim, sabe? Eu olho mais o que eu devo fazer e correr atrás, porque se a gente for ficar esperando sempre dos outros é, muito difícil porque, primeiro que a gente não sabe o que nos espera, e segundo que é melhor contar, é melhor contar com a gente mesmo. E fazer o nosso (M8).

Nesse exato momento sim. Se tu me fizesse essa mesma pergunta há três anos atrás eu ia falar que “não, não tenho controle, eu tô desesperado, me ajuda”. (E o que mudou, que você percebe de lá pra cá?) O meu modo de ver, o meu modo de perceber a vida, sabe? Eu percebi que, se eu não fazer por mim, ninguém vai fazer por mim. Ou eu faço, ou eu faço, não tive tanta escolha sabe, tive que amadurecer e saber, é, lidar com muitas questões (M18).

Eu acho que sim, eu acho que eu tenho, principalmente porque eu trabalho por conta, assim, porque hoje em dia a minha vida depende muito de mim, o meu trabalho depende de mim, então eu acho que eu tô no total controle assim, de tudo que eu, tudo que eu fizer agora é um investimento pro meu futuro, e eu acho que todas as decisões que tomar agora vão me influenciar depois. Tanto que às vezes eu tento me policiar pra fazer as coisas, investir mais em estudo específico do que eu tô fazendo, pra que eu não perca tanto tempo, pra que eu tenha mais conhecimento pra chegar onde eu quero né, acho que no momento tudo depende de esforço (F24).

Para aqueles que afirmaram possuir controle, as questões de esforço individual e de escolhas foram sublinhadas, enquanto para aqueles que afirmaram ter controle em partes, as interferências externas que podem modificar o cenário foram pontuadas, destacando que é possível se adequar a tais interferências e contorná-las. De forma geral, os discursos trouxeram elementos que se alinham à ideia de meritocracia, depositando apenas no indivíduo as responsabilidades pela sua trajetória e pelo seu sucesso (HELAL, 2007).

Por outro lado, para os jovens M9, F10, M13, F20, F21, F25, M26, não há percepção de controle sobre a trajetória de vida, destacando as dificuldades e barreiras que se impõem e que não podem ser controladas, além de questões de fé, relacionando o controle dos destinos a Deus.

Então, controle eu não tenho não. É, eu vou fazendo né, eu sempre fiz o possível pra ter o controle, não assim pra ter o controle, mas sim pra ter o que eu quero, né? Mas no meio do caminho a gente encontra alguns percalços, a gente encontra algumas, alguns problemas, algumas dificuldades, algumas barreiras e isso mostra pra gente que a gente não tem controle da nossa vida, né? Tá tudo nas mãos de Deus, mas vou me adaptando e vou me reinventando ao que eu vou me deparando no meio do caminho (M9).

Não. De forma alguma. É, já pensei que sim, mas hoje eu vejo que de jeito nenhum, não. Porque a gente é muito imprevisível, eu não posso dizer que eu tô tudo bem aqui no trabalho, dá cinco minutos eu posso ser mandado embora daqui e acabou minha vida né, porque, é, eu não, aí não sei como que eu vou pagar minha faculdade, não sei como que eu vou me manter no trabalho né, como que eu vou arrumar outro, a renda que eu possuo hoje eu não sei se eu vou conseguir manter, então não (M13).

Então, eu achei que eu tinha controle, totalmente, porque quando você começa uma coisa, aí cê fala “não, vai acontecer isso, eu vou fazer isso e isso”, e aí, quando entrou a pandemia, e eu tive que parar tudo, eu vi que não depende só de mim, que eu não tenho controle 100% de nada, das coisas que acontecem, ninguém tem, porque ninguém imagina umas coisas dessas. A gente acha que a gente tá ali, tá seguro, mas não, na verdade não, depende muito, depende de, do governo, depende de, das estruturas, depende, tipo assim, cê pode tá super bem hoje, amanhã você ficar sem emprego, por conta de uma crise econômica, e não ter aonde tirar seu sustento. Então a gente, a gente acha que tem o controle das coisas. O planejamento ele é muito bom, ele te assegura, mas nem sempre dá certo, porque depende de outros fatores (F20).

Quando questionados sobre o controle acerca da trajetória de vida em geral, houve frequente associação com o âmbito laboral, como nos relatos de M13 e F20. O jovem M13 chega a afirmar que, caso seja demitido, a sua vida acaba, demonstrando a importância que o trabalho assume em seu cotidiano, enquanto a jovem F20 menciona que hoje possui emprego, mas amanhã pode já não possuir, o que está ligado a diferentes fatores, inclusive, econômicos e governamentais. Esse cenário está vinculado à destacada imprevisibilidade e vulnerabilidade que afetam os jovens no que tange a trabalho e a emprego na sociedade contemporânea (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; PICANÇO, 2015; COBOS-SANCHIZ et al, 2020).

Nos relatos dos jovens F3 e M9, o contexto religioso foi usado para justificar sua percepção de que não possuem total controle sobre a trajetória de vida, uma vez que isso está nas “mãos de Deus”. Já o contexto pandêmico foi citado por M20 e M26, justificando a ausência de controle diante de interferências externas que podem implicar em mudanças radicais nos planejamentos traçados. A jovem F19 menciona o contexto emocional, afirmando que é o único âmbito sobre o qual não tem total controle e, às vezes, precisa de ajuda, o que se intensificou durante a pandemia, quando ela recorreu à terapia.

Por fim, a jovem F14 mencionou que o contexto social influencia as trajetórias de vida, pois, segundo ela, questões sociais implicam em oportunidades diferentes. Apesar de reconhecer essa influência, a jovem afirma que “quando a gente quer, quando a gente tem vontade, ou às vezes também não tem, é só uma oportunidade que aconteceu, nossa trajetória a gente consegue direcionar e tomar conta da nossa trajetória sim”.

Quando questionados especificamente acerca da trajetória profissional, a percepção de controle foi ainda mais expressiva. A maioria dos jovens afirmou que acredita controlar a trajetória profissional de forma geral (F1, M2, F3, M7, M8, M11, F12, F14, F17, M18, F19, M22, F24, F25, M26) ou em partes (M4, M5, F6, F15, F16).

Aí eu já acho que a gente tem mais controle, porque vai da gente mesmo, de estudar, de correr atrás, de dar o melhor de si, de ser pontual, de ser tudo, então eu acho que assim, a gente tem mais controle (F3).

Trajatória profissional... acho que, acho que se aplica a mesma resposta, se tu me perguntasse eu ia falar que “não, mas, por favor, me dá um emprego né, eu preciso me ocupar”, tanto que eu tenho, eu tenho meus problemas e, muitos deles assim, vieram a tona por eu tá desempregado né. E no final das contas, eu ocupado, eu não penso em bobagem. (Entendi. Problemas de saúde?) Psicológicos. [...] que nem, eu tava trabalhando, só que eu tava com muito problema ainda, tava pensando em fazer besteira, acredito que o ambiente onde eu estava trabalhando ajudou a piorar as coisas. Agora o ambiente que eu estou agora me ajudou muito (M18).

O relato do jovem M18 se destaca porque, apesar de afirmar que possui controle tanto da trajetória de vida quanto da profissional, ele menciona um período no qual passou por problemas psicológicos e teve uma percepção diferente acerca desse controle. Tais problemas foram associados ao desemprego, em determinando momento, e também à uma posterior experiência de emprego traumática. Segundo o jovem, ele pensava em “fazer uma besteira” e, nesse sentido, enquanto o ambiente de trabalho anterior contribuiu para piora do quadro, o ambiente atual foi um suporte para sua melhora, demonstrando como as vivências no mundo do trabalho podem ser substanciais para os sujeitos. Experiências de desemprego, além de formas de emprego precárias e temporárias, comuns entre os jovens, podem levar a impactos como o desenvolvimento de depressão e isolamento social (FURLONG, 2016), bem como podem envolver outros impactos físicos e psicológicos nas trajetórias juvenis. A atenção sobre a saúde dos jovens, geralmente, é centrada em aspectos físicos, menosprezando a questão do apoio psicológico, que tende a ser necessário em situações de restrições de oportunidades e tensões contínuas no contexto econômico e pessoal (KLIKSBERG, 2006).

Novamente, as questões de esforço individual foram levantadas a fim de justificar o controle que os jovens entrevistados percebem ter sobre a trajetória profissional, trazendo elementos como boa formação, preparação, busca de conhecimento e de bom desempenho, iniciativa e força de vontade. Em contrapartida, para alguns jovens, não há percepção de controle sobre a trajetória profissional (M9, F10, M13, F20, F21, M23), destacando questões relacionadas à instabilidade e à reversibilidade dessas trajetórias na atualidade.

Não, também não. Não tenho controle porque, como eu falei, hoje a gente tá aqui, amanhã a gente não sabe se vai estar, né? [...] Se hoje eu tô me preparando pra chegar, amanhã eu tenho isso pra fazer, eu tenho que abrir conta, eu tenho que vender, eu tenho que fazer isso, eu tenho que fazer aquilo, mas eu posso chegar aqui e eles falarem assim: “[M9], infelizmente você está sendo desligado.” Então eu não tenho controle da minha vida profissional (M9).

Apesar de haver evidências indicando que o Programa de Aprendizagem impacta, positivamente, as chances de ingresso em um emprego formal e a diminuição da rotatividade (CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2019), o medo de perder o emprego é algo recorrente

entre os jovens. Nesse sentido, a palavra “desemprego”, durante a técnica projetiva de associação, trouxe associações relacionadas ao sofrimento (F3, F12, M13), tristeza e agonia (F10, F16, M18), desigualdade (M4, F20), injustiça e desrespeito (F14, F24), perda de renda e falta de dinheiro (F15, F25), estresse (F1), medo (F6) e dor (F16). A insegurança no âmbito laboral reflete a vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho, a imprevisibilidade que permeia as trajetórias profissionais na sociedade contemporânea, bem como a não-linearidade que marca os percursos profissionais no Brasil (CORROCHANO, 2013).

De forma geral, em relação ao controle percebido sobre suas trajetórias, os jovens entrevistados reforçaram o discurso da autorresponsabilização e do louvável esforço individual, difundido com vistas a funcionar como uma espécie de véu que encobre discussões sobre falta de oportunidade e sobre marcadores de diferença que justificam a manutenção do tecido social. Os discursos baseados no esforço e na figura do jovem “batalhador” são evocados no intuito de se distanciarem da figura do “vagabundo” (VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014) e dos discursos do jovem como problema social (SAVEGNAGO, 2019).

É perceptível a interiorização do papel do “bom trabalhador” (MÁXIMO, 2012) e a ausência de questionamentos quanto às práticas das organizações, de forma que as experiências negativas no mundo laboral são raramente mencionadas (ALVES; ALBANESE, 2016) ou ressignificadas como demonstrações de garra e independência. A maioria dos jovens faz referência à escolha individual, ao controle e à agência, embora, apenas para alguns, essa retórica seja acompanhada dos recursos e oportunidades necessários (THOMSON et al, 2002).

Frente ao exposto, o objetivo específico de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a trajetória profissional permitiu observar aspectos destacados na literatura sobre jovens e trabalho, além de particularidades dos sujeitos de pesquisa. A maioria deles teve sua inserção laboral por meio da informalidade, em ocupações precárias e atividades de natureza empobrecida. A inserção ocorreu em idades que variaram de 12 a 20 anos, refletindo a origem social dos jovens egressos e indicando diferentes possibilidades de viver as juventudes, o que é reforçado mediante os relatos de adultização precoce. Para os egressos entrevistados, o Programa de Aprendizagem é visto como um marco na trajetória profissional e de vida, principalmente em virtude de oferecer amplos conhecimentos, a experiência demandada no mercado de trabalho e a renda de que precisaram para se sentirem mais independentes e, em alguns casos, para ajudar nas despesas familiares ou mesmo arcar, integralmente, com essas despesas.

Após a experiência como aprendizes, a maioria dos jovens foi efetivada ou conseguiu outras oportunidades, demonstrando orgulho das trajetórias que estão em construção. Nesse sentido, o esforço realizado por eles recebeu muita ênfase nos relatos, relatando rotinas atribuladas e cansativas que, na maioria dos casos, conciliam estudos e trabalho. Apenas dois jovens estavam desempregados no momento da realização da pesquisa e, dentre as ocupações atuais, a maioria atua em cargos de natureza operacional, contudo, há jovens em cargos gerenciais, casos de M9, M11, F17 e M26. Foram observadas dificuldades quanto ao planejamento do futuro, mas muitos jovens trouxeram perspectivas relacionadas à manutenção na área de atuação, com objetivo de crescimento na hierarquia, remetendo à visão tradicional de carreira. Quanto à vida, em geral, as perspectivas futuras destacaram o desejo de morar na própria casa e de constituir uma família. As expectativas quanto à mobilidade social, não alcançada no caso da maioria dos pais ou responsáveis, seguem baseadas na esperança de um futuro melhor, pois em consonância com Silva Filho, Silva e Queiroz (2015, p. 24), “constata-se a ausência e/ou baixa mobilidade social advinda do trabalho para as juventudes brasileiras”.

#### **4.7 Percepção dos jovens egressos sobre diversidade e desigualdades**

Considerando que certos marcadores aos quais os jovens se vinculam e o contexto no qual se inserem podem impactar suas trajetórias (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019), os entrevistados foram questionados se perceberam, em algum momento, que suas vidas foram afetadas por fatores como idade, cor de pele, sexo, local de origem, aparência, religião, condição social ou outros aspectos que podem diferenciar as pessoas.

Questões relacionadas à aparência e à cor de pele, que possuem papel crucial na formação e desenvolvimento de estereótipos (PAIM; PEREIRA, 2011), foram os aspectos mais recorrentemente citados, de forma isolada ou combinada com outros fatores, como pode ser visto, no Quadro a seguir.

Quadro 16: Marcadores de diferença percebidos pelos jovens entrevistados

Eixos temáticos	Categorias	Síntese do conteúdo	Entrevistados
Nenhum	Privilégios Diversidade	Reconhecimento de privilégios, entraves e facilidades. Percepção de diversidade nas empresas.	F3, M8, M9, F19, M23
Um fator	Idade Local de moradia Sexo Aparência Classe social	Muito jovem para certos trabalhos. Bairros/regiões mal vistas. Mulher. Assédio. Tatuagens. Pobreza.	F1, M7 F6, F10 F14 F17 M18
Diferentes fatores	Região de origem/ aparência Cor/ orientação sexual Cor/ aparência Cor/aparência Aparência/ formação Aparência Cor/ região de origem Região de origem/ personalidade Aparência Classe/ religião/ cor/ personalidade/ aparência Cor/ classe Idade/ sexo Cor/ classe/ aparência Racismo reverso/ classe	Sotaque nortista e acima do peso. Negro e homossexual. Negro e mancha no rosto. Negra e cabelo. Acima do peso e curso Biologia. Cabelo e acima do peso. Negro e nordestino. Nordestino e introspectiva.  Tatuagens e cabelo descolorido. Pobre, evangélica, negra, introspectiva e simplicidade. Negro e pobre. Jovem e mulher. Negra, pobre e cabelo. Privilégio da branquitude, pobre.	M2 M4 M5 F12 M13 F16 M11 F15  F21 F20  M22 F24 F25 M26

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para os jovens F3, M8, M9, F19 e M23 não há percepção de que suas vidas foram afetadas por nenhum aspecto que pode atuar como marcador de diferença. Os jovens F3, M8 e M9 são brancos e moradores das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil, enquanto os jovens F19 e M23 são negros e moradores da região nordeste do Brasil, e todos eles são heterossexuais.

No geral? Graças a Deus eu acho que não. Graças a Deus assim, vamo falar o real né, eu sou privilegiada, graças a Deus com muitas coisas, eu não preciso lidar, por exemplo, com o que uma pessoa negra lida, como uma pessoa homossexual, graças a Deus eu tenho alguns privilégios. Então nunca passei por, assim, de cabeça que tô lembrando, nunca passei por nenhum tipo de situação, nem em entrevista de emprego. Graças a Deus não (F3).

Eu acho que, não. Eu, o que mais me, que não chega nem aos pés disso, quando a gente tá na faculdade a gente tá procurando emprego, né? Aí tá lá, é, 6º período da faculdade, é, mas eu acho que, nunca passei por esse processo de idade de, por exemplo, eu queria entrar no banco, eu entrei pelo Programa Jovem Aprendiz. Graças a Deus, eu ainda estava no tempo né, na idade ainda de participar do Programa de Aprendizagem. E... hoje as empresas são tão, elas são tão... diversificadas, né? Então eu já acho que é bem difícil de encontrar esse tipo de dificuldade, de cor, raça, opção sexual, religião, idade (M9).

Alguns jovens, como F3 e M8, mencionaram em seus relatos o fato de serem privilegiados por não vivenciarem certas dificuldades relacionadas aos marcadores sociais de

diferença que impactam as pessoas na sociedade, demonstrando ciência de que isso ocorre e dando como exemplos os marcadores de raça, orientação sexual, local de origem e classe. Por outro lado, o jovem M9 apresentou uma percepção diferente, afirmando que aspectos como esses não mais implicam dificuldades, uma vez que, segundo ele, as organizações são muito diversificadas na atualidade. Foi muito comum, no decorrer das entrevistas, que em perguntas mais abrangentes, as respostas fossem relacionadas ao mercado de trabalho, como no relato de M9.

Houve casos em que os jovens apontaram a influência de um único fator em suas trajetórias, e mencionaram aspectos como: 1) idade, pois F1 e M7 foram julgados jovens demais em experiências laborais que tiveram; 2) local de moradia, considerando a má fama do bairro ou região de residência, de forma que F6 só conseguiu sua primeira oportunidade de emprego, após se mudar, e F10 frisou que ocultava o seu endereço no currículo ao buscar vagas de emprego; 3) sexo, frente aos apontamentos de F14 sobre o assédio que mulheres sofrem no cotidiano; 4) aparência, devido às tatuagens que F17 possui e afirma que já geraram exclusão e olhares recriminatórios no ambiente laboral, principalmente, de pessoas mais velhas; e 5) classe social, diante das dificuldades vivenciadas na infância de M18, vinculadas à pobreza de sua família.

Já. Já, porque é, eu sou branca, eu sou hetero, mesmo que eu seja da periferia, eu ainda tenho diversos privilégios a mais do que uma pessoa preta, uma mulher preta, uma mulher preta que mora na periferia, e tantas outras coisas, então. É, ser, por exemplo, ter pais casados, é um privilégio, ter uma família estruturada é um privilégio. É... e ter essa base familiar, estruturada, pra dar apoio é, é um privilégio. Não, não, não sofro racismo, racismo reverso não existe, é um privilégio, que ser branca, mesmo num contexto de periferia é um privilégio. Eu estudei em escola pública? Eu estudei em escola pública. Mas, eu nunca fui julgada pelo meu cabelo porque o meu cabelo é liso, nunca fui julgada pelo tom da minha pele, nunca fui seguida no mercado, nunca fui seguida na loja, é, e todas essas questões. Como mulher a gente sofre muito assédio ainda, é medo de andar na rua, é assédio dentro do metrô, dentro do ônibus, ainda, isso ainda é um conjunto, mas... as outras coisas elas são separadas, elas são diferentes. Então a cor é um privilégio, é, a minha família estruturada foi um privilégio, essa oportunidade que eu tive na [Instituição Alfa] foi um privilégio, porque não são todas as, todos os jovens que vão conseguir alcançar (F14).

Eu acredito que muitos problemas que eu tenho hoje em dia, refletiram o que eu passava quando era mais criança. Questão de classe social. Eu falei, meu pai foi pra, pro meio das drogas né, e isso fez a minha família ficar, de modo direto, ficar pobre. A fonte de renda da minha família era, era o meu pai, o meu pai era um marceneiro assim de mão cheia e depois que foi pro meio das drogas piorou tudo, a minha mãe se desesperou, me desesperou, desesperou minha irmã e foi ladeira abaixo. (Uhum. E aí você acredita que essas questões de, das condições financeiras que vocês tinham têm influência na vida de vocês até hoje?) Sim. Tanto que o meu maior medo é ficar desempregado e eu não conseguir outra coisa, sabe? (M18).

Interessante notar que F14 reforça, em seu relato, os privilégios que possui por ser branca, ter cabelos lisos, ser heterossexual, ter uma família estruturada e ter a oportunidade de inserção laboral que recebeu por intermédio da Instituição Alfa. A jovem faz algumas ressalvas relacionadas ao fato de morar na periferia e de ter estudado em escola pública, embora não aponte esses como fatores de influência em sua trajetória. Ela cita o fato de ser mulher como algo que implica em situações de assédio no cotidiano e destaca que ser mulher, negra e periférica envolve vivências diferenciadas na sociedade. Ainda que sem estar ciente disso, a jovem F14 destaca a importância de um olhar interseccional, especialmente no Brasil, onde raça, gênero e classe social se articulam (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015) e podem potencializar e particularizar a diferença e a opressão/discriminação. Desse modo, há um alinhamento à crítica do uso de abordagens superinclusivas que, ao tratarem de mulheres como um grupo coeso e homogêneo, almejam tornar as diferenças existentes invisíveis (CRENSHAW, 2002).

Já o relato de M18 chama atenção à influência da classe social em sua trajetória, pois sua infância foi marcada pela pobreza após o pai, única fonte de renda da família, se tornar usuário de drogas e sair de casa. Com isso, a mãe teve que buscar meios de manter a casa, e foi intitulada, por M18, de “guerreira” por não deixar nada faltar aos seis filhos que se responsabilizou por criar sozinha. Esse cenário fez com que a irmã mais velha de M18 saísse de casa aos 12 anos e começasse a trabalhar, enquanto M18 teve sua inserção laboral aos 13 anos de idade. Segundo o jovem, os reflexos disso ainda são presentes em sua vida, uma vez que seu maior medo é ficar desempregado e voltar a um cenário de dificuldades, o que reforça que a origem social dos indivíduos atua como “forte delimitadora dos destinos sociais” (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019, p. 571). Para M18, que vem de um contexto de pobreza e possui menor nível de qualificação, as oportunidades laborais tendem a ser aproveitadas com menos restrições (PAIS, 2005).

Por fim, para a maioria dos jovens, diferentes aspectos em conjunto foram vistos como marcadores que se imbricaram e influenciaram ou ainda influenciam suas trajetórias. No caso do jovem M2, questões referentes à sua aparência, vinculadas ao peso durante a infância, e à sua região de origem, uma vez que cresceu na região norte do país, o levaram a ser alvo de críticas por estar acima do peso e pelo seu sotaque, ao se mudar para o sul do Brasil. O fato de estar acima do peso, principalmente, durante a infância, também foi mencionado por M13, que acrescentou que a escolha de sua formação, em Biologia, é criticada e tachada como atípica e inútil.



O jovem M4, por sua vez, sente que sua vida foi afetada por ser negro e homossexual, destacando que, no mercado de trabalho, além das dificuldades de adaptação, há muita dificuldade em fingir ser algo que não é, diante do imperativo de mascarar a orientação sexual e “entrar na linha”. O jovem M5, também, menciona a cor de pele, por ser negro, além da aparência, devido a uma mancha de nascença que possui na testa, pois, segundo ele, a sua imagem é afetada pela mancha por se tratar de algo tão exposto quanto a cor da pele. Questões relativas à cor de pele, também, são mencionadas nos casos dos jovens M11, F12 e M22, o primeiro por ser negro e nordestino, a jovem F12 por ser negra e possuir cabelo crespo, e M22 por ser negro e de classe social baixa, todos exemplificando com situações vivenciadas no mercado de trabalho.

Tinha muita dificult..., às vezes, tinha que forçar ser uma coisa que a gente não era, né, até por conta de, de, já tava, era difícil né, porque já tava no meio de pessoas ali de... diferentes né, você era olhado assim meio torto por conta de cor, por conta de orientação sexual também, então você acaba, acaba se, se controlando ali, botando na linha que eles colocavam é, pra pelo menos tentar uma efetivação né. Muito, com muito custo assim, de, tá querendo entrar na linha, de tá, é vivendo uma coisa ali na realidade que não era nem... Mas como eu tinha falado né, o que que era um bom trabalho, era aquilo que você gosta de fazer né, um ambiente até que você goste de tá, e pra mim não tava, não tava (M4).

É, eu, tenho certeza que sim, até porque eu sou negro e sou nordestino e, é, né, por exemplo, nessa empresa que eu tô eu não sofri nada com isso, mas na outra empresa que eu trabalhei eu, escutei uma piada, do diretor, que tinha acabado de sair de uma reunião, ele falou, é, “não faça serviço de negro”, e quando um colega meu que tava na reunião falou que ele falou essa frase, eu fiquei muito, fiquei muito chateado, fiquei muito irritado dele ter falado isso, porque não foi algo sem querer, sabe? Foi algo intencional. Ele só esperou o, o único negro da sala sair pra falar uma coisa dessa, então isso, é, isso mexe muito comigo e, além de ter me afetado um tempo, isso é algo que me afeta porque, é, são coisas que eu luto contra, sabe, o racismo (M11).

Já, já. É, inclusive, nessa nova fase minha né. Eu fazia uma loja, é, era um mês atrás, eu fazia uma loja, e o gerente simplesmente não foi com a minha cara, pela minha cor e pelo meu cabelo, entendeu? Então assim, eu passei por humilhações nesse mês que eu passei, né, é, ele me, gritava comigo, colocava culpa de coisas assim em mim, e chegou um momento que a minha liderança viu que tava demais e decidiu me tirar dessa loja, entendeu? Pelo simples fato de ele não gostar do meu cabelo e da minha cor, sabe? Então é complicado (F12).

Já trabalhei como garçom, recolhendo a mesa assim, os copos, a moça pegou o telefone e piscou uma pra outra, “não pode dar mole”, uma indireta né. Eu tipo assim, vi aquela situação e tudo mais, mas, eu sempre tive isso como, em mente pra mim, eu sei quem eu sou. [...] Acredito talvez que, né, se fosse uma cor, isso não me afeta não. Infelizmente Jane, é isso. A cadeia se você for puxar lá, 70% dos presos são negros. 70, 80. Então o, o, às vezes não é uma coisa que tipo assim, acontece agora, vem de muito tempo. A gente, eu entendo que isso aí existe, mas, eu sei quem eu sou e continuo, não vou ficar brigando. Tem hora que, às vezes tem que entrar mais diante de uma discussão pra não, de uma discussão não, de uma conversa mais séria, pra não ficar batendo a cabeça, mas só se for muito séria mesmo, perante a mim (M22).

Os relatos evidenciam como a cor de pele, aliada a outros marcadores, pode influenciar as vivências no mundo laboral (SANSONE, 1996; HIRATA, 2014; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018), tornando ainda mais vulnerável a posição de jovens que buscam uma inserção qualificada no mercado. Nesse sentido, pode ser destacado o relato de M22, jovem negro, que afirma que “racismo sempre tem” e aponta sua cor de pele e classe como fatores que afetam sua vida. O jovem exemplifica por meio de situações que viveu trabalhando como garçom e motoboy, nas quais os clientes ou pessoas que transitavam na rua esconderam seus pertences ao perceber a sua aproximação.

Além disso, M22 faz referência ao encarceramento da população negra, considerando que, na sociedade brasileira, as relações com a polícia constituem áreas duras para pessoas negras (SANSONE, 1996), e que o aparato policial reproduz violência institucional de forma, significativamente, mais expressiva sobre essa população (KYRILLOS, 2020). Pessoas jovens, negras e de baixa renda são o alvo mais próximo de estatísticas de violência e de outras situações de vulnerabilidade social (OLIVEIRA, 2015). Outro aspecto a ser destacado, no relato, é a resignação diante de situações de racismo, justificada pelo fato de ser algo histórico e enraizado na sociedade, de forma que o jovem afirma saber quem é, independentemente de julgamentos preconceituosos alheios, evitando conversas e discussões nesse sentido. Contudo, sabe-se que “a identidade negra não se constrói apenas pela força do dominador, mas também pela aceitação e incorporação do subordinado” e, apesar de não ser algo simples, é essencial questionar tal naturalização a fim de promover mudanças sociais (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018, p. 594).

A herança histórica e cultural do passado escravista brasileiro se relaciona à inferiorização de traços fenotípicos de pessoas negras e tem marcado suas trajetórias por desigualdades sociais, discriminação e preconceito (NOGUEIRA, 2006; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018), vinculando-se ao “fardo” de ser negro, no Brasil, que se manifesta, por exemplo, por meio de estereótipos e construções sociais problemáticas (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018), como relatado pelos jovens entrevistados.

Nos casos das jovens F16 e F21, ambas jovens negras, aspectos de sua aparência surgem nos relatos, foram mencionados por F16 os fatos de possuir cabelos crespos e de estar acima do peso; e por F21 as tatuagens pelo corpo e o cabelo descolorido. Já para a jovem F15, a região de origem, considerando que ela é nordestina, e as características de sua personalidade, por ser uma pessoa introspectiva, foram questões apontadas por terem influência em sua trajetória e podem ser consideradas diretamente ligadas, uma vez que as

reações de terceiros ao sotaque nordestino levaram a jovem a ter dificuldades de socialização morando na região sudeste do país. Por sua vez, no caso de F24, a idade e o sexo influenciaram sua vida, por ser mulher e ser considerada jovem demais para assumir determinadas responsabilidades.

As jovens F20 e F25 citaram a intersecção de três ou mais aspectos, de forma que foram determinantes para F20 sua classe social, sua cor, sua religião, sua personalidade e sua aparência, considerando que ela se diz de família pobre, negra, evangélica (até certo ponto de sua juventude), introspectiva e “simplesinha” em seu modo de se vestir. Por F25 foram citadas como determinantes sua classe social, sua cor e sua aparência, por ser de classe social baixa, negra e possuir cabelo *black power*, o que já a levou a ser questionada, em um processo seletivo, se prenderia os cabelos para trabalhar.

Mas era bem, isso era bem forte assim, principalmente a adaptação quando eu mudei e etc., era muito difícil assim, as pessoas julgavam muito assim, você começava a falar. “Nossa, de onde você é?”, ou então descobriam que era da Bahia, “baianinha”, e não sei o que, e aí era muito forte isso assim. Eu já era mais quieta, então eu ficava quieta com os meus livros, então eu tinha dificuldade de socialização durante um bom tempo. Depois eu fui melhorando, fui aprendendo, “eles que tão errados, que tão me julgando, não tem nada a ver isso aqui”, mas foi um processo, é, é complicado isso (F15).

Sim, porque, por, igual eu falei, por eu tatuagem, né, aí eu fiz esse negócio loiro no cabelo aqui, aí eu chego nos lugar e eu não uso roupa que esconda, porque uma hora ou outra vai mostrar, e eu tenho uma bem no pescoço, então não dá pra esconder. E às vezes eles olham com olho assim, aí fica olhando diferente né, parece que a gente tá estragado. E aí eu fico meio incomodada, mas mesmo assim, a gente tenta né (F21).

De forma geral, a cor de pele, a classe e os aspectos relativos à aparência surgiram nos relatos com maior frequência e de forma mais contundente. Quanto à cor de pele, foram mencionadas situações de comentários racistas, olhares e tratamentos diferenciados de superiores e colegas de trabalho, nos casos de M4, M11, F12 e F25; além de situações em que, por terem pele negra, os jovens se tornaram suspeitos, sendo M5 e F20 acusados de furtos por seguranças de estabelecimentos comerciais, e F20 e M22 tratados com desconfiança ou desprezo ao frequentar determinados estabelecimentos comerciais.

Ahm, sim, já vivenciei, pela minha cor de pele. Já fui num supermercado, trabalhava dentro de um shopping, na área administrativa, e neste momento, eu fui sem o meu crachá num supermercado, e por eu ser negro, eu fui comprar alguma coisa, que não lembro qual, eu entrei e sai, e neste momento que eu entrei e sai, saiu uma senhora junto comigo, e o alarme do mercado, ele apitou. E eu continuei prosseguindo, porque não tinha nada. Nesse momento, o segurança do supermercado me barrou e me perguntou o que que eu tinha pegado. Eu expliquei que eu não tinha pegado nada, que eu tinha entrado, mas eu tinha esquecido meu cartão, que ficava no meu

setor. Ele disse que não, que eu tinha pegado sim, daí eu falei “ah, mas ao mesmo tempo que eu saí, saiu uma senhora e ela tava com sacolas, poderia ter sido com ela também, porque você não parou ela também?”. Tinha pegado alguma mercadoria. Eu falei que não, eu esvaziei meus bolsos, eu tinha 14 anos, eu não tinha uma maturidade de não, eu não tinha pego nada, eu tirei, tava só o meu celular. Não tinha nada, não tinha pego nada (M5).

Ah, em alguns lugares, quando eu entro em alguns lugares sim. Quando eu entrava né. Por exemplo, você entra em shopping mais chique, igual, quando eu comecei a trabalhar eu fui lá no shopping [nome do shopping], as pessoas começam a olhar pra você com cara feia, e aí o tratamento das mulheres da loja, não são os mesmos sabe, você pede ajuda, aí elas, “não”. E, e, em outros lugares, restaurantes, já passei por isso, de achar que, que, já fui barrada em uma loja, de, de, lá em Venda Nova, de, sabe essas lojas que vende bijuteria de 1,99, de 2 reais? Então, eu peguei uma bolsa, uma bolsinha, não quis levar e deixei lá, o moço foi atrás de mim e falou que eu tinha roubado a bolsa. Sendo que a bolsa tava lá. (E você acha que esse tipo de discriminação é em função de que?) Na verdade, eu não sei que que se passa na cabeça das pessoas né, mas muito, vai muito questão, é, cor, muito questão de tipo, ah, não tá com uma roupa muito legal, tá com uma roupa mais simplesinha, aí acha que a gente vai roubar, ou que a gente tá passando fome, que a gente não vai pagar (F20).

Mas, é, é, a gente tá falando de trabalho, eu já citei essa questão de dinheiro com você, vou citar novamente, não sei se você concorda com isso também, mas, a gente é o que a gente tem. Se, você entra numa loja com uma roupa mais chamativa, com um telefone mais da hora, algumas pratas, pratas assim que eu digo, um brinco, uma correntinha; você é atendido pelo que você tem. Eu já cheguei em loja lá pra comprar e não fui atendido. Se fui atendido também, não foi aquela situação agradável, entendeu (M22).

Há uma construção social que associa “boa aparência” a outras características favoráveis e, em sociedades obcecadas pela aparência, decisões são baseadas em estereótipos exteriores, em muitos casos reforçando certos preconceitos (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013). Nesse sentido, os traços negroides no contexto brasileiro são representados como características que enfeiam (SANSONE, 1996; NOGUEIRA, 2006), de forma que a intensidade do preconceito tende a variar conforme a proporção das marcas ou traços negroides (NOGUEIRA, 2006), o que pode ser intensificado a partir da sua intersecção com classe, pois, muitas vezes, as pessoas negras são, automaticamente, associadas à pobreza (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018). Como afirma Kyrillos (2020, p. 5), “a discriminação racial no país se desenvolve não apenas a partir de elementos da identidade étnica de determinado grupo, mas também em razão dos aspectos físicos possíveis de serem observados na estética corporal dos membros desse grupo”.

Há uma construção de superioridade estética, moral e intelectual da branquitude (SCHUCMAN, 2014), uma associação da imagem do negro à criminalidade e, ainda, uma visão da clientela negra como sem potencial de consumo (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018). À vista disso, pessoas negras e pobres tendem a se tornar alvo de julgamentos

negativos e de inferiorizações, como nos casos dos jovens entrevistados acusados de furto e mal atendidos em certos estabelecimentos.

No caso de jovens negras, além da cor de pele, o cabelo foi algo relevante nos relatos, destacando o preconceito quanto aos cabelos crespos ou cacheados. Na presente pesquisa, isso foi tratado como algo relativo à aparência a título de categorização, mas está, diretamente, ligado aos traços fenotípicos da população negra. O cabelo é um elemento essencial na constituição da identidade negra, embora, muitas vezes, negado e rotulado como socialmente inferior, de forma que uma aparência ligada aos padrões estéticos brancos pode implicar melhores possibilidades de inserção e mobilidade (LAGE et al., 2016; REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018). Quando uma jovem é questionada em um processo seletivo se prenderá seus cabelos para trabalhar (F25), é exposta a comportamentos discriminatórios no ambiente de trabalho por sua cor e tipo de cabelo (F12), ou é tratada de forma diferente em estabelecimentos que gostaria de frequentar (F20), isso indica que as dificuldades enfrentadas no mundo laboral, comuns aos jovens de forma geral, são potencializadas no caso de jovens mulheres negras que fogem ao padrão de feminilidade e beleza feminina (CARNEIRO, 2003; LAGE et al., 2016).

Outros aspectos relativos à aparência foram relacionados às tatuagens, ao peso, aos cabelos descoloridos, à simplicidade do vestuário e à uma marca de nascença no rosto, demonstrando características relacionadas ao *lookism* (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013; SILVEIRA, HANASHIRO, PEREIRA, 2017) e reforçando que juventude e aparência socialmente “adequada” e valorizada nem sempre se tornam sinônimos. Dentre esses aspectos, as tatuagens receberam maior ênfase e a resistência quanto a elas foi relacionada pelos jovens à idade, havendo mais resistência ou discriminação por parte de pessoas mais velhas. Foi perceptível, ainda, que muitos jovens, ao pontuarem os marcadores de diferença que percebem que intervêm em suas trajetórias, deram exemplos de processos seletivos ou experiências laborais nas quais tais aspectos foram determinantes em suas vivências no mercado de trabalho, uma vez que as organizações reproduzem fenômenos da sociedade (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020; ROSA, 2014).

Por fim, cabe mencionar o relato de M26, que se alinha à ideia de “racismo reverso” e menciona, de forma menos detalhada, a influência de questões de classe social.

Olha, já aconteceu uma vez o seguinte, de um amigo, até então era colega meu, ele é negro, ele veio falar que eu não ficava desempregado porque eu tinha o olho claro e era branco. Eu considerei isso um puta racismo, porque o racismo ele existe das duas partes né, então já aconteceu, assim, por exemplo, disso colocando pro lado

profissional. E de classe social também já me julgaram, é complicado. [...] A diferença entre mim e ele é que eu escolhi estudar e crescer e ele não, ele preferiu ficar acomodado. Pra mim a diferença foi essa, porque eu era pobre, ele era pobre, ele estudou no mesmo colégio que eu, entendeu? Então o que que me tornou melhor do que ele? Foi a cor da minha pele? Não foi. Foi eu não ter, eu não querer mais viver daquela forma. Isso me diferenciou, entendeu? (M26).

O relato do jovem indica a falta de compreensão – que é comum a muitos brasileiros – de como um lugar de privilégios simbólicos e materiais impacta a constituição e a manutenção de lugares subalternizados, desempenhando papel importante na perpetuação de desigualdades raciais. As oportunidades destinadas à população negra no Brasil podem ser determinadas pela exclusão étnico-racial histórica que persiste na sociedade (PAIM; PEREIRA, 2011), o que faz com que o simples fato de possuir pele branca garanta “vantagens estruturais, concretas e/ou simbólicas” (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020, p. 7), mesmo partindo de um contexto de similaridades em termos de idade e classe social.

Após os apontamentos sobre marcadores que os jovens entrevistados acreditam que influenciaram de algum modo em suas vivências, eles foram diretamente questionados se já se sentiram discriminados em algum contexto. Nesse sentido, para muitos deles (F1, M2, F3, M8, M9, M18, F19, F21, M23, F24), situações de discriminação nunca ocorreram. Além dos jovens que haviam pontuado não perceber nenhum marcador de diferença como influente em sua trajetória, outros jovens, que pontuaram a influência de determinados fatores, não acreditam que tais fatores geraram discriminação. São os casos da jovem F1, que mencionou a influência da idade; de M2, que falou sobre a influência do seu sotaque e do seu peso durante a infância; de M18, que abordou aspectos relacionados à classe social; de F21, que falou sobre olhares diferenciados por possuir tatuagens e cabelo descolorido; e de F24, que falou sobre ser jovem e ser mulher. Assim, para esses jovens, os fatores citados influenciaram suas trajetórias, mas não configuraram situações de discriminação.

Por outro lado, a maioria dos jovens (M4, M5, F6, M7, F10, M11, F12, M13, F14, F15, F16, F17, F20, M22, F25, M26) afirmou que já se sentiu discriminada, trazendo aos relatos os marcadores de diferença citados na questão anterior, destacando-se, novamente, exemplos relacionados à cor de pele e à aparência.

A cor de pele eu acho que muitas pessoas, por mais que tenham, tentam encobrir, eu acho que muitas vezes, encontram racismo assim no sentido de ser muito exposto, já analisando muitos aspectos, consegue ver que a pessoa é racista pela cor de pele, enfim, pela minha imagem, eu tenho uma marca de nascença é, eu tenho uma mancha na minha testa, então ela é muito exposta, então em algumas seleções de empresa eu já percebi que a minha imagem de alguma forma influenciava na empresa. Perguntaram se era uma tatuagem, eu expliquei que não era tatuagem, era

uma marca de nascença. [...] Então em alguma, alguns processos de entrevista, de alguma forma eu via que eu não era compatível pela minha aparência (M5).

Já. Na escola, no trabalho, no, em roda de amigos. E sempre é, sempre por ser negro. Sempre foi essa a, a, a maior parte da, das ofensas (M11).

Sim. Nesse, nessa situação, em várias situações, entendeu? Eu já, concorri a uma vaga pra uma escola, e eu fui recusada, me recusaram né, porque eu não fazia parte dos padrões deles. Quem perdeu foi eles né? [Risos]. Eu não perdi nada não. (Era um processo seletivo pra...) Isso. Pra estudar num colégio particular, entendeu? Eu fiz a prova, passei, mas simplesmente eles disseram que eu não me adequava nos padrões deles. (Eles usaram essa justificativa?) Foi. Foi (F12).

Foi percebido que, muitas vezes, os jovens mencionaram situações de discriminação fazendo referência a terceiros, mas não a si mesmos, como é o caso da jovem F16, que relata o incômodo em relação às “piadas” direcionadas a um amigo devido ao seu cabelo *black power*. De acordo com a jovem, o motivo da discriminação, também, se relaciona a ela, porém, em suas palavras, “nunca foi diretamente comigo, mas você vê o incômodo da pessoa aí cê fala, ‘incomoda todo mundo’”. Em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros e aos homossexuais a negarem-se, esse achado corrobora Paim e Pereira (2011), os quais afirmam que um membro de um grupo historicamente vítima de discriminação pode minimizar ou negar sofrer preconceito, embora tenda a perceber de forma mais intensa a discriminação que afeta outros indivíduos pertencentes a esse grupo, pois se considerar vítima de discriminação envolve reconhecer que não é aceito.

Apesar de poucos jovens (F1, M7, F24) mencionarem, anteriormente, a idade como aspecto que tem influência em suas vivências, quando questionados, especificamente, se as pessoas jovens sofrem algum tipo de discriminação em função da idade, a maior parte dos entrevistados afirmou acreditar que sim, destacando os estereótipos negativos que associam os jovens à imaturidade, à inexperiência e à irresponsabilidade.

Quadro 17: Percepção sobre a discriminação de jovens em função da idade

Eixos temáticos	Categorias	Síntese do conteúdo	Entrevistados
Existe	Inexperiência Imaturidade Irresponsabilidade Ageísmo no trabalho Capacidade subestimada Competição Estilo/ aparência Intersecção com outros marcadores Opiniões deslegitimadas	Os jovens são rotulados como inexperientes e questionados quanto à maturidade e capacidade para o trabalho. Aspectos da aparência são preteridos, como uso de <i>piercings</i> e tatuagens. A intersecção com outros marcadores, como orientação sexual, pode potencializar a discriminação. Competição com pessoas mais velhas. Posicionamentos/opiniões são deslegitimados.	F1, M2, F3, M4, M5, M8, M9, F10, M11, F12, M13, F15, F16, F19, F20, F21, M23, F24, M26
Em partes	Depende do nível hierárquico Depende do gestor Depende da empresa	A discriminação pode ocorrer em caso de cargos de liderança, certos gestores e empresas específicas, mas existem mais oportunidades para os jovens atualmente.	F6, M7, F25
Não existe	Passado Valor em determinadas áreas	A discriminação em função da idade é algo do passado. Os jovens dominam áreas como a tecnologia.	F14, M22

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Muitos dos exemplos relatados, mais uma vez, giraram em torno do mercado de trabalho, indicando que a prática de ageísmo faz com que os jovens sejam rotulados, tenham sua capacidade subestimada e suas opiniões deslegitimadas. O ageísmo pode ser identificado nos casos de M2, que mencionou um processo seletivo que ajudou a conduzir no qual seu superior especificou que as pessoas deveriam ter mais de 21 anos; e de F21, que citou a competitividade existente, devido aos funcionários mais velhos terem medo de “perder o lugar”. Outros exemplos podem ser vistos, nos relatos a seguir.

Sim. É, geralmente é, as pessoas ficam com medo de contratar, de chamar pra alguma oportunidade por, por achar até, aquele estereótipo que “ah, é jovem, não tem responsabilidade né”. É até que, usando ainda o exemplo da [nome da empresa], uma coisa que eu ouvia muito é, quando entrava alguém jovem né, nem, não necessariamente jovem aprendiz, mas entrava alguém jovem como colaborador na empresa, ouvia as pessoas falando “ih, esse aí não vai durar”, “muito novo, não vai aguentar”, não sei o que, tal, por ser trabalho operacional né, então, é, já ouvi muito isso, “esse aí não vai aguentar”, “vai ficar reclamando”, que não sei o que, então, é, tem, tem muito isso ainda né, questões tipo, tá ali no, na primeira experiência de algumas pessoas, é, ter esse preconceito ainda né (M4).

Não acabam contratando né, fazem essa discriminação, pelo estilo que o jovem tem né, digamos, por exemplo, como eu trabalhava na recepção né, então eu que recebia o currículo dos jovens, e teve uma empresa que eu já vivenciei também, jovens que usam *piercings*, que usam *dread* no cabelo, tatuagem pelo corpo, por cor mesmo, por estilo de cabelo, as empresas elas fazem discriminação com os jovens. Eu acho que tanto pela experiência que o jovem tá buscando pela primeira vez, quanto pela aparência, estilo de vida, as empresas elas fazem discriminação com jovens (M5).



Sim, com certeza. Acredito porque... é... as pessoas, quando ela, ainda mais jovem né, quando entra no mercado de trabalho são, dependendo do que elas vão fazer, elas vão ser bem criticadas: “Nossa, mas ele é tão raquiticozinho, mas é tão novinha, será que vai fazer? Será que acontece? Será que é capaz?” Né? Mas eu acho que, que existem sim. Eu, se eu for, como eu falei, se eu passei por isso, eu não lembro, né? Ou talvez eu nem percebi que passei por isso. Mas como eu trabalhei com vários jovens que tinham orientações sexuais diferentes, ou até mesmo contexto de, de cor ou de idade, alguns até sim, passaram por problema desse, entendeu? Mas eu particularmente, nunca sofri isso não (M9).

Os estereótipos, crenças e atitudes negativas direcionadas a indivíduos ou grupos devido à sua idade (SNAPE; REDMAN, 2003; SILVEIRA; HANASHIRO; PEREIRA, 2017) ficam nítidas nos relatos. Profissionais jovens são rotulados como fracos ou incapazes, diante de afirmações de que não conseguirão se adaptar e exercer as funções cabíveis. Somam-se às práticas ageístas outras práticas discriminatórias, como relatado pelos jovens M5 e M9, revelando a intersecção com marcadores de diferença referentes à aparência, cor de pele e orientação sexual dos jovens. A interseccionalidade ganha materialidade nos corpos e, no caso dos jovens, diferentes marcadores podem se conectar à idade particularizando as diferenças e resultando em situações de preconceito e dificuldades, especialmente, no mercado de trabalho. Desde o uso de *piercings* até características relativas ao cabelo, à cor de pele e à orientação sexual podem potencializar situações discriminatórias (CAVICO; MUFFLER; MUJTABA, 2013) quando em intersecção com a idade.

Por outro lado, para os jovens F6, M7 e F25, a discriminação em relação à idade pode ocorrer, mas depende de certos fatores, como o nível hierárquico (F6), o perfil do gestor (M7) e o perfil da empresa (F25). Apenas os jovens F14 e M22 afirmaram que tal discriminação não acontece na atualidade, referindo-se a algo do passado, pois os jovens estão ocupando espaços e despontando em áreas como a de tecnologia.

Com o intuito de acessar como os jovens entrevistados se percebem em relação aos demais jovens de seu convívio social, eles foram convidados a refletir se as trajetórias de familiares, amigos, colegas e demais pessoas do convívio, que possuem a mesma média de faixa etária, são similares ou diferenciadas em comparação às suas próprias trajetórias. Para a maior parte dos jovens entrevistados (M2, F3, M7, M11, F12, M13, F14, F17, M18, F19, F21, M22, F24, F25), trata-se de trajetórias muito diferentes, e foram elencados como motivos, principalmente, os eixos de formação escolar, fazendo referência às oportunidades de formação técnica e universitária; de trabalho, relacionado às oportunidades laborais e ao foco; e de família, envolvendo questões como o respaldo de uma estrutura familiar e a formação precoce de um novo núcleo familiar.

Nesse sentido, as jovens F21 e F25 citaram como algo que diferencia sua trajetória a questão da maternidade precoce e, de acordo com F21, “pra alcançar o que eles conquistaram, eu tenho que correr atrás muito mais, duas vezes, dobrado, porque eu sou mãe, então tudo que vem pra mim vai pro meu filho também”. Além dessas questões, foram citadas como diferenças nas trajetórias a frequência em festas e o uso de drogas (M2); as conquistas materiais, como aquisição de casa e de veículo (F17, M22); o nível de maturidade (F19); e o fato de ter servido ao exército (M2, M13).

Diferenciadas, com certeza. Eu já comecei a pensar assim, nas minhas amigas. A maioria é diferenciada. Por quê? Vou te dar alguns exemplos. Eu tenho uma melhor amiga que a gente é amiga há 14 anos se eu não me engano, muito tempo. É, e a gente seguiu assim, caminhos totalmente diferentes. Totalmente. Nada contra, mas assim, pra você ter uma ideia, ela tem 19 anos e já tem dois filhos. É, quando eu entrei na [Instituição Alfa], eu falei com ela, “[nome da amiga], tô entrando, quer ser, vamo ser aprendiz, não sei o que”, aí sabe o que ela falou comigo? “Não, quando eu tiver 18 anos eu quero um emprego efetivado, eu não quero ser aprendiz não”. Encheu a boca. Eu falei “não, tudo bem”. Só que eu fui ser aprendiz, hoje eu tenho meu emprego, eu tive outras oportunidades e ela não trabalha, nunca trabalhou. Ela já vai fazer 20 anos, não tem nenhuma experiência profissional (F3).

São diferentes, são trajetórias diferentes. É... eu tenho exemplo, por exemplo, eu tenho exemplo de uma prima minha, ela tem, ela é cinco anos mais velha que eu. Não é da mesma idade, mas tá mais ou menos a mesma coisa. Ela é uma mulher preta, de periferia. É, ela, conseguiu, ela precisou trabalhar, ela precisou estudar e trabalhar muito mais, muito, muito, muito, muito, muito mais [ênfase] do que eu, pra conseguir chegar onde ela tá hoje. Hoje ela é formada em Direito, ela é uma advogada, ela conseguiu uma bolsa 100% na [nome da universidade] e, se formou em Direito, hoje ela é uma advogada muito boa, tá trabalhando no, tem um emprego muito bom, gosta do que ela faz, mas até, mas até ela chegar nisso ela teve que ralar muito, teve que estudar muito, ela teve que se dedicar o dobro do que uma pessoa como eu teria que se dedicar. [...] Amigos meus que estudaram comigo na, que moram no mesmo bairro que eu hoje, é, que ainda, por exemplo, nós temos 22 anos, que não tiveram a mesma oportunidade que eu, que até hoje tão buscando um primeiro emprego, tão tentando entrar na faculdade, que a família não tem é, condições também de, de, de pagar a faculdade, então eles ainda tão buscando, caminhando. Então são esses exemplos que eu tenho de não é a mesma trajetória, não, não, é, não são as mesmas oportunidades que todo mundo tem (F14).

Como é exemplificado nos relatos das jovens F3 e F14, a formação que eles alcançaram no Programa de Aprendizagem, somando-se às experiências laborais decorrentes, representam um privilégio que os diferencia de outros jovens que não tiveram a mesma oportunidade (AMAZARRAY et al, 2009; ALVES; ALBANESE, 2016). Além disso, há destaque, nos relatos, para a formação em nível superior, associada pelos jovens a um privilégio e a uma ideia de garantia de empregabilidade e de melhoria de vida (AMAZARRAY et al, 2009), que, contudo, já não garante, automaticamente, inserção e manutenção em bons postos de trabalho (PAIS, 2005; MÁXIMO, 2012; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Cabe ressaltar, ainda, o relato da jovem F14, que afirmou que as trajetórias e as oportunidades são diferenciadas entre os jovens, citando o exemplo de sua prima, uma jovem mulher, preta e periférica, que alcançou formação universitária e um bom emprego, mas que, para isso, enfrentou diversas dificuldades que se diferenciam daquelas enfrentadas por uma jovem mulher branca. Os traços estruturais brasileiros que envolvem um legado interseccional relacionado à raça/cor de pele e ao gênero, articulando-se, também, com a classe social (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015), particularizam as vivências de mulheres negras e pobres. No seu relato, a jovem menciona, também, exemplos de amigos que moram na mesma região periférica e frequentaram as mesmas escolas, mas que não conseguiram acesso ao ensino superior, tampouco inserção laboral qualificada, reforçando que a inserção e o percurso laboral transcendem a relação econômica de oferta e procura de empregos, pois refletem a estrutura sócio-histórica que constitui e estrutura o mercado de trabalho (MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019; GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020).

Por outro lado, houve entrevistados que consideraram as trajetórias dos demais jovens de seu convívio social similares às suas, que são os casos de M8, M9, F10, F16 e F20. Para eles, de forma geral, tais jovens também estudam, trabalham, “correm atrás” dos seus objetivos e estão se desenvolvendo pessoal e profissionalmente.

Similares. São trajetórias similares. Porque... assim, no contexto de mais familiar, né? É... a gente correu atrás de, de trabalho, sempre corremos atrás de estudo, né? Então acho que vai ser similar porque, nem todos é... tiveram o mesmo propósito que o meu. De fazer faculdade, de daqui a pouco tá entrando em outra, de sonhar e trabalhar num, num certo setor e hoje estar nesse setor. Mas sim, se assimilou, porque eles correm atrás, ainda mais (M9).

É... basicamente parecidas. Da família da minha mãe né, tem mais pessoas que têm, da família do meu pai eu sou a única que tem ensino superior, da família da minha mãe tem mais né, tem minhas primas, meus primos, minhas tias são formadas. E aí tiveram a mesma trajetória, eles são, é, teve pais que já passaram necessidade, e que tiveram que estudar pra ter bolsa, conseguir bolsa, trabalhar também (F20).

Por fim, alguns dos jovens entrevistados afirmaram que as trajetórias são parecidas em partes (F1, M4, M5, F6, F15, M23 e M26), apontando que existem similaridades e diferenças. Nesse sentido, a jovem F1 comparou os jovens do colégio que frequenta, atualmente, que estão no mesmo ritmo de trabalho e estudo, e os jovens do colégio anterior, localizado em região rural, que não têm o mesmo ritmo e acabaram ficando “pra trás”. É a mesma percepção que a jovem F6 demonstra comparando os jovens da cidade onde mora, atualmente, e da cidade anterior, caracterizada por ela como uma região mal falada.

Já a percepção de M4 é de que existem similaridades em relação à trajetória de familiares da mesma faixa etária, mas entre os amigos existem diferenças relacionadas às mais escassas oportunidades de formação e qualificação. Para F15, existem diferenças no sentido das escolhas feitas em relação à área de atuação profissional, ao desejo de formar família cedo e à mudança de cidade, mas a maioria segue trajetórias similares. O jovem M26 menciona que há trajetórias de jovens da mesma escola e condições sociais que apresentam similaridades, enquanto outras são diferentes, como no caso de primos e amigos que dispõem de “ferramentas” que os pais possuem e proporcionam uma trajetória “muito mais fácil”. Por fim, os jovens M5 e M23 falaram das particularidades dos jovens, afirmando, de forma mais genérica, que alguns têm trajetórias similares e outros têm trajetórias diferentes.

De forma geral, diante dos comparativos feitos em alguns dos relatos dos jovens entrevistados, são perceptíveis as diferenças relacionadas à classe social, possibilitando ou não oportunidades de formação e de desenvolvimento; e à região de moradia, seja em termos de regiões rurais, seja em termos de cidades e bairros “mal falados”, reforçando que a localização social e a localização geográfica podem impactar as trajetórias juvenis (THOMSON et al, 2002).

Buscando aprofundamento em questões perpassadas, anteriormente, e de especial interesse na presente pesquisa, os jovens foram questionados como percebem as diversidades e desigualdades no Brasil. Nesse sentido, os jovens M18, F19 e M26 demonstraram certa dificuldade ao se depararem com essa pergunta, solicitando uma explicação sobre o que significa diversidade, uma vez que se disseram “perdidos” ou “leigos” nesse assunto. Assim, como houve certa dificuldade de assimilação de alguns jovens quanto às perguntas sobre diversidade no momento das entrevistas, o mesmo cenário foi percebido durante a técnica projetiva de associação, pois a palavra “desigualdade” foi a que mais demandou pausas e suscitou dúvidas no momento da técnica projetiva. Nesse sentido, a jovem F6 disse que não sabia colocar em palavras o que é diversidade, o jovem M9 disse que esqueceu a palavra que gostaria de usar, a jovem F10 associou diversidade à busca por sair da rotina e o jovem M22 associou a palavra à diversão, expressando que não tinha certeza a que ela se relaciona. Esse panorama demonstra que, apesar de o debate sobre diversidade ter ganhado espaço no Brasil nos últimos anos (FRAGA et al, 2022), há urgência de discutir tais questões com as juventudes do país e, ainda, há uma brecha de conteúdo a ser explorado no Programa de Aprendizagem.

A despeito das dificuldades, os jovens fizeram associações com o conhecimento e o aprendizado que a diversidade pode trazer (M4, F14, M18, F20), colocando-a como algo necessário (F6, M9, M13, F19), que faz parte da vida e do mundo (F6, F15, M18, F20, F24) e que deve envolver respeito (M8, F17, F25), acolhimento e aceitação (M11, F12), compreensão (M23) e amor (M26). Cabe destacar o relato da jovem F20, negra e moradora de periferia, que associou diversidade à pluralidade cultural e à marginalização da cultura negra e indígena, afirmando que as dificuldades de aceitação da diversidade no Brasil se devem ao processo de colonização do país. Ela relatou seu engajamento em projetos sociais e o fato de já ter participado de palestras sobre questões de diversidade, o que, segundo ela, lhe abriu demais a mente.

Diversidade... seria... é... uma... [pausa de 15 segundos]. Como eu posso dizer... uma, um, diversidade seria, uma questão de, da gente aprender né, a diversidade abrange muitas coisas, então a gente pode aprender com cada, cada uma dessas, pessoas que tão dentro desse leque de diversidade (M4).

É... Bom, eu acho que a gente nunca vai conseguir aceitar pessoas diferentes da gente, porque é um fator cultural, infelizmente. Desde quando é, o Brasil foi colonizado, a gente vê pessoas sofrendo só porque é diferente, só porque tem culturas diferentes. E, tanto você vê hoje, nosso país, o Brasil, ele foi colonizado, eles vieram e tal, trouxeram os negros. Com eles, veio a cultura deles, que é totalmente diferente das culturas dos portugueses, que é outro clima, que tiveram outros acessos, e os próprios índios né, tinha, não tinha tecnologia, não tinha nada. Os índios eles são tratados como loucos, as pessoas querem impor tecnologia neles, querem impor uma vida que eles não querem ter e aquilo pra eles tá ótimo, porque aquilo é a cultura deles. [...] Então, e os negros eles tinham cultura, uma cultura deles, quando eles vieram eles trouxeram a cultura deles, e desde sempre a cultura do negro é marginalizada. Desde sempre. O negro que luta capoeira, é marginalizado, candomblé é marginalizado, que é como se fosse macumba, se fosse uma coisa do capeta. Não, não é, é a cultura deles, é rica. Sabe, a dança, a comida, tudo aquilo é deles, sabe, é deles, é cultural deles, então não existe isso de ser do capeta ou não. A gente tem um mundo diverso, as pessoas têm várias culturas (F20).

Diversidade vem do, do, se não me engano de diversão né. Estar feliz, é, a diversidade também pode ser coisa lúcida. É diversidade, se eu não me engano. Sei lá... A diversidade é algo, estar alegre, rir de uma piada, rir de uma coisa engraçada que aconteceu (M22).

Já a palavra “discriminação” não trouxe dificuldades de assimilação e foi associada a questões como algo que não deveria existir e precisa acabar (F12, M13, F19, F25), algo horrível e muito ruim (F1, F24), que envolve raiva (F3), retrocesso (M4), falta de respeito e empatia (M5, F6), ignorância e superficialidade (M8), falta de conhecimento (F15), exclusão e segregação (F16), intolerância (M23) e representa a pior coisa do Brasil (M18). O jovem M2 associou discriminação à *bullying*, negro e escola, destacando o preconceito racial no

ambiente escolar; e o jovem M18 afirmou que práticas discriminatórias lhe despertam ódio, recorrendo a uma expressão que disse ser comum na internet: “fogo nos racistas”.

Apresentando o que foi apontado nas entrevistas, o Quadro, a seguir, exhibe uma síntese dos relatos que os jovens egressos trouxeram acerca de sua percepção sobre diversidade e desigualdade no Brasil.

Quadro 18: Percepções dos jovens sobre diversidade e desigualdade no Brasil

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Orientação sexual	Cisgênero Lésbica, bissexual, <i>gay</i> Violência	Quem não é cisgênero enfrenta dificuldades na sociedade. País que mais mata pessoas trans.	M2, M4, M11, F12, M13, F14, F15, F16, F17, M18, F20, F21
Cor/ Raça	Negros Indígenas Racismo estrutural	Necessidade de grandes mudanças para mudar o racismo que está enraizado no Brasil e afeta negros e indígenas.	F3, M4, M13, F14, F15, F16, F17, F19, F20, F21, F24
Desconstrução	Militância Evolução Melhorias recentes	Requer debate, estudo, tempo, conscientização. Tendência à aumento da diversidade e à diminuição da desigualdade.	F3, M5, M9, M11, F14, F16, F20, M26
Classe social	Acesso à saúde Pandemia Fome Acesso à internet Acesso à educação	Pobreza, oportunidades limitadas. Desigualdade de renda e assistência. Abismo no acesso à educação de qualidade.	M4, F10, F15, F19, F20, M22, F24, F25
Sexo/ Gênero	Machismo Sexismo	Desigualdade salarial. Violência contra a mulher (estupro, feminicídio).	M4, F10, F16, F19, F20, F25
Aparência	Peso Tatuagens Cabelo Brinco, <i>piercing</i>	Preconceito com questões como <i>piercings</i> e tatuagens, peso, tranças no cabelo e certos acessórios, como brincos, no caso de pessoas do sexo masculino.	M13, F17, F19, F21, M26
Lugar de origem	Nordeste Norte Favela	Regiões tratadas como se não existissem/ não tivessem importância. Miséria, fome.	M8, F10, F14, F20
Governo/ Política	Omissão Regressão	Discursos contrários à diversidade. Pessoas mais à vontade para expressar preconceitos.	M4, F6, F14, F20
Idade	Resistência à diversidade	Mais velhos não acolhem os mais jovens e têm dificuldade em aceitar homossexuais, tatuagens etc.	F3, M5, M26
Religião	Intolerância Julgamento (orientação sexual)	Evangélicos, cristãos. Preconceito com e dentro de religiões.	F12, F15, F20
PCD	Capacitismo	Preconceito no mundo laboral.	F14, M18
Meritocracia	Desigualdade social	Falácia da meritocracia. Oportunidades desiguais.	F14
Vitimização	Abundância de oportunidade	Oportunidades não são aproveitadas. Pessoas selecionam demais.	M7

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com os relatos, de modo geral, a diversidade é associada a algo positivo e natural, uma vez que, para os jovens, todas as pessoas são diferentes e essas diferenças devem ser aceitas sem julgamentos e preconceitos. O Brasil foi apontado como o país da diversidade por F3, M4 e M26, que ressaltaram a extensão territorial e a riqueza cultural do país. Contudo foi lugar comum nos relatos da maioria dos entrevistados a percepção de existência de grandes desigualdades, elencando exemplos e temáticas diversas.

Os eixos de diferença social lembrados pelos jovens de forma mais recorrente foram a orientação sexual e a raça/cor de pele. Foi pontuado pelos entrevistados que pessoas não cisgêneras enfrentam dificuldades no cotidiano e no mercado de trabalho, e que a violência é uma marca no Brasil, quando se fala de pessoas que estão às margens das normas sociais heteronormativas. Já a cor de pele foi destacada, mencionando-se o preconceito, o racismo estrutural brasileiro, além das barreiras enfrentadas em determinados espaços, como no mercado de trabalho e no meio acadêmico.

É igual a questão do preconceito mesmo, é o racismo, nossa, o Brasil vai ter que virar de cabeça pra baixo pra isso acabar. Se acabar né, porque, tem gente que com a mente muito fechada que não aceita, não adianta. Meu vô mesmo vai fazer 90 anos, não adianta eu falar que homem pode beijar homem pra ele, que ele não vai aceitar. Então assim, isso vai ser, ter, ser desconstruído com muito tempo de estudo, de debate, de palestra, isso vão ser muitos e muitos anos pra gente conseguir desconstruir, isso (F3).

Eu acredito que na tua equipe de doutorado mesmo não deva ter muitos negros, homossexuais, deve ser muito pequeno. E, eu tô começando a ver agora algumas ações pra poder trazer mais inclusão pra isso. Eu vejo que a situação da desigualdade no Brasil, ela é crítica, ela é triste, porque muita gente tá sofrendo com isso. O Brasil é o país que mais mata, é, travestis e homossexuais, então, o cenário atual é algo desesperador assim. Mas eu sou otimista com o futuro, eu vejo que o futuro pode trazer muito mais espaço pra, pra todo mundo (M11).

Eu acho que não deveria ter sabe, essas, esses pré-julgamentos por cor de pele, por gênero ou por classe social. Eu tiro por uma experiência própria de trabalho, é, lá na empresa que eu trabalhei, num shopping, numa loja, eles meio que, tinham uma discriminaçãozinha com tipo, trança no cabelo, eles não contratavam. Se a pessoa fosse muito, muito negra, eles não, não contratavam. E eu acho que isso não deveria ter, porque cor, raça, gênero não define a personalidade, o caráter e capacidade de ninguém (F19).

A jovem F3 menciona que compreender a diversidade é uma coisa mais difícil para pessoas mais velhas, indicando uma relação com a idade que faz com que as juventudes estejam mais familiarizadas e abertas nesse sentido. O jovem M11 vê com otimismo as perspectivas de mudanças futuras em relação a isso, apesar de caracterizar o cenário atual como desesperador. No relato da jovem F19, por sua vez, novamente é reforçada a ideia do preconceito de marca (SANSONE, 1996), uma vez que uma pessoa “muito negra” ou com

cabelos trançados não seria considerada para trabalhar na loja de um shopping onde a jovem atuava. Esse tipo de preconceito tende a ser mais sutil, mas é, facilmente, percebido ao observar certos ambientes, como o caso do ambiente acadêmico, usado como exemplo por M11.

Em relação aos demais eixos de diferença citados pelos entrevistados, aspectos mencionados anteriormente voltaram aos relatos, como classe social, sexo/gênero e aparência. A classe foi vinculada ao abismo encontrado no acesso à renda, educação de qualidade, assistência médica (em especial evidência no período da pandemia), internet e, até mesmo, alimentação adequada.

É, a diversidade, o Brasil é um país muito diverso né. [...] A questão de desigualdade, ela, acho que está na mesma proporção da diversidade né, a desigualdade ela é muito grande ainda. Tem aquela frase de quem é rico, tá cada vez mais rico, quem é pobre, tá cada vez mais pobre. Então tem a desigualdade, não só no, em questão de, de cor, de orientação, de você ser homem ou você ser mulher. É inevitável não querer citar o governo, mas a gente vê isso, isso no governo então, você vê que o próprio governo não tá fazendo é, o, princi..., o básico que ele poderia tá fazendo pra poder, é, amenizar né, ou pelo menos melhorar um pouco, essa questão da desigualdade. É, perdendo emprego ali por conta de pandemia, é, gente passando fome, gente morrendo por conta disso, por causa desse caos todo, porque, claro, doença não escolhe se você é rico ou se você é pobre, mas você vê a questão de oportunidade. Você vai no hospital hoje, você vai ter, se não tiver oxigênio ali você morre, mas uma pessoa rica não, uma pessoa rica tá lá, vai ter oxigênio pra ela (M4).

Ah, no nosso país tem bastante caso de desigualdade. Eu acho que o jovem aprendiz foi uma coisa que mostrou bastante assim, porque tinham jovens trabalhando em várias áreas, e jovens de todas as cores, e jovens de todos os, os, como que fala, de todas as classes, digamos, de todos os tipos assim [...]. No jovem aprendiz a gente vê vários exemplos assim, de desigualdade, e na TV, as pesquisas que a gente faz na internet, a gente vê muito mais assim, ainda é tudo muito desigual na nossa juventude. Tem muita gente que não tem responsabilidade ainda e tem muitos jovens que são obrigados a ser responsáveis pelas coisas desde muito cedo. É bem, bem desigual (F24).

Ao citar como exemplo o acesso à assistência médica, o jovem M4 menciona o colapso da saúde pública no Brasil, no início da pandemia, de forma que a população em geral foi afetada, já que a doença não escolhe classe, mas as pessoas pobres foram as mais prejudicadas, refutando o discurso propagado na mídia de que toda a população “estava no mesmo barco”. Como afirmam Silva e Costa (2020), os efeitos da pandemia não se distribuíram de maneira uniforme a todos os grupos da sociedade, atingindo mais frontalmente os grupos mais vulneráveis.

Já a jovem F24 buscou suas vivências como aprendiz para embasar seu relato, pois, segundo ela, no âmbito do Programa de Aprendizagem fica nítida a heterogeneidade das juventudes (NUNES; FERNANDEZ, 2016; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018;



GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020), bem como as desigualdades que as afetam. O relato de F24 ilustra mais uma vez um dos achados a serem destacados na presente pesquisa, de que considerar os jovens aprendizes como um grupo coeso é limitante, pois apesar de existirem critérios em lei que indicam que as vagas devem ser destinadas, preferencialmente, para jovens em situação de vulnerabilidade social, o programa envolve jovens de perfis muito diversos. No imaginário social e em alguns dos estudos que contemplam esse grupo, muitas vezes, eles são associados à pobreza, mas o programa também envolve jovens de classe média, como o caso de M7, que caracterizou a si mesmo como “bem burguês”. Deve ser observado que os aprendizes refletem a heterogeneidade das diferentes juventudes brasileiras.

Quanto ao sexo/gênero, foi relatada a conquista gradativa de mais espaço pelas mulheres, a diferença salarial em relação aos homens, além de casos de estupro e feminicídio, relatando que a culpabilização da vítima, ainda, é comum em casos assim.

Então assim, tem muita desigualdade, social, é, uma desigualdade que eu vejo, que eu vi na empresa anterior que eu trabalhei que é uma empresa muito grande de Rio Preto, desigualdade salarial por questão de sexo. Lá... tinha um homem e uma mulher, fazendo a mesma função, só que o homem ganhava mais. Isso eu achava o cúmulo. O cúmulo. Que nem, isso não entra na minha cabeça até hoje (F10).

Eu tive uma amiga que ela foi morta pelo namorado antes da pandemia, então acho que assim, muita coisa em relação a isso, em relação a basicamente tudo que as pessoas acham que é diferente, as pessoas não entendem. Então pra elas aquilo ali é ruim (F25).

Cabe destacar as conquistas alcançadas em direção ao avanço na equidade entre gêneros (GUERREIRO; ABRANTES, 2005), mas a sociedade brasileira possui traços patriarcais fortemente enraizados, principalmente, quando são analisadas em conjunto as estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade, já que elas se constituem mutuamente, de forma que gênero também diz sobre raça e classe (BRAH, 2006). A desigualdade salarial e a violência contra a mulher não ocorrem somente com mulheres negras e pobres, mas elas são as mais diretamente afetadas, sendo ingênuo utilizar abordagens superinclusivas nesse sentido (CRENSHAW, 2002).

Já em relação à aparência, foram mencionadas questões quanto ao peso, sempre se referindo ao excesso de peso; às tatuagens pelo corpo; ao estilo de cabelo, exemplificando por meio do uso de tranças e do cabelo descolorido; e ao uso de *piercings* e brincos, estes no caso de jovens do sexo masculino, uma vez que o uso de acessórios como brincos é normalizado para mulheres.

Ah, precisamos de muito hein? Eu tenho diversos amigos que, é, tanto, isso tanto do lado que eu te falei da questão de, de ser gordo né, que muitas pessoas não entendem. E minha irmã, por exemplo, minha irmã mesmo é bem gordinha, mas ela gosta, e a gente tem que aprender a, a respeitar né. Eu tô dando esse exemplo porque eu acho que é o exemplo mais próximo que eu mesmo tenho, que eu posso ter né [...]. É, eu acho que isso é um problema social assim que, as pessoas realmente não têm ideia do quão mal faz pra quem tá sentindo ali na pele né. Tanto questão dos negros, dos brancos, dos índios, dos gordos, dos magros né, eu só não sei o porquê as pessoas sempre arrumam uma coisa pra, é, atacar, e não respeitar. [...] Já presenciei atitudes bem, bem fracas assim de homens mesmo que, por causa de *gays* ficam agredindo, ficam querendo, só porque é *gay* não pode andar, não pode, não, não rola. Eu acho que, falta muita evolução pra, pros ignorantes (M13).

Tem um amigo meu que trabalha comigo, que ele tem tatuagem no pescoço, sabe, ele trabalha lá, tem tatuagem na mão, então quando ele vai, não tem como esconder, mas ele bota pôh, fechadinho, gravata, tem um *piercing* na língua, ele tira o *piercing*, tira, tenta tirar e vai, sabe? Mas tem gente que realmente olha meio diferente. Até o antigo superintendente da, da minha regional, falava, achava que quem tem tatuagem é vagabundo. Eu lembro que ele era espanhol, então não é da cultura dele, uma cultura, não é a cultura dele, na nossa não, Brasil é o país da diversidade (M26).

Para alguns jovens, como F17, F21 e M26, as tatuagens têm grande peso na visão que terceiros podem formar sobre eles, pois essas marcas no corpo podem ser associadas a comportamentos desviantes, a alguém vagabundo, como menciona M26. Nesse sentido, além do preconceito de marca, evidente em termos de questões raciais (SANSONE, 1996), existem outras marcas que podem levar à inferiorização dos jovens com base na aparência, como as tatuagens, *piercings* e o corpo visto como gordo. Se, por um lado, o estilo jovial e despojado é valorizado diante dos discursos de juvenilização da sociedade (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014; SILVEIRA; HANASHIRO; PEREIRA, 2017), por outro pode ser visto que a aparência e a beleza vinculadas à juventude correspondem a determinados padrões que não envolvem jovens negros, gordos, que usam tranças ou *dreads*, tatuagens e *piercings*.

Com relação às diferenças de lugar e região mencionadas pelos jovens, M8, F10 e F14 abordaram regiões percebidas como marginalizadas no país, com as regiões norte e nordeste, enquanto a jovem F20 abordou a marginalização de regiões periféricas em grandes centros urbanos.

Então tem muita desigualdade social, sim, e assim, parece que, nós que moramos aqui né, você mora aí em BH, eu moro aqui no estado de São Paulo, lá pra aqueles lado lá, Ceará, né, Amazonas, gente, eles parecem que vivem em outro mundo, não é? Parece que vive num mundo diferente que nós, porque a tecnologia, não, não, não chega pra todos igual a gente pensa que chega pra nós aqui. A questão da, do SUS, parece que o SUS não funciona lá igual funciona aqui né? A gente viu questão da pandemia, então tem muita desigualdade, tem sim. Muita. Eu acho que tem coisa que a gente nem imagina (F10).

O contexto de São Paulo e Minas, o contexto de São Paulo e nordeste, São Paulo é a maior cidade do Brasil, que as pessoas vêm pra cá por oportunidade, tudo isso, e... o

resto do país parece que não é nada, as pessoas tratam como se não fosse nem no país, praticamente. É... pesado isso (F14).

A gente tem dificuldade que, é outra coisa que é estampado e agora tá escancarado né, porque a gente, a gente tinha diferenças religiosas e tudo mais, só que as pessoas que eram diferentes tentavam se esconder, não se falava sobre isso na mídia, não se falava de jeito nenhum, então é como se todo mundo fosse igual e todo mundo aceitasse as diferenças. Mas, é, quando tá sentado no ônibus, se for travesti todo mundo olha estranho, travestis morrem por ser travestis, é, os negros sofrem sim racismo, pobre sofre preconceito, então era tudo escancarado, mas não se falava sobre isso. Hoje as pessoas estão tendo voz, as pessoas estão se levantando, o pessoal da favela tá sendo representado (F20).

Nos relatos destacados as jovens F10 e F14 abordam as disparidades sociais existentes nas diferentes regiões do Brasil e, para ambas, essas desigualdades passam a impressão de que nem se trata do mesmo país, quando são feitos determinados recortes regionais. Sabe-se que o Brasil é um país com dimensões continentais, onde a diversidade se expressa em toda sua pluralidade e, junto a isso, as expressões de desigualdades, também, se tornam gritantes aos olhares minimamente atentos. Já a jovem F20 destaca que grupos marginalizados, como os moradores de favela, apesar de ainda conviverem com desigualdades, possuem mais voz no cenário atual e suas demandas se tornaram tema de debate. Interessante notar que, ao discorrer sobre isso, F20 menciona sua atuação em um projeto que arrecada e distribui cestas básicas a famílias periféricas carentes, enfatizando que essa ação se tornou ainda mais urgente no cenário pandêmico.

As diferenças e desigualdades relacionadas com a idade, a religião e as deficiências físicas e mentais foram citadas em conjunto a outros aspectos, mas não foram aprofundadas nos relatos. Quanto à idade, os jovens F3, M5 e M26 citaram que a idade influencia na resistência que as pessoas apresentam à diversidade, de forma que pessoas mais velhas tendem a demonstrar mais dificuldades de lidar com o diferente. Quanto à religião, as jovens F12, F15 e F20 falaram dos julgamentos associados às escolhas religiosas, seja em relação à intolerância com os adeptos de determinadas religiões, seja dentro de crenças religiosas que acarretam, por exemplo, discriminação de pessoas que têm orientações sexuais diversas da heterossexual. Por fim, quanto às pessoas com deficiência, as menções giraram em torno do mundo do trabalho, com F14 enfatizando que vê, lentamente, mais espaço e oportunidades para pessoas com deficiência, enquanto M18 vê que a discriminação ainda é categórica.

No contexto dos relatos sobre diferenças e desigualdades no Brasil, houve menção, ainda, a aspectos que não representam marcadores sociais de diferença, mas estão diretamente relacionados a eles. Um cenário positivo foi citado pelos jovens F3, M5, M9, M11, F14, F16, F20 e M26, que falaram sobre a desconstrução gradual de estereótipos e preconceitos na

sociedade, com tendência ao aumento da diversidade e à diminuição das desigualdades no futuro. O papel do governo e das políticas públicas foi citado de forma negativa, de forma que os jovens M4, F6, F14 e F20 explicitaram sua insatisfação com os discursos e ações do governo atual, em relação às diferenças na sociedade brasileira. E a meritocracia foi citada pela jovem F14, ao destacar que o discurso do merecimento esconde a existência de oportunidades desiguais que transcendem o esforço individual (HELAL, 2007; MARTINS; SCHERDIEN; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019).

Poucos relatos destoaram da visão geral que associou a diversidade a algo positivo e necessário, embora ressaltando as inúmeras desigualdades existentes no Brasil. Foram os casos do jovem M7, que mencionou a questão da vitimização, afirmando que as desigualdades existem, mas as pessoas se aproveitam disso e não agarram as oportunidades que “todo mundo tem”; e do jovem M26, que abordou questões as quais se alinham às ideias de “machismo reverso” e “homofobia reversa”, afirmando que já sofreu preconceito por ser homem e que pessoas homossexuais expõem seu posicionamento de forma exagerada, impondo “verdades absolutas” e, assim, acabam também, preconceituosas.

Quando convidados a pensar sobre diversidade e desigualdade em nível nacional, os jovens M7 e M26 apresentaram tendência a minimizar as desigualdades existentes no país e a perpetuação de privilégios de determinados grupos, corroborando a afirmação de Franco et al (2017, p. 56), de que “a percepção da discriminação é mais expressiva para os sujeitos que sofrem as ações de opressão”. O jovem M7 está entre os jovens de maior renda mensal familiar e se caracterizou como “um pouco moreno”, de forma que a sua classe social influencia a percepção de branqueamento (SOUZA, 2019). Já o jovem M26 é branco e heterossexual, mencionando situações em que se sentiu oprimido por ser homem, branco e cisgênero. No caso dos jovens em questão, a intersecção de sexo e cor de pele lhes permite experienciar, consciente ou inconscientemente, vantagens em relação a outros grupos sociais. Destaca-se que não é o caso de rotular a visão desses jovens como certa ou errada, mas de demonstrar como as discussões e problematizações em torno das diversidades e desigualdades existentes no Brasil, apesar de evoluírem, ainda são incipientes em determinados contextos, o que pode contribuir para sua invisibilização e perpetuação.

Após serem questionados quanto ao cenário de diversidades e desigualdades percebido no Brasil, de forma geral, os jovens foram questionados como veem essas questões, especificamente, no mundo do trabalho. Em síntese, os relatos trouxeram argumentos no mesmo sentido da pergunta anterior, enfatizando a presença de desigualdades de acesso e

manutenção no mercado de trabalho, mas trazendo a percepção de que o cenário tem melhorado, paulatinamente. Os mesmos marcadores de diferença foram usados como exemplos, à exceção da nacionalidade, que surgiu, pela primeira vez, no relato da jovem F10, mencionando vivências de discriminação que o irmão sofreu, no exterior, por ser brasileiro. O Quadro, a seguir, traz um resumo dos principais novos argumentos desenvolvidos nos relatos.

Quadro 19: Percepções dos jovens sobre diversidade e desigualdade no trabalho

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Síntese do conteúdo</b>	<b>Entrevistados</b>
Natureza da empresa	Ramo Moderna x tradicional Lideranças	Empresas de tecnologia, startups. Programas de inclusão. Empresas mais modernas ou mais tradicionais. Influência das lideranças.	M2, F3, M4, M5, M11, F21, M23
Abertura/Barreiras à diversidade	Banco Seguradora Discriminação	Vivência em empresa que prega a diversidade. Alguns nunca vivenciaram episódios de preconceito, mas reconhecem a existência. Certos grupos são negligenciados. Episódio de discriminação.	M9, M13, F17, M18, F20, M22
Modismo	Preocupação com a imagem Ações virais Discurso x prática	Hipocrisia, inconsistência entre discursos e práticas, uso comercial da diversidade.	M4, F12, F14, F25, M26
Representatividade	Hierarquia Profissões de prestígio Minorias Pseudoinclusão	Negros, mulheres e travestis são sub-representados em cargos de liderança e em profissões de maior status social.	F6, F10, M11, F15, F16
Educação	Base para as mudanças	A educação é a chave para a mudança de cenário. Desigualdade no acesso à educação. Qualidade/status de escolas e universidades.	F6, M8, F10, F15
Indicação	Capital social	Família e redes de contato	M22

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para alguns dos jovens entrevistados, a diversidade e a desigualdade têm ou não espaço conforme a natureza da empresa, variando de acordo com o ramo, o estilo ou posicionamento e o perfil das lideranças. Para o jovem M2, as lideranças influenciam a missão e os valores da empresa, então, a abertura à diversidade “vem de cima”. Para os jovens F3, M5 e M23, isso depende do tipo de empresa, existindo algumas empresas “mais tranquilas” ou “mais modernas”, em oposição a outras mais “tradicionais”. A jovem F21 menciona que existem ambientes, como supermercados, onde a diversidade pode ser observada, em detrimento de outros mais restritos, como bancos e clínicas. Demonstrando um contraponto, os jovens M4 e M11 afirmaram que mesmo em ambientes considerados como propícios à diversidade, como *startups* e empresas da área de tecnologia, a diversidade não recebe a devida atenção.

Eu acho que acaba influenciando bastante né, dependendo da empresa que tu vai trabalhar. E as empresas têm, de alguma forma, diversificado né, o estilo de, a seleção de pessoas né, pra trabalhar na empresa, mas tem empresas que ainda tem, mantêm uma maneira de seleção e esses jovens que têm uma diversidade diferente, cultural ou talvez de estilo, acaba sendo desigual né, acabam não contratando (M5).

Eu não, eu não tenho dados pra trazer, mas eu sei que, é, é, igual assim, porque, principalmente na área de tecnologia, que é predominantemente hetero e, e, masculina, você não vê diversidade. Só em grandes empresas é, de tecnologia, que eles têm programas de inclusão, mas ainda sim é pouquíssimo. Então, por exemplo, na empresa que eu trabalho hoje [de tecnologia], a maioria das pessoas são mulheres, não são homens, são. Isso é massa, assim. É... mas, em contrapartida, eu sou o único negro que tem lá [riso]. Acho que de 60, são 60 pessoas que tem (M11).

Foram citadas, também, algumas barreiras ou aberturas à diversidade associadas às experiências laborais dos jovens, pois, segundo eles, ainda não há um extenso conhecimento do mundo do trabalho, o que torna necessário recorrer às experiências pessoais. O jovem M9 trabalha em um banco e afirmou que, devido à abertura que a instituição apresenta, os funcionários “respiram” diversidade. Assim como ele, a jovem F17 trabalha em um banco e mencionou que há grande representatividade feminina, mas que pessoas de diferentes cores de pele e orientações sexuais não estão inseridas no ambiente. Já o jovem M13 atua em uma empresa de seguros que, segundo ele, apresenta total aceitação à diversidade e promove cursos informativos aos funcionários, além de integrar no quadro de pessoal grupos como mulheres e *gays*. O jovem M18 mencionou a iniciativa da empresa onde trabalha de realizar campanhas com o intuito de combate à desigualdade, mas que, a despeito disso, ainda presencia comentários e “piadas” de cunho discriminatório. Para o jovem M22, a orientação sexual pode implicar situações de preconceito, mas ele relata que, nos lugares onde trabalhou, nunca presenciou episódios assim.

Como, como é a experiência que eu tive né, eu vou comentar como é na [nome da empresa]. Na [nome da empresa] é, isso é totalmente aceitado, nunca vi uma pessoa, levantar, falar um A por questões de preconceito, nunca, nunca. Tanto é que a empresa é uma das, elas investem bastante também em cursos, eu mesmo tive que fazer diversos cursos, da iniciativa contra racismo, contra gênero, LGBT, por diversas coisas. E na minha empresa mesmo tem de tudo. [...] Mas eu, eu sei que existe, eu sei que existe né, não posso ser ignorante, eu sei que existe, mas eu nunca presenciei, ainda bem (M13).

Teve um cliente que perdeu o voo, e aí ele, eu não deixei ele passar, aí uma colega minha deixou ele passar, e ele começou a gritar: “ah, você não deixou porque cê é negra”. Teve uma colega que trabalhava na [nome da empresa], que também passou por... passou até no jornal, é, também passou por esse, por esse episódio. Só que ela foi mais feliz né, porque ela processou a empresa que tinha demitido ela e teve que recontratar ela, com pedido de perdão e tudo, processou o cara né, que teve que pagar uma indenização pra ela. E aí, é, e aí do lado, colega, e aí você vê que existe, e muito, sabe? E hoje, hoje em dia, ainda bem que a gente tem esse conhecimento, a

gente tem a tecnologia, a gente tem acesso a celular, a gente pode ver quais são os nossos direitos e quais não são, pra onde a gente correr caso isso aconteça ou não, antigamente a gente não tinha. E aí, é, hoje nas empresas isso existe, é o que mais existe, na forma que as pessoas também, os próprios funcionários tratam os outros (F20).

Junto aos relatos de experiências pessoais, chama a atenção o relato da jovem F20, que descreve uma situação de preconceito racial relacionada a um cliente que atendeu, onde trabalhava enquanto aprendiz. No mesmo ambiente, cita a experiência de colegas que também passaram por situações semelhantes, destacando que uma colega foi “mais feliz” por, mediante um processo legal, conseguir retratação do cliente e da empresa. Nesse sentido, a jovem destaca a importância do acesso à informação, pois com os recursos existentes na atualidade, é possível saber melhor como agir em casos assim. Apesar disso, é interessante observar que a jovem F20 não relatou nenhuma reação na situação em que foi vítima de preconceito, o que pode indicar uma tendência à naturalização de opressões (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2020).

O tratamento dado à diversidade no mercado de trabalho, para os jovens M4, F12, F14, F25 e M26, se refere apenas a um modismo e a práticas de pseudoinclusão. O jovem M4 cita a inserção via cotas, que configura uma exigência legal e não algo natural das empresas. Ele menciona, ainda, que na atualidade “tudo viraliza”, então as iniciativas de diversidade afetam a imagem da empresa. Os jovens F12, F14, F25 e M26 também apontam as discrepâncias entre discursos e práticas das organizações, pois junto aos discursos inclusivos, na prática, ocorre uma série de exclusões baseadas em marcadores de diferença.

Tá começando agora né? Porque, é, veio a onda do modismo. Pra mim isso é moda, porque deveria pensar nisso há muito tempo né, mas agora tá assim, se um faz a gente faz, se o outro faz a gente faz. Então assim, se torna um pouco hipócrita né, mas quem sou eu pra falar. Pelo menos a gente né, que é negro, ou então as pessoas que são homossexuais, né, têm uma certa vantagem, porque agora gente tá sendo acolhido, entre aspas. Porque, pronto, é muito bonito fazer um comercial, fazer uma campanha, mas a gente não sabe o que acontece por trás da cortina (F12).

Relacionada a isso, os jovens F6, F10, M11, F15, F16 pontuaram em seus relatos questões sobre a representatividade de minorias em cargos de maiores níveis hierárquicos e em profissões de maior *status* social. Apesar de ser uma palavra usada pelos jovens nos relatos e de grande disseminação na sociedade, a palavra minoria é aqui reproduzida com a ressalva de que certos grupos tratados como minorias na verdade não o são, pois representam contingentes expressivos da população brasileira, como negros e mulheres (FRAGA et al, 2022).

Especificamente, deixa eu ver... Bom, o que a gente mais, o que é mais perceptível hoje é a, a racial. Dá pra, dá pra perceber se você for, for comparar, não em questão de oportunidade, de estar lá dentro, igual, hoje em dia eu trabalho numa empresa grande e tem muito funcionário, mas em questão de hierarquia você já consegue ver uma, uma diferença gigantesca na questão racial. Quanto maior o cargo, mais raro de ver alguém com a minha pele (F6).

Aí eu fico pensando, também né, eu penso muito com meus, meus botões, eu não sei aí onde você mora tá, mas aqui no estado de São Paulo, aqui, eu nunca fui em um médico negro. Já foi em algum médico negro, algum dentista negro? Não. Isso porque eles têm cota na faculdade né? [riso]. Mas eu, não sei se é eles que não se interessam, sei lá, tem desigualdade sim, mas, eu acho que, eles são muito, eles mesmos são preconceituosos. Sabe? Essa, esse preconceito de, de raça, cor, acho que vem das próprias pessoas mesmo, sabe? A gente cresceu com isso. [...] Então assim, eu não sei, eu acredito que a base é, a base de tudo, de qualquer mudança, dessa questão de preconceito, dessa questão de cor, enfim, é a questão da educação. A gente tem que iniciar, a investir na educação. Porque eles mesmos não se interessam a estudar (F10).

Pronto, no mundo do trabalho, é, eu acho que também é uma coisa assim que... é uma, depende assim, dependendo do âmbito é uma pseudoinclusão. Uma vez eu vi uma imagem de um triângulo, é, uma cadeia hierárquica, onde tinha assim, dono de empresas, CEO da empresa era um homem branco, e aí gestores, gerentes né, eram alguns outros homens, uma mulher, e aí um pouquinho mais embaixo, começava a você ver uma pessoa negra, e aí mais embaixo, você começava a ver a diversidade assim, de ter um deficiente, um LBGT, e aí o negro também. [...] Eu acho que tem a inclusão? Tem. Mas não em cargos maiores. E não só na empresa, mas de um modo geral na sociedade (F16).

No relato de F16, a jovem traz exemplos de como a inserção não é suficiente se não for acompanhada de inclusão e equidade de oportunidades, de forma que o mercado de trabalho reflete estigmas da sociedade e restringe o acesso de alguns grupos, em especial, se os sujeitos estiverem na intersecção de marcadores sociais de diferença. No mundo laboral, ocorrem segregações sutis que fazem com que certos corpos se tornem mais adequados a determinados tipos de trabalho (SOUZA, 2019) e, com isso, não só a mobilidade social, como também a profissional, podem ser prejudicadas. Para além de uma prestação de contas à sociedade e de um modismo, como mencionado pelos entrevistados, as políticas e práticas de diversidade nas organizações podem trazer avanços em direção à equidade, causando fissuras em traços estruturais que se perpetuam na sociedade brasileira.

Chama a atenção, no relato da jovem F10, a importância dada à educação como mola propulsora de mudanças, aspecto também visto nos relatos de F6, M8 e F15. Contudo F10 traz a percepção de que as pessoas que estão às margens exibem desinteresse em estudar, o que explicaria a baixa representatividade de negros atuando como médicos, por exemplo. A percepção do jovem M8 se alinha a essa ideia, pois ele afirma que deve haver esforço das pessoas em buscar um melhor nível de ensino, caso contrário elas receberão uma educação inferior. Destoando dessa visão, que reforça a ideia de meritocracia, as jovens F6 e F15



defendem que mudanças na base, investindo na qualidade do ensino e no acesso de grupos marginalizados à educação de qualidade, podem trazer as transformações necessárias em relação à diversidade no país.

Por fim, o jovem M22 destaca que, na sua percepção, existem desigualdades de acesso ao mercado de trabalho relacionadas às práticas de indicação, comuns nas empresas que ele tem conhecimento. Ele cita o exemplo de uma colega que frequentou o curso de aprendizagem da mesma forma que ele, mas diante da indicação de um familiar, foi aprendiz em uma instituição bancária e, após pouco tempo, foi efetivada. Nas palavras de M22, “mesmo a pessoa formada lá, deixava currículo, mas não entrava, era só pessoal de indicação. Aí já tem uma desigualdade, você pode ser profissional o que for, mas se você não tiver um ímã lá dentro pra poder te puxar, você não consegue”. Além da questão relativa à indicação, ele afirma que há um “pouquinho de sorte”, pois se os pais possuem boas condições financeiras, as chances de conseguir um bom emprego aumentam, trazendo à tona questões de classe e de capital social, que estão intimamente relacionadas.

Os dados aqui descritos, bem como os expostos nas demais seções da apresentação e análise de dados, permitiram alcançar o objetivo específico de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem quanto ao impacto de marcadores interseccionais em suas trajetórias. Nesse sentido, destaque pode ser dado aos marcadores de cor de pele, aparência e classe, que influenciam, negativamente, a vida de jovens negros e negras, jovens pobres, jovens que possuem estilos e texturas de cabelo que fogem aos padrões, jovens tatuados, jovens acima do peso, jovens que possuem estilo de vestuário considerado simples e jovens que usam acessórios como *piercings*. Tais marcadores se cruzam e produzem situações em que, especialmente, jovens negras e pobres são discriminadas por sua classe, cor de pele e características fenotípicas, destacando-se o preconceito de marca (SANSONE, 1996).

Muitas marcas, não necessariamente vinculadas à raça, mas principalmente referentes a ela, foram apontadas como relevantes nas trajetórias juvenis, demonstrando que a interseccionalidade ganha materialidade nos corpos e pode se conectar a diversas características da aparência, como cor de pele, cabelo, tatuagens, peso e vestuário. Dessa forma, apesar dos discursos de valorização da aparência jovial e dos imperativos de juvenilização da sociedade (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014), as juventudes nem sempre são associadas à boa aparência, considerando que o jovial diz muito sobre padrões estéticos dos grupos dominantes.

Destaca-se que a maioria dos jovens já se sentiu discriminada em algum contexto, denotando o ageísmo como comum na sociedade e, em especial, no mundo do trabalho, associando as juventudes a estereótipos de imaturidade, inexperiência e irresponsabilidade, bem como questionando a sua capacidade. As práticas discriminatórias, respaldadas em diferentes marcadores sociais de diferença, se refletem no mundo do trabalho e particularizam as experiências dos jovens que estão em transição para a vida adulta e construindo suas trajetórias profissionais. Nesse sentido, as ações e as políticas de diversidade no mundo corporativo tendem a ser percebidas pelos entrevistados como modismo e pseudoinclusão, uma vez que os ambientes laborais reproduzem as desigualdades vistas na sociedade.

De acordo com os relatos, oportunidades laborais se restringem no caso de jovens negros e negras, jovens pobres e jovens com diferentes orientações estéticas, cabendo mencionar ainda outros marcadores citados e não menos importantes, como gênero, orientação sexual, região de origem e local de moradia. Assim, diferentes marcadores interseccionais se cruzam com a idade e influenciam as trajetórias dos jovens abordados na presente pesquisa, de forma que o Programa de Aprendizagem pode ser visto como uma importante abertura para o mercado de trabalho, porém, após essa experiência, os jovens continuam se deparando com restrições sociais que tendem a ser maquiadas pelo discurso do esforço individual e da necessidade de “correr atrás”.

#### **4.8. Fechando as entrevistas: pontos destacados pelos jovens egressos**

O processo de realização das entrevistas foi especialmente marcante para a pesquisadora, pois foi possível notar que alguns jovens demonstraram em suas falas certas marcas, silêncios e se deixaram expressar até mesmo através de lágrimas. Nesse sentido, caminhando para o fechamento das entrevistas, eles foram convidados a pensar como se veem e imaginam que são vistos por terceiros. Como no decorrer das entrevistas os relatos se prenderam, demasiadamente, ao mundo do trabalho, essa questão, ao final, teve o intuito de trazer uma visão mais ampla dos jovens sobre si mesmos. Uma síntese das características e percepções pode ser vista, no Quadro a seguir.

Quadro 19: Como os jovens se veem e são vistos

<b>Jovem</b>	<b>Como se vê</b>	<b>Como terceiros veem</b>
F1	Responsável. Uma pessoa que ainda não é bem-sucedida, mas está trabalhando para isso.	Da mesma forma
M2	Tranquilo e aberto.	Fechado e distante, julgando sem realmente conhecê-lo.
F3	Esforçada, demonstra o máximo que pode de esforço. Amigável e comunicativa.	Da mesma forma. Muitos elogios.
M4	Esforçado e determinado. Alguém que corre atrás dos objetivos e se desdobra para fazer as coisas.	Da mesma forma
M5	Jovem maduro e protagonista, que busca soluções. Comunicativo.	Da mesma forma.
F6	Pessoa sonhadora, que às vezes “tira os pés do chão”.	Alguém mais responsável e “pé no chão”.
M7	Pessoa que corre atrás, busca evolução.	Alguém com muitas responsabilidades. As pessoas veem sua evolução.
M8	Precisa melhor, aprender mais, ser mais disciplinado e focado.	Alguém que sabe o que quer, determinado, mas que possui dificuldades, como todo mundo.
M9	Bom, bacana, empático, que quer o bem do próximo. Evita conflitos, preza por bons relacionamentos.	Autoritário, sério, mandão, comunicativo.
F10	Ainda pretende descobrir quem é, não se vê como os outros a veem.	De forma mais positiva do que a própria percepção. Uma pessoa mais adulta. Muitos elogios.
M11	Dedicado, criativo, carismático, comunicativo. Se dedica, mas procrastina também.	Comunicativo, simpático, procrastinador.
F12	Persistente.	Forte, que tem garra. Guerreira.
M13	Dedicado, esforçado, determinado. Que faz o que gosta. Tem opinião própria. Amigável, educado, respeitoso.	Da mesma forma.
F14	Tem muita coisa para buscar pela frente. Se sente pressionada profissionalmente, por ser estagiária; socialmente, por ser mulher; e na esfera religiosa por não ter namorado/futuro marido. Aberta ao diálogo.	Alguém que busca o diálogo, não aceita o que incomoda, questionadora. Seu comportamento às vezes é lido como chatice.
F15	Calma, que gosta de ouvir histórias, de conhecer pessoas e lugares. Uma pessoa que gosta de estudar, de arte e música.	Alguém responsável, em quem é possível buscar orientação e com quem se pode compartilhar histórias.
F16	Desenrolada, que busca soluções. Busca autoavaliação e suprir as expectativas.	Tem dúvidas, mas acredita que a veem como alguém competente.
F17	Determinada, porém insegura.	De forma mais positiva do que a própria percepção. Muitos elogios.
M18	Alguém que mudou bastante nos últimos dois, três anos.	Criança que morava no “morro”, estava sempre pedindo ajuda nas casas. Atualmente veem de forma muito diferente.
F19	Esforçada, batalhadora, vai atrás, tem garra.	Da mesma forma.
F20	Chegou onde sempre quis, pois é esforçada, estuda, tem a mente muito mais aberta, respeita sem julgar, sabe ouvir.	De forma mais positiva do que a própria percepção. Inteligente. Engajada politicamente ou intrometida. Que quebra tabus religiosos.
F21	Inteligente, que pensa antes de falar e agir. Ignorante, prefere calar do que magoar as pessoas. Incentiva as pessoas.	Otimista, extrovertida, que incentiva/ motiva as pessoas.
M22	Trabalhador. Distanciamento da figura do vagabundo.	Da mesma forma.
M23	Um homem introspectivo, tímido, porém extrovertido para certas coisas.	Da mesma forma.

(continua...)

Quadro 19: Como os jovens se veem e são vistos (continuação)

Jovem	Como se vê	Como terceiros veem
F24	Responsável, dedicada, corre atrás, se esforça. Independente.	Pessoa que trabalha bastante. Na família, veem como jovem e dependente dos pais.
F25	Forte.	Da mesma forma.
M26	Humilde, ajuda as pessoas. Não faz/ fala mal ou passa por cima de ninguém. Tranquilo, não guarda rancor.	Alguém de bom coração.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Assim como ocorreu durante as entrevistas, as narrativas dos jovens tenderam a reforçar o esforço, a dedicação, a garra e as responsabilidades que possuem, como no caso da jovem F3, que se define como alguém que demonstra o máximo que pode de esforço, valendo lembrar que ela trabalha em horário administrativo na Instituição Alfa e, após o expediente, atua como *freelancer* em uma pizzaria. A jovem F12, por sua vez, afirma que a chamam muito de guerreira pela sua força e garra, destacando-se que ela trabalha como promotora de vendas em uma transnacional do ramo de alimentos e bebidas e sustenta, com um salário-mínimo, um núcleo familiar de quatro pessoas. Nesse sentido, também se destaca a percepção do jovem M22, que se afirma trabalhador e diz que poderia ter seguido um caminho mais fácil, como no caso do seu primo que viu uma “brecha melhor” no mundo do crime. Contudo o jovem afirma que, diante de uma situação parecida e das mesmas necessidades, ele preferiu se tornar um trabalhador a se tornar um “vagabundo”. Os relatos sobre rotinas cansativas e atribuladas, com ênfase na sobrecarga e no excesso de atividades (MÁXIMO, 2012; SILVA; TRINDADE, 2013), contudo, tendem a ser ressignificados de forma positiva (BORGES; COUTINHO, 2010; MÁXIMO, 2012), evocando discursos sobre esforço e dedicação.

Para finalizar as entrevistas, os objetivos da pesquisa foram novamente explicados, bem como a relevância da participação e das contribuições de cada um, expressando a gratidão da pesquisadora. Nesse momento, foi dado espaço aos jovens para tirarem suas dúvidas e expressarem suas impressões sobre os assuntos tratados. Alguns jovens usaram esse momento para reforçar a percepção positiva que possuem acerca do Programa de Aprendizagem e a importância que atribuem a ele, como pode ser visto, nos relatos seguintes.

Não, achei muito legal. Eu penso sempre nessa parte de aprendizagem, eu falo, quando eu saí da [Instituição Alfa] eu falei, “um dia eu vou voltar pro projeto que tem aqui em Curitiba”, não sei se tem aí também, que é o [nome do projeto]. Eu falei, “não, um dia eu vou ser palestrante, eu vou contar a minha história, eu vou contar sobre o processo de aprendizagem, o quanto ele é importante, o quanto ele é legal”. Sempre recomendo porque, é muito bom esse trabalho que a [Instituição Alfa] faz. E... é muito bom, muito gratificante tá participando disso, de ser lembrado, dessa parte de aprendiz que, realmente mudou minha vida, foi, mudou mesmo. Eu sou muito grato ao processo de aprendizagem. E... não... Acredito que

seja isso. Desejo um bom doutorado pra você, boa sorte, e espero ter contribuído (M2).

Entendi. Entendi. É, o jovem, é... quando ele sai do, do Programa de Aprendizagem, porque não foi o meu caso né, muitos, dentro do Programa de Aprendizagem saem porque conseguem ser efetivados ou conseguem ser promovidos né. Mas eu, eu me deparei com jovens que saíram do mercado, saíram, e... se depararam assim, “que que eu vou fazer agora, né?”; “como que vai ser, eu no mercado de trabalho?”. Mas com tudo isso, o Programa de Aprendizagem, ele proporciona experiência né, pro jovem. Então nós vemos que o jovem, ele, ele tem a oportunidade né, que a gente sai de lá com curso, com certificado, tudo mais, fora a experiência a qual a gente trabalhou na empresa. Então o jovem ele sai de lá com uma oportunidade excepcional debaixo do braço, né [...] Mas, o fato de que, saindo efetivado ou não, você tem a oportunidade a qual você recebeu no Programa de Aprendizagem, você pegou experiência profissional, e fora as experiências econômicas, a qual a gente recebe lá no programa.

Além do reforço à relevância do Programa de Aprendizagem, colocado por muitos como algo que mudou suas vidas, houve claras manifestações de satisfação da maioria dos jovens egressos por perceberem que suas trajetórias despertavam interesse de pesquisa, sublinhando a importância de pesquisas nesse sentido.

Primeira vez que eu tô participando, nunca participei de uma pesquisa né, então é uma experiência nova pra mim, achei muito bacana, muito legal mesmo. E gostaria de parabenizar você pela pesquisa, acredito que vai ser muito boa. Obrigado mesmo por poder participar e você aceitar né, que eu participasse (M5).

Legal demais. Eu acho que é, que é isso, eu acho que impactar a vida das pessoas, com certeza vai impactar né, você ter uma fase como jovem aprendiz, agora, se realmente está sendo positivo né, a ponto de valer a pena, realmente a gente não sabe, que é o que vocês tão buscando, então acho que é muito bacana isso, até pra poder entender. Acho que não, não deve acabar de forma alguma, acho que é uma das oportunidades que eu digo né, que hoje em dia a gente tem. Então acho que não tem que acabar com oportunidade nenhuma. Mas talvez seja hora de pensar em algumas estratégias pra aproveitar mais os jovens e, e, até mesmo né, os adultos que vão sendo formados pelo Programa de Aprendizagem. Então acho que é muito importante essa visão que vocês tão tendo e, parabéns realmente pelo projeto e pela pesquisa (M7).

Não, na verdade não. Acho que foi muito, muito gostoso, esse, esse bate-papo, eu nunca nem tinha conversado assim pra falar sobre as coisas que a [Instituição Alfa] me proporcionou, nem nada, desde quando eu saí de lá, então foi muito bom. É... espero que ajude vocês, essa conversa que a gente teve hoje me ajudou muito. Eu tô com a voz embargada, eu sou chorona. Tô muito emocionada por ter participado e... espero que ajude muito vocês na pesquisa. A [Instituição Alfa] foi a chave da minha vida, toda vez que eu falo eu quero chorar [choro]... da [Instituição Alfa]. Então foi muito bom pra mim e que a gente possa conversar mais vezes, conversar sobre isso, outras pessoas conversarem sobre. [...] Eu que agradeço, foi muito importante e muito bom, poder contribuir com vocês e pra mim também, esse papo, sempre querendo ou não, ele afeta, afeta positivamente a gente né. Então me fez pensar em muitos temas que às vezes a gente pensa e não fala, a gente discute com outras pessoas e não leva pra outros meios, então foi muito, muito bom, de verdade (F14).

Eu que agradeço. Então, já que você falou isso, eu vou então falar um pouquinho. Eu acho que a questão da, do, do, do pós, e também o antes né, do jovem aprendiz, eu acho que ela é realmente, ela precisa mais, ser mais divulgada, de modo geral.

Acho que, eu vim conhecer, como eu falei, eu vim conhecer o jovem aprendiz por indicação. Na minha escola, por exemplo, a gente não tinha essa questão aí. [...] E o primeiro emprego é o, é o ambiente que, que dá um *up* pra você começar a caminhar (F16).

Eu pensei o dia inteiro aqui como que eu ia falar aí agora [...]. Eu fiquei foi feliz demais (M22).

Talvez sem a real dimensão da gratidão da pesquisadora e da contribuição dos seus relatos para a pesquisa, os jovens agradeceram e se disseram muito felizes em participar e compartilhar um pouco de suas perspectivas e trajetórias. Diante de relatos como esses, se faz crucial reforçar a importância de dar voz e ouvidos às juventudes brasileiras, fugindo de abordagens reducionistas e de perspectivas adultocêntricas e polarizadas, de forma a fomentar discussões que adotem um olhar plural acerca das juventudes e das suas percepções (ABRAMO, 1997; PIMENTA, 2007; OLIVEIRA, 2019). Destaca-se que as juventudes possuem sentido e relevância em si mesmas e não se reduzem a um devir (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006), sendo essencial considerar os jovens pelo que são, pensam e fazem no presente.

Os jovens considerados na presente pesquisa não partiram de um contexto social de similaridades, não possuem os mesmos marcadores sociais de diferença e não enfrentam ou enfrentaram de forma homogênea as possíveis situações de discriminação que tais marcadores podem causar. São jovens diversos, com acessos distintos a capitais econômicos, culturais e sociais, que talvez tenham como único ponto comum o fato de serem egressos de um Programa de Aprendizagem e de serem trabalhadores, de forma que o trabalho lhes possibilita toda uma gama de experiências e traz impactos na formação de suas identidades. Como foi possível ver nos relatos, o âmbito do trabalho adquire especial relevância quando se coloca em pauta os jovens, pois, para eles, a vida precisa de algum tipo de trabalho para ser plenamente vivida (PAIS, 2005). Nesse sentido, é preciso lançar luz às juventudes trabalhadoras brasileiras e às suas interseccionalidades, refletindo sobre as suas vulnerabilidades, mas, não menos importante, também sobre as suas potencialidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese foi desenvolvida mediante o objetivo de analisar como a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem podem ser influenciadas por marcadores interseccionais. Assim, a argumentação teórica que a sustenta abarcou os temas de interseccionalidade, conceitualizando-a e trazendo marcadores interseccionais que assumem especial relevância no contexto brasileiro; transição para a vida adulta, abordando o desprendimento de marcos generalizáveis e os limites fluidos entre juventudes e vida adulta; e trajetória profissional, destacando sua instabilidade e reversibilidade; além da caracterização do público em pauta na pesquisa, as juventudes brasileiras e suas especificidades.

O desenvolvimento metodológico do estudo se alinhou ao paradigma interpretativista, valorizando a experiência subjetiva dos sujeitos; à abordagem construtivista, considerando percepções e realidades construídas por sujeitos sociais e históricos; e à interação sujeito-objeto, que parte da realidade como uma construção social. Foi desenvolvido um estudo qualitativo descritivo que observou aspectos éticos para sua condução, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG). O acesso aos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e técnica projetiva de associação com jovens egressos de um Programa de Aprendizagem de diferentes regiões do Brasil. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, observando os pontos em comum e, não menos importante, a heterogeneidade das percepções dos jovens sujeitos da pesquisa.

Entre os principais resultados, destaca-se que a visão do que é ser jovem e ser adulto transcende critérios biológicos e etários e vincula-se, especialmente, às responsabilidades, ao trabalho e à percepção de independência e de estabilidade. A maior parte dos jovens entrevistados se percebe como uma pessoa adulta, considerando que jovens que vivenciam a experiência da aprendizagem tendem a desenvolver percepção de maior maturidade, se identificando com pensamentos e ações tipificadas como de um adulto (ALVES; ALBANESE, 2016).

Os relatos dos jovens indicaram, de forma geral, a percepção de uma transição processual, desvinculada de marcadores específicos que possam ser generalizados, apontando a independência financeira como um dos principais eixos associados à adulez (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006; DIB; CASTRO, 2010). A transição para a vida

adulta envolve diversas vertentes que não se alteram na mesma proporção, de modo que é possível ser independente em uma esfera, mas ser dependente em outras (THOMSON et al, 2002), o que pode ser visto diante do fato de que, apesar de se perceberem como adultos, a maioria dos jovens ainda reside com os pais ou responsáveis.

O objetivo específico de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a transição para a vida adulta foi alcançado diante de dados que, ao explorarem as representações sobre juventude e vida adulta, reforçam a valorização do adulto como um estado concluído, enquanto os jovens são associados à falta de algo. O adulto é definido em termos do que é e faz, o jovem em termos do que vai se tornar. Ademais, se por um lado para alguns dos entrevistados a vida adulta foi alcançada mediante um processo de transição associado à gradual assunção de responsabilidades, para outros a juventude nem mesmo ocorreu, frente a um processo de adultização precoce, considerando que, no contexto brasileiro, o processo de transição para a vida adulta não se vincula à linearidade e a determinados marcos e eventos (OLIVEIRA, 2019). Apesar do retrato da adulez como difícil e complexa, os jovens tenderam a naturalizar essa complexidade e a ressaltar o esforço realizado com vistas à superação dos desafios que lhes são colocados.

Tais resultados destacam que ser jovem e ser adulto partem de construções sociais e têm influência de marcadores de diferença, como a classe ou origem social, que tornam ainda mais difusos os limites entre infância, juventude e vida adulta. Além disso, destaca-se que, especialmente no Brasil, a transição para a vida adulta é um processo no qual não cabe usar como referência fronteiras, marcos ou eventos generalizáveis de um sequenciamento de etapas, e sim lançar luz às trajetórias juvenis, que seguem itinerários, ritmos e movimentos particulares e nem sempre nítidos (DIB; CASTRO, 2010).

O segundo objetivo específico, de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a trajetória profissional, permitiu observar aspectos destacados na literatura sobre jovens e trabalho, além de particularidades dos sujeitos de pesquisa. Os dados corroboram que o trabalho possui destacada relevância para as juventudes brasileiras (MELSERT; BOCK, 2015; ABRAMO, 2016) e que o contexto laboral brasileiro se aproxima mais da instabilidade e da reversibilidade do que da estabilidade vista em determinados países (CORROCHANO, 2013), de forma que o trabalho se vincula a transições intensas e incertas (TARTUCE, 2007). Além disso, os dados da pesquisa reforçaram a situação de vulnerabilidade dos jovens no que diz respeito ao trabalho, diante de dificuldades de inserção qualificada (BULGACOV et al, 2011; VERIGUINE, BASSO, SOARES, 2014;



CORROCHANO; FREITAS, 2016; BARBOSA; LARA; PAIVA, 2020) e de baixas possibilidades de mobilidade social advinda do trabalho (SILVA FILHO; SILVA; QUEIROZ, 2015).

A maioria dos jovens egressos teve sua inserção laboral por intermédio da informalidade, em ocupações precárias e atividades de natureza empobrecida. A inserção ocorreu em idades que variaram de 12 a 20 anos, refletindo a origem social dos entrevistados e indicando diferentes possibilidades de viver as juventudes, o que é reforçado por meio dos relatos de adultização precoce. Para os jovens egressos, o Programa de Aprendizagem é visto como um marco na trajetória profissional e de vida, principalmente, em virtude de oferecer amplos conhecimentos, a experiência demandada no mercado de trabalho e a renda de que precisaram para se sentirem mais independentes e, em grande parte dos casos, para ajudar nas despesas familiares ou mesmo arcar, integralmente, com essas despesas.

Após a experiência como aprendizes, a maioria dos jovens foi efetivada ou conseguiu outras oportunidades, demonstrando orgulho das trajetórias que estão em construção. Nesse sentido, o esforço realizado por eles recebeu muita ênfase nos relatos, destacando rotinas atribuladas e cansativas que, na maioria dos casos, conciliam estudos e trabalho. Apenas dois jovens estavam desempregados no momento da realização da pesquisa e, dentre as ocupações atuais, a maioria atua em cargos de natureza operacional. Foram observadas dificuldades quanto ao planejamento do futuro, mas muitos jovens trouxeram perspectivas relacionadas à manutenção na área de atuação, com objetivo de crescimento na hierarquia, remetendo à visão tradicional de carreira.

O terceiro objetivo específico, de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem sobre a influência da experiência como aprendizes em sua trajetória de vida e profissional, foi alcançado diante de relatos que ressaltaram a importância do Programa de Aprendizagem na vida dos egressos. Quando o jovem M9 afirma que, se pudesse, seria um “eterno aprendiz”, ele demonstra a concepção positiva que construiu quanto à influência da aprendizagem, o que foi comum aos demais relatos. Os jovens ressaltaram que se tratava de um ambiente agradável e enriquecedor, onde havia bom relacionamento com os instrutores (ou mentores, como alguns chamaram), além de bons relacionamentos com os colegas. Segundo eles, os instrutores conduziam discussões que, além de abordar assuntos amplos e enriquecedores, possibilitavam o desenvolvimento de habilidades de comunicação.

De forma geral, é possível afirmar que os jovens percebem influências positivas do Programa de Aprendizagem em suas vidas (CORSEUIL; FOGUEL; GONZAGA, 2019),

destacando os ganhos em habilidades sociais e comportamentais, para além de uma formação técnica e utilitarista. Oportunidades laborais, educacionais e de crescimento pessoal foram vinculadas à experiência como aprendizes. Contudo, houve apontamentos negativos no caso de certas empresas parceiras de instituições de ensino profissionalizante, uma vez que elas podem, apenas, inserir os jovens diante das imposições legais, porém não os incluir, deixando os jovens às margens de reais possibilidades de aprendizado, participação e crescimento. Apesar de ser identificado um panorama geral positivo acerca da percepção sobre a aprendizagem, as experiências foram lidas de formas diferentes por jovens diferentes, como no caso do jovem M7, que considerou certos conteúdos muito básicos diante da formação escolar que já possuía. Assim, ressalta-se que, embora seja identificada uma tendência no imaginário social de uniformização quanto a um perfil de jovens aprendizes, existem pluralidades nesse público que não permitem encará-lo como um grupo homogêneo.

No que diz respeito ao quarto objetivo específico, de analisar as percepções de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem quanto ao impacto de marcadores interseccionais em suas trajetórias, destaque pode ser dado aos marcadores de cor de pele, aparência e classe social. Esses marcadores influenciam, negativamente, a vida de jovens negros e negras, jovens pobres, jovens que possuem estilos e texturas de cabelo que fogem dos padrões sociais, jovens tatuados, jovens acima do peso, jovens que possuem estilo de vestuário considerado simples e jovens que usam acessórios como *piercings*. O cruzamento desses marcadores produz situações em que, especialmente, jovens negras e pobres são discriminadas por sua classe, cor e características fenotípicas como o cabelo, destacando-se o preconceito de marca (SANSONE, 1996).

Muitas marcas, não necessariamente vinculadas à raça, mas principalmente referentes a ela, foram apontadas como relevantes nas trajetórias juvenis, demonstrando que a interseccionalidade ganha materialidade nos corpos e pode se conectar a diversas características da aparência, como cor de pele, cabelo, tatuagens, peso e vestuário. Dessa forma, apesar dos discursos de valorização da aparência jovial e dos imperativos de juvenilização da sociedade (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2014), as juventudes nem sempre são associadas à boa aparência, considerando que o jovial diz muito sobre padrões estéticos dos grupos dominantes.

Destaca-se que a maioria dos jovens já se sentiu discriminada em algum contexto, denotando o ageísmo como comum na sociedade e, em especial, no mundo do trabalho, associando as juventudes a estereótipos de imaturidade, inexperiência e irresponsabilidade,

bem como questionando a sua capacidade. As práticas discriminatórias, respaldadas em diferentes marcadores sociais de diferença, se refletem no mundo do trabalho e particularizam as experiências dos jovens que estão em transição para a vida adulta e construindo suas trajetórias profissionais. Nesse sentido, as ações e as políticas de diversidade no mundo corporativo tendem a ser percebidas pelos entrevistados como modismo e pseudoinclusão, uma vez que os ambientes laborais reproduzem as desigualdades vistas na sociedade.

De acordo com os relatos, oportunidades laborais se restringem no caso de jovens negros e negras, jovens pobres e jovens com diferentes orientações estéticas, cabendo mencionar, ainda, outros marcadores citados em menor medida, mas não menos importantes, como gênero, orientação sexual, religião, região de origem e local de moradia. Assim, diferentes marcadores interseccionais se cruzam com a idade e influenciam as trajetórias dos jovens da presente pesquisa, de forma que o Programa de Aprendizagem pode ser visto como uma importante abertura para o mercado de trabalho, porém, após essa experiência, os jovens continuam se deparando com restrições sociais que tendem a ser maquiadas pelo discurso do esforço individual e da necessidade de “correr atrás”.

Em suma, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, validando o argumento de tese proposto, por meio de relatos que demonstraram a influência de marcadores sociais de diferença nas transições para a vida adulta e nas trajetórias profissionais de jovens brasileiros. A heterogeneidade dos jovens entrevistados permitiu a visibilidade de diferentes marcadores sociais de diferença que, interligados, afetam fortemente os limites entre juventude e vida adulta e as experiências no mundo do trabalho (PIMENTA, 2007). Ageísmo, racismo, *lookism* e preconceito de classe se destacaram nas experiências da maioria dos egressos sujeitos da pesquisa, envolvendo desde relatos de crimes, como injúria racial e assédio sexual, até relatos de situações cotidianas nas quais os jovens são julgados pela idade e pelas tatuagens que possuem.

Como já apontado na literatura e nas estatísticas sobre população e trabalho, é comum que os jovens, de forma geral, sejam expostos à maior vulnerabilidade no mundo do trabalho, mas a presente pesquisa demonstra que quando se trata de juventudes específicas e de alguma forma marcadas, as vulnerabilidades se particularizam. Entretanto, para além de vulnerabilidades, as juventudes apresentam, também, potencialidades e demonstram que têm muito a falar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Destaca-se que as contribuições deste estudo perpassam aspectos teórico-conceituais, pragmáticos e sociais. As contribuições teórico-conceituais envolvem a realização de uma

análise que integra a transição para a vida adulta, a trajetória profissional e o uso da lente interseccional para lançar luz às realidades dos jovens egressos de Programas de Aprendizagem. Além disso, a pesquisa coloca em pauta as juventudes brasileiras e as suas especificidades, que tendem a ser relegadas na literatura e na sociedade.

As contribuições pragmáticas se referem às discussões que podem acarretar melhorias no contexto de atuação profissional dos jovens, por meio de possíveis adequações nas políticas e práticas de instituições de aprendizagem e de empresas que recebem os jovens trabalhadores, durante e após os contratos de aprendizagem. Tais empresas podem e devem desenvolver ações que assegurem a inserção e a inclusão de jovens mediante respeito às diferenças e garantias de equidade, bem como diante de reais possibilidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal e profissional.

Por sua vez, as contribuições sociais dizem respeito ao impacto na vida dos jovens entrevistados, que ressaltaram a gratidão por serem ouvidos e as mudanças causadas pelas reflexões desencadeadas, durante a realização das entrevistas. As contribuições sociais envolvem, ainda, o apontamento de repercussões negativas que marcadores de diferença representam para as trajetórias juvenis, envolvendo julgamentos fundados em aspectos mutáveis e imutáveis da realidade dos jovens, enquanto é transferida para eles a responsabilidade exclusiva de se tornarem adultos e bem-sucedidos. Discussões nesse sentido são necessárias para mobilizar mudanças sociais e para combater estereótipos e discriminações direcionados aos jovens brasileiros.

Como limitação do estudo é necessário destacar o contexto pandêmico que, além de afetar o cotidiano e o psicológico de todos na sociedade em diferentes medidas, afetou a realização da pesquisa, restringindo a coleta de dados a entrevistas *online* e, com isso, envolvendo menor interação entre pesquisadora e entrevistados. Outra limitação diz respeito à abrangência do estudo que, ao considerar jovens de diferentes regiões brasileiras, não teve acesso aos jovens da região norte do país. Além disso, considerando que a indicação de possíveis sujeitos de pesquisa atendeu a critérios internos de representantes da Instituição Alfa, que não estavam sob controle da pesquisadora, uma limitação podem ser os possíveis vieses envolvidos nesta seleção e indicação.

Frente aos achados, contribuições e limitações, foram delineadas sugestões de estudos futuros que permitam avanços quanto às temáticas e ao grupo em pauta na presente pesquisa. Considerando que a discriminação etária é pouco estudada na literatura nacional e no contexto organizacional, especialmente utilizando a lente da interseccionalidade (SILVEIRA;

HANASHIRO; PEREIRA, 2017; FRAGA et al, 2022), novos estudos que contemplem o ageísmo em relação aos jovens são frutíferos, bem como estudos que abordem o *lookism*, marcador de diferença que impacta, diretamente, o mundo do trabalho, mas que não recebe a atenção devida nos estudos da Administração. O ageísmo direcionado a pessoas jovens e as relações entre aparência e demais marcadores de diferença se mostraram relevantes e carecem de aprofundamento na literatura.

Conforme recomendam Rodriguez et al (2016), há espaço para pluralismo metodológico nos estudos sobre interseccionalidade dentro dos estudos organizacionais, explorando o potencial, por exemplo, de estudos etnográficos, estudos longitudinais e relatos biográficos. Além disso, deve-se buscar associar as pesquisas com práticas que envolvam mudanças institucionais, organizacionais e de projeto curricular e de ensino. Nesse sentido, considerando que alguns jovens do estudo demonstraram dificuldade ao se depararem com questões sobre diversidade e desigualdade no Brasil, estudos futuros podem abordar a importância e a urgência de se discutir tais questões com as juventudes do país, seja nos ambientes escolares, universitários e de instituições de aprendizagem, seja nos ambientes laborais e em outros espaços que impactam sua formação e transição.

Novas pesquisas podem se debruçar sobre a não-linearidade das trajetórias juvenis, uma vez que ela é destacada nas transições para a vida adulta e nas trajetórias profissionais, mas, no caso de determinadas juventudes, essa não-linearidade envolve experimentações e escolhas restritas. Nesse sentido, estudos futuros podem se aprofundar, também, sobre o diferimento de recompensas (LECCARDI, 2005) e as relações com as temporalidades de diferentes juventudes, analisando suas conexões com passado, presente e futuro. Além disso, usar uma perspectiva decolonial para tratar da mobilidade social e da adultização precoce de jovens brasileiros seria frutífero para os estudos pertinentes aos temas focalizados.

Estudos futuros podem contemplar, ainda, jovens da região norte do país e jovens de cidades interioranas, considerando que, muitas vezes, as instituições de aprendizagem se concentram em capitais e grandes cidades, como o caso da Instituição Alfa e, conseqüentemente, os estudos podem se prender aos grandes centros urbanos. Por fim, diante de relatos de jovens que destacaram a facilidade do processo de inserção via aprendizagem, enquanto outros destacaram dificuldades e morosidade para conseguir uma vaga, estudos futuros podem se aprofundar nesse cenário a fim de compreender se essa ambigüidade pode ser atribuída a possíveis aspectos administrativos da instituição que faz o intermédio entre os

jovens e as empresas parceiras, a possíveis aspectos das empresas parceiras em seus processos de seleção, ou, ainda, a possíveis características atribuídas aos jovens.

Para fins de conclusão dessa pesquisa, faz-se necessário um posicionamento enquanto pessoa e pesquisadora que se viu em muitos dos relatos dos jovens entrevistados. Foi possível constatar que eles chegam à vida adulta por caminhos e em idades diferentes, perfazendo trajetórias singulares que, ao mesmo tempo, apresentam suas similaridades. Uma dessas similaridades associa o “ser adulto” ao papel de provedor, aquele que é capaz de se sustentar e sustentar aos seus, sonhando com condições que possibilitem um futuro melhor em relação àquele vivenciado no contexto familiar. Nesse sentido, o trabalho assume posição de destaque. Os entrevistados foram socializados para o trabalho e buscam trajetórias profissionais mais estáveis e seguras, em detrimento da “sede” por mudanças e desafios, muitas vezes vinculada a determinados jovens, de modo generalizante, em outros temas de pesquisa, como em tipologias de carreira.

As trajetórias profissionais dos jovens são atravessadas pelo seu contexto familiar, sua formação, seu processo de transição para a vida adulta, suas experiências laborais concretas e seus marcadores sociais de diferença, de forma que todos os temas abordados na presente pesquisa dizem sobre a relação entre jovem e trabalho. Ao abordar essa relação, é necessário superar o reducionismo com relação às escolhas e às possibilidades que se abrem para os jovens, combatendo discursos meritocráticos que anulam o peso da estrutura social. Destaca-se que o ensino superior e o trabalho não garantem mobilidade social, para isso está em jogo uma complexa articulação de fatores, a exemplo de fatores interseccionais.

A interseccionalidade é corporificada nos indivíduos e, na intersecção de marcadores sociais de diferença, estão pessoas reais que enfrentam desigualdades muitas vezes ocultadas ou naturalizadas, que impactam sobremaneira suas vidas. Contudo, os jovens não reivindicam para si a posição de vítimas, e sim a de sujeitos dotados de capacidade de agência e de resistência e, apesar das restrições e das mazelas sociais, eles se orgulham das trajetórias que estão construindo. Ao dar voz a esses jovens, espera-se que ela ressoe na academia e na sociedade, fomentando mais discussões sobre e com os jovens brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ABRAMO, Helena W. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças* (p. 19-59). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- ALMEIDA, Gustavo T.; FAGUNDES, Vitor de J. S.; SILVA, Simone de S.; ANDRADE, Luiz F. de S. A organização do consumo de crédito à luz do Marketing: um estudo com o segmento idoso de baixa renda. *Revista ADM. MADE*, v. 23, n. 1, p. 38-56, 2019.
- ALVES, Daniele C. B.; ALBANESE, Luciana. A produção de subjetividade em programas de aprendizagem profissional. *Psicologia Argumento*, v. 34, n. 86, p. 318-332, 2016.
- AQUINO, Luseni M. C. de. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de (orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil* (p. 23-39). Brasília: IPEA, 2009.
- ARNETT, Jeffrey J. Young people's conceptions of the transition to adulthood. *Youth & Society*, v. 29, n. 1, p. 3-23, 1997.
- ARNETT, Jeffrey J. New Horizons in Research on Emerging and Young Adulthood. In: BOOTH, Alan; BROWN, Susan L.; LANDALE, Nancy S.; MANNING, Wendy D.; MCHALE, Susan M. (eds). *Early Adulthood in a Family Context* (p. 231-244). New York: Springer, 2012.
- ARTHUR, Michael B.; CLAMAN, Priscilla H.; DeFILLIPPI, Robert J. Intelligent Enterprise, Intelligent Career. *The Academy of Management Executive*, v. 9, n. 4, p. 7-20, 1995.
- ARYAL, Ashamsa; PARISH, Megan; ROHLMAN, Diane S. Generalizability of total worker health online training for young workers. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 16, n. 4, p. 577, 2019.
- BAILEY, Kennety D. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia M. C. de. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 160-183, 2015.
- BARBOSA, Jane K. D.; LARA, Samara M.; PAIVA, Kely C. M. de. O tempo é o mesmo para todos? Um estudo sobre percepções temporais com jovens trabalhadores de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). *Revista Economia & Gestão*, v. 20, n. 55, p. 5-23, 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 4ª ed. São Paulo: Edições 70, 2008.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, n. 225, p. 70-88, 2009.

BLACKHAM, Alysia. Young workers and age discrimination: Tensions and conflicts. *Industrial Law Journal*, v. 48, n. 1, p. 1-33, 2019.

BORGES, R. C. P.; COUTINHO, M. C. Trajetórias juvenis: Primeiro emprego e projetos de vida. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 11, n. 2, p. 189-200, 2010.

BORGES, Fábio; FERRAZ, Deise L.; MAGALHÃES, Alex. Condições e Organização do Trabalho em Tempos de Crise: Diálogos e Possibilidades [Webinar]. Realização PPGA/CEPEAD, FACE/UFMG. Realizado em 08 de julho de 2020. Recuperado em 08 de julho de 2020, de <https://youtu.be/iWThJskBC5Q>.

BRADLEY, Harriet; DEVADASON, Ranji. Fractured transitions: Young adults' pathways into contemporary labour markets. *Sociology*, v. 42, n. 1, p. 119-136, 2008.

BRAH, Avtar. Travels in negotiations: difference, identity, politics. *Journal of Creative Communications*, v. 2, n. 1-2, p. 245-256, 2007.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, n.26, p. 329-376, 2006.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004.

BRASIL. MDH – *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Recuperado em 15 de junho de 2020, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude-1/institucional>.

BRASIL. *Decreto nº 9.579, 2018a*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Recuperado em 15 de junho de 2020, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126).

BRASIL. *Lei nº 13.709, 2018b*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Recuperado em 16 de maio de 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm).

BRASIL. *Lei nº 10.097, 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Recuperado em 28 de fevereiro de 2020, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm).

BRYMAN, Alan. *Research methods and organization studies*. London: Unwin Hyman, 1992.

BULGACOV, Yára Lúcia M.; CUNHA, Sieglinde K. da; CAMARGO, Denise de; MEZA, Maria L.; BULGACOV, Sérgio. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? *Revista de Administração Pública*, v. 45, p. 695-720, 2011.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, v.8, n.2, p. 91-108, 2000.



CAMARANO, Ana A.; MELLO, Juliana L.; KANSO, Solange. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, Ana A. (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (p.31-60). Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPBELL, Meghan. CEDAW and Women's Intersecting Identities: A Pioneering New Approach to Intersectional Discrimination. *Revista Direito GV*, v. 11, n. 2, p. 479-504, 2015.

CARBADO, Devon W.; CRENSHAW, Kimberlé W.; MAYS, Vickie M.; TOMLINSON, Barbara. Intersectionality: Mapping the Movements of a Theory. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 10, n. 2, p. 303-312, 2013.

CARDOSO, Elisângela J.; SANTOS, Jair N. Práticas de espiritualidade: Um caminho para o bem-estar de Jovens trabalhadores. *Revista Reuna*, v. 22, n. 2, p. 24-43, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARUSO, Luiz A. C.; POSTHUMA, Anne C. Subsídios para a formulação de políticas públicas de juventude no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 70, p. 123-135. Brasília: IPEA, 2020.

CASAL, Joaquim; MASJUAN, Josep M.; PLANAS, Jordi. Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta. *Política y sociedad*, n. 1, p. 97-104, 1988.

CASTRO, Mayra R.; HOLVINO, Evangelina. Applying intersectionality in organizations: Inequality markers, cultural scripts and advancement practices in a professional service firm. *Gender, Work & Organization*, v. 23, n. 3, p. 328-347, 2016.

CAVICO, Frank J.; MUFFLER, Stephen C.; MUJTABA, Bahaudin G. Appearance discrimination in employment: Legal and ethical implications of "lookism" and "lookphobia". *Equality, Diversity and Inclusion*, v. 32, n. 1, p. 83-119, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHO, S; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications and practice. *Signs*, 38(4), pp.785-810, 2013.

COBOS-SANCHIZ, David; DEL-PINO-ESPEJO, Maria J.; SÁNCHEZ-TOVAR, Ligia; MATUD, M. Pilar. The Importance of Work-Related Events and Changes in Psychological Distress and Life Satisfaction amongst Young Workers in Spain: A Gender Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 13, p. 4697, 2020.

Conselho Nacional de Saúde - CNS. Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. Brasília, 2012. Recuperado em 31 de julho de 2020, de: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

Conselho Nacional de Saúde - CNS. Resolução nº 510, de 07 de Abril de 2016. Brasília, 2016. Recuperado em 31 de julho de 2020, de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

COLLING, Taís; OLTRAMARI, Andrea P. História de Vida e Teoria Interseccional. *Revista ADM. MADE*, v. 23, n. 2, p. 59-69, 2019.

COLLINS, Patricia H. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, 1986.

COLLINS, Patricia H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia H. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, v. 41, p. 1-20, 2015.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. What is intersectionality? In: COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Intersectionality: Key Concepts Series*. 2ª ed. Cambridge; Medford: Polity Press, 2020.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORROCHANO, Maria C. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 1, p. 23-44, 2013.

CORROCHANO, Maria C.; ABRAMO, Helena W.; ABRAMO, Lais W. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 22, n. 36, p. 135-69, 2017.

CORROCHANO, Maria C.; FREITAS, Maria V. Trabalho e Condição Juvenil: permanências, mudanças, desafios. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças* (p. 155-173). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

CORSEUIL, Carlos H. L.; FRANCA, Maíra P. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 70, p. 93-104. Brasília: IPEA, 2020.

CORSEUIL, Carlos H. L.; FRANCA, Maíra P.; POLOPONSKY, Katcha. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 3, p. 501-520, 2020.

CORSEUIL, Carlos H. L.; FOGUEL, Miguel N.; GONZAGA, Gustavo. Apprenticeship as a stepping stone to better jobs: Evidence from Brazilian matched employer-employee data. *Labour Economics*, v. 57, p. 177-194, 2019.

COSTA, Joana; ROCHA, Enid; SILVA, Claudia. Voces de la juventud em Brasil: aspiraciones y prioridades. In: NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana (eds.). *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* (p. 75-120). Inter-American Development Bank, 2018.

COSTA, Silas D. M.; PAIVA, Kely C. M. Juventude e Trabalho: um Estudo Bibliométrico com Pesquisas Brasileiras sobre Jovens Aprendizes. *Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão*, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2021.

COUTINHO, Maria C.; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 19, p. 29-37, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color". In: FINEMAN, Martha A.; MYKITIUK, Rixanne (eds). *The Public Nature of Private Violence* (p. 93-118). New York: Routledge, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Painel 1, Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16.

CRUCES, Guillermo; HAM, Andrés; VIOLLAZ, Mariana. *Scarring effects of youth unemployment and informality: Evidence from Argentina and Brazil*. Universidade Nacional de La Plata: Center for Distributive, Labor and Social Studies, 2012. Recuperado em 17 de junho 2020, de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=096568B3C6CEB4C51D0011BF738FD62E?doi=10.1.1.394.5017&rep=rep1&type=pdf>.

DALPIAN, Paulo R. C.; SILVEIRA, Teniza da. Locais de mercado, diversidade e exclusão interseccional. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 18, n. 2, p. 377-390, 2020.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 523-536, 2012.

DIB, Sandra K.; CASTRO, Lucia R. de. O trabalho é projeto de vida para os jovens? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2010.

DRAGANO, Nico; BARBARANELLI, Claudio; REUTER, Marvin; WAHRENDORF, Morten; WRIGHT, Brad; RONCHETTI, Matteo; BURESTI, Giuliana; Di TECCO, Cristina; IAVICOLI, Sergio. Young workers' access to and awareness of occupational safety and health services: Age-differences and possible drivers in a large survey of employees in Italy. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 15, n. 7, p. 1511, 2018.

Du BOIS-REYMOND, Manuela; BLASCO, Andréu L. 'Yoyo Transitions and Misleading Trajectories: From Linear to Risk Biographies of Young Adults'. In: BLASCO, Andreu L.; McNEISH, Wallace; WALTHER, Andreas (eds). *Young People and Contradictions of Inclusion: Towards Integrated Transition Policies in Europe* (p. 19-42). Bristol: Policy Press, 2003.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017. Recuperado em 08 de janeiro de 2021, de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/fbsp-vulnerabilidade-juveni-violencia-desigualdade-racial-2017-relatorio.pdf>.

FRAGA, Aline M.; COLOMBY, Renato K.; GEMELLI, Catia E.; PRESTES, Vanessa A. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na Administração (2001-2019). *Cadernos EBAPE.BR*, v.20, n.1, p. 1-19, 2022.

FRANCO, David S.; MAGALHÃES, Alex F.; PAIVA, Kely C. M. de; SARAIVA, Luiz A. S. Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *Economia e Gestão*, v. 17, n. 48, p. 43-61, 2017.

FREITAS, Maria V. de; ABRAMO, Helena W.; LEON, Oscar D. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. Ação Educativa: Programa de Juventude, 2005.

FURLONG, Andy. The changing landscape of youth and young adulthood. In: FURLONG, Andy (eds.). *Handbook of youth and young adulthood* (p. 3-11). 2ª ed. New York: Routledge International Handbooks, 2016.

FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred. *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity* (Sociology & Social Change). Buckingham: Open University Press, 1997.

GALLAND, Olivier. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives mais resserrées. *Économie et Statistique*, n. 337-338, p. 13-36, 2000.

GALLAND, Olivier. *Sociologia de la Jeunesse*. Paris: Armand-Colin, 1997.

GODOY, Arlida S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONZALEZ, Roberto H. Políticas de emprego para jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de. (Orgs). *Juventude e políticas sociais no Brasil* (p. 109-128). Brasília: IPEA, 2009.

GOUVEA, Josiane B.; OLIVEIRA, Josiane S. Por que branquitudes, por que (somente) agora? *Caderno de Administração (UEM)*, v. 28, n. 2, p. 5-14, 2021.

GRAEBIN, Rosani E.; MATTE, Juliana; LARENTIS, Fabiano; MOTTA, Marta E. V. da; OLEA, Pelayo M. O significado do trabalho para jovens aprendizes. *Revista Gestão Organizacional*, v. 14, n. 1, p. 17-38, 2019.

GUERREIRO, Maria das D.; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, p. 157-212, 2005.

GUIMARÃES, Nadya A. Os jovens brasileiros e o trabalho: desafios que se atualizam. *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 3, p. 465-473, 2020.

GUIMARÃES, Nadya A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, Ana A. (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* (p. 171-198). Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

GUIMARÃES, Nadya A.; BRITO, Murillo M. A. de; COMIN, Álvaro A. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? *Novos Estudos Cebrap*, v. 39, n. 3, p. 475-498, 2020.

GUIMARÃES, Alexandre Q.; ALMEIDA, Mariana E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, p. 1-26, 2013.

HALL, Douglas T.; MOSS, Jonathan E. The New Protean Career Contract: helping organizations and employees adapt. *Organizational Dynamics*, v. 26, n. 3, p. 22-37, 1998.

HELAL, Diogo H. O papel da educação na sociedade e organizações modernas: criticando a meritocracia. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 13, n. 2, p. 386-408, 2007.

HENNING, Carlos E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HERNÁNDEZ-SÁNCHEZ, Brizeida R.; CARDELLA, Giuseppina M.; SÁNCHEZ-GARCÍA, José C. Psychological factors that lessen the impact of covid-19 on the self-employment intention of business administration and economics' students from Latin America. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 15, p. 5293, 2020.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2019*. Recuperado em 30 de junho de 2020, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>.

ILO - INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Global Employment Trends for Youth 2017*. Recuperado em 22 de novembro de 2019, de: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_598669.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf).

JAMESON, Fredric. *Post modernity: or the cultural logic of late capitalism*. London: New Left Review, 1984.

JICK, Todd D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n.4, p. 602-11, 1979.

KERBAUY, Maria T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, v. 18/19, p. 193-203, 2005.

KILIMNIK, Zélia M.; CASTILHO, Isolda V. de; SANT'ANNA, Anderson de S. Carreiras em transformação e seus paradoxais reflexos nos indivíduos: metáforas de carreira e de competências. *Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 12, n. 2, p. 257-280, 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 5, p. 909-942, 2006.

KREIN, José D.; ABÍLIO, Ludmila; FREITAS, Paula; BORSARI, Pietro; CRUZ, Reginaldo. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, José D.; GIMENEZ, Denis M.; SANTOS, Anselmo L (orgs). *Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil* (p. 95-122). Campinas: Curt Nimuendajú, 2018. Recuperado em 22 de junho de 2019, de: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/LIVRODimensoes-Criticas-da-Reforma-Trabalhista-no-Brasil.pdf>.

KUNZE, Florian; BOEHM, Stephan. A. Research on age diversity in the workforce: current trends and future research directions. In: FIELD, John; BURKE, Ronald J.; COOPER, Cary L.(eds.). *The SAGE handbook of aging, work and society* (p. 41-59). Thousand Oaks/CA: Sage Publications Inc., 2013.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, e56509, 2020.

LAGE, Mariana L. da C.; PERDIGÃO, Denis A.; PENA, Felipe G.; SILVA, Mateus A. F. Preconceito maquiado: o racismo no mundo fashionista e da beleza. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 10, n. 4, p. 47-62, 2016.

LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo social*, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

LEMONS, Ana H. da C. Juventude, gerações e trabalho: ampliando o debate. *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 63, p. 739-743, 2012.

LOUGHLIN, Catherine; LANG, Katherine. Young workers. In: BARLING, Julian; KELLOWAY, Kevin.; FRONE, Michael R. (eds.). *Handbook of work stress* (p. 405-430). Thousand Oaks: Sage, 2005.

MARGULLIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra: Ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires, 2008.

MARTINS, Bibiana V.; SCHERDIEN, Camila; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, n. 3, p. 564-576, 2019.

MÁXIMO, Thaís A. C. de O. Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ME – Ministério da Economia. *Boletim da Aprendizagem Profissional 2021*. Brasília, 2022. Recuperado em 06 de março de 2022, de <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>.



MELSERT, Ana L. de M.; BOCK, Ana M. B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 773-790, 2015.

MILHOME, Jaqueline C.; ROWE, Diva E. O. Gerações brasileiras: uma proposta de classificações a partir de eventos históricos marcantes. *Anais do XLIV EnANPAD*, ANPAD, 2020.

MINAYO, Maria C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MIRANDA, Ana; ARANCIBIA, Milena. El futuro está incompleto: La construcción de trayectorias laborales sobre principios de siglo 21. *Trabajo y sociedad*, n. 28, p. 195-217, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v.19, n.1, p. 287-308, 2006.

NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana. Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar? Una mirada regional. In: NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana (eds.). *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* Inter-American Development Bank, 2018.

NUNES, Maisa B. de A.; FERNANDEZ, Cristiane B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. *Revista Katálisis*, v. 19, n. 1, p. 64-72, 2016.

OLIVEIRA, Antonia A. M. Outras juventudes, outras temporalidades e outras formas de conduzir a vida. In: PAREDES, Mariana; MONTEIRO, Lucía (coord.). *Desde la niñez a la vejez: nuevos desafíos para la comprensión de la sociología de las edades* (p. 101-119). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019.

OLIVEIRA, Antonia A. M. Na terra da luz: “o sol nasce para todos, mas a sombra é para poucos!” Projetos de vida e campo de possibilidades de jovens das classes populares – Fortaleza-CE. 200f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, Manoela Z. de; GOMES, William B. Estilos reflexivos e atitudes de carreira proteana e sem fronteiras nas organizações contemporâneas brasileiras. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 14, n. 1, p. 105-118, 2014.

O'REILLY, Jacqueline; EICHHORST, Werner; GÁBOS, András; HADJIVASSILIOU, Kari; LAIN, David; LESCHKE, Janine; McGUINNESS, Seamus; KUREKOVÁ, Lucia M.; NAZIO, Tiziana; ORTLIEB, Renate; RUSSELL, Helen; VILLA, Paola. Five Characteristics of Youth Unemployment in Europe: Flexibility, Education, Migration, Family Legacies, and EU Policy. *Sage Open*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2015.

PAIM, Altair dos S.; PEREIRA, Marcos E. Aparência física, estereótipos e discriminação racial. *Ciências & Cognição*, v. 16, n. 1, p. 2-18, 2011.

PAIS, José M. *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar, 2005.

PAIS, José M. The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life. *Journal of Youth Studies*, v. 6, n. 2, p. 115-126, 2003.

PAIVA, Kely C. M. de. *Gestão de Recursos Humanos: Teorias e Reflexões*. Curitiba: InterSaberes, 2019.

PAIVA, Kely C. M. de; DUTRA, Michelle R. S.; LUZ, Talita R. da. Comprometimento organizacional de trabalhadores de call center. *Revista de Administração - RAUSP*, v. 50, n. 3, p. 310-324, 2015.

PICANÇO, Felícia S. Juventude e trabalho decente no Brasil: uma proposta de mensuração. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, p. 569-590, 2015.

PIMENTA, Melissa de M. *Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias*. 2007. 464 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

RAITZ, Tânia R.; PETTERS, Luciane C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: Trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 408-416, 2008.

REIS, Maurício. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015.

REZENDE, Ana F.; MAFRA, Flávia L. N.; PEREIRA, Jussara J. Black entrepreneurship and ethnic beauty salons: possibilities for resistance in the social (re) construction of black identity. *Organizações & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 589-609, 2018.

RIBEIRO, Eliane. Políticas de Juventude no Brasil: conhecimento e percepção dos jovens. In: PINHEIRO, Diógenes; RIBEIRO, Eliane; VENTURI, Gustavo; NOVAES, Regina (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leitura sobre uma década de mudanças* (p. 287-307). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018.

RINALDY, Alicia. La Güera: análisis reflexivo e interseccional del trabajo de campo. *Polis*, v. 14, n. 42, p. 437-454, 2015.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmiria C.; BITENCOURT, Betina M. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? *Organizações & Sociedade*, v. 19, n. 62, p. 551-558, 2012.

RODRIGUEZ, Jenny K.; HOLVINO, Evangelina; FLETCHER, Joyce K.; NKOMO, Stella M. The Theory and Praxis of Intersectionality in Work and Organisations: Where do we go from here? *Gender, Work & Organization*, v. 23, n. 3, p. 201-222, 2016.

RYAN, Katherine M.; KING, Eden B.; FINKELSTEIN, Lisa M. Younger workers' metastereotypes, workplace mood, attitudes, and behaviors. *Journal of Managerial Psychology*, v. 30, n. 1, p. 54-70, 2015.



SÁ, Patricia F.; LEMOS, Ana H. da C.; CAVAZOTTE, Flávia de S. C. N. Expectativas de carreira na contemporaneidade: O que querem os jovens profissionais? *Revista ADM. MADE*, v. 18, n. 2, 2014.

SACCOL, Amarolinda Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANDERSON, Elizabeth. Youth transitions to employment: longitudinal evidence from marginalised young people in England. *Journal of Youth Studies*, v.22, p. 1-20, 2019.

SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, [S. l.], n. 18, p. 165-187, 1996.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal O. Práticas discursivas y sociales relativas a los jóvenes ya la juventud. *Última Década*, v. 27, n. 51, p. 192-224, 2019.

SCHERER, Giovane A.; GERSHENSON, Beatriz. Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. *Textos & Contextos*, v. 15, n. 1, p. 160-170, 2016.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SILVA, Roselani S. da; SILVA, Vini R. da. Política nacional da juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVA, Renata Danielle Moreira; TRINDADE, Zeidi Araujo. Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 14, n. 1, p. 73-86, 2013.

SILVA COSTA, Simone da. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.

SILVA FILHO, Luís A. da; SILVA, Fábio J. F. da; QUEIROZ, Silvana N. Jovens no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise quantitativa. *Revista Facultad de Ciencias Económicas*, v. 23, n. 2, p. 21-34, 2015.

SILVA JÚNIOR, Paulo R.; MAYORGA, Claudia. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. *Desidades-Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude*, n. 23, ano 7, p. 10-23, 2019.

SILVA JÚNIOR, Paulo R.; MAYORGA, Claudia. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 2, p. 298-308, 2016.

SILVEIRA, Nereida S. P. da; HANASHIRO, Darcy M. M.; PEREIRA, Marie F. M. W. M. Mens sana in copore sano: Os vieses etaristas nos comportamentos organizacionais sob a ótica de trabalhadores acima de 45 anos. *Anais do XLI EnANPAD, ANPAD*, São Paulo, 2017.

- SNAPE, Ed; REDMAN, Tom. Too old or too young? The impact of perceived age discrimination. *Human Resource Management Journal*, v. 13, n. 1, p. 78-89, 2003.
- SOBROSA, Gênesis M. R.; CAMERIN, Cassiano; PERRONE, Cláudia M.; DIAS, Ana C. G. Opiniões sobre trabalho em jovens de classes populares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 14, n. 2, p. 265-276, 2013.
- SOUSA, Heloiza de; FROZZI, Denise; BARDAGI, Marucia P. Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 4, p. 918-933, 2013.
- SOUZA, Eloisio M. de. Intersections between race and class: a postcolonial analysis and implications for organizational leaders. *Brazilian Administration Review*, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2019.
- SOUZA, Marina B. C. A. de; HELAL, Diogo H.; PAIVA, Kely C. M. de. Análise descritiva das dimensões do burnout: um estudo com jovens trabalhadores. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, n. 4, p. 817-827, 2019.
- SPOSITO, Marília P.; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, v. 44, n. e170308, p. 1-24, 2018.
- SPOSITO, Marília P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (p. 87-127). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SPOSITO, Marília P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria V. de; PAPA, Fernanda de C. (orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta* (p. 57-75). São Paulo: Cortez, 2003.
- STAUBER, Barbara; WALTHER, Andreas. Introduction: Young adults in Europe – Transitions, policies and social change. In: WALTHER, Andreas; STAUBER, Barbara (eds.). *Misleading trajectories: integration policies for young adults in Europe?* (p. 11-26). Springer Fachmedien Wiesbaden, 2002.
- TARTUCE, Gisela L. B. P. *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e re(inserção) no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- THAMRIN, Yahya.; PISANIELLO, Dino; GUERIN, Cally; ROTHMORE, Paul. The emerging workforce of international university student workers: injury experience in an Australian university. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 15, n. 3, p. 456, 2018.
- THOMSON, Rachel; BELL, Robert; HOLLAND, Janet; HENDERSON, Sheila; MCGRELLIS, Sheena; SHARPE, Sue. Critical moments: Choice, chance and opportunity in young people's narratives of transition. *Sociology*, v. 36, n. 2, p. 335-354, 2002.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria C. B. (2011). Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 14, n. 1, p. 13-29, 2011.

TRANCOSO, Alcimar E. R.; OLIVEIRA, Adélia A. S. Produção social, histórica e cultural do conceito de juventudes heterogêneas potencializa ações políticas. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 137-147, 2014.

TRANCOSO, Alcimar E. R.; OLIVEIRA, Adélia A. S. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 11, n. 2, p. 278-294, 2016.

VALENZUELA-ARCE, José M. Remolinos de viento: juvenicidio e identidades desacreditadas. In: VALENZUELA-ARCE, José M. (org.) *Juvenicidio: Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España* (p. 15-57). Barcelona: Ned Ediciones, 2015.

VERIGUINE, Nádia R.; BASSO, Cláudia; SOARES, Dulce H. P. Juventude e perspectivas de futuro: A orientação profissional no Programa Primeiro Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 4, p. 1032-1044, 2014.

VILLAR, Maria da C. O.; MOURÃO, Luciana. Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental. *Trends in Psychology*, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, 2018.

WEF - World Economic Forum. Pandemics: Youth in an Age of Lost Opportunity, p. 39-51. In: *The Global Risks Report 2021: Insight Report*, 16<sup>a</sup> ed. The World Economic Forum, 2021, 97 p. Recuperado em 10 de março de 2021, de <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>.

## APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Prezado(a) Jovem Trabalhador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: “Interseccionalidade, transição para a vida adulta e trajetória profissional: Um estudo com jovens trabalhadores”, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, como parte integrante de um projeto de pesquisa com mesmo título. Pedimos a sua autorização para a coleta e gravação de dados referente à realização de entrevistas. Nesta pesquisa, pretendemos analisar como marcadores de diferenças sociais (interseccionalidades) podem influenciar a transição para a vida adulta e a trajetória profissional de jovens egressos de um Programa de Aprendizagem.

A sua participação se dará em um encontro presencial ou *online* e consistirá em responder a uma entrevista (cerca de 30 minutos), com data e horário previamente acordados. Ressalta-se que a duração total da entrevista depende de cada participante e que há possibilidade de pausas e interrupções durante a sua realização. A pesquisa envolve riscos físicos ou mentais minimamente possíveis de ocorrerem aos participantes, como cansaço, emoções e constrangimentos, mas, ainda assim, se percebido algum tipo de mal-estar durante a realização das entrevistas, é garantida ao participante a opção de realização de pausas, além do direito de recusa de resposta e da suspensão da entrevista. Quanto aos seus benefícios, há possibilidade de serem geradas melhorias nos Programas de Aprendizagem e nas políticas e práticas de gestão de pessoas de organizações que contratam os jovens, além da possibilidade de os mesmos refletirem e compreenderem aspectos de suas trajetórias profissionais e de vida. A pesquisadora se dispõe a entregar relatório final e a apresentar os dados aos participantes e outros grupos interessados.

Sua participação não é obrigatória, sendo certo, ainda, que a qualquer momento você poderá desistir do voluntariado, retirando o seu consentimento, o que não trará nenhuma consequência em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem, de qualquer ordem, inclusive financeira. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se emitido em duas vias, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável no Núcleo de Estudos sobre Comportamento, Pessoas e Organizações (NECOP-UFMG), e a outra cópia lhe será fornecida. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa e os dados gerados ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala do NECOP-UFMG, e após esse tempo serão destruídos. As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 510/2016, Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Após a devida leitura desse documento, compreensão e esclarecimento de dúvidas com as pesquisadoras, o presente termo deverá ser assinado, caso concorde em participar.

Muito obrigada!

Kely César Martins de Paiva (pesquisadora responsável)

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Sala 4054, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP 31270-901

Telefone: (31) 3409-7045

E-mail: [kelypaiva@face.ufmg.br](mailto:kelypaiva@face.ufmg.br)

Jane Kelly Dantas Barbosa (pesquisadora assistente)

Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Sala 4121, Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP 31270-901

Telefone: (31) 99617-0719

E-mail: [jane.dantasb@gmail.com](mailto:jane.dantasb@gmail.com)

Declaro que fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “Interseccionalidade, transição para a vida adulta e trajetória profissional: Um estudo com jovens trabalhadores”, de maneira clara e detalhada e concordo em participar dessa pesquisa. Autorizo o registro das informações fornecidas por mim, através de entrevista, para serem utilizadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a minha decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim e pela pesquisadora responsável, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

---

Assinatura do participante

---

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP/UFMG

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG, CEP: 31270-901.

Telefone: (31) 3409-4592

E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

**APÊNDICE B: Roteiro de entrevista**

Prezado(a) Jovem Trabalhador(a),

Esta entrevista visa subsidiar pesquisas realizadas na Universidade Federal de Minas Gerais.

**Ressaltamos que sua participação é muito importante. Suas respostas individuais serão mantidas em sigilo absoluto e seus fins são estritamente acadêmicos.**

Após ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, começaremos as perguntas sobre você e seu trabalho.

**Muito obrigado por sua colaboração!**

Cordialmente,

*Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kely C M Paiva*  
(Professora e Pesquisadora Responsável da UFMG)

*Jane Kelly Dantas Barbosa*  
(Doutoranda em Administração da UFMG e Pesquisadora Assistente)

## Parte I - Identificação do entrevistado

1- Sexo:	
	a. Feminino
	b. Masculino
2- Orientação sexual:	
	a. Heterossexual
	b. Homossexual
	c. Bissexual
	d. Pansexual
	e. Outro
	f. Não gostaria de identificar
3- Cor de pele:	
	a. pardo (a)
	b. preto (a)
	c. branco (a)
	d. amarelo (a)
	e. Outro
4- Estado civil:	
	a. Solteiro (a)
	b. Casado (a)
	c. Desquitado/divorciado/separado(a)
	d. Viúvo (a)
	e. União estável
	f. Outro
5- Idade:	
	a. 18 a 20 anos
	b. 21 a 23 anos
	c. 24 a 26 anos
	d. 27 a 29 anos
6- Escolaridade:	
	a. Ensino fundamental incompleto
	b. Ensino fundamental completo
	c. Ensino médio incompleto
	d. Ensino médio completo
	e. Ensino superior incompleto
	f. Ensino superior completo
	g. Pós-graduação
7- Se curso superior, qual a área de formação?	
8- Há quanto tempo atrás foi jovem aprendiz?	
	a. menos de 1 ano atrás
	b. de 1 a 2 anos atrás
	c. de 2 a 3 anos atrás
	d. de 3 a 4 anos atrás
	e. mais de 4 anos atrás

9- Qual o ramo de atuação quando aprendiz?	
10- Atualmente está:	
	a. Desempregado
	b. Trabalhando com carteira assinada
	c. Trabalhando como terceirizado(a)
	d. Trabalhando informalmente
	e. Trabalhando como autônomo(a)
	f. Outro
11- Ramo de atuação atual:	
	a. Serviço ou administração pública
	b. Mineração
	c. Indústria/Fábrica
	d. Comércio
	e. Bancos/ Instituições financeiras
	f. Hotelaria ou restaurante
	g. Construção civil
	h. Saúde
	i. Educação
	j. Serviços domésticos
	k. Transporte
	l. Outro
12- Tempo de trabalho na ocupação atual	
	a. Menos de 6 meses
	b. De 6 meses a 1 ano
	c. De 1,1 a 2 anos
	d. De 2,1 a 3 anos
	e. De 3,1 a 4 anos
	f. De 4,1 a 5 anos
	g. Mais de 5 anos
13- Renda mensal familiar	
	a. até 1 salário mínimo SM (R\$1.045,00)
	b. de 1 a 2 SM (R\$1.045,01 a R\$2.090,00)
	c. de 2 a 3 SM (R\$2.090,01 a R\$3.135,00)
	d. de 3 a 4 SM (R\$3.135,01 a R\$4.180,00)
	e. de 4 a 5 SM (R\$4.180,01 a R\$5.225,00)
	f. de 5 a 7 SM (R\$5.225,01 a R\$7.315,00)
	g. Acima de 7 SM (acima de R\$7.315,01)
14- Quantas pessoas moram na mesma residência que você:	
	a. 1 pessoa
	b. 2 pessoas
	c. 3 pessoas
	d. 4 pessoas
	e. 5 ou mais pessoas

## Parte II – Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1- Você se considera adolescente, jovem ou adulto? Acha que outras pessoas te veem assim?
- 2- O que você associa à juventude?
- 3- Em sua opinião, quando uma pessoa deixa de ser jovem?
- 4- Como você vê a vida adulta?
- 5- Para você, o que significa ser um adulto bem-sucedido?
- 6- Você acredita que a sua vida será parecida com a dos seus pais ou responsáveis? Por quê?
- 7- Para você, o que foi a melhor coisa da sua juventude? E a pior?
- 8- Com qual idade você começou a trabalhar?
- 9- Quais são as maiores dificuldades para um jovem que está vivendo suas primeiras experiências de trabalho?
- 10- E quais são os maiores benefícios para um jovem que está vivendo suas primeiras experiências de trabalho?
- 11- Qual foi sua motivação para participar do Programa de Aprendizagem?
- 12- O que você percebe que mudou na sua vida após a experiência como jovem aprendiz?
- 13- Como você avalia a formação recebida e as experiências durante seu período como jovem aprendiz?
- 14- O seu estilo de vida hoje é semelhante ou diferente do que você imaginava quando era aprendiz?
- 15- Quantas vezes você mudou de emprego após o contrato de aprendizagem?
- 16- Daqui a 10 anos, como você se vê profissionalmente?
- 17- O que seria para você um “bom emprego”?
- 18- Como eram/são vistas e discutidas em sua família a educação escolar e a carreira profissional?
- 19- Qual a percepção que você tem sobre o mundo do trabalho nos dias atuais?
- 20- Como você acredita que a pandemia de Covid-19 tem influenciado as vivências no mundo do trabalho?
- 21- Você acredita ter controle sobre sua trajetória de vida? Se sim, qual o grau desse controle?
- 22- E sobre a sua trajetória profissional? Se sim, por quê?
- 23- Você acha que, em algum momento, sua vida foi afetada por fatores como idade, cor de pele, sexo, local de origem, aparência, religião, condição social ou outros aspectos que diferenciam as pessoas? Se sim, de que forma? Dê exemplos do seu dia a dia.
- 24- Você já se sentiu discriminado em algum contexto? Se sim, por quê?



- 25- Você acredita que as pessoas jovens sofram algum tipo de discriminação em função da idade?
- 26- Pense na trajetória de familiares, amigos, colegas e demais pessoas do seu convívio social com a mesma faixa etária que você. Você acredita que são trajetórias similares ou diferenciadas? Por quê?
- 27- Qual a sua percepção sobre a diversidade e as desigualdades no nosso país?
- 28- Qual a sua percepção sobre a diversidade e as desigualdades especificamente no mundo do trabalho?
- 29- Como você se vê e como acredita que as outras pessoas te veem?

### **Parte III – Associação projetiva**

- 30- Vou citar algumas palavras e gostaria que você dissesse, imediatamente após a minha fala, o que tal palavra significa para você ou o faz recordar.

1. Jovem
2. Adulto
3. Família
4. Escola
5. Estudo
6. Trabalho
7. Desemprego
8. Independência
9. Aprendiz
10. Carreira
11. Sucesso
12. Fracasso
13. Felicidade
14. Passado
15. Presente
16. Futuro
17. Diversidade
18. Discriminação

- 31- Após o que conversamos, quer acrescentar algo?

Muito obrigada pela atenção e participação!

## APÊNDICE C: Resultados da técnica projetiva de associação

Ao final de cada entrevista foi aplicada a técnica projetiva de associação usando como gatilho um conjunto de palavras relacionadas aos temas abordados na tese, conforme descrito na seção de metodologia. Frisou-se que não existiam respostas certas e erradas e que o objetivo era acessar aquilo que viesse à mente dos jovens, o que poderia se resumir a uma palavra ou envolver expressões, frases e exemplos.

Os principais resultados foram analisados junto aos resultados das entrevistas semiestruturadas, mas devido à natureza da técnica e à riqueza das respostas, optou-se por discriminar os seus resultados no presente Apêndice.

Quadro 20: Resultados da técnica projetiva de associação

Palavras	Associação	Entrevistados
Jovem	Curtição, festa, alegria, leveza, aproveitar a vida	M7, M17, F19, M26
	Aprendizado, conhecimento	M11, F12, F20
	Início das responsabilidades	F14, F16, M26
	Menos preocupações, mais conforto	F14, M26
	Planejamento	M4, M7
	Transição	F6, F16
	Oportunidades	F6, M9
	Aprendiz	M2, F3
	Trabalho, luta, futuro	M4
	Formação, decisões	F6
	Nerd	M8
	Começo	F10
	Saúde mental e física	M13
	Energia, determinação	F15
	Novas experiências	M5
	Busca de objetivos	M18
	Espírito otimista	F21
	Brincadeiras na rua	M22
	Inexperiência	M23
	Juventude	F24
Liberdade	F25	
Instituição Alfa	F1	
Adulto	Responsabilidade	F1, F3, M4, M5, F6, F10, M11, F12, F14, F16, F17, F19, M22, M23, F24, F25, M26
	Boletos, dívidas	M2, F17
	Família	M7, F15
	Planejamento	M7
	Ação	M7
	Resultado de um processo de formação	M8
	Oportunidade	M9
	Sofrido, difícil, desafiador	M13
	Maior seriedade	F14
	Experiência	F15
	Construção	F15
	Força	F16

	Cansaço, vida atribulada	M18
	Alguém que pode continuar evoluindo	F20
	Rigidez, rispidez	F21
	Bens materiais	M22
	Parceiro (a)	M22
	Diversão com amigos da juventude	M22
Família	Base, força, apoio, porto seguro, estrutura	M4, F6, M9, F10, M11, F14, F15, F16, F17, M18, M26
	Amor	M7, M13, F17, F21, F24
	Acolhimento	F12, F16, F20, F21
	União	M5, F6, M23, F25
	Carinho	F1
	Mãe	M2
	Aprender a lidar, não necessariamente amar	F3
	Organização financeira	M7
	Saúde	M7
	Fundamental	M8
	Vida	F10
	Respeito	M13
	Bem maior que se pode ter	M13
	Exemplo, motivação	F17
	Valorização	F19
	Vai além de sangue	F20
	Lar	F21
	Sonho de formar família	M22
	Ausência dos pais	M22
	Escola	Estudos, ensino, aprendizado
Base		F6, M7, M9, F16
Período marcante, importante, bom, feliz		F10, M22, M26
Diversão, aproveitar		F1, F19
Amizades		F17, M22
Lapidar, moldar		F12, M13
ENEM		M2
Não ensina os alunos a estudar e sintetizar/absorver o conteúdo		M8
Oportunidade		M9
Ciclos		M11
Pré-julgamentos		M13
Crescimento		M13
Princípio básico		F14
Transformação, sonhos		F15
Educação		F16
Necessidade de valorização frente ao papel social da escola		F16
Lástima por quem não tem acesso à escola		F16
Adolescência		F17
Não havia necessidade de trabalhar		F17
Mudanças de escola		M18
Todos deveriam ter pelo menos o ensino médio	M18	
Trauma	F20	
Estudos	Conhecimento, formação	M4, M5, F6, F16, M18
	Necessário, essencial, importante	M4, M7, M13, F17, F25
	Algo que não pode ser roubado	F3, M18

	Foco	M8, F12
	Aprendizado contínuo	M11, F21
	Desenvolvimento, alicerce para transformação social, muda vidas	F15, F16
	Responsabilidade	F1
	Concurso	M2
	Futuro	M9
	Prioridade (é ou deveria ser)	F10
	Privilégio, oportunidade que não está disponível a todos	F14
	Libertação	F14
	Chato, complicado, mas necessário	M18
	Esforço, ir atrás de conhecimento	F19
	Oportunidade	F20
	Carreira	F21
	Um desafio a você mesmo	M22
	Bom e disciplinador	M22
	Persistência	M23
	Dedicação	F24
	Conturbado, mas não tem outra solução	M26
	Essencial, necessário, importante	M7, M8, F10, M13
	Meio de conseguir o planejado, caminho para o crescimento	M4, M9, F21
	Experiência	M5, F6, F20
	Dinheiro, sustento, supre as necessidades	M8, F16, F21
	Esforço, dedicação	F17, F19, F24
	Conhecimento, aprendizado, desenvolvimento	M18, F21, F25
	Novos olhares, novas relações, novos objetivos	F14, F15
	Define e forma quem se é	F17, M26
	Comprometimento	F1
	Responsabilidade	M2
	Carreira	F3
Trabalho	Realização	F6
	Resultados	M11
	Oportunidade	F12
	Obrigação	M13
	Privilégio	F14
	Construção	F15
	Equipe, relacionamentos	F15
	Negócios	F15
	Colocar em prática a teoria adquirida com os estudos	F16
	Lazer	M18
	Comunicação	M23
	Profissão, peculiaridades da realidade laboral e social	M22
	Valor	M26
	Consumo	M26
	Sofrimento	F3, F12, M13
	Triste, agonizante, lamentável, ruim	F10, F16, M18
	Desigualdade	M4, F20
Desemprego	Realidade, existente	M4, M8
	Fase difícil	M9, F21
	Injustiça, desrespeito	F14, F24
	Perda de renda, falta de dinheiro	F15, F25

	Desafios sociais, pandemia	F15, F20
	Relação com necessidades básicas	F16, M18
	Não pode se desesperar, não pode desistir	F19, F21
	Estresse	F1
	Carteira assinada	M2
	Falta de competência	M5
	Medo	F6
	Busca por oportunidade	M7
	Luta, perseverança	M9
	Não perder o foco	M11
	Não deveria existir, prejudicial ao país	M13
	Dor	F16
	Oportunidade para um novo ciclo	F17
	Importância da estabilidade	M18
	Má administração do governo	F20
	Empresas que não dão oportunidade	F20
	Correr atrás, se reinventar	F21
	Condição momentânea	M22
Independência	Financeira, dinheiro, pagar as contas	M2, F3, M4, M8, F17, M18, F20, F21, M22, M26
	Liberdade, fazer as próprias escolhas, autonomia	M8, F14, F15, F16
	Não depender de ninguém	F12, F21, M26
	Maravilhoso, ótimo, muito bom	F1, M13, F19
	Conquistas	M4, F6
	É tudo	F3, M9
	Conseguir seguir o próprio caminho	M4
	Nova maneira de viver	M5
	Correr atrás	M7
	Fundamental	M8
	Primeiro milhão	M2
	Deveria ser um direito de todos	M8
	Tem início na juventude	F10
	Amadurecimento	M11
	Estou em busca	M13
	A melhor coisa da vida	M18
	Se desprender emocionalmente de coisas, pessoas e do passado	F20
	Cuidar da família	F21
	Morar sozinho	M22
	Perspectiva	M23
Uma busca de todos	F24	
Aprendiz	Oportunidade	F3, M5, F6, M7, F14, F20, M23
	Fase de aprendizado	F10, M13, M18, F21, M22, F25
	Constante evolução e aprendizado	M2, M26
	Conhecimento	M4, F12
	Muito bom, experiência maravilhosa	M8, F19
	Todos são eternos aprendizes	M9, M11
	Possibilidade de errar e aprender	F10, F16
	Início	F1
	Bagagem para o futuro	M4
	Tem pontos positivos e negativos	M8
	Aprender a virar gente	M13
	Norte, direcionamento, virada de chave	F14
	Felicidade, movimento, novas formas de enxergar o mundo	F15
Crescimento	F17	

	Muitas possibilidades de vida e aprendizado	F24
Carreira	Bem-sucedida, sucesso	F1, M9, F20, M26
	Sonhos	M4, F12, M13
	Objetivo, planejamento	M4, M18, F21
	Escolhas	M7, M8
	Construção	F19, F24
	Profissional	M2
	Investimento	F3
	Uma das coisas mais importantes que se tem	F3
	Futuro	M5
	Crescimento	F6
	Sabedoria	M8
	Difícil construir	F10
	Construção contínua	F10
	Escada	M11
	Satisfação, realização	F14
	Caminho, estrada	F15
	Aprendizado e desenvolvimento	F15
	Construção de um ambiente sólido	F15
	Trajatória	F16
	Esforço	F17
	O que você quer ser desde pequeno	F21
	Carreira militar	M22
	Seguir carreira	M22
	Consistência	M23
	Quem você quer ser e onde quer chegar	M26
	Sucesso	Felicidade
Alcance dos objetivos, do que foi almejado		M4, F16, F20, F21
Relativo		M8, F10, M26
Saúde, bem estar		M11, F14, F17
Autorrealização, realização		M9, F14
Dinheiro		F17, M26
Independência		M2
Muito importante		F3
Trabalhar para alcançar		F3
Profissional e pessoal		F3
Estabilidade		M5
Melhoria de vida		F6
Bom convívio familiar		F10
Viver		F10
Persistência		F12
Sonho		M13
Depende de você		M13
Propósito, caminho em direção ao que se acredita		F15
Não se vincula a muita coisa		M18
Conquistas (emprego, namorada, morar sozinho, moto, telefone, internet em casa)		M18
Vai muito além de dinheiro		F19
Como Deus planeja		F21
Correr atrás do essencial		F21
Família		F21
Chegar ao topo		M22
Superação		M22

	Vitória	M22
	Aprender a viver sobre uma lâmina	M22
	Pessoal	M23
	Objetivo, busca	F24
	Sou uma pessoa de sucesso	M26
	Tristeza	F1, F3, M13, F15, F16
	Aprendizado	M13, M22, M26
	Não atingir os objetivos	F16, M18, F25
	Desistir	F17, F20, M23
	Oposto de sucesso	M4, F16
	Não existe fracasso, existe aprendizado, se reinventar	M8, F21
	Decepção	M9, M13
	Erros	M22, M26
	Não ter aproveitado	M2
	Conjunto de vários âmbitos	F3
	Angústia	M4
	Falta de habilidade	M5
	Medo	F6
	Escolhas	M7
Fracasso	Relativo	M8
	Abraçar suas dúvidas e erros	M8
	Todo mundo tem, defeitos, pontos negativos	F10
	Sem visão	M11
	Falta de controle emocional	F12
	Dor	M13
	Fase a ser superada	F14
	Vencer obstáculos, lidar com as dificuldades	F15
	Perder o emprego	M18
	Não é o fim	F19
	Continuar correndo atrás	F21
	Aquilo que ninguém quer	F24
	Frustração	F25
	Virar o jogo, se fortalecer	M26
	Família (estar com e ver a família feliz, lar, acolhimento)	F1, M7, F16, M18, F21
	Busca contínua	F3, M8, F10, F16
	Conquista	M5, M18
	Paz	M9, F15
	Estar com quem se ama	F17, F19
	Fazer bem ao próximo	M22, M23
	Ter aproveitado a vida e as oportunidades	M2
	Nem sempre está presente, depende de momentos e episódios	F3
Felicidade	Planejamento fluindo e se concretizando	M4
	Sucesso	F6
	Fundamental	M8
	Difícil definir	M8
	Confortável	M11
	Viver	F12
	A coisa mais importante da vida	M13
	Bem estar	F14
	Liberdade	F15
	Segurança	F15

	Amigos, trabalho	F16
	Estar contente com a situação que se está vivendo	F16
	Fazer o que gosta	F19
	Ligada a coisas pequenas	F20
	Sorriso, esperança	F20
	Estar bem espiritualmente, fisicamente, mentalmente	F21
	Estar bem consigo mesmo	M22
	Objetivo final, meta principal	F24
	Estar satisfeito com o resultado	F25
	Infância	M26
Passado	Não existe mais, ficou para trás, esquecer, não se apegar	M2, F3, M9, F19, F21, M22, F25
	Aprendizado	F1, M2, M13, F16, M22, F24
	Experiência	M4, M7, M11
	Bom, boas lembranças	M8, F10, F15
	Dor, doído	M13, F20, F21
	História	M5, F17
	Exemplo	F6, F14
	Aceitar, lembrar	M7, F12
	Dificuldades vencidas	F15, F21
	Oportunidade	M7
	Não é possível mudar	M8
	Levar apenas as coisas boas	F10
	Vergonhoso	M13
	Importante	M13
	Evolução	M13
	Orgulho	F17
	Experiências ruins, que ajudaram a ser mais forte	M18
	Fonte de inspiração	F15
	Superar	M23
	Relativo à fase (bom enquanto criança, frustrante na adolescência, bom na atualidade)	M26
Presente	Viver, aproveitar	M7, M9, F12, F14, F19
	Oportunidades	M2, F6, F14
	Sonho, planejamento do futuro	M22, F25, M26
	Chance de mudar, construir algo novo	M2, F15
	Foco no agora, viver o hoje	F3, F6
	Um presente	F14, M26
	Dedicação	F1
	O mais importante	F3
	Colocar em prática o aprendizado do passado	M4
	Momentos	M5
	Coração	M8
	Complicado, viver dia após dia, dificuldade de planejamento	F10
	Mão na massa	M11
	Gratidão	M13
	Desejo de continuidade	M13
	Conhecer novas pessoas	F15
	Ansiedade, pensamento no futuro	F16
	Escrever a história	F17
	Sucesso, muito bom	M18
	Esperança	F20



	Não é o esperado, necessidade de correr atrás	F21	
	Superar	M23	
	Agora	F24	
	Dádiva de Deus	M26	
Futuro	Preparação, planejamento	M2, M7, M11, F12	
	Conquistas, alcance dos objetivos	M4, M13, F25	
	Esperança	M5, F6, M23	
	Sonhos e realizações	M13, F15, F17	
	Sucesso	F1, F20	
	Incerto	M2, M8	
	Pensamento no curto prazo (2, 3 anos)	M13, M22	
	Pensar em ser velho de um jeito legal	M2	
	Tudo pode mudar	F3	
	Não se prender ao futuro	F3	
	Colher o que foi plantado	M4	
	De olho no futuro	M9	
	Pandemia dificulta pensar no futuro	F10	
	Dificuldade de planejamento	F10	
	Incógnita	F14	
	Não há total controle	F14	
	Novas ações, nova história, liberdade	F15	
	Dúvidas	F16	
	Manter os objetivos	M18	
	Criar metas e não se desesperar	F19	
	Correr atrás, conseguir um emprego	F21	
	Desejo de estar melhor do que hoje	M22	
	Só Deus sabe	F24	
	Ser bem-sucedido financeiramente	M26	
	Diversidade	Aprender com o leque de diversidade, oportunidade de conhecimento	M4, F14, M18, F20
		Necessária	F6, M9, M13, F19
Faz parte da vida, é comum, é normal		F6, F15, M18	
Respeito		M8, F17, F25	
Acolhimento, aceitação		M11, F12	
Faz parte do mundo		F20, F24	
Boa		F1	
Etnia, Brasil, carnaval		M2	
Diferença		F3	
Inclusão		M5	
Oportunidades		M7	
“Busca por sair da rotina”		F10	
Representa quem somos e deveríamos ser		F15	
Mistura		F16	
Dificuldade de aceitação é um fator histórico e cultural, herança da colonização		F20	
Marginalização da cultura negra		F20	
Diversidade cultural		F20	
Ambiente livre de julgamentos por roupa, cabelo, cor		F21	
Possibilidade de ser feliz como é		F21	
“Se não me engano vem de diversão”		M22	
Compreensão		M23	
Amor		M26	
Não ter preconceitos		M26	
Discriminação	Deveria ser apagada, não deveria	F12, M13, F19, F25	

existir, tem que acabar	
Horrível, muito ruim	F1, F24
Não discrimino	M22, M26
Bullying, negro, escola	M2
Raiva	F3
Retrocesso	M4
Fere as pessoas discriminadas	M4
Falta de respeito	M5
Falta de empatia	F6
Mercado de trabalho, pessoas em cargos superiores	M7
Ignorância, superficialidade	M8
Desnecessária	M9
Não faz parte da minha realidade, mas existe no mundo	F10
Contra preconceitos	M11
Luta	F12
Erro	F14
Julgamento de superioridade	F14
Triste, lamentável	F15
Falta de conhecimento	F15
Exclusão, segregação	F16
Anti-ético	F17
Ódio	M18
Pior coisa do Brasil	M18
Brasil tem muita diversidade	M18
Legislação falha	M18
Fogo nos racistas	M18
Pobreza de espírito	F20
Olhares diferentes	F21
Pessoas que querem te colocar onde elas querem	F21
Ferir o direito do outro	F21
Às vezes sou discriminado, mas sei quem eu sou	M22
Intolerância	M23
Frequente	F24

Fonte: Dados da pesquisa (2021).